UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

DIEGO DE CAMBRAIA MARTINS

**A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E
OS GRUPOS MERCANTIS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (c.1755 – c.1787)**

São Paulo

2019

DIEGO DE CAMBRAIA MARTINS

**A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E
OS GRUPOS MERCANTIS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (c.1755 – c.1787)**

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
História Econômica da
Universidade de São Paulo, sob
orientação do Professor Doutor
Pedro Puntoni.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M386c Martins, Diego de Cambraia
 A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e
 Maranhão e os Grupos Mercantis no Império Português
 (c.1755 – c.1787) / Diego de Cambraia Martins;
 orientador Pedro Luís Puntoni – São Paulo, 2019.
 322 f.

 Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Econômica.

 1. Comércio Monopolista. 2. Grupos Mercantis. 3.
 Economia Atlântica. I. Puntoni, Pedro Luís, orient.
 II. Título.

“Ontem eu tive esse sonho
Nele encontrava com você
Não sei se sonhava meu sonho
Ou se o sonho que eu sonhava era seu”
(Nação Zumbi, 2014)

Para Sika: pelos meus sonhos, pelos seus sonhos
e pelos nossos sonhos. Com todo meu amor!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer cada cidadão brasileiro, principalmente àqueles das camadas mais pobres da população sobre os quais a mão do injusto sistema tributário brasileiro mais pesa: são – ou pelo menos eram – eles os principais fomentadores da pesquisa brasileira e que me proporcionou quarenta e oito meses de bolsa e taxa de bancada. Sem isso, com certeza, eu não teria chegado ao fim desses quase cinco anos árduos: além de me dedicar exclusivamente a pesquisa, ainda consegui me manter por quase três meses em Lisboa (estadia fundamental para a escrita final deste trabalho), participar de cursos e eventos que foram importantes para minha formação e para a divulgação deste trabalho. A tarefa de escrever é das mais ingratas que existe e me forcei a escrever esse trabalho de uma forma que qualquer pessoa não familiarizada com o tema, principalmente aos cidadãos que me refiro no começo deste parágrafo, pudesse compreender: confesso que sinto que falhei nessa tarefa, mas me comprometo que continuarei nesse intento em trabalhos futuros.

Em segundo lugar quero agradecer a meu orientador Pedro Puntoni, que procurou sempre estar envolvido com o processo de pesquisa e escrita do trabalho: estamos nesse caminho desde o mestrado, ou seja a quase oito anos, e posso afirmar tranquilamente que é das pessoas mais generosas que conheço. Agradeço a paciência, a atenção e o engajamento para me fazer falar da minha pesquisa nas suas aulas da graduação e nos grupos de pesquisa dos quais participa.

Gostaria de agradecer outra pessoa fundamental nessa trajetória acadêmica, que me recebeu e me supervisionou com muito carinho e generosidade no meu estágio de pesquisa nos arquivos e acervos portugueses: a professora Fernanda Olival, da Universidade de Évora, que me deu todo o suporte institucional via Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ), além de me indicar documentos preciosos para a feitura deste trabalho e receber tão bem a mim e a Jéssika em sua casa.

Na etapa portuguesa da pesquisa tenho de agradecer a cada funcionário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Pública de Évora que me auxiliaram e facilitaram meu trabalho de pesquisa nos longos três meses em que estive lá: não vou recordar o nome de todos, logo o agradecimento é

geral para não cometer injustiças. Também tenho de agradecer à Linda Candeias e Sueli Groetzner que me receberam em suas casas e me fizeram sentir acolhido e em casa. Agradeço aos colegas historiadores Cândido Domingues e Jesus Bohorquez que me ajudaram a encontrar uma casa em Lisboa, poucos dias antes de minha ida; e também a amiga Beatriz Bastos que dividiu as angústias do arquivo, as conversas no almoço e também algumas cervejas para espairecer. Por fim, agradeço a Cátedra Jaime Cortesão e ao Instituto Camões que financiaram parte dos recursos, que viabilizaram minha estadia em Portugal entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018.

Já na etapa brasileira da pesquisa agradeço a diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão Maria Helena Pereira Espinola e todos os funcionários do arquivo, pela solicitude e interesse em me ajudar com a documentação ali depositada, me indicando catálogos e documentos que me ajudaram na construção do texto final da tese. E agradeço também ao diretor do Arquivo Público do Estado do Pará Leonardo Torii, bem como cada funcionário do arquivo, que me auxiliaram como puderam em meio às obras pelas quais passava o prédio, me disponibilizando alguns documentos de acesso restrito, bem como do acervo digitalizado.

Agradeço muito ao amigo Pablo Mont Serrath, por abrir as portas para minha participação no Grupo de Pesquisa Economia e Política dos Império Ibéricos e pelas ótimas contribuições em meu exame de qualificação e pela leitura e acompanhamento sempre atento ao meu trabalho. Assim como agradeço aos colegas que participam do Grupo e ajudaram o trabalho a chegar onde chegou: Rafael Coelho, Mário Simões, Eduardo Ramos, Danyllo de Azevedo e Natalia Tammone. Pelas grandes contribuições em meu exame de qualificação também quero agradecer a professora Ana Hutz, por toda a disponibilidade. Também agradeço a turma Grupo de Pesquisa sobre o Tráfico Transatlântico de Africanos Escravizados, do qual também faço parte, em especial a Gustavo Acioly e Leonardo Marques, cujas conversas são sempre muito instrutivas e que de certa forma contribuíram para responder algumas questões deste trabalho.

No limite entre os agradecimentos acadêmicos e àqueles de cunho pessoal, agradeço imensamente ao amigo e ao meu “pai acadêmico” Max Menz: a amizade, a paciência, as conversas, as oportunidades em sala de aula e nos grupos de pesquisa, as orientações e principalmente os “esculachos” foram fundamentais para formar o historiador que me tornei hoje, depois de quase dez anos que nos conhecemos. E ressalto:

todos os defeitos que tenho como historiador são por vadiagem – como ele diria – minha. Já nas qualidades, ele tem uma contribuição bastante grande.

Aos amigos que a Jéssika trouxe para minha vida: Thiago Melo, Roger Ferraz e Jorge Nicareta e que mesmo com pouco tempo de convivência se tornaram pessoas especiais. Aos compadres Claudemir Silva, Camila Gaspar e aos meus afilhados Ket e Lucas; aos também compadres Rafael Renosto, Adriana Cotrim e a minha outra afilhada Mari: todos são a família que a vida me deu. Aos grandes amigos de vida e de luta: César Roberto e família, Paulo Tácio e Ana Paula, Vitor Medeiros e Paula Hernandez e Renato Schmidt, pessoas importantes nos mais variados momentos da vida. Aos amigos da História Econômica *hardcore*: Felipe Melo e Gustavo Meira agradeço as intermináveis conversas sobre historiografia, fontes, pesquisas, artigos em parceria (neste caso, me refiro especialmente ao Felipe), futebol, música, política e os momentos únicos e impagáveis nos churrascos, botecos e viagens.

Não menos importante vai o agradecimento aos amigos de longa data e que acabaram se tornando irmãos: a André Filipe, que muitos acham mesmo que somos irmãos, por estarmos sempre juntos na USP, nos congressos Brasil a fora, nos jogos do Corinthians e que sempre esteve acompanhando de perto este trabalho de pesquisa, lendo o texto cuidadosamente, sugerindo modificações importantes e criando os melhores nomes para capítulos e subcapítulos; além disso, foi figura importante em alguns momentos difíceis pelo qual passei, principalmente quando estive em Lisboa. E a meu irmão mais velho que a vida deu, Gustavo Dhein: muito do que me tornei hoje se deve a sua influência direta por meio de como encara os problemas do mundo; agradeço de coração todas nossas conversas, nossas viagens malucas, nossos churrascos, partidas de videogame, enfim, por essa convivência formidável de quase quinze anos, mesmo em momentos em que, talvez, eu não tenha feito jus a essa amizade. Ele também é fundamental nesta versão do trabalho, já que se engajou na revisão final do texto.

Chegamos à família. Quero agradecer minha sogra Josefa Neto e meu sogro Manoel Bezerra por me acolher tão bem em sua família. Agradeço também minha cunhada Leila Bezerra e seu companheiro Rafael Pinheiro, por todo apoio e carinho que sempre dispensaram. Não menos importante, meu cunhado e grande amigo Jefferson Bezerra que é parceiro de todas as horas, boas e difíceis: talvez seja a pessoa, fora do círculo da História, com quem mais dividi as dificuldades deste trabalho em nossos

churrascos aleatórios no meio de semana, quando essa tese parecia não andar de jeito nenhum.

Agradeço também aos meus avós Mosar Cambraia (*in memoriam*) e Alice Ribeiro, Waldemar Martins e Maria Ferraz por serem pessoas fundamentais na minha trajetória, por serem meus grandes e melhores amigos e por me fazerem ter as melhores histórias da infância que alguém poderia ter. Ao meu tio Ricardo, do qual tenho muito orgulho pela história de vida e ele sabe o porquê. A meu pai Carlos Alberto, minha madrastra Giane Martinelli e meus irmãos Gustavo, Renan e Guilherme por essa boa fase que estamos vivendo a algum tempo. Agradeço também uma outra pessoa que é das mais importantes em minha vida, minha irmã Débora Rani, só tenho gratidão por tudo: pela irmandade, pela parceria em tudo que sempre tivemos, por todo o apoio que sempre me deu, por sempre me colocar para cima nos momentos difíceis e pelas ótimas viagens que fazemos. Por último e mais importante, meu agradecimento mais do que especial à minha mãe Maralice Cambraia: se hoje sou um historiador e um educador é graças a seu exemplo e dedicação que sempre teve com a História e seu ensino, pelo exemplo de mãe que é, sempre nos cercando de muito amor, carinho e dedicação e permitindo – mesmo meio em muitas dificuldades – que eu pudesse me dedicar quase que exclusivamente a carreira acadêmica, fazendo com que eu chegasse onde cheguei: o título de doutor é mais seu do que meu.

Para encerrar esse longo agradecimento, por último deixo minha companheira de vida e trajetória Jéssika Bezerra. Para dizer que tem sido muito mais que minha companheira de vida nesses últimos onze anos que temos compartilhado: é a parceira de academia com quem dividi todas as aflições e êxitos deste trabalho, minha revisora mais exigente, minha editora dos mapas que compuseram esta tese e que fez a editoração final do texto, além de diversas sugestões e o apoio incondicional no decorrer da pesquisa; é a psicóloga, sempre atenta a ouvir as angústias da vida e proferir as sábias palavras que me colocaram no prumo; é a resignação em pessoa, suportando os períodos em que precisei estar longe ou simplesmente dedicado em 100% do tempo ao trabalho. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, ao se referir ao povo nordestino disse que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Mulher, nordestina e negra: Jéssika, nesses termos, tem uma força imparável. Não chegaria aqui sem ela. Não conheço mulher como ela. Obrigado por sonhar meus sonhos!

O negociante situava-se na escala mais elevada dos grupos mercantis, era aquela personagem com quem governadores e vice-reis procuravam manter relações amistosas, aquela que se procurava atrair como principal arrematante dos dízimos reais. (Serrão & Marques, 1986, p.240)

Além disso, os grandes empreendimentos dos negociantes se acham sempre, necessariamente, confundidos com os negócios públicos. (Montesquieu, 2007, p.336)

RESUMO: Esta pesquisa tem o intuito de analisar como a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGPM), empresa de caráter monopolista criada pelo Gabinete Josefino em 1755. Ela relacionava-se com os grupos mercantis que atuavam nas regiões do Império Português, em que passou a operar. Para isso, é mister compreender não só a maneira como a Companhia era administrada a partir de Lisboa, mas também a sua relação com a administração régia nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão, bem como com as das ilhas de Cabo Verde e das feitorias de Bissau e Cacheu e seus administradores, alocados nessas mesmas regiões, além dos mercadores e colonos ali estabelecidos: é preciso ir além, e compreender como se constituíram as sociedades e as relações sociais estabelecidas nessas localidades. Sendo assim, nossa análise centraliza-se no recorte temporal que se inicia em 1755, ano da instituição da empresa fomentista, e se encerra em 1787, quando ela deixou de operar no tráfico de escravizados em África; no entanto, nosso olhar estendeu-se para décadas anteriores e posteriores com o intuito de compreender os reais impactos da Companhia nas áreas nas quais atuou.

Palavras-chave: Companhias Monopolistas ↔ Grupos Mercantis ↔ Comércio Ultramarino ↔ Produção Colonial ↔ Tráfico de Escravizados.

ABSTRACT: This research aims to analyze how the General Trade Company of Grão-Pará and Maranhão, a monopolistic Company created by the Josefino Office in 1755, related to the mercantile groups in the regions of the Portuguese Empire where did they started operating. For this, it's necessary to understand not only the way the Company was administered in Lisbon, but also its relationship with the royal administration in the colonies of Grão-Pará e Maranhão, as well the relationships with the Cape Verde islands and the ports of Bissau and Cacheu, and their administrators, and, finally, with the merchants and farmers established there: it's necessary to go further and understand how the societies and social relations established in theses localities were constituted. Thus, our analysis seeks to focus on the time frame that begins in 1755, the year of the establishment of the Companhia, and ends in 1788, when it ceased to operate in the slave trade in Africa. However, our view extended to previous and subsequent decades in order to understand the true impacts of the Companhia in the areas in which it operated.

Keywords: Monopolistic Companies ↔ Mercantile Groups ↔ Oversea Trade ↔ Colonial Production ↔ Slave Trade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. As Sociedades Comerciais e de Produção no Maranhão (1737-1755)	55
Figura 2. Brasão de Armas da Casa dos Belfort.....	69

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização da Fazenda Kylrue.....	70
Mapa 2- O Arquipélago de Cabo Verde	119
Mapa 3. Região de atuação da Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Anexas	154
Mapa 4. As Feitorias dos Rios da Guiné e as principais praças comerciais do sertão .	173
Mapa 5. O Conselho de Cacheu e sua divisão política.....	179
Mapa 6. O Conselho de Bissau.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Colonos com remessas pela CGPM, em ordem cronológica (1755 – 1788)..	57
Tabela 2. Exportações de Lisboa para o Maranhão (1758-1778) (em réis).	62
Tabela 3.Receitas de Despesas da Câmara de São Luís	63
Tabela 4. Exportação de Arroz Maranhense em comparação com as Exportações Totais da Capitania do Maranhão (1767-1788)	73
Tabela 5.Administradores da CGPM em Cabo Verde (1759-1777)	130
Tabela 6.Importações cabo-verdianas de chapéus de feltro	136
Tabela 7. Totais de têxteis importados por Cabo Verde (em réis)	137
Tabela 8. Tipos de têxteis e seus valores (em réis)	138
Tabela 9. Exportações de Cabo Verde para o Reino (em réis).....	140
Tabela 10.Gêneros exportados de Cabo Verde para Lisboa (em réis)	141
Tabela 11.Exportações de Urzela para o Reino (em réis)	143
Tabela 12. Panaria cabo-verdiana remetida para a Guiné Portuguesa	148
Tabela 14. Despesas Anuais das Ilhas de Cabo Verde (em réis).....	152
Tabela 15.Tabela 15. Lista de Viagens para o Tráfico em Cabo Verde e Rios da Guiné (1781-1786)	165
Tabela 16.Lista de Viagens Lisboa – Cabo Verde – Lisboa (1781-1786)	169
Tabela 17. Administradores da CGPM em Cacheu.....	197

Tabela 18. Administradores da CGPM em Bissau	199
Tabela 19. Aguardente remetida para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	201
Tabela 20. Espingardas remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	203
Tabela 21. Pederneiras remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	204
Tabela 22. Pistolas remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	205
Tabela 23. Pólvora remetida para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	207
Tabela 24. Ferro em barra remetido para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	208
Tabela 25. Chapéus remetidos para os Rios da Guiné (1758-1778) (em réis)	210
Tabela 26. Têxteis remetidos para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)	211
Tabela 27. Tipos de têxteis remetidos para os Rios da Guiné (1758-1781)	213
Tabela 28. Têxteis Caboverdianos remetidos para os Rios da Guiné (1758-1782)	214
Tabela 29. Marfim exportado dos Rios da Guiné pela CGPM (em réis)	218
Tabela 30. Cera de Abelha exportada dos Rios da Guiné pela CGPM (em réis)	220
Tabela 31. O Tráfico de Escravizados Equatorial pela CGPM (1756-1782)	223
Tabela 32. Balanço da CGPM em África (em réis)	229
Tabela 33. Vendas de José Domingues à CGPM (em réis)	239
Tabela 34. Produtos comprados nos leilões da CGPM por João da Silva Ledo (em réis)	241
Tabela 35. Vendas de António Cardoso Saldanha (em réis)	244
Tabela 36. Vendas de Manuel de Almeida Braga (em réis)	247
Tabela 37. Vendas de Domingos Lourenço (em réis)	250
Tabela 38. Compras e Vendas de CGPM para Domingos Lourenço (em réis)	251
Tabela 39. Compras e Vendas de CGPM para Paulo Jorge e João Roque Jorge (em réis)	257
Tabela 40. Produtos arrematados por Paulo Jorge e João Roque Jorge	258
Tabela 41. Compras e Vendas de Anselmo José da Cruz para a CGPM (em réis)	266
Tabela 42. Compras e Vendas de José Gomes Pires para a CGPM (em réis)	269
Tabela 43. Compras e Vendas da Bonifas e Cia para a CGPM (em réis)	273
Tabela 44. Compras e Vendas da Albertini, Frizoni & Juvalta para a CGPM (em réis)	276
Tabela 45. Compras e Vendas da Purry, Melish e Devisme para a CGPM (em réis) ..	279
Tabela 46. Compras e Vendas da Illius & Cia para a CGPM (em réis)	281

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Viagens entre São Luís e Lisboa (1760-1788)	60
Gráfico 2. Exportações de Algodão em Rama (1760-1788) (em arrobas)	61
Gráfico 3. Exportação de Arroz Maranhense (1767-1788)	75
Gráfico 4. Exportações de cacau do Grão-Pará em réis (1730-1755)	87
Gráfico 5. Exportações Paraenses para Portugal (1730-1777) (em réis)	106
Gráfico 6. Relação entre exportações e entrada de africanos escravizados no Grão-Pará (1730-1777)	107
Gráfico 7. Exportação de Urzela para o Reino	144
Gráfico 8. Escravos traficados nos Rios da Guiné entre 1778 e 1780	156
Gráfico 9. Escravos Adquiridos nos Rios da Guiné (1780-1786)	168
Gráfico 10. Importações da CGPM nos rios da Guiné (1758-1781)	216
Gráfico 11. Produtos exportados por António Cardoso Saldanha (1753-1756)	245
Gráfico 12. Produtos exportados por Manuel de Almeida Braga (1753-1756)	248
Gráfico 13. Produtos exportados por Domingos Lourenço (1753-1757)	250
Gráfico 14. Produtos arrematados nos leilões da CGPM	253
Gráfico 15. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	267
Gráfico 16. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	270
Gráfico 17. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	275
Gráfico 18. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	277
Gráfico 19. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	280
Gráfico 20. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM	283

ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (Lisboa)

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

BPE – Biblioteca Pública de Évora

CGPM - Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão

CGPP - Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba

TSTD - Trans-Atlantic Slave Trade Database

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PRÓLOGO.....	33
SEÇÃO I – AS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ E O MARANHÃO	45
CAPÍTULO 1. O MARANHÃO DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO	46
1.1. Agentes e a Organização Mercantil e Produtiva na Capitania do Maranhão: o antes e o durante a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.	46
1.2. Lourenço Belfort: a Trajetória de um Mercador Irlandês na Capitania do Maranhão (c.1730 – c.1780).....	65
CAPÍTULO 2. O GRÃO-PARÁ E A COMPANHIA: DE BELÉM AO IMPÉRIO	79
2.1. O Grão-Pará antes da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: economia e sociedade na fronteira do Império Português	81
2.2 Elite colonial no Grão-Pará com origem reinol: os Oliveira Pantoja entre Belém e o sertão paraense.....	94
2.3 O Grão-Pará e o monopólio: a Companhia Geral do Grão-Pará e a Maranhão, o conflito por mão de obra e as relações com os grupos mercantis	99
2.4. O Grão-Pará e o monopólio: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o tráfico de africanos escravizados e a produção colonial.....	106
2.5. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a ocupação dos sertões do Império Português: as conexões entre as capitanias do Grão-Pará e o Mato Grosso	109
SEÇÃO II – O COMPLEXO AFRICANO: CABO VERDE E OS RIOS DA GUINÉ	118
CAPÍTULO 3. O ENTREPOSTO PARA O TRÁFICO: CABO VERDE E A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO.....	119
3.1. O contratador José Gomes da Silva: o arquipélago cabo-verdiano como negócio para os comerciantes de grosso trato?	126

3.2. Comércio e Administração cabo-verdianos sob monopólio: o alvorecer de um novo tempo?	128
3.3. A Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e anexas: o monopólio para superar o fim do monopólio (1780-1786)	154
CAPÍTULO 4. A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS: OS RIOS DA GUINÉ	173
4.1. O Comércio nos Rios da Guiné, a Administração Lusa, os Poderes e as Redes Mercantis locais.....	181
4.2. Os Rios da Guiné e a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão: o monopólio, as mercadorias manufaturadas e o tráfico de africanos escravizados	196
SEÇÃO III – O REINO	234
CAPÍTULO 5. A COMPANHIA E O REINO: UMA NOVA BURGUESIA MERCANTIL?	235
5.1. Os Amazonistas	236
5.1.1. Navegar é preciso: os mercadores do atlântico José Domingues e João da Silva Ledo	236
5.1.2. Os sócios-fundadores António Cardoso Saldanha, Manoel de Almeida Braga e Domingos Lourenço	244
5.2. Os Intrusos.....	255
5.2.1. Em nome do pai: os mercadores Paulo Jorge e João Roque Jorge.....	255
5.2.2. O Fidalgo-Tabaqueiro Anselmo José da Cruz.....	265
5.2.3. O nobre José Gomes Pires	268
5.3. Os Estrangeiros.....	272
5.3.1. Bonifas, Irmão e Cia.....	272
5.3.2. Albertini, Frizoni e Juvalta	276
5.3.3. Purry, Melish e Devisme	278
5.3.4. Ludero Illius e Cia	281
5.4. Um breve balanço sobre a relação entre a Companhia Geral do Grão-Pará e os Grupos Mercantis estabelecidos em Lisboa	284

CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
FONTES	292
Fontes Manuscritas	292
Fontes Digitais.....	300
Fontes Impressas	300
BIBLIOGRAFIA	302
ANEXO 1	316
ANEXO 2	318

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo estudar a atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGPM), durante o período entre 1755, quando foi instituída, e 1788, quando deixou de atuar definitivamente no tráfico de escravizados em África, tempo este em que operou comercialmente a partir de Lisboa, na Amazônia e no complexo Cabo Verde e Rios de Guiné. O intuito é contribuir à produção historiográfica, que tem investigado e identificado os grupos mercantis que atuavam na metrópole, bem como nas praças coloniais. Dentre estes autores, podemos destacar Jorge Pedreira, Leonor Freire Costa, João Fragoso, Manolo Florentino, entre outros. Durante o processo de pesquisa que proporcionou a escrita da nossa dissertação de mestrado, e principalmente na bibliografia que fundamentou a elaboração deste trabalho, fomos levados ao seguinte questionamento: a criação da empresa pombalina foi um momento de ruptura ou de continuidade com os grupos mercantis que já atuavam em Lisboa, Amazônia e África?¹

A ascensão dos grandes grupos mercantis portugueses é um fenômeno que podemos rastrear desde fins do século XVII. Portugal vinha de um momento econômico de alta em razão da descoberta das minas no sertão do Brasil e do afluxo de ouro para metrópole. Este momento, próximo ao marco de virada da centúria, foi caracterizado pelo crescimento dos rendimentos oriundos da colônia portuguesa na América, que consequente dinamização da atividade mercantil, já que as outras nações europeias estreitavam sua relação com Portugal, atraídos pelo ouro brasileiro. Viabilizou-se, assim, uma circulação cada vez maior de produtos e créditos entre os diferentes estados do Velho Continente. Contudo, essas relações comerciais foram mais próximas entre Portugal e Inglaterra, que tiveram no Tratado de Methuen, de 1703, a sua ratificação máxima. Enquanto a primeira nação encontrava um importante mercado para seus vinhos, a segunda garantia um seguro mercado consumidor para sua produção manufatureira. Isso

¹ MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Essa bibliografia trata sobre o mercantilismo, a administração pombalina, a economia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, sistema colonial, tráfico de escravos e grupos mercantis, além das obras mais específicas sobre a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

porque Portugal poderia remeter os têxteis britânicos para suas colônias na América, no Oriente e na África.²

No entanto, mesmo com o afluxo de ouro, a economia portuguesa voltou a retrair-se em decorrência de fatores como o terremoto de 1755, a entrada na Guerra dos Sete Anos (em 1762) e a depreciação dos preços pagos pelo açúcar com o restabelecimento do mercado para o produto, por volta de 1764. Com efeito, na segunda metade do século XVIII, começa-se a sentir a diminuição na produção das jazidas auríferas na região das Minas Gerais, e os efeitos sobre a balança de comércio tendiam ao decréscimo. A crise da extração do minério modificou completamente as relações comerciais anglo-portuguesas, com as exportações inglesas sofrendo retração. A tendência geral foi de aumento de preço dos manufaturados, sobretudo os têxteis.³

Na metade do século XVIII ocorreu a sucessão de D. João V por D. José I no trono português, em meio às discussões acerca do Tratado de Madri. Nesse ínterim, Sebastião José de Carvalho e Mello – futuro Marquês de Pombal – assumia como Ministro de Assuntos Exteriores e da Guerra. Focado no reforço das políticas mercantilistas, destacou-se no campo econômico por seu reformismo e empreendeu o enrijecimento do exclusivo comercial com a colônia. Carvalho e Mello fora ministro português em Londres e enviado especial em Viena. Propunha um maior controle e centralização político-administrativa, influenciado pelos ares de toda uma geração de políticos. No campo econômico, partiu para o fomento à produção metropolitana e a consequente exploração colonial, legando o controle comercial às empresas monopolistas, que em tese beneficiavam os mercadores lisboetas em detrimento dos comerciantes estrangeiros e locais.⁴

O período de sete anos que passou em Londres como ministro – 1738 a 1745 – serviu a Carvalho e Melo como um momento de adquirir subsídios teóricos para compreender o enfraquecimento da economia portuguesa frente a outras metrópoles europeias. Para o futuro ministro de Estado, os tratados assinados no início do XVIII – Utrecht e Methuen – eram extremamente onerosos ao progresso de Portugal, pois boa

² BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001. (p. 123-4). MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A Fazenda*. In: MATTOSO, José. (org.). *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1993. (p. 236).

³ FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1971. (p. 77-9).

⁴ FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982. (p. 232-3)

parcela do comércio realizado em (e pelo) Estado era dependente do capital britânico. A falta de políticas de fomento à industrialização e às produções nacional e colonial, somada à dependência de importações de manufaturados e cereais, fez com que houvesse fuga de capitais produzidos pela mineração para a Inglaterra. Tal fato aumentava cada vez mais a dependência da economia portuguesa em relação à produção colonial, e, conseqüentemente, às exportações britânicas.⁵

Carvalho e Melo, nesse sentido, se colocava em oposição à predominância inglesa na economia do Reino. Ao mesmo tempo em que procurava manter a proteção militar da Inglaterra, buscava rechaçar a sua tutela comercial, na tentativa de garantir a soberania mercantil lusitana. O discurso pombalino era pautado na proteção dos interesses nacionais, buscando apoiar os comerciantes lusitanos que se encontravam nas praças comerciais metropolitanas e combater os que agiam na clandestinidade – fossem eles estrangeiros ou portugueses – e que prejudicavam o comércio regular. Esquadrinhava na relação com a colônia viabilizar a riqueza a uma nova classe comercial lusitana, por meio de arrendamentos e contratos reais. Sua política protecionista também abrangeu as principais mercadorias coloniais e a fiscalização mais efetiva da produção do ouro.⁶

Para tentar consolidar o Império Português frente a outras potências era necessário maior controle por parte da administração Real. Desse modo, ao utilizar do ferramental mercantilista, Pombal pretendia favorecer homens de negócio portugueses, buscando fortalecer este poder no mercado atlântico. O exemplo cabal da política fomentista de Pombal foi a retomada do projeto das Companhias de Comércio, que remontava ao princípio da expansão ultramarina portuguesa e o comércio direto com o Oriente. Sendo assim, em 1755 fundou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão – objeto de investigação dessa pesquisa – e sua congênere de Pernambuco e da Paraíba, em 1756, que visavam o comércio no ultramar; da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756 e das Reais Pescarias do Reino do Algarve, em 1773, que tinham como objetivo o fomento às atividades econômicas no Reino.⁷

⁵Cf: AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004. (p.220); MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (p. 89).

⁶Cf: AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. Cit.*; MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*

⁷Cf: MARCOS, Rui de Figueiredo. *As Companhias Pombalinas: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*. Coimbra: 1997; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Sobre o mercantilismo e seus ferramentais. Cf: COLEMAN, Donald C. *Eli Hecksher and the idea of mercantilism*. In: *Scandinavian Economic History Review*, v. 5, 1957. HECKSCHER, Eli. *La época mercantilista: historia de la organización y las ideas*

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão veio para atender uma demanda do Império Português com uma região, de presença portuguesa menos patente desde os tempos da expulsão dos franceses de São Luís e da fundação de Belém, em 1616. Diversas tentativas de colonização e ocupação do território foram ensaiadas no decorrer do século XVII e na primeira metade do XVIII, mas com pouca efetividade. A posse portuguesa, nesse sentido, sempre foi mantida com muita fragilidade e com a ameaça constante por parte de franceses e holandeses. No entanto, foi a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750 – que redefinia os limites das colônias portuguesas e espanholas na América –, que fundamentou uma pressão para a Coroa Portuguesa elaborar um plano de colonização da região de forma definitiva. Mesmo com fronteiras estabelecidas no acordo, na prática a região amazônica foi território de tensão para o Império Português.⁸

Além das questões territoriais, o grande problema da região amazônica sempre esteve ligado ao problema da escassez de mão de obra. Desde finais do século XVII se encontram correspondências dos produtores e comerciantes das capitanias do Pará e Maranhão para a metrópole, reclamando a falta de escravizados para as lavouras. A questão do uso da mão de obra forçada dos nativos – característica marcante da Amazônia portuguesa – perdurou por boa parte do século XVII até o ano de 1757, com a promulgação do Diretório dos Índios por D. José I. Desde os idos da colonização, discutia-se a proibição deste trabalho forçado e sua substituição pelos africanos. Os governadores e funcionários coloniais encontravam dificuldades em fazer valer a lei régia de proibição do trabalho compulsório indígena, ao mesmo tempo em que era preciso administrar a tensão entre os lavradores e os jesuítas acerca da utilização dessa mão de obra na lavoura. Além disso, a falta de uma rota regular de tráfico de escravizados africanos acentuava ainda mais a crise na região.⁹

econômicas desde el final de la edad media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1943. MAGNUSSON, Lars. Mercantilism: the shaping of an economic language. London; New York: Routledge, 1994. ROSCHER, Wilhelm. Principles of Political Economy. Chicago, 1878.

⁸MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.98-9)

⁹Sobre a política indigenista no Brasil colonial e a questão do conflito sobre a utilização da mão de obra indígena compulsória, sobretudo na Amazônia Portuguesa. Cf: BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983. ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios – Um Projeto de Civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

A dificuldade dos funcionários coloniais em resolver o imbróglio em relação à escravização do indígena e a sua substituição pela mão de obra africana era notória. Destarte, a ideia da Coroa era que os jesuítas ajudassem a organizar o tráfico de escravizados na região, ao mesmo tempo em que seriam responsáveis pela libertação dos indígenas do cativeiro. Porém, o modo como a sociedade amazônica se organizou provaria ser difícil executar os Regimentos das Missões – como de fato foi –, tanto em 1680 como em 1748. Estava claro que a sombra de poder por parte do Estado Português na região era restrita. Com isso os jesuítas controlavam a mão de obra indígena e impunham muitas dificuldades aos governadores, que tiveram que lidar com uma série de conflitos entre os inácianos e os colonos. Os eclesiásticos eram vistos por Carvalho e Melo como uma barreira que impedia o crescimento da região. Essa adversidade só seria resolvida em 1759, com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, após o futuro Marquês de Pombal atribuir a alguns inácianos influentes em Lisboa a culpa por um suposto atentado sofrido por D. José I, em 1758.¹⁰

Paralelo ao conflito com os jesuítas, ainda era necessário resolver o problema da inserção da mão de obra africana na região. A situação começou a vislumbrar melhoras com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Carvalho e Melo, a governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão: a ele coube a responsabilidade de introduzir os projetos de recolonização daquelas capitanias, agora sob sua influência. Seu objetivo era o de reconstruir política e economicamente a Amazônia Portuguesa. O sucesso do empreendimento escravista no Estado do Brasil passou a ser utilizado como argumento para promover o tráfico para o Grão-Pará e Maranhão. O primeiro impulso foi dado por Furtado juntamente com alguns colonos e comerciantes estabelecidos no Pará e no Maranhão: a criação de uma companhia monopolista – com apoio de Carvalho e Melo – a partir dos homens de negócio da praça de Belém. Entretanto, com a economia pouco proeminente da região não foi possível juntar recursos financeiros necessários para a formação de uma empresa com um cabedal que pudesse fomentar o tráfico transatlântico de africanos para as ditas capitanias.¹¹

¹⁰MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. (p.216-9). MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Ed. Senado Federal: Brasília, 2005. Vol.1. (p.281-298). AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. Cit.* (p.52)

¹¹SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O Governo das Conquistas do Norte: Trajetórias Administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011. (p.32)

Assim, com o fracasso desse primeiro empreendimento, Carvalho e Melo articulou os homens de negócio estabelecidos em Lisboa e, em 1755, foi enviada petição a D. José I para que fosse fundada a Companhia. Dentre seus objetivos principais estavam: fomentar o tráfico de escravizados africanos para as capitanias do Pará e do Maranhão, bem como estimular a produção de gêneros coloniais e a coleta de drogas do sertão na região. Além disso, ficaria a cargo da empresa a administração do arquipélago de Cabo Verde, bem como das feitorias nos Rios da Guiné, e sua proteção através de construção de fortificações tanto nas ilhas, quanto na Costa. Outro ponto fundamental, que deveria ser posto em prática pela Companhia era o estímulo às manufaturas no Reino, objetivo esse que era primordial para a política do Gabinete Josefino.¹²

Discorrendo acerca dos resultados econômicos da empresa pombalina, em nossa pesquisa de mestrado pudemos observar como a Companhia impactou positivamente no tráfico nos Rios da Guiné, assim como aumentou consideravelmente a introdução de mão de obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão. O trato de escravizados estabeleceu-se de vez na região, e o mais importante: centralizou os fluxos de oferta para a colonização da região amazônica, uma das grandes metas da política pombalina. Além disso, proporcionou a expansão da produção agropecuária e extrativa na Amazônia, que ao mesmo tempo propiciava a diversificação de produtos de sua colônia na América: além da cana de açúcar e do tabaco, oriundos do Nordeste, havia remessas consideráveis de produtos amazônicos com grande penetração no mercado europeu, tais como algodão, arroz, cacau e outras drogas do sertão. Com isso, Portugal garantia sua posse nos territórios amazônicos como também ratificava uma das principais aspirações de Pombal e do Gabinete Josefino: sua (re)ocupação e (re)colonização.¹³

Nesse contexto se enquadra o que pretendemos com a discussão acerca dos grupos mercantis. Segundo Fernand Braudel, o século XVIII foi o momento em que os grandes comerciantes assumiram o protagonismo na sociedade europeia e em suas colônias. Esta supremacia do agente mercantil, conforme Jorge Pedreira, introduziu-se pela falta de acesso direto dos produtores ao mercado, ou seja, aos insumos necessários para aquilo que se pretendia produzir. É nesse vácuo que os comerciantes se

¹²Cf: CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Presença, 1983. CARREIRA, António. *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. 2 Volumes.

¹³MARTINS, Diego. *Op. Cit.* 2015. (p.109 – 113)

estabeleceram e se fortaleceram enquanto grupo social. A mercantilização de vários setores produtivos ocorreu por intermédio dos mercadores, sendo que muitos deles só se desenvolvem pela iniciativa destes negociantes. Neste sentido, o agente mercantil passou a ser, em muitos casos, o organizador do processo produtivo, além de controlar o abastecimento dos mercados.¹⁴

Braudel ainda apontou que todas as sociedades comerciais tenderam a se hierarquizar. Este argumento pode ser corroborado quando cotejado com Pedreira: esses sujeitos seriam o “mais restrito grupo superior, ao mesmo tempo comercial e financeiro, que mantém os lucrativos contratos com o Estado.”¹⁵ No período da administração pombalina esse grupo de comerciantes “de grosso trato” foi coberto por diversas políticas em seu favor, principalmente os maiores acionistas da Companhia.¹⁶

Até a ascensão de Carvalho e Melo, o homem forte do Gabinete Josefino, os grupos mercantis formados por estrangeiros – ou seus descendentes – eram dominantes em Lisboa e nas outras praças comerciais relevantes do Reino. Os mercadores lusitanos estavam instalados, fundamentalmente, nas praças comerciais da América e Índia, e em alguns casos nas feitorias do tráfico em África. A partir das políticas pombalinas teria havido um alargamento do poder econômico e do número de comerciantes nacionais estabelecidos na metrópole. Nesse sentido, se assistiu um crescimento no número de negociantes até a virada para o século XIX, como também nos primeiros anos do Oitocentos, quando se observou uma expansão no comércio metropolitano.¹⁷

Pedreira entende também a crise do ouro como mote para a política reformadora de Pombal. Essas mudanças, por sua vez, proporcionaram a elitização dos homens de negócio de grosso trato estabelecidos na metrópole e, neste sentido, Pombal pode ser entendido como a figura que viabilizou a formação de uma burguesia nacional, composta pelos grandes comerciantes. Assim sendo, seguindo a trilha traçada por Pedreira, de fato a política pombalina estimulou um grupo de comerciantes portugueses que operavam as relações comerciais entre a Europa e os Domínios Ultramarinos. Em alguns dados que

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII): Os Jogos das Trocas*. Martins Fontes: São Paulo, 1998. (p.336). PEDREIRA, Jorge M. Viana. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Difel: Lisboa, 1994. (p.162).

¹⁵ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (p. 333). PEDREIRA, Jorge. *Os Negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. In: *Análise Social*. Volume XXVII, p.407-440, 1992. (p.411).

¹⁶ Idem.

¹⁷ CUNHA, Carlos Guimarães da. *Negociantes, Mercadores e Traficantes no final da Monarquia Absoluta*. Lisboa: s/ Ed., 2014. (p.25-6, 37)

analisou, por exemplo, indica que até o ano de 1766, houve uma renovação de 50% no quadro de negociantes que operavam a partir de Lisboa. Outro fator que corroboraria tal fato é que, com o advento da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, cerca de cinquenta e sete novos comerciantes conseguiram o Hábito da Ordem de Cristo, demonstrando como sua ascensão econômica refletia diretamente na vida social.¹⁸

Por outro lado, Leonor Freire Costa, Rita Martins de Sousa e Maria Manuela da Rocha relativizam tal argumento. Elas reforçam a ideia de uma dinamização das trocas com a colônia, principalmente no período de auge da mineração e mesmo na segunda metade do XVIII. O ouro chegado à Europa corresponderia a entre 60% e 70% do pagamento de mercadorias existentes em Portugal. Para as autoras, mesmo com a política pombalina de fortalecimento dos grandes homens de negócio e de nacionalização do comércio colonial, a mineração abriu espaço aos pequenos negociantes e permitiu aos estrangeiros continuarem controlando uma boa fatia do mercado português. Assim como Pedreira, elas enxergam uma quebra no grupo mercantil existente antes da ascensão de Pombal ao poder, contudo apontam que do ponto de vista quantitativo a alteração não seria significativa.¹⁹

Mesmo com as medidas institucionais e organizativas, visando fortalecer parte do grupo de mercadores lisboetas, e buscando entregar o negócio colonial nas mãos desses novos agentes mais capitalizados, tais medidas não foram suficientes para consolidar completamente esse novo grupo, afinado com os propósitos reformistas de Pombal. De fato, a ideia central é de que houve uma acumulação de estoque de ouro nas mãos dos mercadores residentes em Portugal, o que teve a seguinte implicação: os agentes que acumularam metal na época da mineração permaneceram no pós-mineração. Logo, para as autoras, há uma evidente continuidade de boa parte do grupo mercantil que já atuava em Portugal antes das políticas reformistas de Pombal.²⁰

Dialogando com esse debate, temos Fernanda Olival e Fernando Dores Costa. Eles assinalam que o grupo lisboeta não pode ser entendido apenas no aspecto

¹⁸PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.426) CF: FRAGOSO, João. *Mercados e negociantes imperiais*. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR. (p.104-5)

¹⁹COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela & SOUSA, Rita Martins. *O Ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013. (p.121-138)

²⁰ Idem.

estritamente econômico, mas associado à herança da política reformista do Marquês de Pombal, que favoreceu os comerciantes que defendiam esse centralismo. Pombal tomou duas medidas importantes nesse sentido: a primeira foi acabar com a distinção entre cristãos novos e velhos, o que permitiu a ascensão de novos capitais; a segunda foi nobilitar a atividade comercial de grosso trato, atendendo os anseios desse grupo no que diz respeito às honrarias e sua reprodução social. Nesse sentido, um novo grupo de comerciantes teria sido favorecido por meio das políticas monopolistas que lhe garantiu acesso exclusivo ao comércio colonial e ao tráfico de escravizados, via Companhias de Comércio, bem como acesso às arrematações de contratos extremamente rentáveis, tal qual o do tabaco. Esse favorecimento fez com que esse grupo atingisse avultados lucros e grandes níveis de riqueza, assumindo assim o protagonismo econômico na metrópole.²¹

Do ponto de vista colonial, Júnia Furtado analisa como no século XVIII teve lugar a absorção de comerciantes cristãos-novos tanto nas praças mercantis metropolitanas, quanto nas coloniais. Para ela, Carvalho e Melo sabia da importância do capital oriundo dos cristãos-novos. Com isso, um dos fatores importantes da política pombalina foi o de procurar parcerias com os grupos mercantis para fazer chegar seu controle na colônia por intermédio dos homens de negócio: se assistia então o que se convencionou chamar de “processo de interiorização da metrópole”. Sendo assim, a política Josefina se fazia valer dos comerciantes estabelecidos nas praças coloniais para estender o seu poder aos sertões coloniais – para a autora, no auge da extração aurífera das Minas Gerais.²²

A expansão da mineração também permitiu o surgimento de grupos mercantis em áreas até então periféricas da colônia que, no entanto, orbitavam a região das Minas. Ilana Blaj, por exemplo, sugere que o advento da mineração possibilitou a vinculação de São Paulo e Minas Gerais, dinamizando a economia paulista para onde convergiam as rotas oriundas do Sul, tornando-se ponto de abastecimento das Minas, articulando também as capitanias do extremo sul da colônia. Nesse sentido, a mineração tem sido

²¹COSTA, Fernando Dores & OLIVAL, Fernanda. *Elites Económicas*. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira. *História Económica de Portugal – O Século XVIII*. Lisboa: ICS, 2005.

²²FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para o Império Marítimo Português no Século XVIII*. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009. Sobre o conceito de interiorização da metrópole. Cf: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

vista como fator importante para consolidação de uma elite mercantil na colônia. João Fragoso aponta a década de 1690 como ponto de viragem. Segundo sua análise, o domínio econômico passou das mãos dos senhores de terras e escravizados àqueles ligados ao comércio, que se estabeleceram, sobretudo, no Rio de Janeiro, assentados no comércio de grosso trato, visando ao abastecimento da região mineradora.

Antônio Carlos Jucá Sampaio reforça essa hipótese, demonstrando o papel estratégico dos homens de negócio estabelecidos no Rio de Janeiro justamente devido a sua relação de proximidade com as Minas. Para este autor, na primeira metade do século XVIII, esses comerciantes refreiam aqueles que estavam estabelecidos na cidade de Salvador e alavancam a importância econômica fluminense, que se consolida como principal centro econômico da colônia na segunda metade do Setecentos. Durante esse século, esse grupo mercantil residente passou a participar das principais rotas comerciais imperiais, dividindo o protagonismo com o grupo lisboeta, tido pelo autor como conservador e que evitava a injeção de grande volume de capitais em negócios ao mesmo tempo muito lucrativos, mas, no entanto, de alto risco. Sendo assim, tiveram papel predominante no interior da comunidade mercantil que ligava o Reino à sua colônia na América.²³

Tal movimento, para Fragoso, fez com que o Rio de Janeiro se tornasse a principal praça mercantil do Império Ultramarino Português no final do século XVIII. Por mais que as políticas reformistas de Pombal tenham estimulado o empresariado metropolitano através da centralização da arrematação dos contratos em Lisboa e da criação de Companhias monopolistas, tais ações não foram suficientes para o fortalecimento do referido grupo, pois uma vez terminados os privilégios que foram concedidos, os comerciantes estabelecidos no Reino tenderam a perder espaço para os comerciantes do Rio de Janeiro que já estavam articulados desde a primeira metade do Setecentos.²⁴

²³Cf: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Comércio, Riqueza e Nobreza: Elites Mercantis e Hierarquização Social no Antigo Regime Português*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá & CAMPOS, Adriana. *Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: Edufes, 2014.

²⁴Cf: FRAGOSO, João. *A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Op. Cit. FRAGOSO, João. *A noção de economia colonial tardia*

Contudo, resguardamos algumas discordâncias. Temos ponto pacífico em relação ao fortalecimento do grupo mercantil estabelecido no Rio de Janeiro, principalmente na virada do século XVIII para o XIX. Porém, arrazoamos que os comerciantes de grosso trato estabelecidos em Lisboa foram extremamente beneficiados pelas políticas pombalinas. Uma das consequências da instalação das Companhias monopolistas foi centralizar os fluxos mercantis em Lisboa, que além de excluir os pequenos comerciantes que atuavam de modo itinerante, concentrou vultosas rendas naqueles que participavam do comércio ultramarino e que, em sua maioria, estavam estabelecidos no Reino. O conflito, então, residia entre os pequenos e os grandes mercadores. Os pequenos, mais dedicados ao trato com o Brasil, foram duramente afetados pelas Companhias. Os grandes, que tinham ações e que, ademais, tinham nas rotas internacionais outras fontes de ganhos, saíram beneficiados com a política do Gabinete Josefino.²⁵

Pedreira aponta que as Companhias monopolistas atuaram no progresso comercial a partir do incremento das atividades mercantis na colônia, estimuladas, por sua vez, pelo tráfico de escravizados, ramos esses controlados e fomentados pelas empresas pombalinas. Outrossim, cumpria o papel do Estado, mantendo as tropas e construindo fortalezas, desonerando o Erário. Mesmo com esses custos, o advento das Companhias favoreceu a consolidação de um grupo mercantil e alavancou uma nova “elite mercantil-capitalista” estabelecida na metrópole.²⁶

Esta “elite mercantil-capitalista” visava à variedade nos seus empreendimentos, tais como compra e venda de mercadorias, armação de embarcações e arrematações de contratos. Há alguma consonância no que diz respeito à participação desses comerciantes na arrematação de contratos de tributos – principalmente após a centralização destes na metrópole –, além de controlar parte do comércio ultramarino através dos estancos. Nesta

no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Op. Cit.

²⁵ PEDREIRA, Jorge. *A Economia Política do Sistema Colonial*. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial – Volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (p.439). COSTA, Leonor Freire. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. (p.564, p.592). Como parâmetro, realizando pesquisas preliminares sobre os acionistas da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, temos que de um universo de 144 acionistas apenas 3 estavam estabelecidos na Amazônia, sendo dois em São Luís e um em Belém. Cf: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – Volume 2*. Lisboa: Nacional, 1988. (p.85 a 89)

²⁶ PEDREIRA, Jorge. *A Economia Política do Sistema Colonial*. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial – Volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821)*. Op. Cit. (p.440).

esfera, controlavam um importante ramo da vida econômica, concentrando cada vez mais riquezas e se consolidando como homens de grosso trato não só no plano estritamente local, como também no Imperial. Helen Osório demonstrou como o grupo estabelecido no Rio de Janeiro controlava a cobrança de tributos nas capitanias do sul, sendo instrumento de acumulação de grandes somas de capital e se sobrepondo aos demais grupos estabelecidos em outras praças coloniais e até mesmo na metrópole.²⁷

Ao fim e ao cabo, as Companhias eram instrumentos públicos, voltados para interesses privados, como bem sugerem Pedreira e Costa. Mas não só. Posto isso, em nossa investigação pretendemos recolocar os agentes sociais – os grupos mercantis – no centro da abordagem. Dessa forma, almejamos contribuir para esse debate e dialogar com a produção historiográfica que trata especificamente destes grupos, fossem eles estabelecidos na metrópole, nas praças comerciais coloniais ou nas feitorias de tráfico. Buscaremos compreender como as políticas pombalinas, mais especificamente a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, serviram – ou não – como instrumentos que beneficiaram determinados grupos em detrimento de outros, ou seja, se foi uma instituição que visou ao rompimento ou à continuidade com os homens de negócio que anteriormente operavam nas mesmas regiões em que a empresa fomentista monopolizou as atividades mercantis após sua criação.

Dos capítulos

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos e um prólogo, intitulado ***A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão***. Nele pretendemos apresentar, baseados na *Instituição da CGPM e os Dezesseis Capítulos das Condições Oferecidas pela CGPM para o Comércio Exclusivo nas Ilhas de Cabo Verde e suas anexas na Costa da Guiné*, como deveria operar a Companhia: como funcionaria a venda de suas ações, a composição administrativa, e seus deveres e direitos comerciais, administrativos e militares nas áreas em que vigeria seu monopólio.

²⁷ OSÓRIO, Helen. *As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Op. Cit.

No capítulo primeiro, *O Maranhão da Companhia Geral do Comércio*, temos por objetivo analisar os efeitos da criação da Companhia nos comerciantes estabelecidos em São Luís, mesmo que estes agentes sejam pouco representativos no Império Português, no que tange à quantidade de capital movimentado por eles. Sendo assim, buscaremos identificar esses sujeitos antes, durante e após a extinção do monopólio exercido pela Companhia, bem como resgatar suas estratégias de negócio, seus correspondentes no Império e as trajetórias de vida daqueles que mais se destacaram. Além disso, também aferiremos os efeitos positivos ou negativos da ação da empresa monopolista na economia colonial maranhense, a expansão de suas produções, além dos impactos sociais.

Na segunda seção, chamada *O Grão-Pará e a Companhia: de Belém ao Império*, o nosso objetivo foi praticamente idêntico ao anterior: analisar como a Companhia repercutiu nos comerciantes estabelecidos em Belém, mesmo que estes agentes tenham sido pouco representativos no Império Português. Sendo assim, buscaremos identificar esses sujeitos antes, durante e após a extinção do monopólio exercido pela Companhia, bem como suas estratégias de negócio e seus correspondentes, e as suas trajetórias de vida. Além disso, também aferiremos os efeitos da ação da empresa monopolista na economia e seus impactos sociais.

Falando da porção africana, em nosso capítulo três, denominado *O entreposto para o Tráfico: Cabo Verde e a Companhia Geral*, pretendemos ponderar sobre os efeitos positivos ou negativos proporcionados pela Companhia na produção do arquipélago, bem como o fomento ao incremento manufatureiro de tecidos, produtos tidos como fundamentais ao tráfico de escravizados nos Rios da Guiné. Assim, buscaremos compreender como os habitantes se relacionavam com a empresa fomentista, se ela foi benéfica ou maléfica àqueles que se imbuíam no comércio e/ou produção, como também a relação com a administração régia no arquipélago.

Já no quarto capítulo, intitulado *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Tráfico de Escravizados: os Rios da Guiné*, trataremos de como a Companhia atuava no comércio negreiro, de suas estratégias de negócios e de sua relação com os grupos de portugueses, afroportugueses e africanos estabelecidos na costa africana. Daremos atenção especial ao grupo mestiço estabelecido na região dos Rios da Guiné, que eram os responsáveis por negociar escravizados nas feiras dos sertões

africanos, bem como a variada gama de produtos introduzidos na costa pela empresa pombalina, principalmente os tecidos produzidos no arquipélago de Cabo Verde. Outro intento é demonstrar como funcionava a administração nas feitorias, como os administradores atuavam e como se relacionavam com os agentes envolvidos no processo sejam eles capitães de embarcação, traficantes estabelecidos nas feitorias, contratadores, entre outros.

Por fim, em *A Companhia e o Reino: uma nova burguesia mercantil?*, baseados na premissa proposta por Jorge Pedreira, de que a empresa pombalina foi responsável pela renovação do grupo mercantil estabelecido em Lisboa, intentamos lançar mais dados sobre essa proposição. Sendo assim, pretendemos identificar esse novo grupo voltado a comerciar com a Amazônia e a região do complexo formado pelo arquipélago de Cabo Verde e as feitorias dos Rios da Guiné. Focaremos sobre a trajetória daqueles comerciantes mais atuantes, bem como suas relações na Amazônia ou em África. Por fim, procuraremos demonstrar se a Companhia cumpriu seu papel de renovação dos grupos mercantis no Reino, bem como a centralização do capital mercantil nas mãos dos negociantes lisboetas, objetivos esses atribuídos à política reformista do futuro Marquês de Pombal.

PRÓLOGO

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão* [doravante, CGPM] foi criada por meio de Alvará de 07 de junho de 1755, que aprovou e confirmou sua instituição, sobre a qual falaremos neste breve prólogo. Instalada com o intuito de estabelecer uma entrada regular de africanos escravizados nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão, e assim fomentar a expansão da produção nas mesmas, o Gabinete Josefino concedeu a ela o privilégio do monopólio da navegação, do comércio por grosso e do trato negreiro com a Amazônia Portuguesa pelo período de vinte anos, a contar da expedição da sua primeira frota.

As Companhias de comércio monopolista são assunto recorrente na historiografia, sobretudo quando tratamos das empresas criadas sob a égide pombalina no Império Português. Temos uma boa dimensão sobre seus impactos econômicos nas regiões em que operaram seus monopólios, mas pouco se sabe como em teoria deveria funcionar as suas administrações, seus regimes de exclusivos, seus direitos e seus deveres para com o comércio e a ocupação das áreas delegadas. Posto isso, neste prólogo pretendemos abordar as questões presentes em dois documentos principais: o da *Instituição da CGPM* e o relativo aos *Dezesseis Capítulos das Condições Oferecidas pela CGPM para o Comércio Exclusivo nas Ilhas de Cabo Verde e suas anexas na Costa da Guiné*, ambas publicadas em sua íntegra por António Carreira.²⁸ Pretendemos, assim, esclarecer como a CGPM, em tese, deveria funcionar.

A estrutura administrativa da Companhia deveria ser composta de um provedor, oito deputados e um secretário. Ocupariam esses lugares, essencialmente, homens de negócio estabelecidos em Lisboa, nascidos ou naturalizados portugueses, que possuísem residência fixa na Corte e que tivessem, ao menos, dez mil cruzados investidos em ações da CGPM. Um aspecto importante seria que dessas dez vagas disponíveis para o corpo administrativo, uma deveria ser dedicada a um representante da Casa dos Vinte e Quatro, instituição de caráter deliberativo que funcionava como uma espécie de assembleia

²⁸CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.09 a 25). CARREIRA, António. *Dezesseis Capítulos das Condições Oferecidas pela CGPM para o Comércio Exclusivo nas Ilhas de Cabo Verde e suas anexas na Costa da Guiné*. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.309 a 324).

municipal em Lisboa. Haveria também três Conselheiros – que também deveriam ser homens de negócio estabelecidos na Corte – que, no entanto, não poderiam ser acionistas da empresa. Provedor e Deputados atuariam como uma Junta Administrativa e todas os documentos e decisões referentes à Companhia passariam ou seriam assinadas por eles.²⁹

A primeira Junta Administrativa seria nomeada diretamente por D. José I, para um mandato de três anos. Chegado ao fim dele, uma eleição seria convocada e os novos elementos – inclusive os Conselheiros – seriam eleitos por maioria simples dos acionistas. Quem possuía cinco mil cruzados em ações ou mais tinha direito a um voto; no entanto, outros interessados com menos capital investido, poderiam fazer arranjos entre si e, somando esse montante, esse grupo teria direito a apenas um voto. A reeleição não era proibida, mas só seriam reconduzidos aos cargos aqueles que conseguissem dois terços dos votos dos acionistas. Não era apenas na hora de compor a Junta que havia sufrágio: todos os negócios propostos deveriam passar pela escolha do Provedor e dos Deputados e só seriam postos em prática com aprovação da maioria dos componentes. Além disso, caberia a eles a contratação de administradores e caixeiros que atuariam no Reino ou nas outras áreas em que vigeria seu monopólio.³⁰

Os integrantes da Junta Administrativa estavam autorizados a portar armas brancas e de fogo para sua própria defesa e não podiam ser presos. Estava vedado a qualquer tribunal qualquer intervenção, de maior ou menor instância, incluindo intrometer-se na administração e solicitar prestação de contas. Para tais tarefas, a Junta nomearia um Juiz Conservador, com jurisdição privativa e que seria responsável por todo e qualquer processo – cível ou criminal – em que o Provedor e os Deputados pudessem estar envolvidos. No entanto, a chancela da escolha recairia sobre a aprovação ou não do monarca. Além das questões judiciais, caberia ao Juiz Conservador desapropriar embarcações em nome da Companhia, estabelecendo um valor justo a ser restituído aos proprietários; também poderia manejar e obrigar trabalhadores a servir à CGPM, estipulando um salário. O intuito era criar uma estrutura operacional para que a empresa

²⁹Artigos 1º e 2º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.09).

³⁰Artigos 3º, 5º e 6º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.09-11).

pudesse começar a funcionar o quanto antes, contando com embarcações, capitães, marinheiros, barqueiros, tanoeiros, etc.³¹

A Companhia necessitaria também casas e armazéns para viabilizar o trabalho. Como a construção dessa estrutura física demandaria tempo, e era de interesse da Coroa e dos acionistas que a CGPM passasse a operar com a maior brevidade possível, de início D. José I cedeu instalações desses tipos que ficavam ao redor da Igreja de Santo António, defronte à Sé de Lisboa, e onde funcionavam os depósitos públicos da cidade de Lisboa. O Rei autorizava a Companhia, por intermédio do Juiz Conservador, a ocupar também outras casas e armazéns – desde que seus proprietários recebessem aluguéis – no entorno do santuário e em um lugar chamado Boa Vista, na margem do Tejo, onde a Coroa cederia à Companhia uma pequena praia, na qual poderia construir seus estaleiros, ancoradouros e mais depósitos que fossem necessários.³²

Tendo uma estrutura administrativa, jurídica, operacional e física, a CGPM necessitava de embarcações para o comércio ultramarino, bem como para sua defesa. Sendo assim, a Coroa concedeu licença para que a empresa construísse os navios, mercantes ou de guerra necessários, sem limite de quantidade. Podiam fazê-los em Lisboa, outra cidade do Reino, ilhas Atlânticas e também nas capitanias do Grão-Pará ou Maranhão. Em caso de conflitos com outras metrópoles, a Companhia – com licença régia – poderia cooptar homens para suas guarnições, seja para as embarcações ou mesmo para defender Portugal, as ilhas e as capitanias do Norte. Além disso, os comandantes das naus de guerra seriam indicados pela Junta Administrativa, que ficaria responsável pelo pagamento dos soldos, não só dos comandantes, como dos soldados. A Coroa ainda doaria duas fragatas de guerra à Companhia, tendo em vista que não havia nenhuma que se pudesse comprar no Reino, para que de imediato a empresa pudesse fazer a segurança de sua frota e dos portos onde operaria. Ficava definido também, que todas as apreensões realizadas pelas fragatas seriam consideradas propriedade da CGPM. Em caso de guerra, a Coroa poderia solicitar que as embarcações atuassem nos esforços de repelir uma possível agressão estrangeira, mas essa atuação deveria passar pelo crivo da Junta Administrativa. Caso houvesse esse suposto socorro, a Coroa custearia os soldos em

³¹Artigos 4º, 7º, 8º, 37º, 38º, 40º, 44º e 46º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.10-12, 20-2).

³²Artigos 9º e 32º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.12 e 19).

dinheiro e ainda não cobraria os direitos dos gêneros coloniais que viessem do Grão-Pará e Maranhão.³³

No momento em que a frota da Companhia estivesse pronta para circular no Atlântico, esta deveria obedecer ao tempo determinado que poderia ficar nos portos coloniais. As embarcações deveriam zarpar do porto de Lisboa no dia primeiro de março, e dos portos de São Luís e Belém, de volta ao Reino, até meados do mês de agosto. Caso fosse necessário algum manejo excepcional, retendo ou adiantando a partida de alguma nau, a Junta deveria consultar o Rei que autorizaria ou não tal fato. Caso fosse permitido, o próprio monarca emitiria uma carta – que deveria conter também a assinatura de pelo menos dois Deputados – que seria enviada aos capitães-gerais e aos funcionários da CGPM no Maranhão e no Grão-Pará, para que a frota (ou embarcação) fosse retida por mais tempo nos portos coloniais ou fizessem o torna-viagem antes do prazo estipulado por lei. A Companhia poderia também usar seus navios a serviço do Reino ou qualquer outra atividade que trouxesse benefícios a ela própria e à Coroa, desde que essas embarcações não fossem realmente necessárias para o comércio ultramarino ou proteção das frota e portos.³⁴

Nas capitânicas, os governadores e capitães-gerais não teriam poder de ingerência sobre quase todo o assunto relativo à Companhia, nem mesmo em caso de ataques de outros países. Só interveriam no caso do tempo de permanência da frota nos portos, caso houvesse problemas com a produção, na carregação ou intempéries climáticas; no entanto, os administradores coloniais não poderiam enviar nenhuma embarcação da CGPM ao Reino fora da frota, por questões de segurança. Deveriam atentar-se às embarcações que se aproximassem dos portos de São Luís e Belém, não permitindo que atracasse nenhum navio mercantil que não fosse de propriedade da Companhia. Assim como também era vedado que partissem do porto de Lisboa – ou de outros portos do Reino – barcos que não fossem da empresa pombalina com destino aos portos

³³Artigos 10º ao 16º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.13-4).

³⁴SILVA, António Delgado. *Coleção da Legislação Portuguesa (1750-1762)*. Tipografia Maigrense: Lisboa, 1830. (p.175). Artigos 17º e 43º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.13-4 e 22).

amazônicos. Ou seja, o monopólio da CGPM deveria ser protegido e garantido pela administração real, seja no Reino, seja nas colônias.³⁵

Esse monopólio deveria ser garantido, já que a CGPM seria responsável pela manutenção das suas naus de guerras e tropa, além de patrocinar as fortalezas e tropas das capitanias do Grão-Pará e Maranhão, do arquipélago de Cabo Verde e também as da costa da Guiné. Por isso, nenhuma pessoa estaria autorizada a introduzir manufaturas nas capitanias, sendo estimulada inclusive a delação por parte dos habitantes delas. Aquele que fosse pego nessa prática seria enquadrado por contrabando e toda sua mercadoria revertida em favor de quem o denunciou. O exclusivo valeria também ao negócio negreiro, pois apenas a Companhia estava autorizada a introduzir naqueles portos coloniais os africanos escravizados, tão essenciais para a expansão das lavouras e da economia do Grão-Pará e, sobretudo, do Maranhão.³⁶

Mas isso não significava autonomia total na política de venda e de preços. Por exemplo, a Companhia não poderia comercializar a miúdo – para diminuir os preços e estimular a economia do Maranhão e do Grão-Pará – e todas as transações deveriam ocorrer nos armazéns da empresa. Na colônia, não poderia exceder seu lucro por mais de 45% sobre o valor de compra das farinhas secas em Lisboa; nas farinhas molhadas, essa porcentagem não poderia ser maior do que 15%. E não significava também isenção de custos e impostos: fretes, seguros, direitos de entrada e saída, comissões e outras despesas ficavam por conta e risco da Companhia. Nesta política de preço, porém, havia uma exceção: quando esses produtos oriundos da Europa eram trocados diretamente por gêneros, firmar-se-ia um acordo entre os produtores e representantes da CGPM. Havia mais uma ressalva. Caso os produtores e os administradores da Companhia não chegassem a um acordo sobre os preços, os primeiros poderiam remeter suas mercadorias para seus correspondentes no Reino, praticando o valor que achassem adequado. Contudo, os produtores deveriam assumir todos os riscos da travessia atlântica, pagando à CGPM o frete e o seguro, bem como os direitos de saída nos portos coloniais e de

³⁵Artigos 18º ao 20º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.15-6).

³⁶Artigos 29º e 30º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.18).

entrada nos portos metropolitanos. Fato esse que causou vários problemas, como veremos ao longo deste trabalho, tendo em vista o maior poder de barganha que a CGPM possuía.³⁷

Sobre as questões fiscais, os gêneros que saíam do Grão-Pará e do Maranhão e que fossem utilizados para consumo no Reino ou quaisquer domínios do Império Português manter-se-ia o mesmo sistema tributário que já estava estabelecido no Regimento da Alfândega do Tabaco de 1751, o que facilitava a arrecadação: o pagamento estipulado seria de 1\$690 réis por arroba de gênero que dava entrada nos portos portugueses. Ao que parece, as madeiras extraídas da colônia possuíam uma carga tributária alta – não especificada – mas a CGPM ganharia um bônus: pagaria apenas a dízima, desde que fossem utilizadas em Portugal ou revendidas diretamente para países estrangeiros, a fim de garantir maior lucratividade para os negócios da Companhia. O café, produto exportado em certa quantidade dos portos de São Luís e Belém, era o único item isento de tributos, tendo em vista a grande demanda e a pouca oferta do gênero que normalmente chegava exportado de outras metrópoles. O intuito era desenvolver a cafeicultura na Amazônia, fato que não se desenrolou mesmo com os incentivos fiscais por parte da Coroa.³⁸

A CGPM contava com outras isenções e benefícios concedidos pela Coroa. E essas benesses eram exclusivamente para as naus de guerra e sua tripulação. Como era necessário abastecê-la de mantimentos e artilharia, o Rei, por exemplo, concedia o uso do moinho e dos fornos D'el Rei situados no Complexo Real do Vale do Zebro, no Barreiro, nos arredores de Lisboa. Lá poderiam produzir farinhas e assar biscoitos e pães sem custos. O vinho, o azeite e as carnes receberiam abatimentos em seus valores, bem como no pagamento dos direitos de entrada e saída, nos moldes que pagava a própria Fazenda Real para abastecer as tropas portuguesas sob responsabilidade da Coroa. Já a pólvora e outros insumos para a construção de armas e fabricação de munições estavam

³⁷Artigos 23º, 24º, 26º e 27º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.16-7).

³⁸Artigos 31º e 32º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.18-9). SILVA, António Delgado. *Coleção da Legislação Portuguesa (1750-1762)*. Tipografia Maignense: Lisboa, 1830. (p.34)

totalmente isentas de tributos, com a Companhia podendo utilizar as fábricas reais de pólvora para tal.³⁹

Por fim, com toda a estrutura administrativa, jurídica, operacional, física e tributária organizadas, necessitava-se do primordial para uma empresa comercial: o capital. Institui-se, assim, que a CGPM teria um fundo de um milhão e duzentos mil cruzados que seriam divididos em mil e duzentas ações, que custariam mil cruzados, ou seja, quatrocentos réis cada uma. Os interessados poderiam adquirir um número ilimitado de ações, podendo também um grupo de pessoas se juntarem em sociedade para adquirir apenas uma ação, desde que escolhesse um dos sócios para administrar os dividendos. Este fundo estaria aberto para súditos portugueses estabelecidos no Reino, nas ilhas Atlânticas e em toda a América Portuguesa; e ficaria retido desde o primeiro dia em que a frota zarparse do porto de Lisboa, pelo tempo de vinte anos prorrogáveis, que foi o período concedido de monopólio pela Coroa.⁴⁰

O acesso às ações estava aberto a nacionais e estrangeiros, que poderiam vendê-las ou doá-las em vida, desde que a transação fosse autorizada pela Junta Administrativa e pela Coroa. No que tange à venda, mais explicitamente, o acionista poderia fazê-la de forma parcial ou total e o preço seria ajustado entre as partes. Já os primeiros dividendos seriam pagos no mês de julho de 1758 e, a partir disso, passariam a ser distribuídos anualmente, sempre no mês de julho. O prazo visava permitir à CGPM injetar os lucros dos primeiros três anos na expansão dos próprios negócios e realizar a manutenção – e mesmo a construção – das fortalezas nas colônias e feitorias, bem como aumentar sua frota e estimular a produção colonial. Por fim, acabado o prazo do monopólio concedido à Companhia, todas as ações existentes nos cofres da mesma passariam ao Depósito Geral da Corte, que se responsabilizaria pelo pagamento aos seus respectivos titulares.⁴¹

Nessas primeiras disposições, o comércio com a África ficou em segundo plano. Há uma menção de que a introdução de escravizados no Grão-Pará e Maranhão era de

³⁹ Artigos 33º, 34º, 36º e 45º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.19, 20 e 22).

⁴⁰ Artigo 49º, 51º e 54º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.23-4).

⁴¹ Artigos 50º, 51º, 52º e 53º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.23-4).

exclusividade da CGPM, mas o trato no continente não apareceu de forma explícita na Instituição. Tendo isso em vista, a Junta Administrativa percebeu que competir em Angola com outros comerciantes não trazia benefícios à Companhia. Em 14 de novembro de 1757, ela solicita ao Rei o comércio exclusivo das Ilhas de Cabo Verde e suas anexas, bem como na costa da Alta Guiné. Ou seja, vislumbrou uma região na qual a presença portuguesa já existia, mas, no entanto, o comércio de africanos escravizados e outras mercadorias oferecidas pelo mercado africano era marginalizado e pouco produtor. Tal solicitação foi aceita e promulgada em alvará de 28 de novembro de 1757 por D. José I e seu Ministro plenipotenciário, Sebastião José de Carvalho e Melo.⁴²

Logo, o comércio exclusivo com o arquipélago de Cabo Verde e nas feitorias de Bissau e Cacheu só teria início, na prática, pouco mais de dois anos após a fundação da CGPM, que ocorrera em agosto de 1755. Isso ajuda a explicar dois fatos: o primeiro é de que em sua Instituição, o monopólio foi concedido à empresa pombalina pelo período de vinte anos – cujo fim deveria ocorrer em meados do ano de 1775 – e, no fim das contas, o mesmo estendeu-se por pouco mais de dois anos para além do inicialmente previsto, findando, de fato, apenas em 1777. Outra questão que foi respondida com esse alvará de 28 de novembro de 1757 é o porquê dos dados mercantis da CGPM para Cabo Verde e a Alta Guiné só existirem a partir do ano de 1758.⁴³

Neste documento, a Junta Administrativa pedia a D. José I, além da concessão do monopólio na área pelo período de vinte anos, que, no comércio com a África, a CGPM respondesse diretamente ao monarca – sem interferência de qualquer outro tribunal – e que a Junta pudesse nomear as pessoas que seriam enviadas para a administração régia, tanto nas ilhas, quanto nas feitorias na costa. Os nomes indicados pela Junta passariam por avaliação real e só seriam enviados para os governos políticos e militares daquelas possessões após aval de D. José e de Carvalho e Melo. Após aprovação, o Conselho Ultramarino emitiria suas patentes e só então seriam deslocados para os serviços designados. Governadores e Capitães-mores não poderiam se intrometer nos negócios da

⁴²CARREIRA, António. *Dezesseis Capítulos das Condições Oferecidas pela CGPM para o Comércio Exclusivo nas Ilhas de Cabo Verde e suas anexas na Costa da Guiné*. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, n° 87/88. (p.309 e 319-324).

⁴³CARREIRA, António. *Dezesseis Capítulos das Condições Oferecidas pela CGPM para o Comércio Exclusivo nas Ilhas de Cabo Verde e suas anexas na Costa da Guiné*. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, n° 87/88. (p.320-1).

empresa e nem embarcá-los, trabalhando dentro de suas jurisdições e mantendo as praças propícias para o comércio da Companhia.⁴⁴

Assim como deveria fazer em São Luís e Belém, a Junta se comprometia a fortificar todas as feitorias e praças coloniais em Cabo Verde. No entanto, as fortalezas construídas deveriam ser custeadas pela Fazenda Real. A Companhia se comprometia a repor os devidos gastos no decorrer dos anos de monopólio, já que ainda não possuía capital suficiente para tocar tais obras. A Junta também assumia a responsabilidade de arcar com o pagamento dos ordenados secular e eclesiástico. A contrapartida seria que essas folhas se mantivessem como eram, ou seja, sem nenhum aumento que não fosse acordado entre a CGPM e o Real Erário. Outra contrapartida seria que as fortalezas, armazéns, estaleiros e materiais bélicos que existissem na região passariam à administração da Companhia e que os Governadores nomeados, que seriam responsáveis pela manutenção da ordem e dos estoques de artilharia e munição, servindo como intermediários entre as demandas locais e a Junta em Lisboa.⁴⁵

O monarca autorizou, ainda, a CGPM convocar tropas para a defesa dos territórios do Império Português nos quais vigiam seu monopólio. Para poder dar conta de tantas despesas com a manutenção de física e de pessoal – direta ou indiretamente ligados à Companhia – a Junta solicitava que, pelo período de vinte anos, contado a partir da promulgação dos tais capítulos, pudesse arrecadar e dar a destinação das rendas reais de Cabo Verde e Rios da Guiné. Rendimentos da alfândega, dos dízimos, foros, chancelaria e qualquer outro direito cobrado naquelas áreas entrariam nos cofres da Companhia, cuja Junta daria os devidos fins: manutenção das fortalezas e tropas, pagamento dos administradores régios, e das cômruas aos bispos e padres.⁴⁶

Como não poderia solicitar a isenção dos direitos dos escravizados, por esse ser o imposto responsável pela manutenção da região, a Junta solicitou então o comércio privativo da erva urzela, principal mercadoria de exportação de Cabo Verde e que alcançava os melhores preços no mercado europeu. Pediu, também, a isenção dos direitos e encargos da compra do líquen, como já funcionava o arrendamento deste produto nos

⁴⁴Capítulos 1º, 2º, 3º e 4º dos Dezesseis Capítulos (...) *Apud* CARREIRA, António. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.309-11).

⁴⁵Capítulos 5º, 6º e 7º dos Dezesseis Capítulos (...) *Apud* CARREIRA, António. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.312-3).

⁴⁶Capítulos 8º e 9º dos Dezesseis Capítulos (...) *Apud* CARREIRA, António. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.314).

Açores e na Madeira; bem como, demandou, ainda, não pagar os emolumentos de entrada e saída da urzela tanto no Reino, como para as outras praças europeias, sobretudo Amsterdã, fórmula que já era aplicada também para os contratos arrematados para as ilhas Atlânticas. Sendo assim, visavam o aumento da margem de lucro com o argumento de que as despesas de manutenção do complexo formado pelo arquipélago cabo-verdiano e as feitorias dos Rios da Guiné eram altas e que as rendas reais não eram suficientes para mantê-las.⁴⁷

Outra isenção solicitada foi a em relação aos emolumentos de entrada de marfim, cera e algodão que fossem levados de Cabo Verde, de Cacheu ou de Bissau ao Reino. Estes deveriam pagar os devidos direitos de saídas nas respectivas alfândegas, pois seria mais dinheiro em caixa para a manutenção das feitorias e praças. Mas a Junta requeria a isenção dos impostos de entrada cobrados no Reino, com o intuito de compensar as despesas com comissões pagas na costa da Guiné e com o transporte dessas mercadorias até os armazéns em Lisboa. E mais: a CGPM exigia que, caso o monopólio fosse revogado antes dos vinte anos acordados com a Coroa, Companhia ela fosse ressarcida de todas as despesas feitas em África com pagamento de soldos e cõngruas, construção de fortalezas e armazéns, bem como com artilharia e munições. A Junta demonstrava o seu interesse em aumentar as margens de lucro com a isenção de impostos, como também queria proteger o capital da Companhia caso houvesse um rompimento do acordo de exclusividade comercial.⁴⁸

Todas as solicitações feitas pela Junta nesses dezesseis capítulos foram prontamente atendidas, sem nenhuma restrição, por D. José I, quatorze dias após serem enviadas. O que nos faz conjecturar que já era um assunto debatido entre a administração da CGPM, Carvalho e Melo – seu maior entusiasta – e a Coroa. O fato é que, olhando para a Instituição e os Dezesseis Capítulos, a Companhia teve muito mais benefícios com as concessões por parte do monarca do que obrigações. Monopólio em regiões pouco exploradas, com grupos mercantis interessados por conectar-se efetivamente no mercado atlântico e com franca possibilidade de expansão econômica e comercial, somadas às

⁴⁷Capítulo 11º dos Dezesseis Capítulos (...) *Apud* CARREIRA, António. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.315). A erva urzela é o nome atribuído a um tipo de líquen comum das áreas costeiras das ilhas do Atlântico – como Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Trata-se de um produto extrativo, que não requeria mão de obra para o cultivo, e servia para a produção de corante natural, de cor arroxeada.

⁴⁸Capítulo 12º, 13º e 14º dos Dezesseis Capítulos (...) *Apud* CARREIRA, António. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Volume XXII. Julho-Outubro 1967, nº 87/88. (p.316-7).

isenções fiscais, nos parece muito atrativo e um ganho muito maior do que a contrapartida de construir e manter fortalezas, custear tropas e pagar salários e cômmodos.

Sendo assim, nesse prólogo procuramos indicar como era – em tese – a estrutura administrativa, jurídica, operacional e física da CGPM. Também demonstramos as vantagens adquiridas por meio do monopólio e das isenções tributárias, como as contrapartidas que a Companhia dava ao Rei, desafogando a Fazenda Real, assumindo os custos de administração e defesa das áreas na qual atuava monopolisticamente. Já a Coroa se livrava dos custos de administrar e estimular essas regiões do Império Português, na qual ainda a presença lusa era vista como frágil: nesse sentido, além de diminuir as despesas do Real Erário na manutenção de tais regiões, a Coroa utilizava a CGPM como ponta de lança para um processo mais efetivo de reocupação e recolonização da Guiné e da Amazônia Portuguesa, além de poder diversificar a produção colonial em áreas em que a açucarocracia não se fazia presente. Tendo isso em mente, nossa tarefa agora é identificar os grupos mercantis nessas áreas e os que comerciavam com essas regiões a partir do Reino, e compreender suas relações com a CGPM.

SEÇÃO I – AS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ E O MARANHÃO

CAPÍTULO 1. O MARANHÃO DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO

1.1. Agentes e a Organização Mercantil e Produtiva na Capitania do Maranhão: o antes e o durante a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Em nossa dissertação de mestrado, demonstramos como a política pombalina para a Amazônia surtiu efeitos positivos para a sua economia. A criação da CGPM foi elemento fundamental para isso. Apontamos que a empresa pombalina – criada em um momento político de reformismo do Império Português – foi responsável pela introdução regular de mão de obra escravizada oriunda do continente africano, o que proporcionou uma expansão de sua produção e consequentemente dos produtos coloniais exportados para a metrópole. Assistiu-se certa prosperidade econômica, nunca antes vista ao menos na capitania do Maranhão.⁴⁹

Isso posto, em nosso atual estágio de investigação, nosso questionamento gira ao redor do seguinte problema: qual foi a real participação dos comerciantes estabelecidos nas praças coloniais na constituição dos capitais formadores da Companhia? E nesta primeira parte, trataremos especificamente da capitania do Maranhão.

Tanto a historiografia quanto as fontes têm demonstrado a pobreza e a fragilidade territorial da Amazônia Portuguesa, controlada basicamente pelos missionários da Companhia de Jesus até meados da década de 1750. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em cartas enviadas ao seu irmão, Ministro de Estado Português, Sebastião José de Carvalho e Melo, já demonstrava a situação precária das duas capitanias. Do Arraial de Mariuá (atual Barcelos), em 06 de julho de 1755, o governador escreve a seu irmão que ambas as capitanias – Grão-Pará e Maranhão – nada mais “são do que choupanas, ou tugúrios insignificantes, que não servem de outra coisa senão de habitação de mendigos”.⁵⁰

⁴⁹ MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

⁵⁰ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005. (Tomo II; p. 373). Sobre a historiografia que trata da economia amazônica: Cf. AZEVEDO, José Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999. CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. 2 Volumes. DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Ed. da UFPA,

Claro que se deve levar em conta a construção do discurso e o contexto no qual ele foi escrito. Muito provavelmente a região amazônica não era apenas choupanas habitadas por mendigos, mas há de se compreender que, até meados do Setecentos, ela era uma área na qual a presença portuguesa era ainda fluida. Ademais, até o Tratado de Madri teve pouca atenção dispensada pela Coroa Portuguesa. Essa condição pode ser conferida com o primeiro ímpeto para a criação de uma Companhia que fomentasse o tráfico de escravizados para a região: partido do Governador e dos poucos homens de negócio estabelecidos na praça de Belém, estes viram seus poucos capitais insuficientes para se associar em negócio de elevado risco tal qual era o comércio de almas.⁵¹

A situação foi contornada quando Sebastião Carvalho fundou a Companhia, em junho de 1755, mobilizando o capital de parte dos homens de negócio estabelecidos na praça de Lisboa. Sendo assim, a empresa fomentista foi criada visando o “bem comum, e conservação daquele Estado”, procurando estimular “o seu comércio, [e] fertilize ao mesmo tempo por este próprio meio a agricultura, e a povoação que nele se acham em tanta decadência.”⁵² Para isso haveria a necessidade de importação de “escravos negros, de cujo serviço se tem seguido tantas utilidades aos outros domínios de V. Majestade na América Portuguesa.”⁵³ Posto isso, é nítido que aqueles homens que estavam envolvidos no comércio, estabelecidos nas duas principais praças amazônicas, não tinham capitais suficientes para a operação comercial no Atlântico.

Porém, não quer dizer que não buscavam seu espaço. Desde o início do século XVIII encontramos alguns nomes que empreendiam na praça de São Luís. O primeiro nome que aparece na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino é de

1970. MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. MELO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *O Regimento das Missões: Poder e Negociação na Amazônia Portuguesa*. In: Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, 2009. MEIRELES, Mario. *História do Maranhão*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. MEIRELLES, Mário M. *Os Negros no Maranhão*. São Luís: Ed. da UFMA, 1983. NETO, José Maria Bezerra. *Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos XVIII ao XIX*. Belém: Paka-Tatu, 2001. PORRO, Antônio. *As crônicas do Rio Amazonas*. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁵¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. (p.202 e 217). AZEVEDO, João Lúcio de. *Novas Epanáforas: Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Clássica, 1932. (p.15).

⁵² Instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão *Apud*. CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. (Volume 02. p.09). MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.104).

⁵³ Instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão *Apud*. CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. (Volume 02. p. 09). MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.104).

Antônio de Oliveira Pantoja, que enviou requerimento à Corte em 21 de janeiro de 1738, em que solicita ajuda financeira para a construção de duas serrarias e um moinho para beneficiamento de arroz, junto com três sócios não citados nominalmente na documentação. Além disso, pede que nenhuma outra pessoa estabelecida na praça de São Luís possa erigir qualquer um dos dois tipos de fábricas, com o intuito de proteger seus parques capitais investidos em seu projeto.⁵⁴ Cerca de três meses depois, o mesmo Pantoja enviou outro requerimento solicitando a mesma coisa ao rei.⁵⁵

Neste segundo documento, os sócios de Pantoja também não aparecem. No fim do ano de 1738, mais precisamente em outubro, tais agentes surgem nominalmente: eram eles Diogo Manem, Manoel José Lisboa e João Pinto Rosa, este último capitão-mor. Aparecem justamente em um requerimento, também a D. João V, solicitando auxílio em uma contenda na sociedade comercial estabelecida entre eles e Pantoja. Ou seja, estabeleceram uma sociedade comercial em janeiro de 1738, cujo foco era o beneficiamento e comercialização de madeira e de arroz, mas que foi desfeita menos de dez meses depois. Ao que parece, Pantoja agia sem o conhecimento dos sócios, comunicando-se com o Reino e fazendo solicitações sem o comum acordo dos outros três agentes. Após essa data, Pantoja seguiu sozinho no seu empreendimento, enquanto Manem, Manoel José e Rosa permaneceram com a sociedade.⁵⁶

Contudo, a contenda pareceu durar até meados de 1740. Pantoja enviou seguidos requerimentos solicitando licença para erguer suas duas fábricas – a serraria e a de descascar arroz. Em dezembro de 1739, solicitou que se baixasse ordem para que nenhuma outra pessoa pudesse construir esses mesmos tipos de estrutura, novamente agora, por período de vinte anos. Certo é que este agente queria garantir a exclusividade da produção, beneficiamento e comércio das madeiras e arroz. Ele tinha seus motivos. Em abril de 1739, Diogo Manem, Manoel José e João Pinto Lisboa pediram exclusividade no beneficiamento e venda das mesmas atividades, em uma consulta ao Conselho Ultramarino.⁵⁷

⁵⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2440.

⁵⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2456.

⁵⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2508.

⁵⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2568. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2607.

Vemos aqui as estratégias que os agentes estabelecidos na capitania utilizavam com o intuito de se beneficiarem. Estes apelavam ao monarca com o intuito de obter as mais variadas benesses, como pagar a menor quantidade de direitos possíveis e afastar qualquer tipo de concorrência. Já se assistia como o exclusivo já era algo inerente à racionalidade econômica do período. Sendo assim, o resultado desse embate foi que Diogo Manem e Companhia foram os vencedores. A partir de 1740, Pantoja não aparece mais na documentação, pois enfocou sua atuação na capitania do Grão-Pará, como abordaremos no próximo capítulo. E notamos que Manem, ora atuando sozinho, ora com seus sócios, foi um agente importante e de vulto antes da fundação da Companhia.

No ano de 1739, Manem agiu de maneira assertiva na tentativa de estabelecer seus negócios. Logo após romper a sociedade com Pantoja, ele e seus sócios pediram rapidez para a confirmação das ordens baixadas para que construíssem a serraria e sua fábrica para descascar o arroz. Além disso, em março do mesmo ano, solicitou uma licença para estabelecer uma fábrica de algodão na capitania. No ano seguinte, em 29 de janeiro, observamos que a sociedade começou a crescer: visando expandir seus negócios e os potenciais de produção, solicitaram a confirmação da sesmaria de terras na barra do rio Itapecuru, que havia sido concedida pelo governador do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco.⁵⁸

No início da década de 1740, observamos como Manem e seus sócios expandiram e diversificaram seus negócios. Em 29 de janeiro de 1740, estes aparecem como os contratadores dos dízimos da capitania do Grão-Pará. Em requerimento, solicitou que a primeira provisão a ser paga à Real Fazenda fosse a gêneros: cacau, cravo e açúcar. Nesse sentido, constatamos que seus negócios extrapolaram os limites da capitania do Maranhão, arrematando os dízimos da capitania mais importante da Amazônia, tanto do ponto de vista político como do econômico, tendo acesso a produtos como o cacau, que representava muito mais da metade das exportações regionais. O fruto e seus derivados sempre estiveram na lista dos principais produtos de exportação, desde a fundação da capitania. Tanto é que “o valor da exportação paraense viveu dependência

⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2538. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2555. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2667.

das frotas do cacau”. Essa predominância se deveu ao fato de que se tratava do produto mais procurado nos leilões de Lisboa, devido à demanda do mercado europeu.⁵⁹

Em fins de 1740, o provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Félix Gomes de Figueiredo escreveu ao rei reclamando de vários problemas referentes aos contratos arrematados por Manem e seus sócios. Segundo uma provisão de 1732, liberou-se o pagamento da arrematação em cacau, cravo e açúcar, divididos em partes iguais. Contudo, como o açúcar era escasso na capitania, a sociedade utilizava o cacau como moeda de troca para comprar o derivado da cana necessário para compor o pagamento dos dízimos. Isso era um problema, pois como o preço do cacau era alto na metrópole, acabava por inflacionar o preço dos açúcares. Isso resultava que os poucos produtores de açúcar estocavam a produção, com o intuito de elevar ainda mais os preços. Logo, isso trazia prejuízo à Fazenda e aos contratadores, que não conseguiam honrar os pagamentos adequadamente por não conseguirem o dito produto.⁶⁰

Manem, Rosa e Lisboa parecem ter sido, nesse sentido, os primeiros homens de negócios amazônicos. O que pretendemos dizer é que eles foram pioneiros ao se estabelecerem, não só na produção, mas também no comércio. Mas não só. São amazônicos porque não se limitaram a atuar apenas em uma das capitanias que compunham a Amazônia Portuguesa, mas sim nas duas: no caso Grão-Pará e Maranhão. Enquanto no Maranhão produziam, beneficiavam e comerciavam madeiras, arroz e algodão, no Grão-Pará arrematavam os contratos dos dízimos e acessavam os gêneros paraenses de exportação. Enquanto as madeiras tinham como destino os engenhos e demais fábricas, o arroz – do tipo Veneza – eram fornecidos para o abastecimento das capitanias, pensando na colonização na região, como também exportavam produtos coloniais que eram demandados na Europa.⁶¹

⁵⁹DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Ed. da UFPA, 1970 (p. 287) MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.123). Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 23. Documento 2150 e 2151.

⁶⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 23. Documento 2198.

⁶¹ O arroz do tipo Veneza, que já era produzido pelos indígenas antes da fundação das capitanias, não era bem aceito no Reino e no restante da Europa. Já o algodão, deve ter sido das primeiras experiências de plantio no Maranhão, que como veremos no item sobre Lourenço Belfort, foi só se expandir e se consolidar a partir da década de 1780. Cf: MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.89 a 129).

Outro fato importante é que graças a uma consulta ao Conselho Ultramarino, podemos sugerir o porquê de não encontrarmos muitos dados sobre as exportações maranhenses antes da Companhia de Comércio. Tal documento era uma resposta a um requerimento de Diogo Manem e seus sócios, que solicitavam que as fazendas maranhenses fossem remetidas do porto de Belém, e que sendo despachadas não constassem nos mapas da embarcação. Tal solicitação é um mistério, já que as fontes disponíveis até o momento pouco revelam sobre a prática. Mas de certa forma, responde a uma antiga hipótese nossa, de que antes da empresa pombalina as exportações maranhenses eram despachadas conjuntamente com as paraenses do porto de Belém.⁶²

Em 1743, ainda no Grão-Pará, observamos que Manem também estava atrelado aos negócios de escravizados indígenas. Ele havia solicitado vinte e dois índios para usá-los na atividade pesqueira, além de um sem número de outros para o corte e beneficiamento de madeira em um afluente do Amazonas. Entretanto, nem tudo foi prosperidade na trajetória de Manem. No fim do mesmo ano, ele entrou em uma contenda com o procurador da Fazenda Real na capitania do Pará, Luís Francisco Barreto. Em um primeiro momento, Manem acusou que Barreto veio do Reino para Belém em uma embarcação sua e não pagou frete de seus pertences, conforme combinado.⁶³

Em seguida, Barreto – na qualidade de procurador da Fazenda Real – executou algumas dívidas de Diogo Manem e sequestrou todos os seus bens. A justificativa do procurador era de que Manem não estava honrando com os pagamentos da arrematação dos contratos das dízimas. Manem, por sua vez, acusava Barreto de provocar a desordem na cidade de Belém, executando dívidas que estavam sendo pagas por diversos moradores. Além disso, alegava que as suas atitudes frente à Fazenda Real atentavam contra os interesses da Coroa na capitania. No entanto, não especifica claramente quais as ações de Barreto que iam de encontro aos interesses do Reino no Grão-Pará e Maranhão.⁶⁴

⁶² Sobre a falta de dados das exportações maranhenses, ver: MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.89 a 129). Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 24. Documento 2221.

⁶³ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 25. Documento 2383. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 26. Documento 2444.

⁶⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 26. Documento 2454.

Já em 1744, Barreto escrevia diretamente ao rei, solicitando que ele não levasse em conta as denúncias feitas por Manem. Aqui, percebemos que Barreto era mais que procurador da Fazenda Real na Amazônia: era também procurador da Coroa, além de atuar como advogado na cidade de Belém. Ao que parece, esse embaraço não foi muito favorável ao negociante, já que não teve chance de arrematar os contratos novamente. Além disso, Barreto em outro requerimento solicitava punição às culpas do “ex-contratador dos Dízimos Reais”. Pedía que Manem fosse condenado com todo o rigor, dizendo que o mesmo era um inimigo declarado seu e da Coroa.⁶⁵

Em 1747, Manem acabou preso por conta de sua contenda com Barreto. Logicamente, todo esse embate judicial foi prejudicial ao comerciante, que perdeu seus dois sócios: João Pinto Rosa e Manoel José Lisboa somem da documentação a partir da briga com Barreto. Logo após ser solto, no começo de 1748, Manem voltava a São Luís e iniciava nova sociedade com Pedro Jansen Moller Praet. Voltava aos negócios da madeira, depois da perda dos contratos do Grão-Pará. Queria mandar as madeiras beneficiadas duas vezes ao ano em charruas, ora para Belém, ora para o Reino. Além disso, passou a cortar e vender gado bovino no entorno de Belém.⁶⁶

Durante a década de 1750 Manem e Jansen continuaram a atuar no ramo das madeiras. O primeiro nunca mais alcançara o status que possuía no começo da década de 1740. Mas desde o fim do ano de 1748 os negócios andavam mal. Jansen vinha sofrendo prejuízos nos seus negócios. Em 1752, o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, escreveu para o ouvidor da Coroa estabelecido no Maranhão para que não se executasse judicialmente Pedro Jansen, e nem sequestrasse os escravizados e ferramentas da fábrica de serrar madeira pertencentes a ele e Manem.⁶⁷

Entre 1752 e 1753, Jansen faleceu e seu espólio ficou sob o controle de sua viúva, Teresa Margarida da Silva e Horta. Junto com Manem, em 1753, ela solicitou o privilégio de explorar comercialmente as madeiras, bem como beneficiá-las, por mais dez anos. Ao

⁶⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 27. Documentos 2500 e 2502.

⁶⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 30. Documento 2818. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 30. Documento 2842. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 30. Documento 3070. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 30. Documento 3076. A família Jansen é bastante tradicional e importante na história do Maranhão. Pedro Moller é tio-avô da afamada Ana Joaquina Jansen Pereira, conhecida como Rainha do Maranhão e dona de grande fortuna no século XIX. Nos dias de hoje, Ana Jansen dá nome a uma lagoa e um grande parque estadual na área urbana de São Luís.

⁶⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 30. Documento 3121. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 33. Documento 3341.

mesmo tempo, o ouvidor-geral e provedor das Fazendas, dos Defuntos e Ausentes, Manuel Sarmento escreveu ao Reino: na carta relatou que Pedro Jansen havia deixado muitas dívidas e credores ao morrer e que caberia à sua viúva e seus associados – no caso Manem – quitá-las. Sugeriu o sequestro dos escravizados e da serraria, que acabou fechada em maio de 1754.⁶⁸

A partir daí uma nova contenda judicial envolveu Manem e a viúva Silva e Horta. Assim que Manuel Sarmento ordenou o fechamento da fábrica e o sequestro dos bens do falecido Jansen, Teresa encaminhou requerimento ao Reino. Nele, acusou Sarmento de penhorar os bens sequestrados de seu falecido marido, que já haviam sido reivindicados por ela. Relatou que o então ouvidor agiu de forma arbitrária, que sequer a tinha procurado para saldar as ditas dívidas. Diogo Manem, em seguida, escreveu carta diretamente a D. José I, na qual reclamou do procedimento abusivo do ouvidor em relação ao mesmo assunto. Nesse sentido, Manem reforçava os argumentos e a posição de Silva e Horta, em uma tentativa de proteger sua parte na serraria e dos escravizados que nela trabalhavam.⁶⁹

Teresa solicitou ao rei, assim como Manem, que o governador da capitania do Maranhão Luís de Vasconcelos Lobo, mantivesse todas as imunidades, privilégios e liberdades concedidos à fábrica de serrar madeiras da qual era sócio seu falecido esposo. A situação era tal, que um credor de Jansen e Manem, chamado Francisco Pereira pedia ao rei que extinguisse as moratórias e sequestros referentes à serraria, pois acreditava que com o fechamento da mesma não receberia o que era seu de direito. O conflito, começado em 1753, parece ter sido resolvido em 1754. A serraria foi reaberta no fim desse mesmo ano. Isso porque em dezembro de 1754 a viúva solicitou poder remeter as madeiras e outros gêneros não especificados para Belém e de lá para Lisboa, na charrua que também era parte da sociedade.⁷⁰

Manem ainda tinha problemas, apesar da volta da fábrica. No ano de 1755 o desembargador e juiz de Fora, Gaspar Gonçalves dos Reis, escreveu ao rei, dizendo que junto ao ouvidor Sarmento havia proibido o negociante de ir até o Grão-Pará, devido a

⁶⁸Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 33. Documento 3351. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 33. Documentos 3369 e 3375. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 34. Documento 3392.

⁶⁹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 34. Documento 3419. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 34. Documento 3423.

⁷⁰Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 34. Documento 3431. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 34. Documento 3444. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 35. Documento 3496.

uma dívida que ainda possuía em São Luís. Relatou, em outra carta, que Manem, conjuntamente com frei José Jansen – irmão de Pedro –, caluniavam os funcionários da Fazenda Real, o ouvidor Sarmento e a ele próprio, Gonçalves dos Reis. Redigiu que Manem havia deixado vários credores com suas dívidas e que ele poderia usar a ida à Belém como subterfúgio para não pagar a quem devia.⁷¹

Ao que parece, Manem conseguiu ir para Belém. A partir de 1755 seu nome não aparece mais na documentação maranhense. A última menção a ele se dá no ano de 1762, novamente na condição de contratador dos dízimos da Fazenda Real do Grão-Pará. Neste requerimento ele solicitou que o provedor da Fazenda, José Feijó de Melo e Albuquerque, executasse as dívidas que alguns moradores teriam com ele referente ao contrato arrematado. Tendo em conta seu desaparecimento a partir do ano de fundação da Companhia, podemos sugerir que Manem – apesar de sua constatada participação na produção, comércio e negócios na Amazônia Portuguesa – foi uma figura que acabou diminuída pela criação da empresa pombalina.⁷²

Mas não foi o único. Outros produtores e negociantes atuaram antes do estabelecimento da Companhia. Entretanto, com muito menos destaque que Diogo Manem. Encontramos alguns personagens como João da Costa Braga, cacauero na capitania do Maranhão. Em 1738, ele possuía trinta arrobas de cacau no valor de 108\$000 réis, que estavam em posse do ouvidor da capitania, as quais pretendia despachar para Lisboa. Em julho requereu, diretamente ao rei D. João V, que lhe fosse entregue a sua mercadoria. Mas, até outubro não conseguira reaver sua mercadoria, já que efetuou novo pedido ao rei para que ele desembaraçasse o cacau que ainda estava em posse do ouvidor.⁷³

Outro exemplo é da sociedade entre Manuel de Albuquerque e Aguilar e António Pinheiro Vasconcelos, ambos moradores da cidade de São Luís. Em 1739 intentavam aldear vários casais de índios nas proximidades da cidade. Estes tinham uma pequena lavoura de algodão e haviam montado uma fabriqueta para beneficiar a fibra e produzir tecidos de chita para abastecer a capitania. A ideia era usar os índios como mão de obra na plantação e na fábrica. Temos também Custódio de Almeida Pacheco, que pedia

⁷¹ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 36. Documento 3560. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 36. Documento 3584.

⁷² Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 52. Documento 4759.

⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2478 e 2511.

licença para estabelecer um curtume para meios de sola e outros tipos de couro; pretendia também realizar testes para tingimento das peles, mas nada indica que seu esforço tenha ido adiante. Encontramos também a sociedade entre José Bernardes e Lourenço Belfort, que atuavam no cultivo e beneficiamento do arroz, extração de anil e também estavam envolvidos com a produção de gado e couro.⁷⁴

Do ponto de vista organizacional, o esquema abaixo ilustra como se estruturavam os grupos no Maranhão antes do estabelecimento da empresa pombalina:

Figura 1. As Sociedades Comerciais e de Produção no Maranhão (1737-1755)

⁷⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2558. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 30. Documento 3071. Sobre Lourenço Belfort, ver tópico II.

Neste primeiro momento, o que assistimos na capitania do Maranhão, antes da empresa pombalina, seriam agentes que estavam envolvidos não apenas fazendo negócios, mas também na produção. Isso ocorreu na Bahia do século XVI e em Pernambuco do XVIII, onde os mercadores iam adquirindo terras, engenhos e escravizados como forma de diminuir os riscos dos investimentos feitos e também buscavam ascensão social; em Pernambuco, soma-se o fato de a Companhia de Pernambuco e Paraíba, ter relativizado a figura do comerciante e feito muitos deles migrarem para a agricultura e/ou pecuária. Entretanto, o caso maranhense não parece guardar tantas semelhanças assim. Pensamos que tal fato se deu muito mais pela condição

mais marginal da capitania, com poucos colonos e escravizados, o que resultava em uma economia frágil, que permitia essa circulação dos agentes entre as duas esferas.⁷⁵

No entanto, em 1755 era instituída a CGPM e, com isso – exceção feita a Lourenço Belfort –, a figura de um indivíduo que produzia e/ou comerciava desvaneceu nas relações com a administração régia e da própria Companhia. Quase nenhum colono, além do próprio Belfort, possuía capitais para investir nas ações da empresa: apenas Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador do Estado do Maranhão, e Domingos Antunes Pereira, capitão-mor – ambos funcionários da Coroa – eram acionistas da Companhia, com duas e dez ações respectivamente. Tal fato, reforça a ideia de que a empresa monopolista, de certo modo, suprimiu os agentes com menor poder aquisitivo que estavam estabelecidos em territórios ultramarinos do Império Português.⁷⁶

Contudo, isso não quer dizer que esses colonos com menor poder aquisitivo não encontravam maneira de continuarem no jogo. Identificamos que, no período de funcionamento da Companhia, diversos colonos efetuaram carregações nos navios da empresa e remeteram cargas para Lisboa por sua conta e risco. Em alguns casos é até possível identificar os produtos que negociavam, mas sem possibilidade de quantificá-los adequadamente. O número de colonos enviando mercadorias por conta, e que foram listados por António Carreira, chegou a 254 no período em que a Companhia operou. Contudo, cruzando estes dados com aqueles a que tivemos acesso, podemos apontar um grupo de doze colonos – alguns comerciantes – com atuação mais destacada. Eles estão identificados na tabela abaixo:

Tabela 1. Colonos com remessas pela CGPM, em ordem cronológica (1755 – 1788)

Colonos	Ano que remeteram carga pela CGPM
Vicente Ferreira da Costa	1755-1761; 1769

⁷⁵Sobre a questão do *merchant-planter*, ver: SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Tese de Doutorado – Universidade do Texas: Texas, 1975. DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. *As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de setecentos*. Tese de Doutorado – Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2014. Apud MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. (p.224).

⁷⁶CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 02. (p.77-89).

José Bernardes Teixeira	1755 a 1763; 1768
Lourenço Belfort	1755 a 1764; 1768 a 1772; 1775
Francisco Pereira	1763 a 1769; 1776
Domingos Antunes Pereira	1758; 1762 a 1764; 1776 a 1778
António Belfort	1775 a 1788
Francisco Xavier de Carvalho	1776 a 1777
Lourenço António dos Santos	1776 a 1788
João Valle	1777 a 1788
José Salgado Mascarenhas	1777
Pedro Miguel Laignere	1777
Henrique Guilhon	1778 a 1788

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 02. (p. 277 a 284). Ver Anexo 1.

Com exceção de João Valle, Henrique Guilhon e Domingos Antunes Pereira, todos os outros identificados possuíam alguma sociedade: Lourenço Belfort era sócio de José Bernardes Teixeira (como observado na Figura 1), desde antes do estabelecimento da Companhia. Vicente Ferreira da Costa era vinculado a Francisco Pereira, o mesmo que era credor de Manem e Jansen. Por fim, havia uma sociedade que se formou em idos de 1776 por cinco agentes, a saber: António Belfort (filho de Lourenço), Pedro Miguel Laignere (cunhado de António e genro de Lourenço), Francisco Xavier de Carvalho, José Salgado Mascarenhas e Lourenço António dos Santos.⁷⁷

Vicente Ferreira e Francisco Pereira eram administradores da Companhia em São Luís no começo da década de 1760. Em meados do ano de 1760 escreveram ao então secretário do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatando como iam bem algumas das produções que estavam desenvolvendo a pedido da empresa monopolista. Redigiu que no período que Mendonça Furtado fora governador, um navio era suficiente para despachar as produções maranhenses, mas que, nessa virada de década, já partiam ao menos quatro embarcações repletas de gêneros coloniais em direção ao Reino. Relatou ainda a introdução da produção de gengibre e cravo e da potencialidade produtiva de

⁷⁷ Ver Anexo 1.

ambas, além das experiências com o bicho da seda. Destacam que as primeiras lavouras de algodão começaram a ser plantadas na capitania.⁷⁸

A outra sociedade que chamou a atenção pela quantidade de indivíduos envolvidos foi a capitaneada por António Belfort. No item seguinte, veremos que ele foi o responsável por tocar os negócios após o falecimento de seu pai, sendo inclusive seu testamenteiro. No momento em que a Companhia caminhava para a dissolução do monopólio, António e seus sócios escreviam ao Reino. Queixavam-se do fato de que a empresa pombalina pagava preços muito baixos pelos gêneros, principalmente pelo arroz que, no período, era o principal produto de exportação. Além disso, quando resolviam remeter esses mesmos gêneros por conta própria nos navios da Companhia, os preços dos fretes eram elevados – o que inviabilizava as remessas. Fica evidente a ação deliberada dos administradores, que procuravam forçar os agentes maranhenses a vender seus gêneros à empresa, para maximizar os ganhos desta.⁷⁹

No fim das contas, o que observamos é que apesar de identificarmos essas carregações realizadas por essa grande quantidade de colonos, estas eram pulverizadas entre eles próprios e, nesse sentido, a Companhia de Comércio acabou servindo como elemento que comprimiu suas trajetórias. A isso, soma-se o fato de que a capitania do Maranhão era economicamente pouco desenvolvida no contexto colonial, o que não favorecia o estabelecimento de uma classe de negociantes como ocorreu em praças como Bahia, Rio de Janeiro e até mesmo Pernambuco. Muito disso se deveu ao fato de não ter havido, até meados do século XVIII, um produto, como o açúcar no Estado do Brasil, que servisse de elemento agregador dos aspectos econômicos, políticos e sociais. Nesse sentido, a função básica da colônia – de fornecer gêneros rentáveis para o mercado metropolitano, não existia nessa região até a criação da empresa monopolista.⁸⁰

A criação da Companhia pelo Gabinete Josefino, nesse sentido, também pode ser entendida como uma maneira de superar a falta de um grupo mercantil forte, que pudesse ele próprio estimular o processo de colonização e crescimento econômico da capitania. O fato é, como demonstramos em nossa dissertação de mestrado, que a empresa

⁷⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 40. Documento 3874. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 40. Documento 3900.

⁷⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 51. Documento 4917. Ressalta-se que António Belfort fora arrematante dos contratos dos dízimos da capitania do Grão-Pará no início da década de 1790. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Pará. Caixa 102. Documento 8062.

⁸⁰ FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010. (p.122-127).

pombalina foi fator preponderante neste processo. Apesar de suprimir os já poucos negociantes, o que a capitania assistiu na segunda metade do século XVIII, foi o estabelecimento e expansão produtiva das lavouras e a inserção de novos gêneros na oferta de produtos coloniais, com destino a Lisboa e o restante do mercado europeu. Isso claro, graças ao estabelecimento de um tráfico regular de africanos escravizados para a região, encampado pela CGPM, o que possibilitou uma oferta de mão de obra nunca antes vista na capitania.⁸¹

A própria documentação tratada até o momento retrata o cenário pouco desenvolvido antes do estabelecimento da empresa monopolista. A produção era tão ínfima que não havia remessas diretas de São Luís para Lisboa até a década de 1750, o que dificulta uma quantificação mais precisa do cenário da primeira metade do Setecentos. Contudo, principalmente a partir de 1760, essa configuração mudou completamente. O número de viagens realizadas entre o porto colonial e o metropolitano cresceu fortemente. O gráfico abaixo foi criado a partir dos mapas de exportação das embarcações que zarparam do porto de São Luís, documentação essa que corresponde ao registro de toda aquela mercantil que dava saída do porto colonial com destino ao Reino – e que serve para ilustrar este nosso argumento:

Gráfico 1. Viagens entre São Luís e Lisboa (1760-1788)

Fonte: Ver Anexo 2.

⁸¹ MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

Até a década de 1750, nenhum barco partiu para Lisboa com cargas de gêneros. No final da década de 1780, já eram 28 viagens. O crescimento demonstra a pujança econômica da capitania, bem como o avanço da produção e o florescimento do comércio. Tendo em vista que, a partir de 1778, extinguiu-se o monopólio, assistiu-se também o crescimento ainda maior da quantidade de viagens partindo de São Luís para o Reino. Ou seja, a liberdade de remeter por qualquer navio – ou nos seus próprios –, conjuminada com o provável rebaixamento dos fretes, que já não eram mais controlados pela Companhia, resultou numa tendência de crescimento. Tal aumento também pode ser explicado porque é na década de 1780 que a cotonicultura começa a se estabelecer na capitania, com as primeiras remessas relevantes de algodão. O gráfico abaixo, construído com base nas mesmas fontes do anterior, também reforça nosso argumento:

Gráfico 2. Exportações de Algodão em Rama (1760-1788) (em arrobas)

Fonte: Ver Anexo 2.

É nítido o crescimento, e observando os Gráfico 1 e 2 enxergamos um movimento similar em ambos. O estabelecimento do algodão enquanto mercadoria-chave na economia maranhense se daria na década de 1790, fora, portanto, de nosso recorte. Mas pode-se fazer uma relação entre o crescimento da produção e do número de viagens realizadas entre os portos de São Luís e Lisboa. Como o algodão era exportado sem o devido beneficiamento, ocupava muito espaço e mais embarcações eram necessárias. O arroz também teve uma expansão produtiva no período, o que se refletiu na necessidade

de mais viagens. Entretanto, a discussão sobre a rizicultura está apresentada no item seguinte, já que Lourenço Belfort foi o grande responsável pela sua inserção na capitania.

Mais do que uma simples fonte de gêneros coloniais como arroz, algodão e couros, a expansão econômica da capitania também proporcionava um novo mercado consumidor de produtos manufaturados oriundos da Europa. Em 1778, a população dispersa por toda a capitania era de 47.410 pessoas, entre brancos, escravizados, mestiços e indígenas. No início da década de 1780, notícias vindas de São Luís davam conta do aumento da população na capital e em vilas importantes como Alcântara e Guimarães. Mesmo tendo em conta o pouco poder de compra da maior parte da população, constituía-se um novo mercado consumidor, que recebia uma gama de mercadorias vindas da Europa como sal, tecidos, chapéus, bebidas alcoólicas, armamentos e ferramentas.⁸² Não vamos nos ater detalhadamente sobre cada produto exportado, mas apresentamos na tabela abaixo os valores gerais das exportações lisboetas para a capitania 1758 e 1778:

Tabela 2. Exportações de Lisboa para o Maranhão (1758-1778) (em réis).

Anos	Valor	Despesa	Total
1758	85:042\$327	5:272\$778	90:315\$105
1759	766\$246	2\$880	769\$126
1760	66:504\$801	5:550\$435	72:055\$236
1761	98:140\$448	7:607\$438	105:747\$886
1762	76:223\$019	5:978\$018	82:201\$037
1763	38:365\$860	2:871\$193	41:237\$053
1764	44:423\$352	3:340\$952	47:764\$304
1765	70:879\$189	5:221\$145	76:100\$334
1766	85:436\$957	5:996\$216	91:433\$173
1767	97:022\$192	6:581\$495	103:603\$687
1768	70:793\$228	4:837\$438	75:630\$666
1769	47:022\$410	3:151\$210	50:173\$620
1770	57:619\$767	4:398\$731	62:018\$498
1771	54:343\$406	4:122\$581	58:465\$987

⁸² Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 52. Documento 5014. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 59. Documento 5412. CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 02. (p.194-6)

1772	59:642\$653	4:016\$157	63:658\$810
1773	82:629\$402	4:448\$315	87:077\$717
1774	74:242\$334	5:955\$462	80:197\$796
1775	37:536\$557	3:462\$170	40:998\$727
1776	148:485\$145	10:052\$503	158:537\$648
1777	98:652\$516	6:833\$636	105:486\$152
1778	174\$460	10\$433	184\$893

Fonte: ANTT. Fundo: CGGPM. Seção: Junta de Lisboa. Série: Livro de Vendas.

A coluna valor representa o total exportado em cada ano. Já a coluna despesa refere-se aos gastos com as remessas, como custos para acondicionamento, fretes e seguro das mercadorias. A última coluna é o valor dos produtos exportados com os custos de envio já embutidos. Essas despesas giravam entre 5% e 8% do valor total das exportações. Na média geral, ficariam na casa dos 7%. E tirando os anos atípicos de 1759 e 1778, a remessas lusitanas para a capitania do Maranhão nunca ficaram abaixo dos quarenta contos de réis ao ano. Não encontramos explicação na documentação para o ano de 1759. Já para 1778, o fim do monopólio pode ser uma explicação plausível. O que se observa, olhando para os números, é uma grande variação no valor das exportações, que pode indicar a própria fragilidade do mercado maranhense em absorver as mercadorias remetidas. Outro ponto importante é que, aparentemente, a Companhia desonerou as despesas da Câmara de São Luís, conforme mostra a tabela abaixo:

3Tabela 4.Receitas de Despesas da Câmara de São Luís

Biênio	Receita	Despesa
1745-46	2:133\$797	1:111\$057
1747-48	2:030\$700	1:820\$875
1749-50	3:570\$385	2:353\$583
1753-54	3:590\$370	2:369\$910
1771-72	2:756\$630	830\$456
1773-74	3:604\$337	861\$795
1775-76	2:281\$714	923\$583
1777-78	2:574\$532	658\$740
1779-80	1:351\$812	938\$295

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livros de Receita e Despesa do Senado da Câmara de São Luís. Códices nº: 26 a 35.

A série é incompleta e faltam muitos dados para uma análise mais acurada. Mas salta aos olhos o fato de as despesas caírem a patamares bem mais baixos na década de 1770, época em que vigorava ainda o monopólio. Bastante diferente dos custos mais elevados do período anterior à empresa pombalina. Mas, podemos conjecturar como plausível essa suposição de diminuição de gastos, tendo em vista que cabia à Companhia arcar com muitos dos custos da administração e proteção da capitania, como fazia nas feitorias africanas.

O Maranhão era uma região pouco produtiva e com arrecadação baixa na primeira metade do século XVIII; por outro lado, despertava interesses de outras metrópoles europeias, por causa da foz do Amazonas, o que fazia elevar os custos de manutenção. Isso significa que a Coroa arcava com o prejuízo na manutenção da área, mas a mantinha por ser estratégica, como já apontamos em nosso mestrado. A Companhia, mais do que uma política para fortalecer o capital metropolitano, pode ser entendida como instrumento que modificou esse cenário: além de estimular o crescimento econômico, a empresa pombalina deve ser compreendida como equipamento para fortalecimento da defesa em zonas nas quais a presença portuguesa era frágil, o que, consequentemente – em razão de ela assumir estes custos da colonização –, desoneradora da Coroa em relação a esses custos de manutenção.⁸³

Tentando responder à questão que permeia essa pesquisa – quem são os atores que ganham e que perdem com a criação da Companhia? –, podemos afirmar que o Maranhão é um caso singular. O fato é que o capital metropolitano e a Coroa foram aquelas que mais ganharam com o estabelecimento da empresa monopolista. A capitania também vivenciou uma expansão econômica, com maior influxo de africanos escravizados, o que proporcionou um aumento produtivo e a diversificação de gêneros agropastoris.

O pequeno grupo de homens de negócio que aqui identificamos, que atuavam tanto no comércio como na produção, foram de certa forma, suprimidos pela atuação da Companhia ou não tiveram fôlego para manter os negócios nesta região do Império

⁸³MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. (p. 43-48)

Português. Estes deram lugar a outros agentes que ocuparam esse vácuo, ainda que em plano secundário, já que a empresa criada por Pombal era a grande protagonista na dinâmica econômica do Atlântico Equatorial. Exceção feita a Lourenço Belfort, que soube se aproveitar das condições favoráveis proporcionadas pela Companhia para prosperar e se tornar a principal figura da história econômica maranhense no século XVIII. Sua trajetória vai ser mais bem tratada no item a seguir.

1.2. Lourenço Belfort: a Trajetória de um Mercador Irlandês na Capitania do Maranhão (c.1730 – c.1780)

Ainda se praticou outro projeto,
Por fazer a lavoura mais rendosa,
Fazendo vir da Europa aquele insecto,
Que fia a rica seda preciosa:
Altíssimas palmeiras
Dão lugar as frondosas amoreiras,
Que dão pasto agradável
Ao frondífero povo innumerável
Porem o clima d'esta zona ardente,
N'uma reprodução continuada.
Atenua prolifica semente
E nunca pôde ser climatisada:
Só uma porção fia,
Que à Capital Lusitana envia,
De que o Rei entendido,
Para honrar o autor, faz um vestido.⁸⁴

Lourenço Belfort foi o personagem mais ativo no que diz respeito à produção e ao comércio na capitania do Maranhão. Nascido em 05 de julho de 1708 na cidade de Dublin, morou em Lisboa por um período e migrou para a capitania do Maranhão ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Seu nome surge na documentação do Império Português nos códices da Secretária de Governo do Maranhão, em 1739, como capitão de uma tropa de resgate de indígenas nos sertões amazônicos, que, pelo contexto do período, se mostrou uma atividade profícua.⁸⁵

Entre os anos de 1738 e 1739, houve sucessivas guerras contra comunidades indígenas na área pertencente à capitania do Maranhão. Em 14 de julho de 1738, frei

⁸⁴Versos dedicados à Lourenço Belfort por um poeta anônimo maranhense. Extraído de COSTA, John Wilson da. *A Casa de Belfort no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945. (p.21)

⁸⁵COSTA, John Wilson da. *A Casa de Belfort no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945. (p.12). Arquivo Público do Estado do Maranhão. Códices da Secretaria de Governo do Maranhão. Livro 1. (fls.7-8). MOTA, Antônia da Silva. *A Dinâmica Colonial Portuguesa e as Redes de Poder Local na Capitania do Maranhão*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. (p.22)

Feliciano Ribeiro, em missão na região, escreve a D. João V sobre os sucessivos ataques feitos pelas tropas aos gentios. Relata que os indígenas estavam sendo massacrados e apresados, passando por tratamentos vexatórios e cruéis, suplicando ao monarca uma intervenção. Por outro lado, quatro dias após a carta de Frei Feliciano, o vigário superior da Junta das Missões, José de Sousa, envia à Corte um parecer favorável para que se fizesse uma guerra contra quatro povos que estavam atacando constantemente os colonos ali estabelecidos. Eram eles os índios Acaramirim, Acoran, Guegué e os Timbiras.⁸⁶

Passados alguns dias do parecer do vigário José de Sousa, o governador João de Abreu Castelo Branco convocou uma reunião da Junta das Missões para tratar da guerra aos gentios. Nela relatou diversos ataques que os moradores dos sertões do Maranhão e do Piauí estavam sofrendo de indígenas de várias nações e referendaram o parecer do vigário. Aguardavam apenas ordens de Vossa Majestade para revidar os ataques. A resposta chegou cerca de oito meses depois, em uma Carta Régia que autorizava a guerra e o apresamento dos gentios, inclusive aos que estava também atacando a região da foz do Rio Tocantins, próxima a Belém.⁸⁷

Sendo assim, voltando ao nosso personagem, vemos que se envolveu em um ramo rentável em um contexto propício. Ao mesmo tempo em que aferia ganhos com a venda de escravizados indígenas em uma região onde a mão de obra para as lavouras e a coleta de drogas do sertão foi sempre escassa, ele também a acumulava para os seus próprios negócios. John Hemming sugere que Belfort chegou a ter cerca de mil indígenas escravizados, o que acreditamos ser exagero. Tendo em vista que Stuart Schwartz indica que um senhor de engenho na Bahia tinha em média 65 escravizados em seu plantel, os números propostos por Hemming beiram à irreabilidade de algum cronista não identificado do período usado por ele. Mas, por outro lado, não deixa de demonstrar a importância que Belfort adquiriu na região.⁸⁸

Mas ao que parece, ele não ficou restrito apenas ao tráfico de escravizados indígenas. Uma carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei D. João V,

⁸⁶Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2476. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2477.

⁸⁷Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 24. Documento 2479. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 25. Documento 2557.

⁸⁸HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Londres: Macmillan, 1978. (p.647). SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (p.361).

de 28 de outubro de 1742, tratava de uma resposta a um requerimento da população sobre as inconveniências trazidas pela fábrica de sola de couros de propriedade de Belfort. Nela, o redator descreve que a fábrica tinha potencial para curtir cerca de 8 mil solas por ano, com qualidade igual a das peças que eram vendidas pelos estrangeiros. O grande embaraço era a proibição do embarque de couros em cabelo nos navios que se dirigiam à Corte. Esse tipo de mercadoria deveria obrigatoriamente passar pela fábrica de Belfort, que pagava preços baixos e se apropriava de praticamente toda a produção de courama da capitania, como reclamavam os denominados – pelo governador – “paisanos”.⁸⁹

E qual o motivo para tal obrigatoriedade? Segundo Castelo Branco, alguns homens pobres estavam causando inconvenientes, destruindo currais, roubando e matando gado para retirar seus couros e vendê-los para os mercadores comissários. A fiscalização era difícil, pois as peles eram fáceis de esconder e acabavam rapidamente vendidas quando os navios vindos de Lisboa e outras partes da Europa atracavam no porto de São Luís. Como só Belfort tinha a possibilidade de curtir os couros em larga escala, a proibição da venda “em cabelo” diminuiria o prejuízo dos criadores de gado.⁹⁰

Em outra carta do mesmo governador, enviada a D. João V em 6 de novembro do ano seguinte, pode-se observar a primeira tentativa de Belfort para diversificar seus negócios. Em sociedade com José Bernardes Teixeira ele estabeleceu uma fábrica para o beneficiamento de anil. O interessante nessa documentação é que consta o nome do correspondente de ambos na Corte, o homem de negócio chamado João da Silva Chaves. Este foi incumbido de remeter amostras do anil produzido por Teixeira e Belfort, ressaltando a boa qualidade do produto. Contudo, o governador destacou o fato das terras nas quais estabeleceram a fábrica serem pouco produtivas e que ambos esperavam autorização régia para mudar a manufatura de localidade, já que não conseguiam sequer cobrir as despesas para a produção.⁹¹

⁸⁹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 27. Documento 2754. A quantidade de oito mil solas equivale a 18% da produção do ano mais bem-sucedido em relação a exportação do produto, que foi em 1765 com 45.235 solas remetidas para Lisboa. Cf. MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.113-122).

⁹⁰Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 27. Documento 2754.

⁹¹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 27. Documento 2815. O anil era o nome dado ao corante extraído através da fermentação das folhas de algumas espécies de plantas denominadas anileiras, extrato este denominado com índigo natural e que era utilizado no tingimento de tecidos. Cf. FERREIRA, Gracilda Costa & HOPKINS, Michael John Gilbert. *Manual de Identificação Botânica*. Brasília: Embrapa, 2005. Do ponto de vista produtivo as remessas de anil foram ínfimas, cerca de 207 libras enviadas no período entre 1760 e 1807. Cf. MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos*

Não encontramos nada que confirmasse o estabelecimento da fábrica de anil em outra localidade. Contudo, em 20 de junho de 1744, o Conselho Ultramarino consultou o rei sobre um requerimento de Belfort e Teixeira em relação à concessão de um privilégio para a sua pequena fábrica de beneficiamento. Os sócios se fiavam em uma recomendação de D. Pedro II para o governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho no final do século XVII, para que se estimulasse a produção do corante. Mas, para isso, solicitavam um alvará que os liberassem de recolher os direitos devidos nos primeiros anos e o privilégio de não serem executados enquanto beneficiavam o anil, aos moldes como já se praticava com os senhores de engenho.⁹²

Até meados do século XVIII não há mais nenhuma menção a Lourenço Belfort no que diz respeito à sua atuação como produtor e comerciante. Mas na década de 1750 sabe-se que era morador da Rua Formosa no Largo do Carmo, tendo sido almotacel em São Luís em 1750 e 1754, além de vereador em 1753 e 1759. No mesmo Largo do Carmo abriu, no ano de 1756, a primeira casa comercial de São Luís, apostando no crescimento do comércio com a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, fundada no ano anterior. Ainda em 1756, no dia 22 de março, adquiriu as ações 521, 522, 523, 524 e 525 da empresa pombalina, aportando cerca 2.000\$000 na aquisição destas. Isso mostra que tinha capitais nada desprezíveis, ainda mais para um agente fixado em uma zona com uma economia menos punjante do Império Português, tendo em conta que boa parte dos homens de negócio estabelecidos em Lisboa adquiria, em média, dez ações.⁹³

Já em 20 de julho de 1758, D. José I concedeu-lhe o hábito da Ordem de Cristo pelo seu empenho no crescimento da capitania. Em carta ao Arcipreste da Igreja Catedral do Maranhão, João Rodrigo Covette, frei Thomaz de Burgos – responsável pela investigação da ancestralidade de Belfort – atesta que ele era filho legítimo de Ricardo Belfort e de Isabel Lowther, ambos cristãos velhos e que o mesmo havia sido batizado na Paróquia de St. Michael, em Dublin. Isso vai ao encontro da tese de que a ascensão

Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807). Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.113-122).

⁹²Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 28. Documento 2850.

⁹³MOTA, Antônia da Silva. *A Dinâmica Colonial Portuguesa e as Redes de Poder Local na Capitania do Maranhão*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. (p.23). COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: GEIA, 2005. (p.97-98). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Junta de Lisboa. Ações da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Livro 1º, nº 222. Cópia microfilmada nº 7265. A título de exemplo, Inácio Pedro Quintela distinto homem de negócio estabelecido em Lisboa possui dez ações da Companhia.

econômica não garantia a ascensão social. E em um momento de dignificação da atividade mercantil posta em prática pelo gabinete josefino, os comerciantes – mesmo os estabelecidos no além-mar – se utilizavam dos artifícios da habilitação às Ordens religiosas como estratégia de subir degraus sociais.⁹⁴

Figura 2. Brasão de Armas da Casa dos Belfort

Fonte: <http://armoriallusitano.pt> Acesso: 30/03/2017

Outra estratégia utilizada visando galgar posições melhores era adquirindo terras. No início da década de 1750 já havia subido o rio Itapecuru, procurando um local em que pudesse se apossar das terras e fundar uma fazenda. A propriedade agrícola, além de ser a principal força de riqueza da aristocracia colonial, garantia a integridade do patrimônio. Além disso, capitalizava a produção, desenvolvia novas técnicas produtivas, diversificava os gêneros cultivados e auferia dividendos com a venda do que era colhido. Na margem esquerda do mesmo rio fundou a fazenda Kylrue, em data não especificada.

⁹⁴A fonte original foi transcrita e publicada por MARTINS JR, Alberto Pereira. *Um Príncipe Irlandês nas terras de Itapecuru*. In: *Revista do IHG-MA*. Nº42. São Luís, setembro de 2012. (p.266-8). Cf. COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: GEIA, 2005. (p.97-98). RAMINELLI, Ronald. *Justificando Nobrezas: Velhas e Novas Elites Coloniais (1750-1807)*. In: *Revista História*. vol.35. Franca, dezembro de 2016. Sobre a questão da ascensão social, ver: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia – Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001. MACHADO, Margarida Vaz do Rego. *Capital Mercantil e Nobilitação*. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins & TORRÃO, Maria Manuel. *Pequena Nobreza de Aquém e Além-Mar – Poderes, Patrimónios e Redes*. IICT: Lisboa, 2011.

A primeira atividade que procurou desenvolver foi a produção de amoreiras, visando a sericultura.⁹⁵

Mapa 1. Localização da Fazenda Kylrue

Fonte: mapa criado e editado por Jéssika Bezerra.

Em ofício enviado em 29 de junho de 1760 ao ex-governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que à época era secretário da Marinha e Ultramar, Belfort deu conta de que havia mandado plantar cerca de 600 mudas

⁹⁵MACHADO, Margarida Vaz do Rego. *Capital Mercantil e Nobilitação*. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins & TORRÃO, Maria Manuel. *Pequena Nobreza de Aquém e Além-Mar – Poderes, Patrimônios e Redes*. IICT: Lisboa, 2011. (p.254-5). COSTA, John Wilson da. *A Casa de Belfort no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945. (p. 10). SWEET, David G. *A Rich Real of Nature Destroyed: the middle Amazon valley (1640-1750)*. University of Wisconsin, 1974. (p.620-1). Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 40. Documento 3875. No local onde existia a fazenda de Belfort, deu lugar atualmente ao povoado de Kelru – aportuguesamento do nome gaélico – a na cidade de Itapecuru Mirim na porção central do estado do Maranhão.

de amoreira, com as quais pretendia alimentar sua criação de bichos da seda. Falava ainda da experiência com as espécies diferentes da planta, observando que as do tipo branco eram mais apreciadas pelos insetos do que as amoreiras nativas. Destacava, ainda, contar com o apoio dos agentes da Companhia de Comércio, o ótimo clima para a prosperidade das plantas e a adaptação dos insetos à região do sertão maranhense. Além disso, relata esperar que a sericultura garantisse bons retornos a ele e a empresa monopolista.⁹⁶

Na mesma década, por volta de 1762, Belfort começou a se arriscar na rizicultura. Antes disso, já havia algumas pequenas lavouras de arroz com vistas à subsistência na capitania. Era uma variável nativa, conhecida como “vermelho”, cuja cultura já era conhecida pelos indígenas, porém considerada de pouca qualidade para o mercado metropolitano. Nesse sentido, no começo da década de 1760 foi introduzido o arroz branco, também conhecido como Carolina. De início, o produto despertou pouco interesse, menos em Belfort, que tratou de construir um pequeno moinho para beneficiamento da semente em sua propriedade.⁹⁷

Com o apoio da CGPM e dessa variedade – o Carolina – bem aceita no mercado europeu, Belfort foi um dos pioneiros na produção de arroz voltado para a exportação na capitania. Além de capital para investir, contava também agora com uma entrada regular de escravizados, proporcionada pela empresa monopolista. Some-se ao fato de que os africanos introduzidos eram oriundos de uma região africana notória em produzir arroz, as condições do período pareciam propícias ao incremento da rizicultura. Em 1766, em ofício datado de 3 de setembro, Joaquim de Melo e Póvoas, notório governador da capitania, escreveu para Sebastião José de Carvalho e Melo. Descreveu a viagem que fez pelo rio Itapecuru até a fazenda de Lourenço Belfort. Falou sobre a expansão das lavouras de arroz margeando o rio, inclusive na Kylrue e como isso tinha animado o comércio na capitania.⁹⁸

⁹⁶Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 40. Documento 3875.

⁹⁷VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: AML, 1954. (p.76). BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas Rotas do Atlântico Equatorial: Tráfico de Escravos Rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2009. (p. 80-3). Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Registro Geral. (fls-65-66).

⁹⁸Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 42. Documento 4157. Cf. SWEET, David G. *A Rich Real of Nature Destroyed: the middle Amazon valley (1640-1750)*. University of Wisconsin, 1974. (p.599-600). Sobre a entrada regular de escravos na capitania, ver: MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Sobre os escravizados rizicultores, ver: BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas Rotas do Atlântico Equatorial: Tráfico de Escravos Rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2009.

No mesmo ofício Melo e Póvoas destacou com animação os esforços de Belfort com a sericultura. O governador comentou que nosso personagem já havia construído uma fabriqueta para o beneficiamento da seda, que poderia produzir muitas arrobas do produto em fio. Contudo, Belfort enfrentava problemas. Uma praga havia matado boa parte dos insetos, e uma seca que castigava as amoreiras utilizadas na alimentação daqueles. Em 10 de setembro do mesmo ano, Belfort enviou ofício a Mendonça Furtado relatando a situação. Apesar de a produção passar por problemas, em 1765 já havia na fazenda cerca de seis mil amoreiras, ou seja, em cinco anos ele decuplicou a quantidade de árvores e consequentemente de bichos da seda, que produziram, segundo Belfort, 39 arráteis de seda. Contudo, mesmo com o plantio de mais duas mil amoreiras, a produção caiu vertiginosamente para 13 arráteis. Mesmo com tal fato, é notável que houve uma expansão da sericultura nesse período de cinco anos e que a produção poderia ser promissora.⁹⁹

Apesar dessa perspectiva de diversificação da produção, a sericultura no Maranhão nunca passou de uma experiência que acabou frustrada. O fato é que não encontramos nenhuma remessa de fios de seda para o Reino, o que revela esse caráter experimental e que, muito provavelmente, depois do ataque das pragas relatado esse tipo de cultura foi deixado de lado. Belfort, então, retoma o projeto de produção de arroz do tipo Carolina. Aproveitando a proximidade de sua fazenda com o rio Itapecuru, é bem provável que se utilizava das cheias de suas várzeas – condição tida por essencial – para a prosperidade e maturação das touceiras das plantas.¹⁰⁰

Contudo, a produção de arroz na década de 1760 deve ter tido caráter experimental ou apenas para o abastecimento da própria capitania. Não há registro de remessas do cereal para a metrópole até 1767, e quando ela aconteceu pela primeira vez, mas em quantidade pouca. Em janeiro de 1772, Belfort escrevia aos deputados da Companhia sobre a venda preliminar de arroz produzido na capitania, aconselhando o cultivo deste produto pelos resultados positivos que poderiam auferir com a sua exportação. A realidade lida nas entrelinhas é que, de fato, a produção tinha potencial para se expandir devido à quantidade de rios e cursos d'água que ofereciam suas várzeas

⁹⁹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 42. Documento 4157. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 42. Documento 4159. Um arrátel equivale a 459 gramas; logo a produção em 1765 segundo Belfort foi de 17,9 quilogramas e em 1766 foi de 5,9 quilogramas.

¹⁰⁰ OLIVEIRA NETO, Aroldo Antônio de. *A Cultura de Arroz*. Brasília: Conab, 2015. (p. 36-7).

para cultivo – como demonstrado no Mapa 1. E, claro, Belfort queria mercados nos quais pudesse vender o arroz que produzia e beneficiava.¹⁰¹

No entanto, é só na década de 1770 que as exportações de arroz iriam ganhar destaque no total de gêneros enviados do Maranhão para Lisboa. No ano de 1776, por exemplo, o governador Melo e Póvoas baixou medida que punia os produtores, os africanos escravizados e também os povos indígenas que produzissem o arroz vermelho, nativo, em vez do arroz Carolina, tipo mais demandado no mercado europeu. Neste momento, assistiu-se um esforço conjunto entre o Estado Português, a Companhia de Comércio e Belfort para que a rizicultura prosperasse na capitania.¹⁰² A tabela abaixo demonstra as quantidades de arroz exportadas entre 1767 e 1788:

Tabela 5. Exportação de Arroz Maranhense em comparação com as Exportações Totais da Capitania do Maranhão (1767-1788)

Anos	Quantidade (@)	Exportação de arroz (réis)	Exportações totais (réis)	%
1767	285,40	130\$713,20	105:367\$559,00	0,12
1768	225,15	103\$118,70	126:868\$861,00	0,08
1769	555,40	254\$373,20	127:995\$692,00	0,20
1770	523,24	239\$643,92	70:271\$733,00	0,34
1771	7.146,10	3:272\$913,80	53:069\$498,00	6,17
1772	30.914,10	14:158\$657,80	174:845\$144,00	8,10
1773	57.473,00	26:322\$634,00	199:541\$442,00	13,19
1774	60.138,90	27:543\$616,20	142:845\$851,00	19,28
1775	83.315,00	38:158\$270,00	166:354\$825,00	22,94
1776	75.154,00	34:420\$532,00	150:481\$483,00	22,87
1777	144.847,23	66:340\$031,34	322:636\$600,00	20,56
1778	129.032,00	59:096\$656,00	295:815\$062,00	19,98
1779	96.748,30	44:310\$721,40	279:846\$891,00	15,83
1780	194.930,10	89:277\$985,80	338:327\$103,00	26,39
1781	171.564,13	78:576\$371,54	459:462\$808,00	17,10

¹⁰¹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 45. Documento 4444.

¹⁰²MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.117).

1782	147.596,15	67:599\$036,70	561:646\$036,00	12,04
1783	164.519,29	75:349\$834,82	544:980\$691,00	13,83
1784	131.368,36	60:166\$708,88	342:427\$809,00	17,57
1785	282.299,15	129:293\$010,70	556:558\$664,00	23,23
1786	287.884,54	131:851\$119,32	695:682\$906,25	18,95
1787	304.343,18	139:389\$176,44	673:671\$086,00	20,69
1788	312.986,89	143:347\$995,62	687:746\$788,00	20,84
Total	2.683.849,61	1.229:203\$121,38	7.076:444\$532,25	

Fonte: Ver Anexo 2.

Logicamente, essa tabela não reflete apenas o arroz exportado por Lourenço Belfort, mas sim a soma de todos os produtores ali estabelecidos. Mas confirma que o seu esforço, conjuminado com a atuação da administração portuguesa na capitania e com a empresa monopolista, serviu ao intento de produzir e consequentemente expandir as exportações do cereal para o Reino. Sobre o valor, fizemos um preço médio de quatrocentos e cinquenta e oito réis a arroba. Nosso cálculo partiu de algumas remessas da Companhia de Comércio, das quais extraímos tal preço, que imaginamos ser o produzido na capitania maranhense, já que a despesa para remeter o gênero aparece separadamente. Com isso, comparando com as exportações totais da capitania, temos que o arroz – excetuando as quatro primeiras remessas irrisórias – representou entre 6,17% e 23,23% do total que fora remetido. O cereal proporcionava uma média de 15,25% do valor dos gêneros maranhenses enviados à metrópole.¹⁰³ O gráfico a seguir ilustra com clareza o crescimento:

¹⁰³CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.227).

Gráfico 3. Exportação de Arroz Maranhense (1767-1788)

Fonte: Ver Anexo 2.

O gráfico demonstra que a produção foi muito baixa até pelo menos 1771, com pouco mais sete mil arrobas remetidas. Foi só a partir de 1772 que a produção começou a expandir, mas só vai ser realmente relevante a partir do ano 1777 quando foram remetidas mais de 140 mil arrobas para Lisboa. É visível que há uma oscilação nas exportações, mas é bastante evidente que há uma tendência de crescimento e que a ação de homens como Belfort, na colônia, foi importante para a inserção de novos gêneros demandados no Reino e no restante da Europa.

Não conseguimos informações mais específicas sobre como se organizava a produção. O que podemos afirmar, seguramente, é que existiam, na década de 1770, três fábricas de soques consideradas bastante modernas para época. Uma era de propriedade de Belfort e outras duas foram construídas pela Companhia. Também havia centenas de piladores de menor porte movidos a força eólica e hidráulica. No mais, novas pesquisas têm sugerido a utilização de escravizados africanos especializados na produção de arroz, trazidos dos Rios da Guiné, o que facilitou a expansão da rizicultura na capitania. Esses

estudos sugerem que a rizicultura era bastante antiga na Guiné e de bastante importância no tráfico transaariano.¹⁰⁴

Belfort, de fato, parece ter prosperado. Afinal encontramos algumas solicitações de cessão de sesmarias em nome de Lourenço: além da fazenda nas margens do Itapecuru, região na qual solicitou mais terras para sua filha, Maria Madalena Belfort, pediu terras numa localidade denominada Enseada das Canoas. Tal fato gerou alguns protestos, a ponto de um colono chamado José Machado de Miranda escrever requerimento ao rei D. José I em janeiro de 1774, solicitando punição a Lourenço Belfort, que já possuía mais terras de sesmaria do que as previstas nas leis e ordens.¹⁰⁵

Nada disso impediu que Lourenço Belfort, no ano de 1775, fosse até a Corte. Melo e Póvoas enviou ofício à Martinho de Melo e Castro – então secretário de estado da Marinha e Ultramar – comunicando a ida de Belfort, que tencionava apresentar um novo projeto na metrópole. No ofício não há mais informações sobre o dito projeto. O governador o recomenda ao secretário, dizendo que Belfort havia sido muito útil para a prosperidade da capitania. Ressalta que havia introduzido ali técnicas de curtição do couro, o engenho de descascar arroz, além de ser dos maiores produtores e exportadores de cereal da região. Tal ofício demonstra que Belfort era um agente bastante próximo do representante do poder régio da capitania e que contava com seu apoio.¹⁰⁶

Não sabemos se Belfort conseguiu voltar ao Maranhão. Tudo indica que não, já que informações dão conta de que faleceu em Lisboa no final do ano de 1777, lugar onde estava de passagem. Foi sepultado na mesma cidade. O seu testamento dá algumas informações sobre sua vida particular: foi casado por duas vezes, e ficou viúvo em ambas. Com sua primeira esposa, Isabel de Andrade, teve três filhos: Ricardo Belfort, Maria Madalena Belfort e Guilherme Belfort. Este último faleceu sem deixar descendentes. Já com sua segunda cônjuge, Anna Thereza, teve os seguintes filhos: Rosa Maria Belfort,

¹⁰⁴VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: AML, 1954. (p.76). BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas Rotas do Atlântico Equatorial: Tráfico de Escravos Rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2009. (p.88-9).

¹⁰⁵Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 42. Documento 4154. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 48. Documento 4668. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 47. Documento 4606.

¹⁰⁶Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão. Caixa 48. Documento 4738.

Francisca Belfort, Anna Belfort, Miguel Belfort, António Belfort, Lourenço Belfort e José Belfort.¹⁰⁷

No testamento, declarou ainda que tudo que havia adquirido em vida havia sido por sua própria indústria. Afirmava possuir em ambas as margens do rio Itapecuru cinco léguas de terras, as quais deveriam ser divididas igualmente entre seus dez filhos. Ainda, deixou quarenta mil réis a serem encaminhados para a sua única irmã, Suzana Belfort, que era freira e estava em um convento dominicano na cidade de Dublin. Por fim, apontou seu filho António como seu testamenteiro. Este, ao que parece, foi responsabilizado a dar sequência aos negócios de seu pai. Efetuou uma série de carregamentos fretados junto à Companhia de Comércio entre 1775 e 1788. Também possuía uma sociedade com Francisco Xavier de Carvalho, Pedro Lamaignère, Lourenço António dos Santos e José Salgado de Mascarenhas, com os quais remetia, sistematicamente, gêneros para o Reino por intermédio da empresa pombalina.¹⁰⁸

Joel Oliveira Serrão e A. H. Oliveira Marques sugerem que a figura do negociante no período em que as Companhias pombalinas vigeram se diluiu. Afirmam que é difícil identificar tais agentes, já que a Companhia de Comércio se transforma em figura central no terceiro quartel do Setecentos. De certo modo, isso faz algum sentido. Mas não significa a invisibilização de todos os comerciantes, sobretudo os coloniais. Lourenço Belfort nos serve de exemplo nesse sentido. Com um pouco de astúcia conseguiu se estabelecer como importante homem de negócio da praça de São Luís do Maranhão. Encabeçou uma série de inovações no período, apostando em novas produções e usando a empresa monopolista como financiadora desses projetos. Além disso, possuía proximidade com os poderes régios na capitania, mantendo boas relações com o governador Melo e Póvoas, por exemplo.¹⁰⁹

Lourenço Belfort pode ser destacado como um colono que, utilizando de sua expertise como traficante de escravizados indígenas e conhecedor do território maranhense, conseguiu acumular capitais e fazer uma pequena fortuna (grande no contexto local, se

¹⁰⁷A fonte original foi transcrita e publicada por MARTINS JR, Alberto Pereira. *Um Príncipe Irlandês nas terras de Itapecuru*. In: *Revista do IHG-MA*. Nº42. São Luís, setembro de 2012. (p.266-8).

¹⁰⁸A fonte original foi transcrita e publicada por MARTINS JR, Alberto Pereira. *Um Príncipe Irlandês nas terras de Itapecuru*. In: *Revista do IHG-MA*. Nº42. São Luís, setembro de 2012. (p.266-8). CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.277-284).

¹⁰⁹SERRÃO, Joel Oliveira & MARQUES, A. H. Oliveira. *Grupos Mercantis*. In: *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Estampa: Lisboa, 1986. (p.240-1)

levarmos em conta a posição econômica da capitania no período). Na virada do século XVIII para o XIX, a família Belfort possuía enormes latifúndios nas várzeas do rio Itapecuru e também nas do Mearim (ver Mapa 1). Além disso, seus descendentes haviam acumulado a maior fortuna da capitania, ultrapassando os cento e oitenta contos de réis em bens de raiz, escravizados, animais, além de ouro e prata.¹¹⁰ Neste sentido, podemos destacar Belfort como um agente importante da história maranhense, que soube usar a seu favor as facilidades oferecidas pela Companhia de Comércio e suas relações com a administração régia na capitania, em um momento em que a Coroa Portuguesa tinha por objetivo desenvolver e garantir as suas possessões na Amazônia.

¹¹⁰MOTA, Antônia da Silva. *A Dinâmica Colonial Portuguesa e as Redes de Poder Local na Capitania do Maranhão*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. (p.49-52).

CAPÍTULO 2. O GRÃO-PARÁ E A COMPANHIA: DE BELÉM AO IMPÉRIO

A economia paraense no período colonial sempre esteve atrelada às atividades de coleta e extração, baseada na mão de obra cativa indígena. Característica essa que perdurou até meados do século XVIII, quando da criação da CGPM. Com mais capitais, houve uma tentativa de desenvolver a agricultura na região, contudo os produtos da floresta – ou drogas do sertão como eram conhecidas – continuaram a ser o carro-chefe da economia do Grão-Pará, mas principalmente o cacau, mesmo na segunda metade do Setecentos e no decorrer do século XIX, cuja viragem para o século XX se notabilizou pelo primeiro ciclo da borracha na região.¹¹¹

A historiografia clássica tendeu a demonstrar esse tipo de exploração econômica como menos importante, se comparada à exploração agrícola desenvolvida no Estado do Brasil. De certa forma, isso corroborou para uma interpretação cristalizada da economia da região perdurou por vários anos: de que a Amazônia Portuguesa era uma área na qual a pobreza e o abandono eram generalizados. Contudo, ao analisarmos – por exemplo – as fazendas jesuítas estabelecidas no Grão-Pará, nos deparamos com um estado de relativa prosperidade, tanto do ponto de vista produtivo, quanto do comercial. Ainda mais tendo em conta que a jurisdição dos indígenas – única mão de obra abundante e disponível – ficava sob a égide dos inacianos, o que ajuda a explicar o fato de que os religiosos eram as figuras mais relevantes do ponto de vista econômico na capitania até a primeira metade do século XVIII.¹¹²

¹¹¹ MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. COSTA, Francisco Assis da. *A Economia Colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), abr. 2012, p. 197-219. Na historiografia clássica, o uso de mão de obra indígena para a coleta e extrativismo resultavam em pobreza estrutural, uma sociedade pouco estável e estruturada e um estado absoluto de miséria. Nesse sentido, ver: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

¹¹² AZEVEDO, José Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999. ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios Jesuítas: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004. COSTA, Célio Juvenal & MENEZES, Sezinando Luiz. *A racionalização mercantil na evangelização jesuítica no Brasil*. In: *Anais da XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. Fronteiras e Identidade: povos indígenas e missões religiosas*. Dourados/MS: UFGD, 2010. NEVES NETO,

O uso do indígena como mão de obra e elemento de colonização do espaço amazônico sempre foi uma questão presente, seja no Maranhão, seja no Grão-Pará, como já apontamos na introdução desse trabalho. Em 1675, por exemplo, um colono chamado Antônio de Souza Macedo solicitava indígenas para poder povoar a Ilha Grande de Joanes (atualmente, Ilha de Marajó). Seu caso foi levado até o Conselho Ultramarino em 20 de maio do dito ano, no qual é relatada uma discussão acerca do assunto com a Companhia de Jesus, que de certa forma dificultava o acesso dos colonos aos indígenas. Dez anos depois, a Câmara do Senado da cidade de Belém reclamava da atuação dos padres inacianos, que causavam inconvenientes aos moradores da cidade e seus arredores, pelos mesmos controlarem as relações temporais dos nativos. Exigiam ainda que o rei definisse a sua atuação somente no que dizia respeito ao serviço espiritual.¹¹³

Até a criação da CGPM, a capitania do Grão-Pará era a cabeça da Amazônia Colonial Portuguesa. Como a economia maranhense era baseada na extração de madeiras e na produção de couro, além de incipientes lavouras, a economia da região era particularmente dependente das remessas de cacau para Lisboa, um produto altamente demandado e que alcançava bons preços nas praças comerciais europeias, o que garantiu certa prosperidade para a economia paraense. Contudo, os jesuítas acabaram por controlar boa parte da produção cacaueira, tendo em vista o controle da mão de obra indígena até meados do século XVIII, pois como ressaltamos no parágrafo anterior, caberia a eles a tutela dos nativos, o que cerceavam o acesso à extração e coleta por outras partes interessadas.¹¹⁴

No contexto da coroação de D. José I ao trono, em 1750, e da ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo como homem forte do Gabinete Josefino pós-terremoto de 1755, as políticas voltadas para o Estado do Grão-Pará e Maranhão sofreria uma mudança: a criação da CGPM injetou capitais nas atividades econômicas da região e passou a introduzir ali africanos escravizados. Além disso, houve ainda o Diretório dos

Raimundo Moreira das. *Um Patrimônio em Contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

¹¹³Parecer do Conselho Ultramarino para o príncipe regente D. Pedro, de 20 de maio de 1675. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 02, Documento 161. Carta do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, para o rei D. Pedro II, de 17 de janeiro de 1685. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 03, Documento 240.

¹¹⁴MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.123).

Índios, de 1757, que extinguiu a escravidão indígena, transformando os nativos em súditos do rei e procurando incorporá-los como agentes da colonização e da expansão econômica e das fronteiras do Império Português. Isso restringiu o poder clerical dos jesuítas – que acabaram expulsos dos domínios lusos em 1759 – sobre os povos nativos e permitiu aos colonos acesso a uma quantidade considerável de força de trabalho.¹¹⁵

Contudo, isso não quer dizer que apenas os jesuítas controlavam a economia e o comércio da capitania do Grão-Pará até a viragem ocorrida na década de 1750. Pela documentação é possível identificar alguns homens de negócio que estavam estabelecidos na praça de Belém, envolvidos em diversas atividades, atuando principalmente na extração e coleta de cacau e outras drogas do sertão. E é sobre estes indivíduos que nos debruçaremos a partir de agora.

2.1. O Grão-Pará antes da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: economia e sociedade na fronteira do Império Português

Como dissemos, é mais ou menos consenso na historiografia sobre o período colonial, que a economia do Grão-Pará – e de toda a Amazônia Portuguesa – era controlada quase que exclusivamente pelos padres da Companhia de Jesus. A presença dos jesuítas no Grão-Pará é notada desde a primeira metade do século XVII. Em 1621 o capitão-mor do Grão-Pará Manoel de Sousa Eça escreveu ao Conselho da Fazenda de Filipe III, dando conta da necessidade do envio de padres inacianos para a capitania, com o intuito de evangelizar os indígenas e manter os colonos que ali residiam dentro das leis do catolicismo. Mas é somente a partir de 1650, com a chegada do afamado padre António Vieira a São Luís e, em 1655, com a fundação de casa, igreja e mosteiro para os padres jesuítas junto ao Forte do Presépio, que a presença da Companhia de Jesus é percebida de maneira mais permanente na região.¹¹⁶

¹¹⁵SOUZA, James O. *A Mão de Obra Indígena na Amazônia Colonial*. In: *Em Tempos de Histórias*. nº 06, 2002. MELO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *O Regimento das Missões: Poder e Negociação na Amazônia Portuguesa*. In: *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-1, 2009. CHAMBOULEYRON, Rafael & BOMBARDI, Fernanda Aires. *Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. In: *Varia História*. Volume 27, nº 46 Belo Horizonte, Julho/Dezembro, 2011.

¹¹⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 01, Documento 20. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 02, Documento 94.

A presença dos religiosos inacianos em um período logo após a Guerra de Restauração era vista como fator importante na catequização dos nativos. Mas, mais ainda: na ocupação do território amazônico sob a égide da Coroa Portuguesa e na contenção dos avanços espanhóis, oriundos da foz do Orinoco, e dos franceses, ingleses e holandeses que se estabeleceram no que hoje são as Guianas. Sendo assim, logo após o fim da União Ibérica os jesuítas tornaram-se, por assim dizer, os principais agentes da colonização portuguesa em um território limítrofe das colônias europeias no Novo Mundo. A foz do Amazonas era vista como ponto estratégico da colônia, sendo a principal via de entrada e penetração no território amazônico, cujo sertão tinha grande potencial econômico. Protegê-la significava ocupá-la e desenvolvê-la.¹¹⁷

Nesse sentido, para além do fator religioso, os jesuítas cumpriam também um relevante papel político e de controle social – com a catequização e sua rede de colégios que foram construindo Rio Amazonas acima –, mas também o econômico. E isso se deu pois não havia uma rota regular de tráfico de africanos escravizados para a região até 1756 e, assim, a única mão de obra abundante e disponível era a dos próprios indígenas. Como quem detinha o poder sobre essas populações eram os jesuítas, como já adiantamos, logo, foi natural que o patrimônio das Companhias religiosas, principalmente da de Jesus, fosse florescente e crescesse a olhos vistos no vale amazônico no decorrer das segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII.¹¹⁸

No entanto, há indícios de uma vida econômica na capitania que ia além das fazendas jesuíticas. No início do século XVII, mais precisamente em 1618, foram enviados para Belém duzentos casais oriundos dos Açores: estes deveriam ser recebidos pelo capitão-mor Jorge Lemos de Betencourt e assentados e abastecidos até que suas lavouras comessem a ser suficientes para a subsistência. Esses açorianos tinham a missão de ocupar as terras e cultivá-las, mas também poderiam assumir cargos na

¹¹⁷ MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Fronteiras Imperiais: a Amazônia Colonial e as Fontes Jesuíticas*. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Volume 1, Número 1 – Jan/Jun 2008. MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – USP: São Paulo, 2015. (p. 89).

¹¹⁸ ALDEN, Dauril. *Economics aspects of the expulsion of the Jesuits from Brazil: a preliminary report*. In: KEITH, Henry & EDWARDS, S. F. *Conflict and continuity in Brazilian society*. Columbia: University of South Carolina Press, 1967. p. 25-65. ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004. SHIGUNOV NETO, Alexandre & MACIEL, Lizete Shizue Bonura. *O Ensino Jesuítico no Período Colonial: algumas discussões*. In: *Educar*. Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz & NEVES NETO, Raimundo Moreira das. “*Quem doutrina e ensina os filhos daqueles moradores*”: a Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial. In: *Revista HISTEDBR*. n.43: out/2011.

administração régia e/ou atuar como negociantes. Isso, por si só, já demonstra que havia no Grão-Pará uma população de colonos que se engajariam na produção ou no comércio – mesmo que em pequena escala – antes mesmo do estabelecimento definitivo da Companhia de Jesus na região.¹¹⁹

A economia da região, como já apontamos, sempre dependeu muito da extração dos produtos da floresta, em especial do cacau. No entanto, não se resumia a isso. Já em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII vemos uma tentativa de diversificação da produção, tendo em vista que, para a coleta das drogas do sertão, eram necessários indígenas – tanto para a coleta, quanto para o transporte – e estes estavam sob a égide dos religiosos. Sendo assim, foi comum produtores e comerciantes, por exemplo, solicitarem licença régia para a construção de engenhos e alambiques para a produção de aguardente, como Francisco Lameira da Franca, em 1696, Manuel Garcia Marreiros, em 1721, Raimundo de Alfaia e Noronha, em 1724, Vicente da Silva, em 1727, Estevão Geraldo Meireles, em 1731, Custódio Vicente Anastácio, em 1732, Jacob Correia de Miranda, em 1733, Amândio José de Oliveira Pantoja, em 1740, e Félix Ferreira Barreto, em 1755.¹²⁰

Mais do que mostrar o interesse desses sujeitos na produção de aguardente, essas solicitações revelam que, ao menos desde 1696, já havia lavouras de cana e engenhos para o fabrico de açúcar, mesmo que em pequena escala. Naturalmente não se comparavam aos engenhos do Nordeste; muito menos os resultados econômicos poderiam ser equiparados aos obtidos pelos jesuítas em suas fazendas. Contudo, é possível identificar iniciativas locais para diversificar a produção e contornar a necessidade de um plantel de indígenas escravizados para a coleta nas florestas. E não só de açúcar e aguardente viviam esses sujeitos estabelecidos no Grão-Pará: em 1720 o capitão-mor Manuel de Madureira Lobo solicitou licença régia para o estabelecimento de

¹¹⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 01, Documento 07.

¹²⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 04, Documento 333. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 08, Documento 669. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 08, Documento 674. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 872. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 13, Documento 1177. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 12, Documento 1275. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 15, Documento 1385. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 23, Documento 2216. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3698.

uma fábrica para beneficiamento do arroz, o que também indica que havia ali uma rizicultura que, ao menos, alimentava o mercado interno.¹²¹

Em 1739, António Oliveira Pantoja – cuja família era bastante influente no Grão-Pará e da qual falaremos mais detalhadamente à frente – já possuía uma lavoura de arroz, bem como um engenho para o seu descasque bastante relevante nos arredores de Belém. Mais de uma década depois, em 1751, João Francisco Righete obteve licença régia para estabelecer a lavoura de arroz no Grão-Pará e, neste documento, há um dado interessante: com o já referido problema da mão de obra, Diogo de Mendonça Corte Real escrevia ao Marquês de Penalva para que ele, como presidente do Conselho Ultramarino, consultasse D. José I e emitisse um parecer definindo um salário para o pagamento dos trabalhadores que fossem absorvidos pelas lavouras de arroz. Não encontramos nenhuma documentação na qual o valor do salário fosse estipulado, mas é recorrente nas ordens régias que se pagasse a indígenas e a trabalhadores que atuassem nas lavouras na primeira metade do século XVIII.¹²²

Havia também alguns indivíduos envolvidos na captura de índios, o que causava muitos conflitos entre os colonos que demandavam mão de obra e os jesuítas. Esses embates eram resultado de uma legislação indígena colonial indefinida quanto à permissão para o apresamento e a escravização dos nativos americanos. Em 1680, por exemplo, o alvará promulgado pelo príncipe regente D. Pedro abolia todo e qualquer tipo de cativeiro indígena e ratificava que os padres jesuítas eram os responsáveis pela administração das populações locais. Tal alvará gerou reação dos colonos, que se viram impedidos de resgatar ou utilizar índios cativos em suas lavouras ou na colheita das drogas do sertão. O descontentamento dos colonos com a falta de mão de obra só aumentou com o fracasso da atuação da Companhia do Estanco do Maranhão, criada em 1682, que deveria introduzir africanos escravizados na região.¹²³

Esse contexto resultou na criação do Regimento das Missões do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, que permitia que os indígenas pudessem atuar como soldados ou serem empregados nas lavouras ou em outro serviço a particulares; no entanto, como

¹²¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 06, Documento 557.

¹²² Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 22, Documento 2028. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 32, Documento 3053.

¹²³ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Duplicados clamores: Queixas e Rebeliões na Amazônia Colonial (século XVII)*. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 159-178, dez.2006. (p. 164-5).

eram livres, deveriam receber pelo trabalho prestado. Mesmo com essa “flexibilização” eram recorrentes as solicitações para ir ao sertão resgatar indígenas. A própria administração local, a Câmara da cidade de Belém do Pará, escreveu ao rei D. Pedro II, em 15 de novembro de 1685, solicitando autorização para levar adiante a ideia de se organizar um contrato de repartição de índios entre as capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, em uma estratégia para resolver a falta de escravizados que havia na região. Tais reclamações, contando ainda com o apoio de uma instituição de poder local, pressionou a Coroa que, em 1688, enviou Alvará autorizando parcialmente o cativo indígena, desde que o índio fosse prisioneiro de outros índios.¹²⁴

O reforço chegou quase dez anos depois, pela Carta Régia de 09 de janeiro de 1697, em que se mandava oprimir os indígenas rebeldes e transformá-los em cativos, prática essa que já existia desde a fundação da cidade de Belém: são inúmeras as cartas remetidas ao Reino dando conta dos conflitos dos colonos contra os índios chamados comumente de Tupinambás na documentação. Dois anos depois, outra Carta Régia, de 20 de novembro de 1699, ordenava aumentar o número de índios escravizados para substituir aqueles índios aldeados que haviam sido mortos. Em fins do ano de 1700, os oficiais da câmara de Belém outra vez aparecem solicitando que as tropas reais estabelecidas pela capitania pudessem ser destacadas para o resgate de indígenas – denominados na fonte como escravizados – no sertão adentro, para assim abastecer os moradores que se queixavam da falta de mão de obra.¹²⁵

Aqui vemos o esforço institucional para organizar a força de trabalho e garantir a sua oferta. No entanto, na primeira metade do século XVIII há alguns particulares interessados em se dirigir ao sertão para resgatar indígenas e escravizá-los para suas próprias lavouras ou para, depois, vendê-los na cidade de Belém. Por volta do ano de 1720 um colono chamado José Sanches de Brito requeria autorização para que ele mesmo fosse ao sertão resgatar cerca de oitenta índios para que pudesse usar em seus canaviais e engenho, tendo em vista que o fabrico de açúcar estava operando muito aquém de suas

¹²⁴MELO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *O Regimento das Missões: Poder e Negociação na Amazônia Portuguesa*. In: *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-1, 2009. (p.50). Arquivo Histórico Ultramarino; Avulsos do Pará, Caixa 03, documento 252. Arquivo Histórico Ultramarino; Avulsos do Maranhão, Caixa 07, documento 796.

¹²⁵Carta Régia de 09 de janeiro de 1697, disponível digitalizada em <https://www.dropbox.com/s/txwz7qkklpy12sd/1697-01-08-09.pdf>. Carta Régia de 20 de novembro de 1699, disponível digitalizada em <https://www.dropbox.com/s/42zthurp3x8yg2d/1699-11-20.jpg>. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa04, Documento 362.

possibilidades. O mesmo pedido fez Francisco de Potflis, que foi autorizado a resgatar 100 casais de escravizados – denominados Tapuia – para servirem no seu engenho açucareiro em um lugar denominado Carnapijô.¹²⁶

Essas solicitações para ir ao sertão resgatar escravizados para as próprias lavouras foram práticas bastante comuns na primeira metade do Setecentos. No entanto, também havia aqueles que resgatavam indígenas com o intuito de vendê-los a terceiros, como é o caso de Roque Beckman e Albuquerque. Ele requereu, em fevereiro de 1739, uma provisão régia que o autorizasse resgatar 200 índios denominados Brenhas e repassá-los a colonos que não tinham condições de ir ao sertão adquirir os escravizados eles próprios. Inácio Antônio Craveiro da Silva, morador da cidade de Belém, também solicitou provisão a D. João V para ir ao sertão resgatar 50 casais de índios para o trabalho em sua terra e ceder aqueles que não fossem necessários a outros lavradores.¹²⁷

Percebemos que houve uma política que dava margem para a escravização do indígena, tentando resolver a questão da falta de mão de obra. Ao menos no Grão-Pará vemos indivíduos indo ao sertão resgatar 200 indígenas a fim de abastecer as próprias lavouras, uma força de trabalho nada desprezível. Vemos também várias iniciativas para introduzir alambiques e engenhos para açúcar e arroz, o que revela a existência de canaviais e arrozais na capitania ao menos desde os fins do século XVII. No entanto, nada se comparou à extração de cacau utilizando essa mesma mão de obra indígena. A fruta do cacauzeiro foi o carro-chefe da economia paraense durante os Seiscentos e Setecentos, o que permitiu que o controle da economia continuasse na mão dos jesuítas em razão de todo o aparato que a própria Companhia de Jesus dava aos missionários que administravam as fazendas e do acesso, quase que inesgotável, aos índios para o trabalho.¹²⁸ Para termos uma ideia da importância do fruto, vejamos o gráfico abaixo:

¹²⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa06, Documento 576. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 07, Documento 593.

¹²⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18, Documento 1712. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 20, Documento 1847.

¹²⁸SOUZA, James O. *A Mão de Obra Indígena na Amazônia Colonial*. In: *Em Tempos de Histórias*. nº 06, 2002. (p.01).

Gráfico 4. Exportações de cacau do Grão-Pará em réis (1730-1755)

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 80, Documento 6627. Mapas dos gêneros exportados da capitania do Grão-Pará entre 1730 e 1777.

No período pré-CGPM, mesmo com as iniciativas para produzir outras mercadorias coloniais de exportação, o cacau dominou as exportações remetidas do porto de Belém. Com exceção do ano de 1748, quando não houve nenhuma frota saindo da capitania do Grão-Pará, a fruta do cacaueiro compôs entre 53% e 96% do valor das cargas que rumaram ao Reino, numa média geral de 81% entre 1730 e 1755. No mesmo período, o açúcar não chegou aos 3% dessas mesmas remessas e o arroz só vai aparecer nas exportações paraenses na década de 1770, o que indica que a produção de homens como Madureira Lobo, Oliveira Pantoja e Francisco Righete alcançava apenas o mercado local, ou seja, servia para o abastecimento interno. O mesmo argumento do arroz também vale para a produção de aguardente.¹²⁹

O cacau começa a aparecer como mercadoria importante no quartel final do século XVII, quando o contrato dos dízimos do cacau é arrematado por Lourenço Inácio por 5 mil cruzados, em 1679. Já no início dos anos 1700 é possível detectar a influência dos jesuítas na sua coleta, pois em 28 de setembro de 1705 a Câmara da cidade de Belém enviava queixa ao Conselho Ultramarino contra os inacianos que deixavam de lado o trabalho de catequização para explorarem os indígenas para a extração do cacau e outras drogas do sertão. Mas, a grande reclamação era a de que os missionários vedavam

¹²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 80, Documento 6627.

totalmente o acesso aos colonos, que se viam sem mão de obra tanto para a lavoura quanto para a coleta. O cacau tinha tão grande importância no mercado do Grão-Pará que muitas vezes era utilizado como moeda entre moradores, lavradores e os negociantes, como apontamos no capítulo anterior.¹³⁰

Na década de 1720 aparecem os primeiros indivíduos interessados em desenvolver fazendas para a extração de cacau. Em janeiro de 1724, o negociante Francisco Antônio Pimentel solicitou licença para resgatar vinte indígenas para o trabalho em sua propriedade, na qual procurava cultivar ele próprio os cacaueiros. Em março do mesmo ano, outro membro da família Pantoja, Manuel de Oliveira, solicitou uma carta de sesmaria nas margens do rio Moju, a cerca de 300 quilômetros de Belém - terras nas quais pretendia explorar a extração de cacau. Em maio, ainda em 1724, Domingos Monteiro de Noronha solicitou também uma carta de sesmaria para a mesma área, demonstrando que essa área de floresta mais ao sul da cidade de Belém parecia ser bastante frutífera para a atividade.¹³¹

São incontáveis as cartas de colonos solicitando carta de sesmaria por todo Vale Amazônico a fim de estabelecer a coleta de cacau ou mesmo estabelecer fazendas com o intuito de constituir pomares de cacaueiros. Inclusive padres pediam dispensa ao rei das atividades religiosas com o intuito de tornarem-se feitores de suas próprias fazendas para melhor explorarem a produção, como foi o caso do padre Pascoal de Sousa Passos, que possuía duas fazendas, uma junto ao rio Caraparú e outra ao rio Guamã; ou o padre Antônio Alves que, segundo consta, era proprietário de várias fazendas nas quais explorava índios e cacau.¹³²

Os dados por si só já demonstram o tamanho do cacau para a economia paraense antes da instalação da CGPM. As fontes qualitativas só vêm demonstrar que muitos colonos tinham o interesse em se engajar na coleta do fruto, implementando inclusive fazendas no interior da capitania. Na maioria das vezes, esbarravam no problema da escassez da mão de obra. No entanto, considerando uma produção que entre 1730 e 1755

¹³⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa02, Documento 181. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa05, Documento 408. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa05, Documento 426.

¹³¹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa08, Documento 661. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa08, Documento 678. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa08, Documento 694.

¹³²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 893. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 910.

movimentou quase um milhão de arrobas e mais de 2 mil e 300 contos de réis, podemos afirmar tranquilamente que o problema não residia na falta de mão de obra para o trabalho nas florestas: mas, sim, no fato de que ela que ficava concentrada nas mãos de poucos indivíduos, mais precisamente os missionários da Companhia de Jesus.

Não era apenas o cacau que movimentava a economia paraense. Importante ressaltar os contratos dos dízimos, que em tese deveriam ser eficientes mecanismos geradores de renda para os negociantes locais. Os dízimos eram uma renda antes controlada pela Ordem de Cristo e que, depois, foi administrada pela própria Coroa, com o intuito de cobrir as despesas ordinárias e também da folha eclesiástica. Era um tributo que incidia sobre a produção agropastoril, com uma taxa de 10%. A cobrança desses impostos, geralmente, era arrendada a particulares, por intermédio da celebração de um contrato entre o particular e a Coroa, o que trouxe efeitos positivos na longa duração para a manutenção do Império Português.¹³³

No Grão-Pará – e também no Maranhão – a arrecadação era defasada e não supria os custos de manutenção das capitanias. Muito em razão da necessidade de proteger uma região estratégica da constante ameaça de outras metrópoles europeias que se estabeleceram próximas à foz do Amazonas: nessas regiões limítrofes e de constante tensão eram muito altos os gastos para construir fortalezas, bem como manter tropas destacadas. No Grão-Pará, esses arrendamentos foram ganhando especificidades locais, como cobrança dos produtos coletados nas florestas – sendo que, em sua origem, os dízimos incidiam apenas nos produtos cultivados. Mas, o importante é que a celebração de contrato visando à arrecadação de impostos entre particulares e a Fazenda Real permitiu o surgimento da figura do contratador: um homem de negócio que controlaria a arrecadação da produção local por um período, normalmente, de três anos.¹³⁴

Mesmo com todos os imbróglios que existiam, como lances insuficientes para arrematá-los, questões geográficas e climáticas que dificultavam a cobrança dos dízimos, e a recorrente falta de mão de obra local, podemos afirmar que os contratos permitiram o surgimento de alguns nomes importantes para os negócios paraenses, sobretudo na

¹³³PAIVA, André Filipe de Melo e. *O Império da Fiscalidade: um estudo serial das conjunturas fiscais do Atlântico Português (1720-1807)*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP: São Paulo, 2016. (p.34-5; 73).

¹³⁴CHAMBOULEYRON, Rafael & NEVES NETO, Raimundo Moreira da. "Isenção Odiosa": os jesuítas, a Coroa, os dízimos e seus arrematadores na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: *História – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. Nº 37: agosto, 2009.

primeira metade do século XVIII. O primeiro deles foi António Gomes Ribeiro, natural da freguesia de Santa Lucrécia da Ponte, arcebispado de Braga, Reino de Portugal. Era filho legítimo de João Gomes, homem que vivia de suas fazendas, e Maria Gonçalves, e era casado com Victoria da Silva. Chegou ao Grão-Pará no início da década de 1720 para fazer negócios. Posteriormente, foi Contador da Alfândega da cidade de Goa na década de 1740 e terminou sua vida como Juiz de Fora da cidade da Bahia.¹³⁵

Ele arrendou o contrato dos Dízimos Reais da capitania do Grão-Pará no fim do ano de 1724 e, em janeiro desse mesmo ano, requereu a D. João V que desse provimento a seu sócio, Luís Correia de Lira, para o cargo de administrador dos contratos que havia arrematado, enquanto não chegava ao Brasil. No início do ano de 1727, Ribeiro já trabalhava para arrematar novamente o contrato, cujo prazo venceria no fim daquele mesmo ano, prorrogando-o até dezembro de 1730. Reclamava, ainda, do governador José Velho de Azevedo e do provedor João Ferreira Dinis de Vasconcelos, que não haviam lhe entregado os onze casais de índios acordados na arrematação do contrato. Azevedo também relutava em entregar outras rendas menores que também constava na arrematação, como o dízimo pesqueiro.¹³⁶

Em março de 1727, requereu ao Rei que o provedor da Fazenda Real, Dinis de Vasconcelos, não cobrasse a totalidade dos 43 cruzados pelo qual arrematou todos os contratos dos dízimos. Dizia que tal contrato só entraria em vigor no início de 1728, e que ainda não possuía o montante total: daria 21 cruzados para assegurar a arrematação e, assim, não causaria prejuízos à Fazenda Real. A relação de Ribeiro com Vasconcelos era deveras conturbada: dois anos após arrematar o contrato pela primeira vez, além de não ter recebido os indígenas aos quais tinha direito, estava sendo cerceado de cobrar as rendas menores; além disso, estava sendo pressionado pelo provedor a arcar com o valor total da arrematação de um contrato que sequer começara. No mesmo mês, suplicou a D. João V para que intercedesse junto a Vasconcelos para que esse compreendesse que a arrematação de fins de 1724 e a que passaria a valer no início de 1728 diziam respeito à

¹³⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, maço 68, documento 1357. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 34, fl. 463v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. José I, livro 22, fl. 241f.

¹³⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa08, Documento 696. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 890. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 913.

arrematação dos dízimos correspondente a todas as rendas que a Fazenda Real administrava na capitania.¹³⁷

Esse embate estava longe de terminar. Já sob o novo contrato, iniciado em 1728, o contratador novamente escreveu a D. João V solicitando que lhe passasse uma provisão para que pudesse enviar ao Reino um libelo acusatório contra Vasconcelos, devido aos enormes transtornos que o provedor causava na administração do contrato. Ribeiro o acusou de perseguição. Após mover a ação, Ribeiro foi convocado a Lisboa, em abril de 1729, para explicar detalhadamente os motivos pelos quais estava acionando juridicamente Vasconcelos, deixando outro sócio seu – António Gonçalves de Souza – como administrador do contrato enquanto resolvia essa questão judicial no Reino, que se arrastou por todo ano de 1729.¹³⁸

Ribeiro levou a melhor na contenda, voltando a Belém no ano de 1730, mas não conseguiu arrematar o próximo triênio. Contudo, em 1732 requereu ao rei que fosse indenizado pelas dívidas que adquiriu com a administração anterior ao contrato, solicitando que essa indenização lhe fosse paga com 24 índigenas. No ano seguinte, após contabilizar toda a dívida que possuía, fez outra solicitação: que lhe fosse pago todo o rendimento da pesca no valor de 10 mil cruzados, dos quais não recebera nenhuma quantia, e, ainda, a importância de 200 réis por dia para cada índio que deveria ter recebido e não recebeu durante os seis anos em que vigoraram seu contrato.¹³⁹

Outro contratador bastante atuante nessa primeira metade do século XVIII era Filipe Coelho Santiago. Não temos informação sobre seu local de nascimento e nem conexões familiares, apenas que era filho de Julião de Campos. Em 1709 foi nomeado almoxarife da Fazenda Real do Grão-Pará e, em 1716, Capitão de Infantaria dos Privilegiados do Pará. Entre 1716 e 1724 não encontramos muitos vestígios sobre a atuação de Santiago, nem como almoxarife, nem como militar e nem como negociante. Apenas que teria conseguido uma légua de terra, em julho de 1716, em uma região chamada de Igarapé Gabaguaja. Aparece novamente, em janeiro de 1724 – ainda como

¹³⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 897. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 901.

¹³⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 11, Documento 969. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 11, Documento 1026.

¹³⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 13, Documento 1222. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 15, Documento 1387. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 17, Documento 1556.

almoxarife da Fazenda Real – solicitando uma promoção ao seu filho, Luís Coelho, para o posto de capitão da Companhia de forasteiros de Belém.¹⁴⁰

Mas ao que parece, Santiago não se contentou apenas com os cargos administrativo e militar, concedidos por D. João V. Paralelamente atuava como comerciante, vendendo tecidos na cidade de Belém e em seus arredores. Sabe-se disso, pois em janeiro de 1727, ainda almoxarife, solicitou que o rei intercedesse em sua causa contra o provedor da Fazenda Real, José da Silva Távora, que havia lhe tomado quinhentas varas de panos, o equivalente a 550 metros de tecido. O valor de toda essa mercadoria, segundo Santiago, ficava na casa dos 200 mil réis, sem contar o lucro que teria os vendendo.¹⁴¹

Em 1733, arrematou o contrato dos dízimos reais da capitania do Grão-Pará pelo valor de 145 mil cruzados, um valor 19 mil cruzados maior do que os obtidos nos dois triênios anteriores, que de certa forma demonstra uma melhora na arrecadação e na produção entre 1728 e 1733. No entanto, o provedor Matias da Costa de Sousa e o governador José da Serra entraram em atrito, pois Serra arrematou o contrato afobadamente e sem consultá-lo para beneficiar Santiago, o que lhe causava estranheza sobre eventuais mudanças em relação ao pagamento dos filhos da folha. A questão girava em torno de que o contratador insistia no pagamento das tropas e dos funcionários régios em cacau, o que era prejudicial à Real Fazenda e aos negócios da própria capitania, já que boa parte dos frutos acabava não sendo remetida para o Reino.¹⁴²

Vemos que os conflitos envolvendo contratadores e os provedores da Fazenda Real eram comuns. D. João V, então, ordenou que Santiago pagasse os filhos da folha em dinheiro, o que acabou deixando o contratador em uma situação delicada, já que os dízimos eram pagos quase sempre em gêneros. Tanto é que, em 1735, solicitou ao Rei que baixasse ordem régia para que os direitos fossem pagos em moeda corrente e não mais em gêneros, principalmente o cacau. A explicação residia em que colhido os frutos na floresta, estes maturavam de maneira muito rápida e vários estragavam ou passavam do ponto, perdendo seu valor e trazendo prejuízos a ele. E mais: recebendo em dinheiro,

¹⁴⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa05, Documento 437. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 3, fl.126v. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 08, Documento 663.

¹⁴¹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 10, Documento 873.

¹⁴²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 15, Documento 1419.

poderia cumprir tranquilamente a ordem de pagar as tropas e os funcionários régios em espécie.¹⁴³

Contudo, em fins de 1735, Santiago suplicou por ajuda régia. Passava por grandes dificuldades para a cobrança dos dízimos e se endividou para efetuar os pagamentos em dinheiro e cumprir a ordem de D. João V. Teve seu filho Luís preso por causar desordem pública em 1735, e, em 1736, suplicou novamente para que seu outro filho, Pedro, não fosse enviado soldado para o Maranhão. Dizia que com um filho preso, e outro destacado em outra capitania, inviabilizaria a administração de seu contrato, já que contava com a ajuda de ambos. Reforçava ainda que Pedro queria iniciar carreira eclesiástica e que seria importante ele ser mantido em Belém até o fim do contrato, quando seguiria ao Reino. Queixava-se ainda das importunações que lhe causava o provedor Matias da Costa e Souza.¹⁴⁴

O que se vê é que, para além das grandes distâncias que deveriam ser percorridas para a cobrança dos dízimos, a falta de indígenas para guiar as embarcações para a cobrança nas propriedades no interior, entre outros problemas estruturais, a própria administração da Fazenda Real na capitania não conseguia alinhar seus interesses com o contratador, impedindo assim uma gestão mais eficiente do sistema fiscal, trazendo prejuízo ao negociante e à própria Fazenda. Os dois contratadores mais atuantes que encontramos antes da instituição da CGPM enfrentaram longas contendas com os provedores locais e não nos parece que se alçaram ao patamar de grandes negociantes. Os contratos dos dízimos, mesmo que nos pareçam uma maneira segura e certa de geração de renda, ao menos no Grão-Pará não se mostraram mais vantajosos do que a extração e venda de cacau para o Reino.

Some-se isso ao fato de que quem possuía a maior porção da economia da capitania eram das ordens religiosas, e o pagamento de tributos por parte destas sempre foi um problema para a Coroa. Desde fins do século XVII havia ordens para que os religiosos pagassem os dízimos referentes às suas fazendas ou às suas incursões de coleta pela floresta, justamente por obterem os melhores resultados produtivos da capitania.

¹⁴³Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 17, Documento 1595. “Filhos da folha”: eram os oficiais que apareciam listados na folha de pagamento da capitania; i.e., a burocracia remunerada.

¹⁴⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18, Documento 1656. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18, Documento 1679. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18, Documento 1727.

Entretanto, durante toda a primeira metade do século XVIII a cobrança dos tributos das ordens religiosas gerou enormes conflitos entre a Coroa, a Fazenda Real, os contratadores e os missionários. Estes últimos simplesmente negligenciavam as ordens régias e não pagavam os devidos direitos, o que ajudou, de certa forma, a ampliar seu patrimônio e seu fortalecimento na dinâmica econômica da capitania do Grão-Pará.¹⁴⁵ No entanto, assim como ocorrera no Maranhão, mesmo com todos os percalços apontados, algumas famílias conseguiram prosperar economicamente na capitania apostando na posse de terras e na extração de cacau. A seguir falaremos de uma delas, a que mais se destacou: os Oliveira Pantoja.

2.2 Elite colonial no Grão-Pará com origem reinol: os Oliveira Pantoja entre Belém e o sertão paraense

Assim como os Belfort no Maranhão, os Oliveira Pantoja constituíram parte da elite colonial do Grão-Pará. Manuel de Oliveira Pantoja e seu irmão, José de Oliveira Pantoja, eram naturais de Lisboa e filhos de Luís de Oliveira Pantoja e de Catharina Siqueira. Partiram do Reino, rumando para Belém, em finais do século XVII, muito provavelmente estimulados pela presença de um tio materno, chamado Manuel da Mota Siqueira, que era o comandante da fortaleza localizada mais ao sertão, no rio Tapajós. Dos dois irmãos, nos parece que Manuel era mais atuante na construção dos negócios da família. Em 24 de março de 1713 recebeu uma carta de confirmação de sesmaria por parte de D. João V, que lhe concedeu meia légua de terra na região do rio Moju. Quase 11 anos depois, em 22 de março de 1724, solicitou mais terras na mesma região, com o intuito de produzir cacau; terras essas que também lhe foram concedidas em 06 de março do ano seguinte.¹⁴⁶

No entanto, as terras no rio Moju eram alvo de disputa entre outros colonos. Antes mesmo do rei ratificar a carta de confirmação de sesmaria, no início do ano de 1725

¹⁴⁵CHAMBOULEYRON, Rafael & NEVES NETO, Raimundo Moreira da. *"Isenção Odiosa": os jesuítas, a Coroa, os dízimos e seus arrematadores na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. In: *História – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. Nº 37: agosto, 2009.

¹⁴⁶SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015. (p.28 a 30). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 06, fl.61f. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 08, Documento 678. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 06, fl.62v.

Pantoja entrou em uma contenda por terras com um vizinho chamado António Furtado de Vasconcelos. Vasconcelos reivindicava a posse de uma reserva de terras devolutas na área do rio Moju, terras essas que, em teoria, pertenciam a Pantoja. Todavia, em 26 de janeiro Pantoja enviou requerimento ao rei D. João V solicitando a confirmação da posse dessas terras, argumentando que elas haviam sido doadas a ele para a produção de cacau – e também de anil – pelo então governador Bernardo Pereira de Berredo e Castro. Alegou que Vasconcelos não tinha direito nenhum a elas. Tal embate se arrastou por alguns anos, até que, em 20 de outubro de 1732, D. João V enviou carta de confirmação da posse dessas terras a Pantoja, o que encerrou esse litígio, além de confirmar mais uma carta de sesmaria solicitada por Manuel no ano de 1731.¹⁴⁷

Nesse sentido, Manuel de Oliveira Pantoja se favoreceu de um contexto de aumento de cessão de terras por parte da Coroa, ocorrido na primeira metade do século XVIII – uma política régia no intuito de povoar e ocupar não só a foz do Amazonas como também os sertões amazônicos. Além da terra, que já garantia uma noção de pertencimento àquele espaço colonial, vemos ainda que possuía grande interesse na produção de cacau e, paralelamente, na de anil. Além disso, possuía cerca de vinte escravizados indígenas, entre adultos e crianças, que resgatara no sertão sem licença régia e que lhe foram concedidos sob forma de mercê por Berredo e Castro.¹⁴⁸

Manuel de Oliveira Pantoja teve cinco filhos homens: Manuel de Oliveira Pantoja (assassinado em 1741), Luís de Oliveira Pantoja, Francisco de Oliveira Pantoja, Jerônimo de Oliveira Pantoja e Álvaro de Oliveira Pantoja. Já José de Oliveira Pantoja casou-se com Luiza de Bitencourt e teve quatro filhos homens, de um total de nove: José de Oliveira Pantoja, Manoel de Oliveira Pantoja, Luís Carlos de Oliveira Pantoja e António de Oliveira Pantoja. Luiza era proveniente de uma família tradicional na região, o que de certa forma fez com que teu marido estivesse sempre à sombra de sua família,

¹⁴⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa08, Documento 741. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 24, fl.11v.Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 13, Documento 1171.

¹⁴⁸CHAMBOULEYRON, Rafael. *Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)*. In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa, 2011. (p.10). SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015. (p.33). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 08, Documento 741.

mais especificamente de seu pai, António Ferreira Ribeiro. Assim sendo, coube a Manuel a tarefa de chefiar a família pela capitania.¹⁴⁹

Na próxima geração dos dois irmãos que chegaram ao Grão-Pará, temos nove descendentes homens que teriam vida ativa na capitania. Em 1726, por exemplo, António de Oliveira Pantoja – filho caçula de José – estava morando em Lisboa, pois havia se casado com uma reinol e afirmava que vivia de suas fazendas e era senhor de escravizados no Grão-Pará. Requereu ao rei permissão para que seu pai, José, lhe enviasse duas indígenas para que pudessem trabalhar em sua casa e servirem sua esposa. Enquanto isso, no mesmo ano, seu primo Luís de Oliveira Pantoja ocupava o cargo de alferes na Companhia da Nobreza da capitania do Grão-Pará e almejava o posto de capitão da mesma: assim como a posse de terras, a carreira militar era vista como modo de inserção e ascensão social no Antigo Regime. Mas, mais do que isso, esses dois exemplos nos mostram que a geração seguinte se fixou na capitania, mas também atravessou o Atlântico conectando as duas pontas desses circuitos. Ora, se António possuía fazendas e escravizados no Grão-Pará que o sustentavam no Reino, podemos conjecturar que ele poderia bem servir como um correspondente da família em Portugal.¹⁵⁰

Três anos depois, em primeiro de abril de 1729, o mesmo Luís solicitou cessão de sesmaria na região do rio Moju, onde pretendia produzir cacau; em 28 de abril de 1741 solicitou a cessão de mais terras na mesma região. Isso demonstra que a região fora realmente a escolhida para o assentamento e estabelecimento da família Oliveira Pantoja, além de para o desenvolvimento de suas lavouras, já que pouco mais de uma década depois Luís solicitou o aumento de suas terras para ampliar a produção. Já António, em 1731 estava de volta ao Grão-Pará e, em parceria com o capitão João Pinto Rosa, pediu provimento às certidões em que solicitavam autorização para o estabelecimento de um engenho de açúcar e de uma fábrica para o beneficiamento do arroz.¹⁵¹

¹⁴⁹SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015. (p.60 e 73).

¹⁵⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa09, Documento 813. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa09, Documento 817.

¹⁵¹SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015. (p.33 e 34). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 11, Documento 1024. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 22, Documento 2028. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 24, Documento 2228.

Mas nem só de terras e lavouras vivia a família Oliveira Pantoja. Os irmãos José e Luís Carlos – filhos de José – tinham sido destacados, na década de 1730, como soldados para a já citada fortaleza dos Tapajós, sob responsabilidade do seu tio-avô Mota Siqueira. No entanto, ambos não pareciam ser bons militares: o governador João da Serra escreveu ao rei D. João V, em 28 de setembro de 1735, dando conta das desordens que ambos estavam causando. Serra os denominou como insolentes e petulantes em demasia, e os descreveu como causadores de distúrbios, praticantes de crimes, acusando-os de afrontarem os missionários e criarem caso com os lavradores e coletores que habitavam as cercanias da fortaleza. Serra pediu autorização ao rei para enviá-los em degredo para a Índia.¹⁵²

Luís Carlos conseguiu escapar. No entanto, José acabou sendo preso pelo governador e remetido ao Reino. Em dezembro de 1735 estava encarcerado na Cadeia da Corte. O Conselho Ultramarino sugeria que José fosse enviado para a Índia e proibido de retornar ao Reino, ao Estado do Brasil e ao Estado do Maranhão, o que foi prontamente acatado por D. João V. Na mesma década, na virada de 1736 para o ano de 1737 a família Pantoja, juntamente com a família Vasconcelos, foi acusada de conspirar e de atentar contra a vida do ouvidor-geral do Grão-Pará, Manuel Antunes da Fonseca: os motivos não estavam muito bem claros, a ponto do próprio ouvidor após recuperar-se, dizer que os suspeitos eram inocentes. No entanto, em uma carta do governador João de Abreu Castelo Branco ao rei dois anos após este incidente, relatou que a família Pantoja era bastante numerosa e que alguns de seus membros se aproveitavam das dificuldades para implementar diligências e para fazer valer as execuções judiciais para cometer crimes e várias transgressões.¹⁵³

Outros membros da família Pantoja também estavam respondendo por outros crimes. Francisco de Oliveira Pantoja apareceu, no início de 1744, requerendo ao rei que o ouvidor-geral Timóteo Pinto de Carvalho não pudesse enviá-lo ao Reino preso, sem que antes pudesse fazer sua defesa. Ao que parece, Francisco causava desordem na capitania, ameaçava lavradores e capturava índios no sertão sem licença régia. Em junho, Francisco

¹⁵²SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015. (p.30). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18, Documento 1681.

¹⁵³Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 18. Documento 1694. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 20, Documento 1869. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 22, Documento 2087.

ganhou a companhia de outros dois de seus irmãos: Álvaro e Jerônimo. Os três acusavam o governador João de Abreu Castelo Branco, bem como o ouvidor Timóteo Pinto de Carvalho, de perseguição. Alegavam que as acusações contra eles, de agredirem e atentarem contra a vida de Francisco Dourado na casa de João de Novais Bittencourt em um festejo do Divino Espírito Santo, eram falsas. Relatavam ainda haver mais de 50 testemunhas no local e que elas comprovariam que não houve agressões.¹⁵⁴

Confusões à parte, destacamos que os Oliveira Pantoja, além de terras e lavouras, também eram metidos com comércio de escravizados indígenas. Em 09 de abril de 1750, Nuno de Oliveira Pantoja, neto dos irmãos Oliveira Pantoja que vieram do Reino, requereu a D. João V uma provisão que comprovasse sua inocência da acusação que fizera o ouvidor-geral Luís José Duarte Freire, de que estava apresando e negociando índios escravizados sem possuir licença para tal. Nuno alegava que os índios com os quais fora pego nos arredores de Belém na verdade tinham empreendido fuga e que ele só os estava recuperando. Nuno acabou preso em Belém por ordem do ouvidor e os índios encontrados com ele foram enviados sob custódia para várias igrejas dos arredores, ficando lá até a resolução do caso, no qual Nuno acabou inocentado.¹⁵⁵

Além disso, um membro da família também se envolveu com a política da capitania. Luís de Oliveira Pantoja, que como vimos produzia e explorava o cacau, tornou-se, na virada da década de 1740 para a de 1750, um dos juízes ordinários da câmara da cidade de Belém. Mas sua atuação como juiz ordinário era bastante controversa, tendo em vista que em 09 de novembro de 1751 acabou preso e repreendido pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A explicação era de que Pantoja, junto com um outro juiz ordinário, chamado Marcelo de Alfaya, estava questionando a posse de uma fazenda que era do Padre Caetano Eleutério, que os acusava de perseguição.¹⁵⁶

O que vemos aqui é que a família Oliveira Pantoja, no decorrer da primeira metade do século XVIII, se multiplicou no Grão-Pará, adquiriu terras, implantou lavouras de cacau e engenhos de açúcar e aguardente em suas terras na região do Rio Moju. Além disso, havia sujeitos metidos com o tráfico de escravizados indígenas, envolvendo-se bastante na vida econômica da capitania. Mais além, estiveram relacionados às vidas

¹⁵⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 27, Documento 2494. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 27, Documento 2529.

¹⁵⁵Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 31, Documento 2966.

¹⁵⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 32, Documento 3060.

militar e política da capitania, sendo alçados como uma das famílias mais tradicionais no dia a dia da cidade de Belém e também do interior da capitania, inclusive mantendo conexões importantes com o Reino.

A influência da família perduraria até o século XIX no Grão-Pará, só que, no entanto, ela acabou diminuída com a instauração da CGPM. Assim como ocorreu no Maranhão, observamos que os grupos de lavradores e mercadores ali estabelecidos não desapareceram totalmente, mas acabaram saindo da posição de protagonistas das vidas econômica e política locais. Diferente do caso dos Belfort, como vimos no Maranhão, os Oliveira Pantoja não se utilizaram do prestígio que alcançaram para se apropriarem da Companhia para empreenderem ou ampliarem seus negócios e suas influências. Mas, ressaltamos que isso não significou sua saída de cena: apenas adotaram uma outra estratégia diante do desafio de uma empresa monopolista controlando o comércio e estimulando a produção em sua área de ocupação/atuação.

2.3 O Grão-Pará e o monopólio: a Companhia Geral do Grão-Pará e a Maranhão, o conflito por mão de obra e as relações com os grupos mercantis

O ano de fundação da CGPM, 1755, foi marcado pelo recrudescimento das relações entre colonos, da administração régia e da própria Coroa com os padres da Companhia de Jesus. Tudo teve início porque foi neste ano, mais precisamente em 7 de junho, que foi promulgado o Alvará com força de lei, que fora encabeçado por Sebastião José de Carvalho e Melo: o Diretório dos Índios que, no entanto, só passaria a vigorar dois anos depois em 1757. O Diretório abolia todo o poder temporal que colonos e os inacianos detinham sobre as populações nativas, vedando o seu cativeiro, sua segregação ou repressão. Pela primeira vez desde o achamento, os nativos americanos passaram a ser vistos como cidadãos pela legislação portuguesa.¹⁵⁷

No entanto, as fontes nos dão uma informação interessante: já se sabia do intuito de criar-se uma nova legislação indígena na colônia ao menos um ano antes. Em 30 de setembro de 1754, o ouvidor-geral da capitania do Grão-Pará, João da Cruz Dinis Pinheiro, escreveu para o então Secretário da Marinha e do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, dando conta de que os missionários da Companhia de Jesus já apresentavam

¹⁵⁷Cf: ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Editora UnB: Brasília, 1997.

diversas queixas, pois já sabiam que estariam passíveis de aplicação da lei, que o ouvidor denominou Lei sobre a Liberdade e Civilidade dos Índios, tal qual seria aplicada aos senhores de engenho e do cacau.¹⁵⁸

Em 1755, as queixas contra os inacianos só aumentaram. Em 18 de agosto deste ano, o frei Miguel de Bulhões e Sousa, que ocupava interinamente o cargo de governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, escreveu a Carvalho e Melo dando conta de que houve uma rebelião na cidade de Belém e que o principal agitador era um padre da Companhia de Jesus. O motivo da revolta era justamente a proibição da escravização dos indígenas e, na carta, Bulhões e Sousa acusava os inacianos de serem inimigos poderosos do rei e da administração régia na capitania do Grão-Pará, de atentar contra a vida dos governadores e de conspirarem uma inconfidência contra a Coroa Portuguesa naquela região. O governador interino ainda ressaltava que muitos colonos acabaram por apoiar o motim, inflamados pela situação da falta de mão de obra na região, que seria agravada ainda mais com o Diretório; pedia ainda uma solução rápida tanto para a questão da mão de obra, quanto para a do envio de uma nau de guerra que pudesse controlar os ânimos e demonstrar a força do poder régio na região.¹⁵⁹

No mesmo dia, Bulhões e Sousa enviou um ofício para Francisco Xavier de Mendonça Furtado – que assumiria o governo daquele Estado – com cópia para Carvalho e Melo. Neste ofício, incriminava nominalmente três padres da Companhia de Jesus: Teodoro da Cruz, António José e Roque Hunderpfundpt. Os três administravam uma importante aldeia, chamada Trocano, e teriam participado ativamente da rebelião, sendo que o governador interino os teria mandados prender e enviar ao Reino para que fossem devidamente julgados pelos excessos que haviam cometido contra os indígenas e contra a própria Coroa. Além disso, esses três elementos ainda seriam acusados de contrabandear ouro das minas do Mato Grosso. Um mês depois foram extraditados para o Reino.¹⁶⁰

Pode se dizer que esse contexto foi um dos vários fatores que culminaram com a expulsão dos jesuítas do Império Português em 1759 e no qual se deu a chegada da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão na capitania do Grão-Pará: conflito com os missionários e falta de mão de obra alegada pelos colonos. A primeira ideia para

¹⁵⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 37, Documento 3455.

¹⁵⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3633.

¹⁶⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3634. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3642.

solucionar essa questão da mão de obra partiu dos próprios colonos, que em 15 de fevereiro de 1754, representando junto a D. José I, queixaram-se da falta de escravizados e dos prejuízos causados à economia da capitania e que, para contornar este problema, pretendiam juntar capital para estabelecer uma Companhia de comércio, para introduzir africanos escravizados. Para isso, solicitavam autorização régia, como já falamos anteriormente.¹⁶¹

O que sabemos é que os moradores da capitania não conseguiram levantar capitais suficientes para uma atividade arriscada como o tráfico transatlântico de escravizados. E a solução encontrada pelo Gabinete Josefino para animar o comércio e a produção na Amazônia Portuguesa foi justamente a criação de uma Companhia comercial, mas com capital aberto para que moradores de qualquer parte do Império Português – nacionais ou estrangeiros – pudessem investir. No entanto, essa notícia foi recebida com desconfiança e até mesmo repulsa por parte dos moradores de ambas as capitanias. Em 02 de setembro de 1755, pouco menos de três meses depois da instauração da CGPM, um grupo de sete colonos se intitulou de Grupo do Comércio e Bem-Estar da capitania do Grão-Pará, e se colocou contra o decreto régio que criava a Companhia monopolista.¹⁶²

Eram eles Manuel Inácio Pereira de Sousa, Matias Correia de Aguiar, António Alvares dos Reis, António Marques Gomes, Custódio Nogueira Braga, Manuel António Pereira e Belchior da Costa. Estes sujeitos não aparecem nominalmente na documentação do período, a não ser em uma carta do juiz adjunto do Bairro de Santa Catarina, no Reino, José António de Oliveira Machado, e do desembargador e deputado da Mesa de Consciência e Ordens, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira para D. José I, dizendo que eles não estavam respeitando o decreto real e deveriam ser presos por estarem inflamando os colonos contra a CGPM e a venderem seus produtos contornando o monopólio.¹⁶³

Aparecem também como signatários de uma longa carta a D. José, do mesmo ano, em que tentam demover o rei de implementar a CGPM. Nela diziam que a empresa monopolista era maléfica aos interesses dos colonos, pois o estanco era visto como nocivo ao crescimento do comércio e beneficiaria apenas aos homens mais importantes da capitania. Que a liberdade de comerciar e produzir estimulava o surgimento de casas

¹⁶¹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 36, Documento 3342.

¹⁶²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3643.

¹⁶³Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3643.

comerciais, novas lavouras e fábricas de beneficiamento da produção, bem como o aumento gradativo da quantidade de embarcações que viria a comerciar nos portos de São Luís e de Belém. Diziam também que, com a Companhia centralizando os fluxos de mercadorias manufaturadas na capitania, diminuiria a sua oferta e aumentaria assim os preços praticados.¹⁶⁴

No entanto, foram votos vencidos. Em um documento apócrifo, encaminhado a D. José, os argumentos utilizados por esse grupo foram sendo rebatido um a um. As inúmeras reclamações sobre a ruína em que se encontrava a capitania demonstravam que o impulso dado pelos comerciantes e lavradores foi insuficiente no momento em que tiveram liberdade de formar sua própria Companhia e que a empresa proposta pela Coroa resolveria duas questões fundamentais, tanto para o Grão-Pará, quanto para o Maranhão: a falta de mão de obra e a falta de crédito. Além disso, haveria também uma maior oferta de mercadorias manufaturadas e mais agilidade no transporte dos gêneros das capitanias para o Reino. Dizia ainda que a empresa monopolista estava estimulando as culturas do algodão e do arroz, que haviam sido deixadas de lado pelos lavradores locais por falta de interesse dos próprios comerciantes estabelecidos em Belém ou São Luís.¹⁶⁵

Interessante perceber que apesar do monopólio ser visto como algo negativo por parte dos colonos, eles próprios sugeriram a criação de uma Companhia de comércio. O que nos faz conjecturar de que o problema não era o monopólio em si, mas o fato de ele ser praticado por uma instituição de fora da capitania. Para os colonos que pretendiam criar a própria Companhia era bastante interessante deter o estanco, mesmo que somente o relativo à introdução de africanos escravizados na capitania. E aqueles que se sentissem prejudicados pelos preços praticados pela CGPM poderiam muito bem enviar seus produtos por conta e risco ao Reino, mas para isso seria necessário que possuísem um correspondente em Lisboa. A isso, somente lavradores e negociantes mais abastados teriam acesso.

No entanto, se para os lavradores e comerciantes menos influentes a Companhia era vista como um estorvo aos negócios, a administração pública – mais especificamente a Câmara da Cidade de Belém do Pará – escreveu ao secretário de estado da Marinha e

¹⁶⁴CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.26 a 48).

¹⁶⁵CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.57 a 76).

Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, em 02 de março de 1759, agradecendo pelo estabelecimento da CGPM, pois esta era vista como um elemento que fomentaria o comércio, ao mesmo tempo em que fortaleceria a agricultura e a povoação da capitania. Além disso, com a Companhia os lavradores e comerciantes poderiam obter créditos e financiar insumos e mercadorias, o que daria a eles a possibilidade de construir novas fábricas e engenhos e de adquirir escravizados e, assim, ampliar a produção.¹⁶⁶

Mesmo com essas solicitações, o que podemos perceber diante da documentação é que, de fato, a relação dos colonos com a CGPM na capitania do Grão-Pará se deu de forma bem diferente no que ocorreu no Maranhão. Apesar de só a família Belfort ter utilizado a Companhia ativamente como instrumento para aumentar sua produção e comércio, inclusive sendo acionistas da mesma, não vemos esse mesmo movimento ocorrendo no Grão-Pará: a própria família Oliveira Pantoja, uma das mais destacadas no que diz respeito à produção e ao comércio, não aparenta ter nenhuma relação muito próxima com a Empresa pombalina. Nesse sentido, não vemos nenhum produtor ou negociante paraense trabalhando junto à Companhia.

Mas havia alguém estabelecido na capitania e que trabalhou para a CGPM. Amaro Soares Lima fora nomeado caixa da Companhia em 7 de novembro de 1755 e também era acionista da mesma, perfazendo cinco ações que totalizaram um investimento de dois contos de réis. Lima era natural da vila de Viana e morador de Lisboa até ser nomeado caixa da Companhia, quando se estabeleceu de vez em Belém. Era filho de António Crato Lima e Ângela de Brito Soares e foi casado com Clara Joaquina dos Anjos, todos oriundos da região do arcebispado de Braga. Quase um ano depois de sua nomeação, em 11 de setembro de 1756, já havia sido promovido a administrador da CGPM, dividindo essa tarefa com Baltasar do Rego Barbosa, que tinha abandonado o posto de capitão-mor do Grão-Pará para se envolver com a administração da empresa, da qual possuía três ações, perfazendo um conto e duzentos mil réis investido no capital social da Companhia.¹⁶⁷

¹⁶⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 44, Documento 4067. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 44, Documento 4068.

¹⁶⁷CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.85). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3666. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 41, Documento 3787. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Amaro, maço03, documento 52.

Em fins de 1756, Lima era alvo de reclamações porque estava vendendo escravizados com preço muito alto para os colonos, além de pagar preços módicos aos gêneros oferecidos pelos lavradores. Lima se defendia alegando que não havia recebido informações exatas sobre o preço dos escravizados, mas que os vendeu entre 70 mil e 120 mil réis, preços esses quase 40% menores do que eram praticados antes do estabelecimento da Companhia. Já sobre o preço pago pelos gêneros, Lima se defendeu dizendo que eles estavam muito acima do que os comumente pagos e que se cedesse ao que os lavradores e comerciantes desejavam, traria prejuízo à Companhia: evocava ainda os artigos 26 e 27 da instituição, dizendo que a definição de preços para os gêneros cujos valores fossem incertos dependeria do arbítrio dos vendedores e, caso não chegassem a um acordo, os vendedores poderiam remeter os produtos, por sua conta e risco, ao Reino, o que, se aumentava a possibilidade de lucratividade, aumentava também o risco de perdas.¹⁶⁸

O governador interino do Grão-Pará, Bulhões e Sousa, escreveu ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, elogiando a conduta de Lima, dizendo que este procurava atuar da melhor maneira possível na administração da CGPM, zelando pelos interesses da empresa e também da Coroa; argumentou ainda que ele procurava também, da melhor forma possível, pensar no bem comum dos moradores daquela capitania, visando pagar os melhores preços possíveis aos gêneros coloniais, ao mesmo tempo em que não criava empecilhos para que os comerciantes remetessem seus gêneros por conta e risco. Exageros à parte, nos parece que Lima agia com os colonos dentro das normas impostas pela instituição da Companhia, já que como acionista tinha interesse no bom desempenho econômico da mesma.¹⁶⁹

Em 1759 Lima e Barbosa abandonaram os cargos com o argumento de cuidarem de seus negócios pessoais. Detectamos ambos remetendo cargas por suas contas, usando a Companhia como intermediária, de 1755 até 1764. Não conseguimos identificar o que remetiam e nem quantificar em valores. No entanto, isso indica que tinham outros negócios na capitania, enquanto administravam a CGPM. Foram ainda réus em uma devassa realizada contra eles, em 15 de setembro de 1760: eram acusados de usar a

¹⁶⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 41, Documento 3829. Artigos 26º e 27º da Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão *Apud* CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.17). Ver também o prólogo desse trabalho.

¹⁶⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 41, Documento 3829.

empresa pombalina em benefício próprio, de praticar preços prejudiciais aos comerciantes e lavradores, e de embarçar todo e qualquer tipo de negócio que ali ocorria. Entretanto, nenhuma acusação foi levada à frente, pois ambos continuaram remetendo mercadorias para o Reino, permaneceram como acionistas da Companhia e Lima ainda foi agraciado com o título de familiar do Santo Ofício em 1763.¹⁷⁰

Com a instituição da Companhia, a tendência foi de que nenhum comerciante ou lavrador, embora tivessem mais acesso a crédito, a mercadorias manufaturadas e a mão de obra, tenha adotado estratégia parecida com a dos Belfort no Maranhão: a partir da documentação a que tivemos acesso nos parece que nenhum deles se aproximou da CGPM com o intuito de desenvolver parcerias e assim fazer seu negócio crescer. O que observamos de mais parecido com isso foi a prática de um comerciante lisboeta e acionista da Companhia que se aventurou na colônia – primeiro como caixa e depois como administrador –, atuando diretamente na administração colonial da Empresa pombalina e aproveitando-se das vantagens que isso lhe garantia.

Claro que os mercadores e lavradores estabelecidos por toda a capitania do Grão-Pará não deixaram de existir, já que há uma lista nominal de 343 indivíduos remetendo cargas por sua conta, com a intermediação da CGPM. Mas, podemos dizer com segurança que estes não alcançaram notoriedade no âmbito do comércio atlântico justamente porque, assim como ocorreu no Maranhão, essas remessas eram pulverizadas e precisavam competir com os preços estipulados pela Companhia nos leilões em Lisboa: preços esses que acabavam rebaixados porque a empresa lidava com riscos menores que os comerciantes. Os próprios Oliveira Pantoja, no caso os primos Luís e Manuel (filho de José), remeteram cargas na primeira metade da década de 1760; no entanto, sua relação com a Companhia não era de proximidade, como ocorrera com os Belfort. E isso muito tem a ver com a forma como as próprias sociedades maranhenses e paraenses se estruturaram no processo de colonização daqueles territórios, sobre o que falaremos mais adiante.¹⁷¹

¹⁷⁰CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.285 e 287). Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 47, Documento 4290. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Amaro, maço 03, documento 52.

¹⁷¹CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.293 e 294).

2.4. O Grão-Pará e o monopólio: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o tráfico de africanos escravizados e a produção colonial

Até aqui procuramos demonstrar como se deram as relações entre a Empresa pombalina e os grupos de lavradores e comerciantes na capitania do Grão-Pará. No Maranhão já demonstramos os efeitos positivos da atuação da Companhia, seja no fomento à produção, seja no incremento ao comércio. Buscaremos avaliar agora como se deu essa relação na capitania com o monopólio exercido pela CGPM. As fontes e os dados demonstram, como já sugerimos, que o cacau era o carro-chefe da economia paraense, mas não só: encontramos remessas – menos relevantes, é verdade – de gêneros coloniais como arroz, café, couros, madeira, aguardente, açúcar, algodão e outros produtos extrativos da floresta. Estes últimos, como cravo e salsaparrilha, compunham uma gama de produtos que ocupavam o segundo lugar no âmbito das exportações paraenses para o Reino. O gráfico abaixo ilustra as remessas totais paraenses para Lisboa:

Gráfico 5. Exportações Paraenses para Portugal (1730-1777) (em réis)

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 80, Documento 6627.

Escolhemos esse recorte, entre 1730 e 1777, pois com esses dados podemos observar como a CGPM impactou positiva ou negativamente na economia do Grão-Pará. O gráfico nos mostra que as exportações paraenses flutuavam bastante neste período: foram menos de cinco contos de réis no ano de 1769 e mais de duzentos e vinte contos de

réis no ano de 1734, ou seja, duas décadas antes do estabelecimento da Companhia. Inserimos uma linha de tendência polinomial, pois é a escolha mais adequada para analisar melhor dados que flutuam. E ela nos revela uma tendência de baixa até o ano de 1757, permanecendo estável até o ano de 1761, quando passa a ter uma pequena recuperação até o ano de encerramento do monopólio. Observa-se também, que mesmo havendo esse pequeno crescimento, as exportações no período de atuação da Companhia não chegam a crescer em patamares iguais aos alcançados antes de 1744.

Nesse sentido, diferentemente do caso maranhense, a Companhia não parece exercer um impacto tão grande nos negócios ocorridos no Grão-Pará. Há de se considerar, no entanto, que com a CGPM há uma reversão de tendência – mesmo que leve – das exportações do porto de Belém. Como também já apontamos neste trabalho, além de fomentar a produção, a empresa monopolista tinha como objetivo a introdução de mão de obra, mais especificamente africanos escravizados, principalmente com a promulgação do Diretório dos Índios, assim resolvendo a reclamação recorrente na documentação em relação à falta de mão de obra para as lavouras e para a extração.¹⁷² Sobre esse tema, vejamos o seguinte gráfico:

Gráfico 6. Relação entre exportações e entrada de africanos escravizados no Grão-Pará (1730-1777)

¹⁷²MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.111-2).

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 80, Documento 6627. Transatlantic Database Slave Trade; filtros usados: Ano de Registro > 1730 – 1777; Porto de desembarque > Brasil > Amazônia > Pará.

O gráfico aponta que até 1752 não teria havido introdução de africanos escravizados no porto de Belém. Isso demonstra que ao menos entre 1752 e 1755, um curto período antes da criação da CGPM, houve esforços na tentativa de abastecer a capitania de escravizados oriundos do continente africano. Todavia, o que os dados nos revelam é que só com o estabelecimento da Companhia é que haveria uma entrada regular de mão de obra escravizada na capitania. Regular porque a partir de 1755 e em todos os anos até o fim de nosso recorte africanos escravizados foram importados via porto de Belém. Ao mesmo tempo, esses mesmos dados nos mostram que a entrada de escravizados é bastante flutuante: no ano de 1759, por exemplo, foram desembarcados apenas 151, enquanto no ano de 1762 tivemos 2.494 africanos introduzidos na capitania do Grão-Pará.¹⁷³

Além disso, observa-se que não existe uma relação direta entre as exportações paraenses e a entrada de africanos escravizados, ou seja, não houve um impacto direto da entrada de mais mão de obra no incremento da produção. Sendo assim, esses dados nos sugerem que a maneira como a estrutura produtiva se organizou na capitania antes da instituição da Companhia se manteve com a chegada do monopólio: como o carro-chefe da economia paraense era o cacau, não havia a necessidade de grandes planteis de escravizados e os cacaueiros da região optavam pela utilização de mão de obra indígena, já ambientada e especializada na extração das drogas do sertão e na coleta do cacau no vale Amazônico desde o início da colonização portuguesa, reforçando assim argumentos que conjecturamos em nossa dissertação de mestrado.¹⁷⁴

No entanto, é preciso questionar para onde foram alocados esses quase 18 mil escravizados introduzidos no porto de Belém entre 1730 e 1777, já que nossos dados demonstram que não foram absorvidos em sua totalidade para a produção. É fato que alguns permaneceram na capitania, já que no ano de 1775 10,5% da população da capitania do Grão-Pará era de africanos escravizados, segundo mapas da população das

¹⁷³Transatlantic Database Slave Trade; filtros usados: Ano de Registro > 1730 – 1777; Porto de desembarque > Brasil > Amazônia > Pará.

¹⁷⁴MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.128-9).

capitanias do Pará e Rio Negro, enviados em 08 de dezembro de 1775, pelo então governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. A título de comparação, a população indígena aldeada era de 27,5% e a de homens livres de 62%.¹⁷⁵ Ao que tudo indica, boa parte desses escravizados foram remetidos para a capitania do Mato Grosso, com o intuito de trabalhar na mineração. É sobre isso que trataremos no próximo tópico.

2.5. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a ocupação dos sertões do Império Português: as conexões entre as capitanias do Grão-Pará e o Mato Grosso

Até fins da década de 1740 o que hoje conhecemos como Mato Grosso foi uma área subordinada à capitania de São Paulo. Era alvo de expedições para captura de escravizados indígenas e também promovia contrabando nas fronteiras com o Império Espanhol. A descoberta de minas de ouro na região se deu em 1719 nas lavras batizadas de Coxipó-Mirim, em uma empreitada encabeçada por Pascoal Moreira Cabral e financiada por colonos paulistas e reinóis. Mato Grosso se encontrava bem no centro do continente sul-americano, possuía um núcleo populacional indígena numeroso e tinha como principal atividade econômica a mineração. Além disso, era uma zona de fronteira bastante fluida com o Império Espanhol e, com a descoberta das minas, passou a ser olhada com mais cuidado pela Coroa.¹⁷⁶

Aqui temos uma similaridade com a capitania do Grão-Pará, com a qual fazia divisa ao norte: ambas eram capitanias limítrofes com o território espanhol. A diferença residia em um porto marítimo, que facilitasse o escoamento da produção, elemento que existia apenas na capitania paraense. Apesar de regiões avizinhas, o descobrimento de uma rota interligada pelo eixo Madeira – Mamoré – Guaporé só se daria no início da década de 1740, por Manuel Félix de Lima, um negociante que se aventurou em direção ao sul da capitania do Grão-Pará por via fluvial no ano de 1742, dando origem ao que ficou consagrado na historiografia como monções (comerciantes que iam ou partiam do

¹⁷⁵Transatlantic Database Slave Trade; filtros usados: Ano de Registro > 1730 – 1777; Porto de desembarque > Brasil > Amazônia > Pará. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 72, Documento 6100. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 74, Documento 6252.

¹⁷⁶RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006. (p.05). JESUS, Nauk Maria de. *A Capitania de Mato Grosso: História, Historiografia e Fontes*. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, julho-dezembro, 2012. (p.94).

Mato Grosso em direção ao porto de Belém em canoas para o transporte de suas mercadorias).¹⁷⁷

Notícias sobre descobertas de novas minas na capitania do Mato Grosso chegavam a todo momento na cidade de Belém. Por exemplo, em 26 de setembro de 1747, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão escreveu carta para o D. João V dando conta de que havia chegado em Belém um sujeito chamado João de Sousa de Azevedo, proprietário de uma feitoria de cacau e cravo na região do rio Madeira. Ele trazia notícias de que havia descoberto ouro de aluvião em um rio chamado Arino, além de várias minas em outros locais da capitania do Mato Grosso. No entanto, a preocupação como contrabando com os espanhóis, somada à possibilidade de despovoamento da capitania do Grão-Pará em decorrência do descobrimento de minas no Mato Grosso, fez com que a Coroa Portuguesa proibisse as monções em um primeiro momento.¹⁷⁸

No entanto isso não impedia que homens continuassem a se aventurar até o Mato Grosso. O próprio João de Sousa de Azevedo fez uma série de viagens, sendo preso em meados de 1750. Em 10 de setembro de 1750, o governador Mendonça Gorjão escreveu ao secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva, dizendo que em 26 de novembro de 1749 havia expedido de Belém uma escolta com algumas embarcações descendo o rio Madeira. Em um povoado chamado Nossa Senhora da Conceição, onde foram obrigados a parar por não conseguir descer mais o rio por causa das corredeiras, teriam encontrado Sousa de Azevedo, que vinha das minas do Mato Grosso e estava ali porque lhe havia acabado os mantimentos. Trazia ainda algumas cartas a moradores de Belém e também informações sobre os caminhos que ligavam as minas ao Grão-Pará.¹⁷⁹

Sousa de Azevedo relatava que os missionários espanhóis andavam tranquilamente pela capitania do Mato Grosso, garimpando ouro, comercializando mantimentos e apresando índios. Dizia ainda que o controle do rio Guaporé, que

¹⁷⁷DAVIDSON, David Michel. *How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752*. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of Califórnia, 1973. RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.06).

¹⁷⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 29, Documento 2784. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 36, Documento 3365. LAPA, José Roberto Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (p.28-9).

¹⁷⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 32, Documento 2992.

desaguava no Madeira, era fundamental para o controle das minas e dos territórios: Azevedo afirmava que o Guaporé se originava nas redondezas de Santa Cruz de la Sierra, Reino do Peru, e que era a principal via de entrada dos castelhanos na agora capitania de Mato Grosso. Sendo assim, controlando a navegação deste rio, poderia vedar a ação de contrabandistas na região e evitar principalmente o descaminho do ouro pelas fronteiras do Império Português. No entanto, Azevedo acabou detido, porque a navegação entre as capitanias estava proibida e por ser acusado de prestar auxílio aos Missionários Castelhanos.¹⁸⁰

Em 1751, António Rolim de Moura, governador da capitania do Mato Grosso, escreveu ao Reino sobre o ânimo que a economia da região teria com a liberação da navegação no eixo Madeira – Guaporé: isso acabaria por estimular o fluxo de pessoas do Grão-Pará para o Mato Grosso, aumentando a produção aurífera e consequentemente a arrecadação da Coroa. Também devido à proximidade entre as duas capitanias, os mantimentos chegariam a preços mais baratos e a comunicação com o Reino seria mais rápida e eficaz. E o mais importante, segundo Moura: permitiria controlar totalmente a navegação desses rios, afastando o risco de contrabando ou ocupação por parte dos castelhanos.¹⁸¹

Em 15 de abril de 1751 o Conselho Ultramarino emitiu parecer, para D. João V, favorável à liberdade de navegação entre as capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso, utilizando o rio Amazonas e Madeira como vias de comunicação. Ressaltava exatamente o que Rolim de Moura havia comentado e acrescentava que, florescendo o comércio entre as duas áreas, naturalmente surgiriam povoados que serviriam de pouso e abastecimento aos viajantes e animariam ainda a economia das capitanias. Além disso, esses povoados serviriam como estabelecimentos da Coroa em prol da ocupação dos territórios mais profundos da colônia portuguesa na América. No fim, em 1752 D. José I autorizou a navegação, desde de fosse solicitada licença régia.¹⁸²

Mesmo em apuros no ano de 1750, por estar andando pelo Mato Grosso antes da autorização real, Sousa de Azevedo não se fez de rogado: em janeiro de 1753 solicitou

¹⁸⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 32, Documento 2992.

¹⁸¹LAPA, José Roberto Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (p.28-9). RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.03).

¹⁸²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 05, Documento 335.

remuneração pelas descobertas que havia feito de várias minas e rios navegáveis desde o ano de 1747. Em maio do mesmo ano, solicitou autorização para a construção de uma fábrica de anil na mesma área do rio Madeira, na qual já extraía cacau e cravo. Percebemos que Sousa de Azevedo era um sujeito que atuava em várias frentes: possuía terras, explorava produtos extrativos e logicamente gostaria de minerar ouro. Empreender na mineração não significava abandonar suas outras atividades. Ao mesmo tempo em que explorava as florestas a procura de produtos extrativos, também procurava o metal.¹⁸³

Em 1754, Sousa de Azevedo resolveu pedir licença régia para mudar de vez para a capitania do Mato Grosso. Seu objetivo, segundo ele, era buscar e coletar novas drogas do sertão. Mas o governador Rolim de Moura suspeitava de suas intenções e remeteu ofício ao governador interino do Grão-Pará, Bulhões e Sousa, informando que Sousa de Azevedo estava procurando terras onde poderia explorar a mineração e que, muito provavelmente, faria isso sem licença régia. No entanto, sua trajetória foi ascendente: além de explorar os recursos da terra, recebeu provimento de sargento-mor para capitão e também ao cargo de diretor de escolta do trajeto Madeira-Guaporé em fevereiro de 1755. Em março de 1757 recebeu de D. José I uma patente com o soldo de 200 mil réis em troca dos anos e serviços prestados para a expansão do território português entre Belém e a capitania de Mato Grosso. Sousa de Azevedo ocuparia o posto de capitão e o cargo de prático do rio Madeira até o ano de 1769, agora apenas atuando na coleta de drogas nos sertões paraenses e mato-grossenses.¹⁸⁴

A partir da liberação do caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, muitos outros sujeitos vão pedindo licença régia para ir de uma a outra capitania minerar ou fazer negócios. Sousa de Azevedo é o maior exemplo, mas há outros como João de Moura Colaço que transitava em ambas as capitanias a partir de 1752. Ou o dos sócios Paulo de Gouveia e João Rodrigues da Silva, moradores da cidade de Belém, que em 1754 haviam ido ao Mato Grosso garimpar e solicitaram a D. José I poderem pagar suas dívidas – adquiridas na compra de africanos escravizados no Grão-Pará – em ouro. Sendo assim, a segunda metade do século XVIII assistiu a conexão entre duas capitanias da

¹⁸³Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 06, Documento 396.Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa06, Documento 42. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 34, Documento 3195.

¹⁸⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 36, Documento 3359.Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 37, Documento 3487.Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 42, Documento 3842. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 64, Documento 5531.

América Portuguesa que faziam fronteira com o Império Espanhol, aumentando entre elas o fluxo de pessoas e mercadorias e possibilitando o surgimento de um grupo mercantil itinerante entre ambas.¹⁸⁵

Mas há um outro elemento a entrar nesta história, que é a CGPM. A Companhia monopolista não detinha o exclusivo sobre os negócios da capitania do Mato Grosso e nem possuía a necessidade de mantê-la, como era sua obrigação no Grão-Pará, Maranhão, Cabo Verde e nas feitorias africanas da costa. Mas, como controlava o porto de Belém, toda a mercadoria que chegava nas vilas de Mato Grosso via mercado atlântico era introduzida ali pela Companhia. Ou seja, vestuário, ferramentas, armamentos, alguns mantimentos e, principalmente, escravizados. Fato é que a CGPM se beneficiou desse novo circuito mercantil e o ajudou a conformá-lo, tendo em vista que patrocinava algumas monções e auxiliava na construção de fortificações nas margens dos rios Madeira e Guaporé, bem como de alguns armazéns para guardar mercadorias e mantimentos em vários pontos do caminho.¹⁸⁶

Em novembro de 1757, Rolim de Moura escreveu ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, dizendo que a chegada da CGPM foi benéfica para o aumento do comércio entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, que mais mercadorias e escravizados chegavam de Belém pelo rio Guaporé. E mais: os diretores da Companhia ainda tinha remetido 50 cruzados para financiar expedições para demarcação de terras no sertão. Além disso, a CGPM trazia benefícios à Fazenda Real, já que as mercadorias que eram trazidas, seja pela Companhia, seja por particulares, deveriam ser taxadas. Além disso, havia mais crédito circulando e mesmo a CGPM não tendo muito interesse em fiar mercadorias, o fato de haver circulação de ouro na capitania fazia com os administradores em Belém abrissem várias exceções, resultando inclusive em um grande número de endividados.¹⁸⁷

¹⁸⁵Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 06, Documento 384. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 33, Documento 3118. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 36, Documento 3382.

¹⁸⁶RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.06).

¹⁸⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 09, Documento 561. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 10, Documento 1311. RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.07).

O comércio entre a capitania do Mato Grosso e a CGPM funcionava da seguinte forma: o governador do Mato Grosso levantava junto aos colonos e negociantes as mercadorias necessárias na capitania e enviava uma lista aos administradores da Companhia no Grão-Pará, que eram responsáveis por enviá-las na monção que saísse primeiro, logo após a chegada da lista. Logicamente houve muitos problemas, como a falta de envio das mercadorias solicitadas, o que fazia com que os agentes procurassem suas antigas conexões nas rotas de São Paulo e do Rio de Janeiro. No entanto, a Companhia foi fator importante na criação de um fluxo cada vez mais contínuo de mercadorias e mão de obra para a capitania, além de estimular o crescimento do comércio de particulares entre os sertões paraense e mato-grossense.¹⁸⁸

Mas o grande interesse da CGPM nos negócios com o Mato Grosso foi o transporte de ouro vindo das minas. Em 1755 já havia fluxo de ouro em pó para a cidade de Belém. O governador interino Bulhões e Sousa dizia, em ofício de 12 de agosto de 1755, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, que lhe preocupavam os extravios do ouro em pó no caminho fluvial do rio Madeira e que para evitar isso havia destacado o tenente Diogo António de Castro para escoltar as embarcações que subiam rumo ao Grão-Pará. O ouro que chegasse a Belém deveria ficar no cofre de alguma nau de guerra até o procedimento de fundição. O fato é que desde que começou a operar monopolisticamente na Amazônia Portuguesa, a Companhia remeteu dos portos amazônicos a quantia de 742:963\$352 réis em ouro em pó ou em barra, oriundo das minas do Mato Grosso.¹⁸⁹

Com exceção das remessas de ouro, que identificamos nos livros de remessas da Companhia, não há dados para quantificar o que foi movimentado no comércio entre a CGPM e a capitania do Mato Grosso. Porém, sabemos que em fins da década de 1770, após a extinção do monopólio, os administradores em Belém remeteram vários ofícios informando as dívidas da provedoria da capitania, bem como dos colonos ali estabelecidos. Somadas, elas chegavam ao valor de 182:804\$476 réis em 1779, dos quais

¹⁸⁸RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.09). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 74, Documento 6200.

¹⁸⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 38, Documento 3599. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 39, Documento 3648. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros de Carregações, nº 01 ao 08. CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume 2. Cia Ed. Nacional: Lisboa, 1988. (p.220).

154:700\$419 réis eram somente de mineradores, comerciantes e lavradores. O que mostra uma relação comercial bastante razoável.¹⁹⁰

Nesse sentido, podemos afirmar que já existia uma relação entre o Grão-Pará e o Mato Grosso antes da chegada da CGPM. Relação essa que não era exatamente legal, já que a autorização régia para que os colonos circulassem entre as capitanias só se daria em 1752. No entanto, esses pioneiros foram responsáveis por estabelecer novos caminhos entre os sertões paraense e mato-grossense por via fluvial, além de descobrir e expandir a fronteira da mineração na América Portuguesa. Os relatos de novas minas atraíram a atenção de muitos colonos estabelecidos no Grão-Pará e que foram tentar a sorte em uma nova localidade. Estabeleceu-se uma relação entre ambas as localidades que durou até as portas da proclamação da Independência. Sendo assim, a CGPM não pode ser considerada a ponta de lança desse projeto.¹⁹¹

Sem embargo, aproveitou-se dessa nova rota que modificava os fluxos mercantis da capitania do Mato Grosso do Atlântico Sul para o Atlântico Equatorial, criando novas conexões e redes comerciais, bem como estabelecendo novas relações sociais. A chegada da CGPM serviu para benfeitorias nos caminhos fluviais com a construção de fortalezas e de armazéns, além de inserir não só mercadorias manufaturadas europeias e asiáticas, como também uma necessária mão de obra de africanos escravizados – tendo em vista que o Diretório dos Índios também passou a valer para a capitania mato-grossense – além, claro, do crédito aos mineradores, lavradores, comerciantes e à administração régia. E também conseguia acesso às minas de Mato Grosso, sendo a responsável principal por escoltar o ouro até Belém, guardá-lo em sua nau de guerra e fundi-lo, bem como por transportá-lo até o Reino. Assim, vemos que empresa monopolista conseguiu expandir sua atuação mercantil para além das fronteiras do seu monopólio na América Portuguesa.¹⁹²

¹⁹⁰RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006. (p.10). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 18, Documento 1107. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 20, Documento 1240. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 21, Documento 1271. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 21, Documento 1311. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 25, Documento 1547.

¹⁹¹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 155, Documento 11914. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará, Caixa 156, Documento 11930.

¹⁹²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Mato Grosso, Caixa 10, Documento 580.

Percebemos que na capitania do Grão-Pará os grupos mercantis estavam envolvidos principalmente com a coleta de drogas do sertão, em especial o cacau que compôs cerca de 81% das exportações paraenses no período entre 1730 e 1777, quando findou-se o monopólio da CGPM. No entanto, havia uma questão fundamental: com a entrada de africanos escravizados no porto de Belém regularmente apenas a partir de 1752, como essa extração se organizou? A resposta reside na farta oferta de mão de obra por parte dos indígenas, cuja escravização foi permitida em um momento para depois ser proibida. Os maiores beneficiados com isso foram os padres missionários da Companhia de Jesus: era deles o poder temporal sobre os nativos que eram “aldeados” com o propósito de evangelização. Na realidade eles acabavam explorados pelos próprios padres jesuítas em suas fazendas espalhadas por toda a capitania.

Na primeira metade do século XVIII, na capitania do Grão-Pará existiam 63 missões alocadas em fazendas, cuja população indígena aldeada girava acima dos 55 mil. Após a expulsão da Companhia de Jesus do Império Português, em 1759, suas fazendas foram confiscadas e seus bens renderam mais de 40 contos de réis em fins dos anos 1760.¹⁹³ O controle da mão de obra e de boa parte da produção paraense por parte dos inacianos, nesse sentido, acabou servindo como um freio para o florescimento de uma comunidade mercantil e produtiva mais próspera no período que antecedeu o monopólio da CGPM. Mas isso não quer dizer que não existiram comerciantes e produtores que alcançassem algum destaque na capitania.

Os Oliveira Pantoja foram uma família que alcançou um destaque dentro da capitania como senhores de terra e produtores de cacau. A partir de dois imigrantes oriundos da cidade de Lisboa, espalharam um grande número de descendentes pela capitania que se incumbiram do serviço militar, da administração pública, da escravização e do comércio de prisioneiros indígenas, além da produção do carro-chefe da economia do Grão-Pará. No entanto, diferente do que ocorreu no Maranhão com a família Belfort, os Oliveira Pantoja não tiveram relação próxima com a Companhia de comércio após cedido o monopólio a ela. Mas isso também não significa que a CGPM os suprimiu, pois continuaram a ser uma família influente na capitania.

¹⁹³DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (p.161-164 e 173).

A CGPM tinha por fim o fomento à produção local, a inserção de africanos escravizados para resolver a questão da falta de mão de obra, bem como a inserção de crédito na capitania. De fato, cerca de 18 mil africanos foram trazidos forçosamente e desembarcados no porto de Belém entre 1755 e 1777. No entanto, não assistimos a expansão da produção e nem o aumento das exportações. Pelo contrário: apesar de haver uma pequena recuperação das exportações no período da Companhia, elas nunca voltaram – no período compreendido durante o monopólio – aos patamares que haviam alcançado na década de 1730. Isso significa que a empresa monopolista e a entrada de escravizados africanos não representaram um efeito positivo na economia paraense, como ocorrera no Maranhão.

Acreditamos que o que ocorreu foi a manutenção da estrutura produtiva na capitania, aos moldes do que já ocorria antes da instituição da Companhia e, que de certo modo, ela já funcionava bem ou no limite da capacidade de produção/extração. Apesar de parte dos africanos chegados à Belém terem ali permanecido, a maioria acabou sendo reexportada para a capitania do Mato Grosso graças ao caminho fluvial desbravado por Félix de Lima no início dos anos de 1740. Apesar da proibição da navegação nesta rota até 1752, muitos homens se aventuraram pelos rios que levavam até Vila Bela (hoje Cuiabá) em busca de estabelecer novas relações de produção e mercantis, ou buscando simplesmente o rápido enriquecimento com a mineração.

Apesar de não contar com o monopólio do comércio da região, a CGPM acabou se aproveitando dessa rota já existente e dessa forma abasteceu a capitania mato-grossense com insumos, créditos e, principalmente, mão de obra, reordenando os fluxos mercantis de Mato Grosso do Atlântico Sul para o Atlântico Equatorial. O grupo mercantil estabelecido na capitania do Grão-Pará não foi totalmente suprimido pela Companhia, mas com certeza perdeu muito de seu espaço. No entanto, aproveitando-se da não existência do monopólio no caminho Madeira – Guaporé, esses sujeitos acabaram sendo absorvidos e atuando nas redes mercantis intracapitanias, que eles próprios ajudaram a desbravar e construir, e cujas relações se perpetuaram até o fim do primeiro quartel do século XIX.

SEÇÃO II – O COMPLEXO AFRICANO: CABO VERDE E OS RIOS DA GUINÉ

CAPÍTULO 3. O ENTREPOSTO PARA O TRÁFICO: CABO VERDE E A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Cabo Verde é um conjunto de dez ilhas de origem vulcânica, localizadas em uma área central do Oceano Atlântico e distante cerca de 570 quilômetros da Costa Ocidental do continente africano, mais ou menos na altura do que hoje conhecemos como Senegal. As ilhas que formam o arquipélago são Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, denominadas ilhas de Barlavento e localizadas mais ao norte; ao sul, temos as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava, denominadas como de Sotavento. Fora estas existem algumas ilhotas desabitadas que compõem o arquipélago. A mais importante e maior ilha do conjunto, e que serviu de base para a ocupação portuguesa, foi a de Santiago, cuja Vila da Praia – atual capital da República de Cabo Verde – tornou-se o principal núcleo de ocupação durante o período de colonização portuguesa.¹⁹⁴ O mapa abaixo ilustra essa descrição:

Mapa 2- O Arquipélago de Cabo Verde

Fonte: mapa criado e editado por Jéssika Bezerra.

¹⁹⁴Fonte: <https://www.governo.cv/>. Acesso em 04/04/2019.

Desde a ocupação do arquipélago de Cabo Verde, em meados do século XV, sua economia esteve voltada para o tráfico de escravizados com os Rios da Guiné. Tal comércio era dependente exclusivamente dos moradores das ilhas, mais especificamente daqueles que estavam estabelecidos na de Santiago. Esses moradores – responsáveis pelo trato negreiro – eram compostos por reinóis que partiram para Cabo Verde buscando usufruir dos privilégios comerciais e fiscais concedidos por D. Afonso para os que se imbuíssem na ocupação desses novos territórios atlânticos. Estes moradores ficaram conhecidos como “armadores”, justamente por serem responsáveis em armar as embarcações que partiam do arquipélago para traficar almas na costa da Guiné.¹⁹⁵

Nesse sentido, ao longo dos séculos XV e XVI, Cabo Verde tornou-se um grande e seguro armazém, no qual sempre havia disponível mão de obra escravizada para as metrópoles europeias. Boa parte dos escravizados que saíam da Guiné para Cabo Verde tinha como destino os portos castelhanos estabelecidos no Caribe, principalmente Santo Domingo. Com segurança, pode-se afirmar que entre o início do século XVI e a virada do século XVII para o XVIII, 92% de todos os africanos escravizados que saíram do arquipélago – oriundos eles da Guiné Portuguesa – tiveram como destino algum porto da América Espanhola. Há alguns estudos que apontam para uma leva significativa de escravizados remetidos de Cabo Verde para as ilhas Atlânticas, sobretudo a da Madeira, com o intuito de abastecer os primeiros canaviais desenvolvidos pelo Império Português na segunda metade do século XVI. Mas não há evidências quantitativas sobre esses escravizados, apenas algumas qualitativas que falavam a respeito dos insulares da Madeira poderem trazer 150 escravizados por ano de Cabo Verde.¹⁹⁶

¹⁹⁵SANTOS, Maria Emília Madeira. *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”*: Uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico. IICT: Lisboa 1988. SANTOS, Maria Emília Madeira & Cabral, Iva. *O nascer de uma sociedade através do morador-armador*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume I*. IICT: Lisboa, 1991. MONTEIRO, Maria de Fátima Brito. *Cabo Verde na encruzilhada Atlântica*. IEEL: Cascais, 2004. RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, 1460-1613*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011. RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve dos Rios da Guiné, de André Álvares de Almada (1578-1640)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

¹⁹⁶MORAN, Emilio. *The Evolution of Cape Verde's Agriculture*. In: *African Economic History*. No. 11 (1982), pp. 63-86. SANTOS, Maria Emília Madeira. *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”*: Uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico. IICT: Lisboa 1988. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. *Rotas Comerciais, Agentes Económicos e Meios de Pagamento*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume II*. IICT: Lisboa, 1991. MONTEIRO, Maria de Fátima Brito. *Cabo Verde na encruzilhada Atlântica*. IEEL: Cascais, 2004. RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, 1460-1613*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro,

Temos que até pelo menos metade do século XVI Cabo Verde foi um ponto de ligação entre os Impérios Português e Espanhol. E por que somente até meados do Quinhentos? Com o florescente negócio da Guiné em crescimento, comerciantes estrangeiros – sobretudo ingleses e franceses – começaram a atravessar as negociações realizadas entre os insulares e os denominados “lançados” ou “tangomaos”. Estes eram, na sua maioria, moradores das ilhas de Santiago e do Fogo que haviam se estabelecido nas embocaduras dos rios da costa africana e que, na maioria dos casos, assimilavam costumes africanos. Formavam numerosas redes mercantis sertão adentro, sendo influentes nas feiras de escravizados. Essa influência aumentou a partir do momento que passaram a ter acesso às mercadorias manufaturadas europeias graças a esta intromissão de comerciantes que eram de fora das ilhas. Ressalta-se que no momento de dominância dos cabo-verdianos no tráfico, o principal produto exportado das ilhas para a costa era o algodão, produzido de forma bem rudimentar no próprio arquipélago.¹⁹⁷

Perdendo suas posições no litoral africano, a Coroa Portuguesa poderia muito bem ter fortalecido as redes que os insulares construíram. Mas preferiu estabelecer um contrato no início da segunda metade do XVI que foi um duro golpe nas pretensões dos comerciantes estabelecidos no arquipélago. Os contratadores, a partir daí quase todos portugueses do Reino, podiam armar suas embarcações a partir de Lisboa sem a necessidade de passar por Cabo Verde. Para piorar ainda mais a situação, depois dos contratos a Coroa passou a experimentar na região com várias Companhias monopolistas de comércio, principalmente no decorrer do século XVII. Mesmo assim, o tráfico de africanos escravizados continuou sendo um elemento importante da economia cabo-verdiana, mesmo sendo um tráfico menos importante no âmbito atlântico. No entanto, o

2011. MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.73). RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve dos Rios da Guiné, de André Álvares de Almada (1578-1640)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016. VIEIRA, Alberto. *Madeira: Canaviais, Engenhos e Escravos*. In: *Cadernos de Divulgação do CEHA – ‘Madeira: Na Rota do Ouro Branco*. Funchal, 2018.

¹⁹⁷TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. *Rotas Comerciais, Agentes Económicos e Meios de Pagamento*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume II*. IICT: Lisboa, 1991. MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.21). CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. ICVL: Praia, 1983. (p.53).

que se assistiu foi a participação crescente dos agentes econômicos exógenos no tráfico de escravizados num espaço que era dominado pelos colonos cabo-verdianos.¹⁹⁸

Nesse período, estendendo-o até a década inicial do século XVIII, o comércio do arquipélago ficou restrito ao comércio local e ao contrabando. O contrabando fica bastante evidente em duas cartas trocadas entre o governador de Cabo Verde, Inácio da Franca Barbosa, e o capitão-mor de Cacheu, António de Barros Bezerra. Em 03 de janeiro de 1684, Barbosa pediu que Bezerra coibisse a atuação de um grupo de contrabandistas, oriundo da ilha de Santiago, que estavam a fazer comércio na Costa da Guiné sem as devidas autorizações da Coroa. Em janeiro de 1685 e em outubro de 1686 Barbosa fez a mesma recomendação para Bezerra, enviando uma lista constando o nome de pelo menos uma centena de contrabandistas cabo-verdianos que atuavam em Bissau e Cacheu, facilitando, sobretudo, a ação de estrangeiros.¹⁹⁹

Até o final do século XVII compilamos pelo menos 35 cartas que foram enviadas pelo governador ou ouvidor de Cabo Verde destinadas para o capitão-mor de Cacheu, pedindo providência contra a ação dos contrabandistas – a maioria deles oriundos do arquipélago – que comerciavam na costa da Guiné sem autorização régia. Em paralelo ao problema do contrabando, as ilhas viram alvorecer o comércio miúdo. Focava-se, basicamente, no comércio de animais domésticos – como porcos, galinhas, cabras, vaca e, fundamentalmente, cavalos e mulas – e em têxteis manufaturados nas próprias ilhas. Em um primeiro momento pode parecer um comércio sem muita importância, mas sabe-se que tantos os panos cabo-verdianos, quantos os equinos e muares, tinham um papel importante na composição de mercadorias demandadas pelos vendedores de africanos escravizados da costa.²⁰⁰

¹⁹⁸TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. *Rotas Comerciais, Agentes Económicos e Meios de Pagamento*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume II*. IICT: Lisboa, 1991. Sobre as Companhias monopolistas, temos que: de 1664 até 1675, o trato negreiro ficou sob o monopólio da Companhia da Costa da Guiné (também conhecida como Companhia do Porto de Palmida); de 1776 a 1782 o monopólio vigorou sob a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné; e por fim, de 1690 até 1703, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde monopolizou o comércio de almas na região. Cf: CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Lisboa: Mem Martins, 1983. (p.67).

¹⁹⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 41f, 43v e 50-51f. Infelizmente a lista não estava descrita no Códice. BRITO, Bertelina Maria do Rosário de. *As Reformas Administrativas de José da Costa Ribeiro: Cabo Verde, 1ª Metade do Século XVIII*. In: *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 4, p. 125-140.

²⁰⁰CARREIRA, António. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-económicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968. BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em*

Os moradores da ilha desciam até as praias e lá ofereciam seus produtos em troca daqueles que eles mais necessitavam. Roupas, têxteis, ferramentas e mantimentos eram os produtos demandados pelos ilhéus. O que começou de forma espontânea e sem muita pretensão, transformou-se em imensas feiras a beira-mar, causando desconfiança por parte das autoridades locais que deixavam de arrecadar com essas trocas. A ponto de, em 17 de novembro de 1692, o Conselho Ultramarino enviar uma carta para os oficiais da câmara de Cabo Verde, em que sugeria a proibição e o combate ostensivo ao comércio realizado com os navios estrangeiros que aportassem em algumas das praias do arquipélago.²⁰¹

O fato é que não foi possível coibir tal ação, seja por haver pontos e ilhas remotas em que não era possível fiscalizar, seja pela falta de efetivo militar para combater esse comércio miúdo. Tentou-se instituir lugares determinados para ocorrerem tais feiras, mas toda essa política se mostrou ineficaz e tais eventos continuaram a existir mesmo com o advento da CGPM. Sendo impossível coibir esse comércio miúdo, o enfoque foi na tentativa de proibir que os moradores vendessem, ao menos, seus escravizados. A ideia era incentivar a produção local de milho e de algodão e, também, uma pecuária mais extensiva. Em carta do Conselho Ultramarino para o governador das ilhas de Cabo Verde, Serafim Teixeira Sarmiento de Sá, em 02 de julho de 1717, havia a exigência de um reforço no combate aos insulares que estavam a vender seus poucos escravizados para comerciantes estrangeiros. Tal fato impedia a possibilidade de qualquer crescimento de produções locais, bem como na coleta da erva urzela e do anil.²⁰²

O mais importante dessa passagem, no entanto, é a “coleta da erva urzela”. Por quê? A erva urzela é o nome atribuído a um tipo de líquen comum das áreas costeiras das ilhas do Atlântico – como Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Trata-se de um produto extrativo, que não requeria mão de obra para o cultivo, e servia para a produção de corante natural, de cor arroxeada bastante demandada nas manufaturas têxteis do norte da Europa, sobretudo nos Países Baixos. Desde o início da ocupação no arquipélago cabo-

Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III.* IICT: Lisboa, 1991.

²⁰¹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 86v.

²⁰²BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.* In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III.* IICT: Lisboa, 1991. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 9v.

verdiano, figurou entre os principais produtos com potencial comercial das ilhas, sendo considerada uma matéria-prima que fazia parte do estanco real desde pelo menos 1527.²⁰³

A historiografia aponta que até meados do século XVIII não houve nenhuma notícia sequer em relação à sua extração e uso comercial. No entanto, na documentação do Conselho Ultramarino encontramos menção à sua extração já nas primeiras décadas do século XVIII, com o próprio Conselho demonstrando preocupação de como a venda dos escravizados, que eram de propriedade dos moradores, punha em risco um dos poucos produtos que podiam ser explorados comercialmente nas ilhas. Em 29 de novembro de 1718, o Conselho Ultramarino voltou a escrever para Sarmento de Sá para sondar sobre o fato de duas embarcações inglesas estarem atracadas próximas à Vila de Praia. Na carta reforçavam ainda que o governador deveria fazer todo o possível para evitar o descaminho de urzela, principalmente para estrangeiros.²⁰⁴

No entanto, mesmo com a insistência do Conselho Ultramarino, a entrada estrangeira no litoral do arquipélago era frequente. Em outra carta, agora para o governador António Vieira, em 13 de outubro de 1723, os conselheiros reclamavam de como os estrangeiros se metiam com facilidade no comércio das ilhas e como muito pouco era feito para reprimir os descaminhos. Queriam que, no mínimo, se cobrasse os direitos iguais ao que se cobravam dos comerciantes reinóis, desde que esses estrangeiros trocassem parte da urzela – e também de tecidos manufaturados nas ilhas – por mantimentos que ajudassem no abastecimento dos moradores. Caso contrário, que se cobrassem os direitos devidos e mais uma parte em mercadorias manufaturadas. Em 1725 o novo governador, Francisco Miguel da Nóbrega e Vasconcelos, foi orientado para que as compras feitas nas ilhas por intermédio de estrangeiros fossem lançadas nos livros da

²⁰³BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III*. IICT: Lisboa, 1991. CARREIRA, António. *Estudos da Economia Caboverdeana*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1982. (p.17).

²⁰⁴BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III*. IICT: Lisboa, 1991. CARREIRA, António. *Estudos da Economia Caboverdeana*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1982. (p.17). Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 09v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 34f.

alfândega e cobrados os devidos direitos. Fora disso, qualquer negócio seria considerado contrabando.²⁰⁵

Aqui vemos que a Coroa praticamente desistiu de coibir o comércio dos insulares com os estrangeiros. Era melhor que o fizessem, desde que os direitos fossem cobrados. Mas a fiscalização não era feita. Em 7 de novembro de 1730, o ouvidor Costa Ribeiro dava conta de que alguns ingleses se instalaram em algumas ilhas mais remotas com auxílio dos moradores. Lá construíram, de forma experimental, pequenas manufaturas rudimentares para beneficiarem a urzela, bem como estabeleceram algumas salinas. Tudo isso sem pagarem nenhum direito para a Coroa Portuguesa e, muito menos, serem importunados pelos funcionários régios estabelecidos no arquipélago.²⁰⁶

Em 1731, mais precisamente em 31 de agosto, o governador Francisco de Oliveira Grans era informado de como devia funcionar o esquema de extração e pagamento de direitos da erva urzela. A cobrança dos direitos foi arrematada em um contrato por João Batista Sevilhon, morador da Vila de Praia, pelo preço de 260 mil reis no período de 6 meses. Qualquer morador poderia extrair o líquen por conta própria, ou contar com ajuda de escravizados, pagando a Sevilhon 200 réis por cada quintal de urzela extraída e remetida ao Reino. No ano seguinte Grans e Sevilhon foram elogiados pelo Conselho Ultramarino, que louvou o zelo com que era respeitado o contrato e de como ambos se saíam bem em não ceder aos ingleses que aportavam no arquipélago, oferecendo variadas mercadorias pelo líquen. Por fim, em 1733, os conselheiros solicitavam a Grans para que este continuasse a zelar pela extração da erva, dizendo que a Coroa Portuguesa estava arranjando conexões importantes com o restante da Europa graças à urzela.²⁰⁷

Contudo, sempre foi muito difícil manter os estrangeiros fora do negócio da urzela. Os ingleses, principalmente, inundavam de mercadorias manufaturadas as ilhas. Chegavam, inclusive, a pagar em dinheiro aos ilhéus – cerca de 200 réis o quintal – pela

²⁰⁵Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 124v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 154v.

²⁰⁶BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III*. IICT: Lisboa, 1991. (p. 189). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 14, documento 20.

²⁰⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 250f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 268f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 280.

urzela que extraíam, e a dobrar esse valor caso aceitassem mercadorias. No início da década de 1740, o governador João Zuzarte de Santa Maria escreveu ao Conselho Ultramarino dizendo que era impossível fazer valer qualquer proibição às vendas realizadas aos comerciantes de outras metrópoles, e que seria mais prático e vantajoso à Coroa que se liberasse a venda da urzela aos ingleses e estes pagassem os devidos direitos à Real Fazenda.²⁰⁸

No entanto, essa proposta não foi nem considerada e novamente foram instaurados os contratos como forma de controlar e viabilizar a extração da urzela. Em 1733, João Enes arrematou o contrato por 3 anos, em um valor de 865 mil réis; entre 1736 e 1740, o contrato foi administrado pela Real Fazenda; entre 1740 e 1746, Felipe Balesty & Cia o obtiveram pelo valor de 4 contos de réis; por fim, em 1750 – às vésperas da criação da CGPM –, José Gomes da Silva arrematou-o por 9 contos e 200 mil réis pelo período de 3 anos, abarcando também a extração na Madeira e nos Açores. Sobre ele, discorreremos alguns parágrafos mais adiante. O importante aqui é deixar claro que entre o seu achamento e a criação da CGPM, Cabo Verde teve três momentos econômicos principais: o primeiro com o tráfico de escravizados, entre meados do século XV e finais do XVI; uma interrupção entre o início do XVI e as duas primeiras décadas do XVIII, na qual predominou o comércio miúdo e o contrabando; por fim, na primeira metade do século XVIII, com a difusão do uso da urzela como corante têxtil na Europa e a expansão da extração do líquen nas áreas costeiras das ilhas.²⁰⁹

3.1. O contratador José Gomes da Silva: o arquipélago cabo-verdiano como negócio para os comerciantes de grosso trato?

O que percebemos até aqui foi o pouco envolvimento de comerciantes portugueses no comércio direto com Cabo Verde. O foco dos negociantes reinóis na região era única e exclusivamente o tráfico de africanos escravizados, negócio que faziam

²⁰⁸BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III*. IICT: Lisboa, 1991. (p.190-1). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 14, Documento 65. Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 18, Documento 42.

²⁰⁹CARREIRA, António. *Estudos da Economia Caboverdeana*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1982. (p.17-8). BALENO, Ilídio. *Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume III*. IICT: Lisboa, 1991. (p.192) SANTOS, Maria Emília Madeira. *Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI – XVII)*. IICT: Lisboa, 2004.

diretamente nas feitorias de Cacheu e depois em Bissau, com o advento dos contratos. Isso fica evidente quando olhamos para o baixo número de embarcações que faziam a rota direta entre Lisboa e Cabo Verde e vice-versa no período anterior à CGPM: de 1740 até 1755 houve 8 viagens partindo das ilhas para o Reino e 14 fazendo a rota inversa. No entanto, encontramos algumas exceções como Faustino Francisco Moura e até mesmo o grande homem de negócio João Rodrigues Valle, mas que faziam poucas e pontuais remessas para o arquipélago. Foi José Gomes da Silva o indivíduo com um pouco mais de calibre financeiro que se especializou no comércio direto com o arquipélago.²¹⁰

Já nos referimos a ele quando falamos dos contratos da urzela, os quais arrematou por mais de 9 contos de réis pelo período compreendido entre os anos de 1750 e 1753. Gomes da Silva era nascido em Coimbra, filho de Francisco Gomes da Silva e Páscoa Maria, ambos naturais da mesma cidade, e foi casado com Isabel da Motta. Era um pequeno comerciante quando deixou a cidade de Coimbra e nos anos finais da década de 1730 mudou-se para Lisboa para aprender a arte da mercancia. O que se sabe é que além de contratador da urzela, no início da década de 1750, tinha algumas casas de aluguel na Rua das Amendoeiras, na capital do Reino, e alguns procuradores espalhados pelo Reino, ilhas Atlânticas e em Cabo Verde – neste caso, um sujeito chamado Francisco António.²¹¹

Notamos assim uma ascensão relativamente rápida em sua trajetória como negociante. Em 1753, ano em que findava o contrato por ele arrematado, identificamos remessas para Cabo Verde no valor de 598 mil rés, sendo 410 mil réis em mantimentos e o restante em têxteis como baetas, bretanhas e riscados. Com o fim do contrato, no ano de 1754, Gomes da Silva remeteu de Lisboa mais de 12 contos de réis, do total dos 15 contos de réis que foram enviados do Reino para as ilhas, sendo 95% do valor exportado composto por tecidos variados. Já em 1755, com o advento da CGPM, e com esta controlando monopolisticamente tudo que entrava e saía das ilhas, Gomes da Silva nada

²¹⁰Sobre as viagens entre 1740 e 1755 ver: MENINO, Gustavo. *Banco de Dados do Livro de Lembrança das entradas e saídas das frotas portuguesas, e de outros navios para a América e Estados da Índia*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 110 e 114.

²¹¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 3268. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 114, Caixa 34.

mais enviou para o arquipélago, apesar de identificarmos 1 conto de réis em têxteis enviados por sua conta para o Maranhão.²¹²

A CGPM acabou afastando o único grande homem de negócio da praça de Lisboa do comércio direto com as ilhas de Cabo Verde. Alguns outros negociantes de menor expressão continuaram a remeter algumas mercadorias manufaturadas para o arquipélago até 1757, mas realizavam apenas alguns envios pontuais de ferro, ferramentas, mantimentos e aguardente. O grosso do negócio ficou por conta da Companhia monopolista e, a partir de 1757, não encontramos remessas que não fossem da própria empresa. Diferente do que ocorreu com os negociantes que comerciavam com a Amazônia Portuguesa – como veremos adiante – Gomes da Silva simplesmente abandonou o circuito, pois não era acionista e nem comprava e nem vendia mercadorias para a CGPM. Por outro lado, preferiu apostar em novos ramais como Rio de Janeiro e Amsterdã, praças nas quais tinha como emissário António Ferreira e o afamado Geraldo Braamcamp.²¹³ Sendo assim, veremos como funcionou o comércio cabo-verdiano com o advento da Companhia.

3.2. Comércio e Administração cabo-verdianos sob monopólio: o alvorecer de um novo tempo?

Este subcapítulo tratará sobre o período no qual vigeu o monopólio da CGPM, entre 1755 e 1777. Pretendemos deslindar o funcionamento da Companhia do arquipélago de Cabo Verde, por meio de duas perspectivas: a social e a econômica. Em um primeiro momento falaremos das atribuições dadas à empresa fomentista, como os privilégios que teria em Cabo Verde, bem como suas obrigações. Trataremos ainda da estrutura administrativa montada nas ilhas, o seu funcionamento e a relação entre os agentes da CGPM com os moradores e a administração régia. Na segunda parte, nos deteremos nos resultados econômicos das ilhas: apresentaremos dados referentes às exportações e importações, como também às arrecadações e aos gastos que a Companhia tinha no arquipélago.

²¹²Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 110 e 114.

²¹³Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 117, Caixa 37. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 118, Caixa 37.

3.2.1. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a Administração das ilhas de Cabo Verde

Em 14 de novembro de 1757 D. José I e seu gabinete concederam privativamente para a CGPM, pelo período de vinte anos, o comércio exclusivo com as ilhas de Cabo Verde. No entanto, a primeira notícia sobre a CGPM que temos nas ilhas é uma carta enviada pelo então governador Manoel Antônio de Sousa que, em 20 de janeiro de 1758, dava conta da chegada de uma embarcação da dita Companhia. Também acusava que havia recebido a carta que especificava as ditas obrigações e direitos da empresa pombalina, as quais descrevemos em nosso prólogo. Na carta, ressaltou que a empresa ia ser peça de bastante importância para o crescimento econômico do arquipélago, mas que era necessário mandar com urgência pessoal capacitado para gerir o trabalho. Ainda, informava ao Conselho Ultramarino que tanto ele quanto e seus funcionários dariam todo o apoio e o subsídio necessário aos administradores da CGPM, que chegariam em breve.²¹⁴

Falando dessa questão administrativa, os grandes responsáveis por dirigir os negócios da CGPM no arquipélago foram o capitão-mor Pedro Cardoso (elevado à patente de coronel na década de 1770) e João Freire de Andrade, que já estavam em Cabo Verde. Ao que parece, estes ficaram responsáveis por encabeçar a administração nas ilhas até a extinção do monopólio, em 1777. No entanto, devido à dificuldade em exercer o controle em um arquipélago de dimensões consideráveis se fez necessário, por parte da Companhia, o envio de outros agentes que pudessem facilitar a fiscalização em Cabo Verde, efetuar a cobranças dos devidos direitos referentes aos produtos locais comercializados pelos moradores, e ainda a venda dos manufaturados europeus introduzidos no arquipélago pela empresa monopolista.²¹⁵ O quadro a seguir ilustra como eram organizados os agentes pelas ilhas:

²¹⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 26, Documento 56.

²¹⁵CARREIRA, António. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão – Volume I*. Editora Nacional: Lisboa, 1988. (p. 243-5).

Tabela 6. Administradores da CGPM em Cabo Verde (1759-1777)

	Administradores					
Anos	Santiago	Santo Antão	Brava	São Nicolau	Boa Vista	Fogo
1759	Capitão-mor Pedro Cardoso e João Freire Andrade					
1760	José Anastácio Freire	António Pedro da Costa	Eusébio José do Vale	Rodrigo Gonçalves Barros	Francisco José de Almeida	Pedro Francisco Alfanje & Duarte Gomes Leão
1761						
1762						
1763						
1764						
1765						
1766						
1767						
1768						
1769						
1770						
1771	Luís Pedro	António José Xavier		Joaquim José de Oliveira		Manoel José da Silva Cardoso & Manoel José Vicente
1772	Le Cor &					
1773	António José Carvalho					
1774	Domingos Francisco de Oliveira & José Nicolau da Cruz					
1775	José de Almeida Conrado &					
1776						
1777						

	António José Pires de Lima					
--	----------------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Editado pelo autor com base em informações retiradas em: CARREIRA, António. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão – Volume I*. Editora Nacional: Lisboa, 1988. (p. 243-5).

Apenas as ilhas Brava e de Boa Vista tiveram os mesmos administradores durante todo o período de funcionamento do monopólio. Eusébio José do Vale recebia 160 mil réis de ordenado e Francisco José de Almeida 140 mil réis para executarem suas funções, sem receber porcentagens nos negócios que realizavam. Na ilha de Santo Antão tivemos duas administrações, primeiro com António Pedro da Costa, entre 1760 e 1763, e, depois, António José Xavier, de 1763 até o fim do monopólio em 1777, recebendo 160 mil réis de ordenado. Já na ilha do Fogo tivemos duas juntas administrativas: a primeira entre 1760 e 1767, com os irmãos Pedro Francisco Alfanje e Duarte Gomes Leão; a segunda entre 1768 e 1777 com Manoel José da Silva Cardoso e Manoel José Vicente; ambas as juntas não tinham ordenado fixo, recebendo 10% das transações efetuadas por eles.²¹⁶

Já na ilha de Santiago, por ser a principal do arquipélago, houve uma maior troca dos agentes administrativos da CGPM. Entre 1760 e 1770 a administração ficou por conta de José Anastácio Freire. De 1771 em diante a direção da Companhia coube a juntas administrativas: no primeiro período, entre 1771 e 1774, Luís Pedro Le Cor e António José Carvalho eram os responsáveis pela condução dos negócios da CGPM; a seguir, em outro período, compreendido entre 1775 e 1776, Domingos Francisco de Oliveira e José Nicolau da Cruz substituíram Le Cor e Carvalho assumiram; por fim, no ano final do monopólio, José de Almeida Conrado e António José Pires de Lima foram os responsáveis pela transição para a abertura do mercado a outros comerciantes portugueses, além de executar as dívidas dos moradores com a Companhia. Os administradores da ilha de Santiago tinham o ordenado de 160 mil réis.²¹⁷

Apesar de Pedro Cardoso e João Freire de Andrade encabeçarem a administração do arquipélago como um todo, os administradores em Santiago coordenavam o

²¹⁶CARREIRA, António. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão – Volume I*. Editora Nacional: Lisboa, 1988. (p.243-5).

²¹⁷CARREIRA, António. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão – Volume I*. Editora Nacional: Lisboa, 1988. (p.243-5).

funcionamento mercantil de todas as ilhas. Isso aponta para uma hierarquização, tendo Cardoso e Andrade no topo, fazendo as vezes de diretores, seguidos dos administradores em Santiago; e os que estavam em Santo Antão, Brava, São Nicolau, Boa Vista e Fogo eram subalternos. Existiam ainda outros agentes denominados como administradores, com exceção da ilha do Fogo, mas que no fundo atuavam mais como gerentes recebiam cerca de 100 mil réis de ordenado, sendo responsáveis por fiscalizar as negociações realizadas em vilas mais afastadas dos centros administrativos, como também o trabalho dos caixeiros. Já os caixeiros eram os verdadeiros responsáveis pelo ato da negociação e, talvez, os principais agentes, pois eram aqueles que faziam acontecer os negócios da Companhia nas possessões portuguesas, recebendo de 1% a 3% de comissão por cada negócio que realizavam.²¹⁸

Posto isso, temos que existia uma estrutura administrativa bem-definida e hierárquica no arquipélago. E como esse quadro administrativo se relacionava com os moradores? Em carta ao rei de 14 de abril de 1761, o ouvidor geral de Cabo Verde, Carlos José de Sotto Mayor, dizia que o comércio nas ilhas tinha sido estimulado desde a chegada da CGPM. Mas fazia algumas ponderações, já que o monopólio tendia a rebaixar os preços dos produtos oferecidos pelos moradores à Companhia. Diz mais: os moradores queixavam-se que eram pagos pelos administradores apenas em mercadorias manufaturadas, o que fazia com que tivessem dificuldades em adquirir escravizados da Guiné.²¹⁹ Apesar de haver muitos habitantes que poderiam ser utilizados na lavoura, esses se recusam ao trabalho braçal, porque seriam pagos em mercadorias. Sendo assim, apenas aqueles proprietários mais abastados – que eram uma ínfima minoria na população caboverdiana – poderiam comprar escravizados. Isso incorreria em um possível colapso da produção de algodão, das protomanufaturas de têxteis e, principalmente, na extração da urzela. Nesse sentido, sugeria que a CGPM pagasse os filhos da folha com alguns escravizados e que fossem vendidos aos moradores em troca de gêneros da terra. Ou, no limite, vender fiado a alguns pequenos lavradores, que ficariam obrigados a utilizar os escravizados na cotonicultura, na fabricação de têxteis ou na extração da urzela.²²⁰

²¹⁸CARREIRA, António. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão – Volume I*. Editora Nacional: Lisboa, 1988. (p.243-5).

²¹⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 27, Documento 18.

²²⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 27, Documento 18.

Cerca de dez anos depois, em carta datada de 26 de junho de 1771, o governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, dava conta da falta de algodão para a produção de têxteis. Reforçava o mesmo problema identificado dez anos antes por Sotto Mayor: os moradores das ilhas não tinham condições de comprar escravizados para tocar as lavouras de algodão e a produção dos têxteis. O monopólio da CGPM era visto como algo ruim pelos colonos, que se sentiam prejudicados por não ter acesso aos africanos escravizados e que voltavam seus esforços para a subsistência, o que acabava prejudicando os negócios da própria Companhia, já que a oferta de produtos da terra tendia a diminuir. Ele alertava sobre isso e solicitava ao Conselho Ultramarino que fiscalizasse a política de preços da CGPM, já que esta vendia seus produtos pelo dobro do que valiam e compravam gêneros dos moradores a preços muito baixos.²²¹

Os administradores, por sua vez, jogavam a culpa dos problemas nos próprios moradores e nos governadores. Mesmo com todas as ordens expressas vindas do Gabinete Josefino, os moradores continuavam a fazer contrabando livremente com os estrangeiros e os governantes e capitães-mores faziam vistas grossas aos navios de outras nações que aportavam em Santiago, mas principalmente nas outras ilhas do arquipélago. Os administradores apontavam que os ingleses atravessavam o comércio de panos da terra e principalmente da urzela: com os panos comerciavam africanos escravizados em Serra Leoa e no rio Gâmbia, e o fungo era levado diretamente para as indústrias têxteis inglesas. Já os holandeses aportavam nas ilhas com o intuito de comprar víveres – principalmente animais, como porcos e galinhas – para navegarem rumo às Índias Orientais.²²²

No fim do período do monopólio, a relação entre moradores e a administração da CGPM tendeu a piorar ainda mais. Em carta do governador de Cabo Verde, do início de 1777, António do Valle de Souza listava uma série de desrespeitos, extorsões e vexames que eram praticados pelos administradores da Companhia em relação os moradores das ilhas. Valle de Souza via que os administradores eram tidos por abusivos e que a empresa monopolista nunca cumpriu integralmente com suas obrigações de envio de mantimentos e manutenção das ilhas. Além disso, retinham as poucas moedas que circulavam no arquipélago, preferindo sempre negociar com mercadorias. Assim, conseguiam rebaixar os preços dos tecidos, das carnes e da extração da urzela; e

²²¹Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 32, Documento 14.

²²²Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 27, Documentos 22 e 23.

continuavam a praticar preços altos nos manufaturados e mantimentos europeus, que nas ilhas chegavam a custar o dobro do que na Costa da Guiné.²²³

Um ano após a extinção do monopólio, em 6 de outubro de 1778, Valle e Souza escreveu ao Conselho Ultramarino dando conta do estado em que se achavam as ilhas: abandono de muitas casas por parte dos moradores que se mudavam para a Costa, e fortalezas sem tropas, artilharias, armas e/ou munição. Descreveu que a CGPM pouco fez em relação a suas obrigações e que, mesmo com o fim do monopólio, os direitos e impostos paravam na Junta de Administração da Companhia. Assim, o governador pouco tinha a fazer a não ser apelar para o Conselho, pois os filhos da folha não eram pagos. No ano seguinte, a câmara do Senado de Cabo Verde reforçava o que havia sido escrito por Valle e Souza, e delatava as perseguições feitas pelos administradores da CGPM aos moradores, executando suas dívidas de forma vexatória, tomando seus poucos bens. Pedia ao Conselho, ainda, que declarasse a isenção das dívidas dos moradores e lavradores.²²⁴

O que vimos é que a CGPM foi subvencionada com diversas benesses por parte da Coroa Portuguesa além do monopólio comercial. Tinha direito às rendas, bem como a nomear os governadores e os chefes militares, o que nos faz conjecturar que escolhia nomes que mais a favorecesse. A contrapartida era arcar com os custos dos filhos da folha e a manutenção das ilhas. Salvaguardado os possíveis exageros dos últimos governadores, em nosso entendimento essa compensação não era feita de maneira tão empenhada: de fato, os pagamentos aos funcionários seculares e eclesiásticos eram cumpridos, já que não encontramos nenhuma reclamação deles na documentação; no entanto, pensamos que os administradores iam protelando a situação da preservação das praças comerciais nas ilhas, a construção de fortificações e a manutenção das tropas, artilharias e munição. Iam arranjando essas questões conforme as demandas se apresentavam como mais urgentes.

Já a relação com os moradores era bastante conflituosa como vimos, quase nunca havendo um acordo sobre como ela deveria ser. A Coroa Portuguesa e o Conselho Ultramarino pouco pareceram se preocupar em arbitrar esse trato entre agentes da Companhia e os colonos cabo-verdianos. O fato é que o monopólio, por mais que tenha

²²³Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 479, Microfilme 238, Fls. 38v a 50f.

²²⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 479, Microfilme 238, Fls. 58f a 59v. Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 479, Microfilme 238, Fls. 62f a 65v.

estimulado o crescimento da produção/extração das ilhas e que tenha criado um fluxo de produtos manufaturados para o arquipélago, acabava por pressionar os moradores. Moradores esses, sendo o elo mais fraco do circuito mercantil, acabavam por ficar a mercê dos preços praticados pela CGPM, tanto das mercadorias europeias, quanto dos gêneros da terra. Sem contar o fato do alijamento desses colonos do mercado de africanos escravizados, fluxo esse direcionado ao Maranhão e ao Grão-Pará, que inviabilizou uma maior expansão das atividades produtivas em Cabo Verde.

3.2.2. Cabo Verde sob monopólio: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a economia do arquipélago

Iremos dividir nossa análise em duas partes neste item. Em um primeiro momento, focaremos basicamente nos dados quantitativos que constam nos livros da CGPM: vamos apresentar e avaliar a gama de produtos importados de Lisboa por Cabo Verde, assim como faremos o mesmo em relação aos produtos exportados pelo arquipélago tanto para o Reino, quanto para a Costa da Guiné. Na segunda parte, falaremos sobre as receitas e despesas que a CGPM tinha nas ilhas: no caso das receitas, entrariam a dízima da alfândega, os dízimos da terra e outros impostos; já no que se refere às despesas, olharemos alguns dados que temos para os filhos da folha. Pretendemos, assim, fazer um balanço do comércio empreendido pela Companhia e, ao mesmo tempo, fazer esse mesmo balanço na questão administrativa das ilhas.

Baseados nos dados compilados por António Carreira, confrontados com as informações coletadas nos Livros das Carregações CGPM, iniciaremos falando dos produtos manufaturados europeus que foram introduzidos no arquipélago por intermédio da CGPM. Temos que, em relação a essas mercadorias, apenas chapéus e tecidos foram remetidos para as ilhas. Nesse sentido, as importações cabo-verdianas circulavam em torno das vestimentas para os moradores. Mas, mais importante do que notarmos essa especificidade, é atentarmos-nos para a ausência de mantimentos. Levando em conta que já apontamos que navios estrangeiros, sobretudo holandeses, aportavam nas ilhas em busca de víveres para a viagem ao Oriente, podemos conjecturar que o arquipélago subsistia por sua própria conta. Mesmo com períodos de secas frequentes, as ilhas – em teoria – conseguiam produzir para sustento próprio: com 80% da população instalada nas

áreas rurais, temos que o interior das ilhas era utilizado para a pecuária extensiva e a agricultura intensiva.²²⁵

Do ponto de vista agrícola, a produção do algodão para a têxteis que eram usados no tráfico com a Costa era a cultura principal. Visando o abastecimento, a base alimentar dos ilhéus era o milho e, sazonalmente, cultivava-se a mandioca, o feijão, o inhame, e algumas hortaliças, frutos e legumes. Na ilha do Fogo, por exemplo, havia alguns parreirais, que nos indica alguma produção local de vinho para o abastecimento. Nas ilhas de Santiago e Santo Antão era plantada também a cana de açúcar, com a qual se produzia uma aguardente chamada grogue no dialeto crioulo, bastante apreciada inclusive por estrangeiros, devido à sua mistura com ervas locais, como arruda, alecrim e erva-doce. Referente à pecuária, temos que os principais rebanhos eram os caprinos e suínos, devido à sua facilidade de manejo sem desprezar, no entanto, a criação de asininos e aves.²²⁶ Destacada essa particularidade da autossuficiência de mantimentos por parte do arquipélago, voltemos à questão das importações. O quadro abaixo ilustra as remessas de chapéus oriundas de Lisboa:

Tabela 7. Importações cabo-verdianas de chapéus de feltro

Anos	Quantidade	Valor (em réis)	Unitário (em réis)
1759	957	432\$564	\$452
1760	1.516	817\$124	\$539
1761	2.567	1:180\$820	\$460
1762	597	273\$426	\$458
1763	403	240\$994	\$598
1764	2.200	1:185\$800	\$539
1765	2.153	977\$462	\$454
1766	2.261	1:250\$333	\$553
1767	4.245	1:910\$250	\$450
1768	0	0	0

²²⁵CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, 8 volumes. SILVA, António Leão Correia e. *A Sociedade Agrária – Gente das Águas: Senhores, Escravos e Forros*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume II*. IICT: Lisboa, 1991.

²²⁶SILVA, António Leão Correia e. *A Sociedade Agrária – Gente das Águas: Senhores, Escravos e Forros*. In: ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume II*. IICT: Lisboa, 1991. MOREIRA, Élio. *Plano de Internacionalização do Grogue na Diáspora Cabo-Verdiana*. Dissertação de Mestrado – Universidade do Porto: Porto, 2015. Em fins do século XVIII e início do XIX Cabo Verde exportava milho para suprir o déficit de cereais que havia no Reino. Cf: MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p. 46).

1769	0	0	0
1770	804	352\$152	\$438
1771	1.436	499\$728	\$348
1772	0	0	0
1773	0	0	0
1774	3.405	1:259\$850	\$370
1775	0	0	0
1776	0	0	0
1777	0	0	0
1778	108	49\$032	\$454
Total	22.652	10.429\$535	

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.165). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 1 ao 8.

Entre 1759 e 1778 temos um total de 22.652 chapéus exportados de Lisboa para Cabo Verde. Esse ramo do comércio gerou à CGPM um montante de quase 10 contos de réis no referido período, subtraindo do valor total da tabela as despesas e custos de envio – no valor de 677.790 réis. Vemos que as remessas variam bastante, com sete anos sem nenhum envio da mercadoria e mais de 4.000 unidades remetidas apenas no ano de 1767, ano que concentrou quase 19% de toda a importação de chapéus no arquipélago. No que tange ao valor unitário, este variou bastante de acordo com ano, custando 348 réis a unidade em 1771 e alcançado seu valor máximo em 1763, na base de 598 réis cada chapéu. No entanto, o grosso das exportações eram mesmos os tecidos europeus. Vejamos o quadro abaixo:

Tabela 8. Totais de têxteis importados por Cabo Verde (em réis)

Anos	Valores	Despesas
1759	8:193\$054	573\$514
1760	4:987\$408	349\$119
1761	20:501\$767	1:435\$124
1762	853\$210	59\$725
1763	1:231\$474	86\$203
1764	3:244\$692	227\$128
1765	9:233\$767	646\$364
1766	5:485\$970	384\$018

1767	6:199\$483	433\$964
1768	1:394\$420	97\$609
1769	11:635\$704	814\$499
1770	15:741\$671	1:101\$917
1771	5:112\$500	357\$875
1772	869\$738	60\$882
1773	3:509\$027	245\$632
1774	1:531\$920	107\$234
1775	442\$350	30\$965
1776	0	0
1777	1:666\$684	116\$668
1778	4:930\$759	345\$153
Totais	106.765.598	7:473\$592

Fonte: CARREIRA, António. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.178-184). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 1 ao 8.

Temos que, no cômputo geral, os tecidos representavam 90,3% dos manufaturados europeus que eram importados pelas ilhas. Foram mais de 106 contos e 700 mil réis em tecidos variados remetidos para Cabo Verde, pouco menos de 100 contos, se subtrairmos as despesas de envio como o frete, além da carga e descarga das peças, que giravam em torno dos 7% do valor total. Diferente do caso dos chapéus, o envio de têxteis por parte da CGPM era sistemático e, em nossa série, há envios em todos os anos, com exceção de 1776. Apesar desse envio constante, os valores variam bastante a cada ano, chegando a mais de 20 contos em tecidos no ano de 1761 e a míseros 442.350 réis em 1775. Mas o que mais impressiona é a variedade. Para ilustrar isso há a tabela a seguir:

Tabela 9. Tipos de têxteis e seus valores (em réis)

Tecido	Peças	Valor	%
Bretanha	43.579	62:670\$409	58,70
Baeta	644	13:019\$055	12,19
Linho	1.201	5:732\$218	5,37
Camelão	172	4:895\$927	4,59
Tafetá	206	4:153\$112	3,89

Durante	649	3:718\$900	3,48
Droquete	219	3:547\$628	3,32
Brim	441	2:890\$750	2,71
Olanda	287	1:550\$682	1,45
Brilhante	63	1:393\$882	1,31
Damasco	21	1:056\$790	0,99
Esguião	104	921\$720	0,86
Gala	26	711\$565	0,67
Cambraia	61	307\$800	0,29
Ruão	38	99\$360	0,09
Duraque	4	64\$000	0,06
Zuarte	4	21\$600	0,02
Bocaxim	12	10\$200	0,01
Total	47.733	106:765\$598	100

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.178-184). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Ao todo são dezoito tipos de tecidos europeus que eram importados em Cabo Verde. Para ficar apenas nos três mais importantes, temos que a bretanha era o produto mais remetido em peças e em valor no cômputo geral dos tecidos, sendo enviadas mais de 43 mil peças e que custaram mais de 62 contos de réis, perfazendo 58,70% do valor exportado apenas no que se refere os tecidos. A bretanha é um tecido de algodão ou linho, de cor branca e bastante fino, custando na média 1.400 réis a peça. Em seguida, vinha a baeta com 12,19% do valor exportado, em um total de pouco mais de 13 contos de réis em 644 peças. Era tecido geralmente de lã de ovelha – por vezes de algodão – que tinha uma textura felpuda, com pelo em ambas as faces, um tecido de boa qualidade e que custava na média 20 mil réis a peça. Por fim, há as remessas de linho, que correspondiam a 5,37% das exportações, somando cerca de 5 contos e 700 mil réis em 1.201 peças. Tecido de alta qualidade e considerado luxuoso, oriundo da planta de mesmo nome, custava 4.700 réis a peça, em uma média geral.²²⁷

²²⁷<https://dicionariodoaurelio.com/bretanha>; <https://dicionariodoaurelio.com/baeta>; <https://dicionariodoaurelio.com/linho>. Acesso em 17/01/2019.

Até o momento, apresentamos as séries relativas às importações cabo-verdianas intermediadas pela CGPM. Vimos que o arquipélago parece ser autossuficiente em mantimentos e que os produtos demandados pelos moradores, pareciam resumir-se aos tecidos e chapéus. Não encontramos registros, por exemplo, de ferramentas, armamentos, munição e pólvora. Pode-se pensar que, ao menos no caso das ferramentas, essas eram forjadas nas próprias ilhas. Conjecturamos que, no caso das armas, munições e pólvora, estas podem ser contabilizadas juntamente com aquelas que eram enviadas à Bissau e Cacheu. Ou ainda, como a defesa e a manutenção do arquipélago ficava a cargo da própria CGPM, pode-se supor também que essas armas, munições e pólvora não entravam em Cabo Verde como mercadorias, mas como propriedade da Companhia, diferentemente do que ocorria nas feitorias da Costa, onde essas eram mercadorias que compunham o *banzo*.

Falemos agora das exportações cabo-verdianas para o Reino. Como já afirmamos na primeira parte deste capítulo, o principal produto de exportação de Cabo Verde para a Europa era a erva urzela. Com a chegada da CGPM esse cenário não se modificou. No entanto, identificamos algumas remessas de outros gêneros produzidos e ou extraídos nas ilhas, que se não significaram um grande volume de mercadorias ou grandes transações mercantis, ao menos nos dão uma dimensão daquilo que potencialmente o arquipélago poderia produzir em larga escala e oferecer no mercado europeu. O quadro abaixo demonstra essas remessas em valores, com exceção da urzela:

Tabela 10. Exportações de Cabo Verde para o Reino (em réis)

Anos	Valores
1758	34\$840
1759	0
1760	0
1761	154\$075
1762	13\$950
1763	147\$880
1764	146\$935
1765	117\$225
1766	77\$722
1767	298\$487
1768	517\$548

1769	279\$900
1770	444\$357
1771	340\$881
1772	159\$811
1773	102\$880
1774	0
1775	941\$582
1776	63\$000
1777	829\$480
1778	323\$421
Total	4.993\$974

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.248-254). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Com exceção de 1759, 1760 e 1774, em todos os anos em que a CGPM monopolizou o comércio cabo-verdiano houve remessas de produtos – que não a urzela – para Lisboa. Vemos que os valores não são muito animadores. Em nenhum ano esse conjunto de gêneros alcançou 1 conto de réis. O mais próximo foi o ano de 1775, em que se exportou pouco mais de 940 mil réis. Já o menor valor em exportações foi o ano de 1762, com irrisórios 13.950 réis, que não era suficiente para pagar uma peça de baeta vinda dos centros manufatureiros europeus. Mas, no geral, as remessas cabo-verdianas tenderam a ficar acima dos seis dígitos, fechando em quase 5 contos de réis em mercadorias exportadas entre 1758 e 1778. Falando agora do conjunto de produtos, temos o quadro abaixo, discriminando-os:

Tabela 11. Gêneros exportados de Cabo Verde para Lisboa (em réis)

Gênero	Qtd.	Valor	%
Cera de Abelha	218	1:940\$760	38,86
Anil	1.501	1:035\$345	20,73
Couros	2.300	868\$591	17,39
Âmbar	95	335\$577	6,72
Peles	4.853	376\$909	7,55

Lã	907	325\$225	6,51
Sangue de Drago	166	72\$807	1,46
Jumentos	8	25\$050	0,50
Salitre	7	13\$710	0,27
Total		4:993\$974	

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.248-254). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Um total de nove tipos de gêneros cabo-verdianos eram enviados para Lisboa no período da CGPM. Perfazendo 38,86% dos valores remetidos, a cera de abelha foi – excetuando a urzela da qual falaremos adiante – o principal produto enviado para Lisboa pela Companhia, em valores superiores a 1 conto e 900 mil réis. Em matéria de quantidade, 218 arrobas foram enviadas, custando 8.800 réis a arroba de cera, em média. Em seguida vinha o anil, uma espécie vegetal da qual se extraía corante azul para a indústria têxtil, perfazendo 20,73% da fatia desses produtos acima relacionados. Foram exportadas 1.501 arrobas somando pouco mais de 1 conto réis, custando cerca de 690 réis a arroba. Os couros de caprinos também compunham parte significativa dessas exportações, com 17,39% de todo o valor exportado, com 2.300 unidades remetidas em um total de 868.591 réis ou 378 réis por peça. Os outros produtos, que ocupam fatias menores nesse conjunto do qual tratamos, eram o âmbar (utilizado para confecção de joias e adornos), as peles de animais selvagens, em especial o do gato-de-algália (um tipo de civeta com pele de padronagem semelhante ao do leopardo), a lã de ovelha, o sangue de drago (uma árvore da qual se extraía um corante vermelho), alguns jumentos e o salitre.

Percebe-se um potencial pouco explorado em relação aos gêneros existentes no arquipélago. Há uma quantidade razoável de couros, por exemplo, tendo existido inclusive alguns pequenos curtumes na ilha de Santiago para tratar as peles. Além disso, havia outros corantes têxteis além da urzela, como o anil e o sangue de drago, que poderiam ter sua extração ampliada pela CGPM tendo em vista o contexto de industrialização do norte da Europa. No entanto, não podemos afirmar aqui o motivo dessa falta de ânimo para a produção e extração desses produtos: não encontramos na documentação, seja da CGPM, seja na correspondência entre ilhas e o Reino, explicações para tal fato. O que talvez explique seja a predominância do negócio da urzela, circuito

que já estava bem estabelecido desde o início do século XVIII e que não demandou, por assim dizer, maiores esforços da Companhia e seus administradores para organizá-lo.

O quadro abaixo dá um panorama da força da urzela:

Tabela 12. Exportações de Urzela para o Reino (em réis)

	Cabo Verde			Lisboa			
Anos	Arrobas	Custos	Despesas	Despesas	Frete	Comissão	Total
1759	1.415	1:305\$308	254\$340	0	0	0	1:561\$063
1760	3.759	1:919\$628	335\$400	105\$694	1:207\$036	136\$429	3:707\$946
1761	19.571	13:644\$586	1:871\$533	961\$615	9:535\$127	1:125\$848	27:158\$280
1762	8.155	17:720\$909	887\$879	244\$330	4:101\$460	484\$527	23:447\$260
1763	3.096	2:627\$470	1:187\$935	345\$060	1:526\$045	186\$587	5:876\$193
1764	13.384	12:621\$316	2:449\$216	1:090\$275	6:634\$014	779\$602	23:587\$807
1765	4.715	5:123\$531	682\$264	317\$305	2:408\$329	208\$805	8:744\$949
1766	5.226	6:444\$900	1:353\$429	0	3:011\$520	300\$816	11:115\$891
1767	1.390	2:239\$924	788\$288	9\$230	758\$500	98\$717	3:896\$049
1768	9.687	8:639\$590	4:831\$384	283\$065	5:047\$285	598\$454	19:409\$465
1769	6.782	7:178\$421	3:947\$566	84\$040	3:361\$391	394\$262	14:972\$462
1770	7.736	7:126\$262	4:825\$589	73\$930	3:544\$850	451\$223	16:029\$590
1771	8.202	7:120\$672	4:516\$995	76\$557	3:518\$648	435\$345	15:676\$419
1772	3.429	3:566\$155	1:474\$724	54\$940	1:715\$391	202\$917	7:017\$556
1773	4.124	4:342\$539	2:974\$574	55\$300	2:057\$815	247\$912	9:682\$264
1774	789	886\$432	545\$729	9\$990	409\$078	48\$300	1:900\$318
1775	2.458	3:613\$466	2:095\$412	32\$545	1:246\$655	149\$245	7:139\$781
1776	1.899	1:895\$888	1:140\$869	24\$541	979\$322	116\$299	4:158\$818
1777	6.487	6:597\$470	4:089\$435	83\$170	3:326\$714	691\$160	14:794\$436
1778	7.200	7:145\$268	3:418\$916	3:635\$832	3:340\$158	623\$186	18:170\$560
1779		0	0	0	0	0	0
1780		0	0	0	0	0	0
1781	7.474	7:491\$569	3:290\$686	3:802\$936	3:454\$383	782\$102	18:829\$150
TT	126.978	129:251\$304	46:962\$163	11:290\$355	61:183\$721	8:061\$736	256:876\$257

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.254). Arquivo Nacional da Torre do Tombo,

Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Pela complexidade do quadro, podemos perceber a importância da erva urzela nas exportações de Cabo Verde para o Reino. O administrador da CGPM em Cabo Verde teve o cuidado de destrinchar ao máximo possível as informações acerca do negócio. No campo Cabo Verde está discriminado o quanto custou o total do gênero enviado, bem como as despesas de extração, armazenamento e carregamento, que eram bastante variáveis, de 4% em 1762 a 29% nos anos de 1774 e 1775. Já em Lisboa o agente da Companhia responsável pelos lançamentos dos produtos que chegavam do mercado atlântico discriminou as despesas de descarga e armazenamento, do valor do frete e, também, das comissões a serem pagas. As despesas variaram pouco, ficando na casa do 1%, mas chegaram a 20% nos anos de 1778 e 1781, quando já não vigia mais o monopólio; já o frete não tinha porcentagem fixa, flutuando bastante de acordo com o ano, sendo 17% sua fatia mais baixa, nos anos de 1762 e 1775, e seu pico, em 1761, de 35%. Por fim, as comissões variavam entre 2% e 5%, sendo que na maioria dos anos ficaram estancadas em 3%. Sobre os totais, vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Exportação de Urzela para o Reino

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.254). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Vemos que ambas as linhas – a de valor e a de quantidade – flutuam bastante no período entre 1759 e 1781, e tendem a seguir a mesma tendência de variação. Vemos que

o momento de maior alta se deu em 1761, quando os valores totais passaram da casa dos 27 contos de réis e acima das 19.000 arrobas. Excetuando os anos atípicos de 1779 e 1780, quando não houve registro de remessas, temos que o ano de 1759 teve o pior desempenho em valores, com cerca de 1 conto e 500 mil réis. Mas, deve-se levar em conta que neste mesmo ano, segundo a tabela 11, não houve nenhum tipo de custo registrado em Lisboa. No entanto, no quesito quantidade, o pior ano foi o de 1774, com apenas 789 arrobas exportadas. Posto isso, quando analisamos as tendências, observamos que do ponto de vista dos valores há uma certa estabilidade até o ano de 1770, seguido de pequena queda até o ano de 1781. Já no que diz respeito à quantidade, há uma tendência de pequena queda entre 1758 e 1770, com estabilização até o ano de 1781.²²⁸

Posto isso, mesmo diante de tanta flutuação, a urzela foi o gênero que fundamentou as relações comerciais entre Cabo Verde e o Reino. Sem a margem de lucro, já que não encontramos os preços de venda em Lisboa, somente com o negócio do fungo corante a CGPM movimentou mais de 250 contos de réis em um período de 22 anos, o que daria, em média uma remessa no valor de pouco mais de 11 contos por ano, mais que o dobro do que o conjunto de gêneros analisados anteriormente para todo o período de vigência do monopólio. Pelo lado do arquipélago, temos que mais de 126 mil arrobas de urzela foram extraídas e remetidas para o Reino, o que, convertendo, daria quase duas toneladas do fungo no mesmo período de 22 anos, gerando uma receita de mais de 176 contos de réis para Cabo Verde.

Mas não era só com o Reino que Cabo Verde possuía relações comerciais. Havia um importante comércio de tecidos manufaturados no próprio arquipélago, os quais eram negociados diretamente com a Costa da Guiné – mais especificamente as feitorias de Bissau e Cacheu – desde antes do estabelecimento da CGPM. Comércio esse muito mais frutífero do que o circuito mercantil estabelecido com a própria metrópole. Esses tecidos manufaturados no arquipélago eram bastante demandados nas feitorias do litoral e nas feiras do sertão africano, sendo um produto diferencial na hora de adquirir africanos escravizados em todo litoral da região conhecida como Senegâmbia. Sendo assim, estes

²²⁸Optamos por uma linha de tendência polinomial, pois é a mais indicada para analisar as tendências em um gráfico no qual os dados flutuam. Definimos o R-quadrado em 0,9474.

têxteis tornaram-se um elo entre o arquipélago e a costa, aproximando ambas as regiões, que se transformaram em um grande complexo comercial no atlântico luso-africano.²²⁹

A cotonicultura já era uma produção com relativo desenvolvimento na Alta Guiné. Com o achamento e a ocupação das ilhas de Cabo Verde, e seu povoamento com escravizados remetidos da costa, pode-se dizer que houve uma transferência de tais atividades agrícolas para algumas das ilhas, principalmente para as de Santiago, Fogo e Maio. A tecelagem também era uma atividade conhecida na Costa da Guiné, já que a região foi controlada por muito tempo por povos islamizados que dominavam técnicas de tecelagem, que acabou sendo difundida pela região e, posteriormente, nas ilhas. Desse modo a produção algodoeira e a tecelagem – mesmo com técnicas rudimentares – apareceram como outras atividades rentáveis aos moradores. Os têxteis tinham tanto valor no mercado local que, por muito tempo, serviram como moeda para o pagamento dos filhos da folha. Tanto é que em 02 de julho de 1717, o Conselho Ultramarino questionou o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá sobre se havia mesmo a produção de tecidos em Cabo Verde. Citava que notícias vindas das ilhas davam conta de que embarcações estrangeiras que faziam tráfico na Guiné procuravam contrabandear tais panos.²³⁰

Os tecidos não eram quantificados quanto ao seu tipo ou à sua qualidade pela CGPM. No entanto, sabemos que existiam dois tipos de panos que eram produzidos no arquipélago e comercializados na costa: os denominados simples e os d'obra. Os simples eram panos mais ordinários, de tecelagem e tingimento mais grosseiros, que custavam na faixa de 1\$500 e 2\$000 réis cada peça. Já os chamados panos d'obra eram peças mais bem-acabadas, resultantes de uma mistura de fios de algodão e de seda com cores bastante intensas, que formavam estampas complexas e que custavam desde 3\$000 réis. Aqueles cujas estampas eram bem mais elaboradas chegavam a custar 20\$000 réis.²³¹ A tabela abaixo nos mostra a comercialização destes têxteis:

²²⁹MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015. (p.38-51).

²³⁰CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968. (p.83). MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015. (p. 38-50). Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 9v.

²³¹CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968. (p.84 a 96). MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico*

Tabela 13. Panaria cabo-verdiana remetida para a Guiné Portuguesa

Ano	Panos	Fatura	Despesas	Direitos	Comissão	Total
1758	1.280	5:542\$000	65\$114	136\$500	0	5:743\$614
1759	1.551	3:299\$750	9\$950	67\$410	0	3:377\$110
1760	5.579	11:218\$405	37\$540	100\$215	0	11:356\$160
1761	4.067	8:306\$450	134\$545	171\$750	0	8:612\$745
1762	4.399	9:359\$010	148\$730	289\$600	0	9:797\$340
1763	3.116	6:940\$100	60\$525	204\$677	0	7:205\$302
1764	3.799	8:569\$694	33\$275	244\$320	0	8:847\$289
1765	4.354	9:457\$700	93\$290	279\$377	0	9:830\$367
1766	9.887	18:756\$100	133\$035	789\$538	1:139\$743	20:818\$416
1767	4.912	11:676\$750	83\$100	431\$302	2:374\$286	14:565\$438
1768	7.760	19:557\$350	236\$140	561\$903	3:157\$168	23:512\$561
1769	11.338	23:118\$220	322\$055	966\$037	4:540\$423	28:946\$735
1770	9.878	24:255\$650	636\$464	849\$733	4:517\$217	30:259\$064
1771	3.862	11:146\$400	133\$400	336\$645	2:582\$807	14:199\$252
1772	10.487	28:397\$100	319\$575	885\$486	5:077\$722	34:679\$883
1773	7.948	14:846\$348	286\$200	626\$952	2:832\$106	18:591\$606
1774	4.281	8:534\$450	163\$965	367\$717	2:039\$855	11:105\$987
1775	12.759	35:131\$075	835\$250	1:082\$505	6:303\$892	43:352\$722

1776	10.155	26:167\$950	472\$592	795\$542	4:303\$480	31:739\$564
1777	3.723	11:402\$650	262\$536	312\$389	1:950\$301	13:927\$876
1778	3.219	11:118\$750	319\$387	279\$855	1:658\$576	13:376\$568
1779	0	0	0	0	0	0
1780	1.376	4:101\$000	71\$420	82\$275	304\$921	4:559\$616
1781	203	670\$000	42\$955	12\$190	9\$448	734\$593
1782	438	1:648\$000	42\$750	89\$250	317\$142	2:097\$142
	130.371	313:220\$902	4:943\$793	9:963\$168	43:109\$087	371:236\$950

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.171). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 a 08.

Assim como para a urzela, os registros para os tecidos também eram bastante pormenorizados pelos escrivães da CGPM. Nos 25 anos de registro, temos que mais de 130 mil peças de panos foram remetidas do arquipélago para a costa, uma média de pouco mais de 5.200 ao ano. Uma quantia considerável se levarmos em conta que as manufaturas têxteis no arquipélago eram basicamente domiciliárias, com um plantel de escravizados reduzido operando teares bastante rudimentares. Não havia uma indústria sequer que beneficiasse o algodão cru e muito menos produzisse tecidos em grande escala. Isso nos mostra que, além da extração da urzela, havia um certo engajamento de boa parte dos moradores das ilhas na produção desses tecidos.²³²

Em valores líquidos, ou seja, excetuando as despesas, direitos e comissões, temos que os panos renderam em sua origem mais de 313 contos de réis. Mais que o dobro do que rendeu a urzela, como podemos ver na tabela 11, que rendeu na origem pouco mais de 129 contos de réis. Na costa os tecidos renderam à CGPM mais de 371 contos de réis, aí inclusos as despesas de armazenamento em Cabo Verde e frete para a costa, os direitos pagos na alfândega de Santiago e a comissão paga aos comerciantes que intermediavam os negócios entre as feitorias e as feiras no sertão. As despesas custavam cerca de 2% - na média geral – do valor dos panos na sua origem. Já o direito sobre a saída dos tecidos era estipulado em 3% e as comissões aos compradores, mais altas, ficava na casa dos 14%. Outra diferença, na comparação com a urzela, é que os tecidos pagavam direitos de saída do arquipélago: como dissemos anteriormente, a Coroa abriu mão de receber todos os direitos e encargos referentes à extração do fungo, coisa que não o fez com os panos. Nesse sentido, os panos eram a exportação que viabilizava parte da manutenção do arquipélago.

Sendo assim, temos que o comércio de panos com a Costa da Guiné foi uma atividade bem profícua para os moradores e para a Companhia. Foi a atividade mais rentável, ajudava a custear as despesas de manutenção do arquipélago e ainda proporcionava vantagens importantes na hora de traficar africanos escravizados. Tanto é

²³² CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968. (p.84 a 96). MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015. (p.35-36).

que vários navios estrangeiros continuavam a atracar nas ilhas, na tentativa de contrabandear esses tecidos, mesmo com o monopólio da CGPM. Em 12 de outubro de 1764 o Conselho Ultramarino ressaltava ao governador Bartolomeu de Sousa de Brito Tigre a importância de manter sargentos-mores nas ilhas de Barlavento, pois os colonos comerciavam com qualquer embarcação que atracasse, contrabandeando tecidos em troca de mantimentos, e que tal fato trazia prejuízos à CGPM.²³³

Até este ponto, ressaltamos o lado comercial da história. Mostramos como a CGPM aproveitou-se de uma estrutura produtiva que já havia em Cabo Verde: a extração da urzela e a produção de panos. A Companhia não precisou desenvolver tecnologias e nem aperfeiçoar essas atividades, apenas as fomentou aumentando a demanda e as colocando dentro de uma lógica mercantil que ainda estava engatinhando antes do estabelecimento da empresa monopolista. Agora pretendemos analisar alguns balanços a que tivemos acesso, quantificando e analisando as receitas fiscais e como estas eram usadas nos pagamentos dos filhos da folha. Destarte, apresentamos os dados referentes aos rendimentos de cada uma das ilhas:

Tabela 13. Rendimentos da Fazenda Real de Cabo Verde (em réis)

Anos	Santiago	S. Antão	S. Nicolau	B. Vista	Maio	Brava	Fogo	Total
1771	3:734\$515	619\$215	668\$005	89\$339	371\$655	154\$700	315\$633	5:953\$062
1772	3:187\$287	599\$325	627\$511	272\$674	551\$170	231\$770	430\$066	5:899\$803
1773	3:083\$472	621\$555	737\$390	245\$867	481\$975	304\$880	547\$700	6:022\$839
1774	2:275\$656	696\$146	449\$555	171\$204	149\$250	204\$640	173\$950	4:120\$401
1775	1:497\$985	555\$955	358\$675	207\$062	17\$450	142\$840	154\$225	2:934\$192
Total	13:778\$915	3:092\$196	2:841\$136	986\$146	1:571\$500	1:038\$830	1:621\$574	24:930\$297

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, Documento 37.

Vemos que é uma série limitada. Temos informações apenas para o período entre 1771 e 1775, a poucos anos da extinção do monopólio da CGPM. Isso nos faz crer que as receitas das ilhas estariam em patamares mais elevados do que a primeira metade do

²³³Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 405, Microfilme 236, Fls. 39v e 40f.

século XVIII. Apesar de a CGPM não ter desenvolvido grandes inovações, é fato que ela estimulou e organizou a produção de têxteis e a extração de urzela em Cabo Verde. Tendo em vista os dados acima, podemos corroborar que Santiago era a principal ilha do arquipélago, com 55% da arrecadação total, seguida de longe por Santo Antão, com 12%, e São Nicolau, com 11%. As outras ilhas representavam entre 4% e 7% dos rendimentos de Cabo Verde. Esses rendimentos eram compostos pelos dízimos da terra, pelas dízimas da alfândega, pelos rendimentos de chancelaria, pelos direitos de escravizados, pelos cera e marfim que vinham da Guiné, pelos direitos de saída dos panos de algodão, bem como pela importância dos foros. No tocante às despesas, temos a tabela abaixo:

Tabela 14. Despesas Anuais das Ilhas de Cabo Verde (em réis)

Ilhas	Eclesiástica	Militar	Civil	Total
Santiago	4:580:970	6:725\$000	1.197\$666	12:503\$636
S. Antão	50\$000	0	268\$600	318\$600
S. Nicolau	50\$000	0	142\$925	192\$925
B. Vista	50\$000	0	87\$000	137\$000
Maio	50\$000	0	27\$000	77\$000
Brava	50\$000	0	26\$000	76\$000
Fogo	130\$000	80\$000	231\$500	441\$500
Total	4:960\$970	6:805\$000	1:980\$691	13:746\$661

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, Documento 37.

Nesta tabela há apenas as despesas dos filhos da folha relativa a um ano, mas esse não é especificado na fonte. Contudo, podemos afirmar, com segurança, que são as despesas relativas ao mesmo período do quadro anterior. E isso nos permite fazer um balanço: do ponto de vista administrativo, analisando o arquipélago como um conjunto, podemos conjecturar que este era, no geral, deficitário. Ainda que não tenhamos encontrado nada referente aos gastos com manutenção das fortalezas, com artilharia e com munição, o que elevaria ainda mais esse déficit. A tabela 14 corrobora o fato de a ilha de Santiago ser o grande centro do arquipélago e, tomando ela por exemplo, seria necessário juntar as receitas de 1771 a 1775 para quitar os filhos da folha de apenas um único ano.

No entanto, quando analisamos as outras ilhas do arquipélago, todas elas seriam quase sempre superavitárias, já que suas arrecadações eram bem superiores que as despesas, com exceção da ilha do Fogo. Isso nos mostra que o que era arrecadado nas outras ilhas acabava por auxiliar na manutenção da estrutura administrativa de Santiago, mas, mesmo assim, de forma insuficiente. No ano de melhor desempenho dos rendimentos, o de 1773, o montante seria suficiente para com apenas 44% dos filhos da folha. Ou seja, a CGPM tinha que injetar mais dinheiro do que arrecadava, usando parte dos lucros que auferia nos circuitos mercantis. As duas folhas mais altas eram a Militar e a Eclesiástica da ilha de Santiago, com mais de 6 e 4 contos de réis, respectivamente. O que significa que, novamente tomando o ano de 1773 como base, os rendimentos seriam suficientes apenas para quitar o pagamento do aparato militar em Santiago daquele ano.²³⁴

Apesar dos bons resultados garantidos pela exportação de panos cabo-verdianos para a Guiné e pela extração da urzela remetida ao Reino, do ponto de vista do balanço das receitas e despesas o arquipélago – enquanto conjunto – trazia prejuízos à CGPM, o que pode ajudar a explicar a falta de investimentos na manutenção das praças comerciais e do aparato de defesa das ilhas. Nesse sentido, o fato de ter acesso aos rendimentos não significou necessariamente um benefício à Companhia, já que ela teve de injetar dinheiro para manter em dia o pagamento de cômputos e soldos. Afinal a administração eclesiástica e secular/militar era fundamental para a manutenção da ordem nas ilhas.

Enfim, em 11 de agosto de 1778, o governador António do Vale de Sousa e Meneses foi avisado pelo Conselho Ultramarino sobre o fim do exclusivo comercial vigente no arquipélago e na costa da Guiné. As ilhas deveriam ser administradas de acordo com a legislação de antes de 1755, ou seja, com aquelas vigentes antes da criação da CGPM. O documento ordenou, ainda, por a lançar o contrato da Urzela, de forma a remeter toda a produção para o Reino o mais rápido possível. Sem os administradores da Companhia, cabia agora ao governador organizar a arrecadação das dízimas da alfândega, dízimos da chancelaria, do sal e dos foros, que agora voltavam a pertencer à Real Fazenda. Era também de responsabilidade de Vale de Sousa direcionar a arrecadação para o pagamento das folhas civis, militares e religiosas das ilhas e, também, das feitorias na Costa da Guiné, bem como arrecadar o direito dos escravizados, que deveria ser pago

²³⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, Documento 37.

novamente nas ilhas.²³⁵ E como se desenrolou isso? Não muito bem. Trataremos disso no próximo subcapítulo.

3.3. A Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e anexas: o monopólio para superar o fim do monopólio (1780-1786)

Era 17 de setembro de 1780, exato dois anos e sete meses após o fim do monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, por D. Maria I foi estabelecida uma nova sociedade mercantil. Ao empreendimento foi dado o privilégio exclusivo da erva urzela e dos panos em Cabo Verde, como também do comércio da Costa da África desde o Cabo Branco até o Cabo das Palmas, visando a abastecer as capitanias do Grão-Pará e Maranhão de escravizados africanos: tal empreendimento foi denominado Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Anexas, que, além do monopólio comercial dos principais produtos do arquipélago cabo-verdiano, ainda poderia traficar escravizados na costa ocidental da África em uma região que começava na da atual Mauritânia até a atual Libéria.

Mapa 3. Região de atuação da Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Anexas

Fonte: mapa criado e editado por Jéssika Bezerra.

²³⁵Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 405, Microfilme 236, Fls. 63v e 64f.

Voltando alguns anos, no período em que a Companhia atuava monopolisticamente no arquipélago, o que observamos são as recorrentes reclamações por parte dos moradores e governadores de Cabo Verde em relação à empresa pombalina. Ao mesmo tempo em que o monopólio era visto como uma maneira de centralizar os fluxos no Reino, beneficiando os agentes estabelecidos na metrópole, era considerado muito prejudicial aos colonos estabelecidos nas áreas em que se instituía tal prática. Tanto que, logo após a queda do exclusivo da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a câmara do senado a Ilha de Santiago – a principal do arquipélago – enviou carta a D. Maria I agradecendo pela medida. Destacava, ainda, os benefícios que o livre comércio traria aos moradores e à produção das ilhas. Contudo, o que se assistiu a partir daí foi o anúncio de um desastre.²³⁶

Com o fim do monopólio a Companhia começou a executar as dívidas dos moradores. O intuito era reaver as vendas de mantimentos, principalmente as feitas nos períodos de seca e de escassez de mantimentos. Além disso, o valor dos panos usados no tráfico de escravizados, que já eram negociados a preços rebaixados, teve uma queda ainda maior. Em carta para o Reino, o sargento-mor da Ilha do Fogo Marcelino José Souza comentou, ainda, que, com o fim do exclusivo, o sistema de arrecadação ficou completamente desorganizado e, desse modo, não havia rendimentos dos dízimos e nem dos direitos sendo cobrados na Real Fazenda.²³⁷

Não só. Com despesas na casa dos quase 14 contos de réis para os pagamentos de soldos, filhos da folha e cômputos – que eram de responsabilidade da empresa pombalina – não haveria dinheiro suficiente para realizá-los pela falta de arrecadação. Outro ponto importante é que a Companhia garantia que os direitos pagos nas alfândegas da Guiné se destinassem aos pagamentos dos soldos e cômputos cabo-verdianos e, com o fim do monopólio, os navios vindos dos rios da Guiné deixavam de passar pelo arquipélago para pagar os devidos direitos.²³⁸

²³⁶Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, Documento 08.

²³⁷Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Cabo Verde; referência: AHU_CU_024_Caixa 37, documento 28 e 37; Caixa 38, documento 27 e 29.

²³⁸Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, documento 09. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Cabo Verde, Caixa 37, documento 28. MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p. 33).

Já nos Rios da Guiné, o cenário após o fim do monopólio da Companhia pombalina era muito parecido com o que se via na primeira metade do século XVIII. Tanto a praça de Cacheu quanto a de Bissau se encontravam abandonadas, com diversos povos nativos atacando sistematicamente as feitorias, e contrabandistas estrangeiros – sobretudo os ingleses – atuando livremente. Assistiu-se também a uma queda abrupta no tráfico português na região, nos 3 anos que se sucederam entre a extinção do monopólio da empresa monopolista e a emergência da sociedade comercial.²³⁹ O gráfico abaixo ilustra tal movimento:

Gráfico 8. Escravos traficados nos Rios da Guiné entre 1778 e 1780.

Fonte: Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1778-1780 > Bandeira: Portugal e Brasil > Região de embarque de escravos: Senegâmbia e Costa Atlântica.

Como se vê, a queda foi vertiginosa no período de 3 anos. De 1778 para 1779 foi de 58,7%; de 1779 para 1780, o número de escravizados caiu outros 32,1%. No total, de 1778 para 1780, chegou a 81,1%. Isso significa que o fim do monopólio foi fator que desorganizou temporariamente o tráfico de escravizados na região. Some-se ao fato a ação contrabandista de traficantes franceses e ingleses que, atuando ali, comercializaram nesse mesmo triênio quase 1.900 peças de mercadoria humana para Guiana Francesa, Santo Domingo, Jamaica e Barbados. Tal fato colaborou com o desbaratamento fiscal nas ilhas cabo-verdianas, tendo em conta que os direitos dos escravizados eram pagos no

²³⁹Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos da Guiné, Caixa 16, documentos 38, 41 e 50. MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.69).

arquipélago. Sem contar a baixa demanda dos tecidos necessários ao tráfico e que ali eram manufaturados.²⁴⁰

A primeira ação tomada pela Coroa foi uma ordem de agosto de 1778, de D. Maria I, endossada por seu secretário, Martinho de Melo e Castro, para que o Conselho Ultramarino tomasse as medidas necessárias para a reorganização do sistema tributário das ilhas de Cabo Verde e suas anexas. Nesta ordem régia os contratos da erva urzela deveriam ser postos a lanço, além de os direitos da alfândega, dos dízimos, da chancelaria, do sal e dos foros pertencentes à Real Fazenda. Todos deveriam passar a ser cobrados, tanto nas ilhas quanto nas feitorias de tráfico dos Rios da Guiné, como o eram no período em que a Companhia operava na região. De início, tal medida visava apenas o pagamento dos filhos da folha, soldos e cõngruas, sendo o estímulo ao comércio deixado de lado.²⁴¹

A verdade é que tal ordem não surtiu os efeitos desejados pela Coroa, tanto do ponto de vista fiscal, quanto do ponto de vista comercial. Por isso, a saída foi a criação de uma sociedade comercial monopolista para a superação da instabilidade criada pelo fim do exclusivo da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Sendo assim, em setembro de 1780, a Rainha foi “servida aprovar, e proteger uma associação de comerciantes a quem concede o privilégio exclusivo das ilhas de Cabo Verde e da costa da África, desde o Cabo Branco até o Cabo das Palmas, assim e da mesma forma, com que o teve a Companhia do Grão-Pará e Maranhão”.²⁴²

A nova Sociedade foi encarregada da manutenção das praças comerciais, do pagamento dos filhos da folha e da cobrança de todos os dízimos reais. Concedeu o exclusivo de todo o comércio e navegação para as ilhas além da costa africana, sendo a Sociedade responsável pelo envio de navios aos portos ali estabelecidos, negociando escravizados, cera e marfim, sendo os primeiros introduzidos nos portos coloniais que fossem mais vantajosos, e a cera e marfim remetidos para Lisboa. De Cabo Verde tinham o acesso exclusivo à produção da urzela, que também deveria ser remetida à metrópole, nos mesmos moldes que fazia a Companhia.²⁴³

²⁴⁰Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1778-1780 > Bandeira: Espanha; Grã-Bretanha; França; Países Baixos; EUA; Dinamarca/Báltico > Região de embarque de escravos: Senegâmbia e Costa Atlântica.

²⁴¹Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.13.

²⁴²Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20.

²⁴³Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20.

Do ponto de vista da importação de mercadorias manufaturadas nas ilhas de Cabo Verde e nas praças de Cacheu e Bissau, bem como dos gêneros que fossem remetidos de seus portos, à exceção dos escravizados, deveriam pagar os direitos devidos nos portos em que foram enviados. Os escravizados deveriam ter seus impostos retidos no arquipélago de Cabo Verde, como já era realizado no período da Companhia. Ponto importante é que não deveriam ser cobrados os direitos dos escravizados no Pará e Maranhão, assim como não deveriam pagar nenhum outro escravo oriundos de outras feitorias africanas, visando à imparcialidade perante aos demais homens de negócios envolvidos neste ramo, promovendo assim a continuidade da política que tencionava o projeto de re-colonização da Amazônia Portuguesa iniciado no Reinado Josefino.²⁴⁴ Tal intento fica bem claro no artigo 7º da instituição da Sociedade:

Fica com tudo livre a quaisquer comerciantes a introduzir escravos nas sobreditas capitanias do Pará e Maranhão, em benefício da lavoura daquele continente, não sendo porém os ditos escravos extraídos dos portos privativo desta Sociedade.²⁴⁵

Sendo assim, mesmo garantindo o exclusivo na extração de escravizados africanos na região da África Ocidental, a Sociedade não garantiu um mercado consumidor exclusivo. Contudo, estava aberta à Sociedade a possibilidade de introduzir escravizados em quaisquer portos da América Portuguesa, desde que estes pagassem os direitos que os outros comerciantes pagavam pela mercadoria viva introduzida nos portos coloniais. Além disso, em sua instituição D. Maria garantia que os navios dessa Sociedade não seriam impedidos de aportar em qualquer localidade da colônia, bem como teriam seus desembarços resolvidos rapidamente e contariam com todo o apoio dos funcionários régios, como governadores, administradores e feitores, que estavam terminantemente proibidos de tomar da empresa suas embarcações, gêneros ou dinheiro.²⁴⁶

Garantias dadas, vamos à contrapartida. Desde 1778, como visto anteriormente, a Fazenda Real tomou para si a manutenção das ilhas de Cabo Verde e das feitorias de

²⁴⁴Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20. Sobre a questão da re-colonização da Amazônia Portuguesa, ver: MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

²⁴⁵Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20.

²⁴⁶Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20.

tráfico na Costa da Guiné. Também como vimos, mesmo com uma ordem régia para se colocar a lanço os contratos da urzela, bem como o pagamento de direitos voltassem a ser cobrados no arquipélago, não foi possível uma reorganização fiscal que conseguisse contornar os problemas de falta de arrecadação e de pagamento dos soldos e cômputos. Neste sentido, a Sociedade deveria destinar ao Real Erário o pagamento de 26 contos de réis ao ano para a manutenção de todas as praças, sua conservação e proteção, além do pagamento dos soldados, oficiais régios e também da folha eclesiástica.²⁴⁷

Sendo assim, com exceção do monopólio nos portos amazônicos, a Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Anexas herdou todas as benesses e obrigações que eram de responsabilidade da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Poderia traficar escravizados na Costa da Guiné e explorar a produção cabo-verdiana de têxteis e urzela sob monopólio. Por outro lado, arcaria, junto ao Erário Régio, com todos os custos de manutenção da região onde operaria no regime de exclusivo. Mas quem eram os homens de negócio envolvidos nisso? Estavam estabelecidos na metrópole, em Cabo Verde e feitorias do tráfico, ou nas praças coloniais?

A instituição da Sociedade se deu no dia 18 de setembro de 1780, no Sítio da Junqueira em Lisboa, e foi assinada por Anselmo José da Cruz, Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, João Roque Jorge, João Rodrigues Valle e João Lourenço Peres, estes dois últimos subscritos no documento como Valle e Peres, pois tinham negócios em sociedade. Todos esses cinco personagens foram enquadrados entre os cem maiores homens de negócio da praça de Lisboa no período pombalino. Arrematavam grandes contratos reais, atuavam no comércio ultramarino com a colônia, no tráfico de escravizados em Angola, além de ocuparem cargos nas Companhias monopolistas de comércio.²⁴⁸

Anselmo José da Cruz arrematou dois contratos até o ano de 1777, no valor de 5\$376 contos de réis. Além disso, arrematou as décimas, no valor de 400 mil réis cada, nos biênios de 1769-1770, 1771-1772 e 1773-1774. No período denominado pombalino ocupou os cargos de provedor e deputado da Junta do Comércio, inspetor das Obras Públicas, vice-provedor da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, membro da junta

²⁴⁷Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20.

²⁴⁸Arquivo do Tribunal de Contas, Livro 4207, fls.16 a 20. PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.155)

de administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, além de ter sido caixa do Contrato do Tabaco. Também possuía ações em ambas as Companhias monopolistas: 11 na do Grão-Pará e Maranhão e outras 55 na de Pernambuco e Paraíba, totalizando o montante de 26.400 contos de réis em ações.²⁴⁹

Além de reconhecido homem de negócio e partícipe de administração da Junta de Comércio e das Companhias, Anselmo José também era aludido no período como oratoriano, cônego e como muito próximo ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Ganhou experiência comercial em Gênova, e isso foi fundamental para que fosse nomeado, em 1763, como caixa do Contrato do Tabaco. Suas relações próximas ao ministro de D. José e com vários homens de negócio estabelecidos em Lisboa, lhe garantiram a ascensão no seio da comunidade mercantil do Reino. Fato que deve ter possibilitado a ele ocupar outros cargos importantes, como no caso da Junta de Comércio. Dado interessante é que Anselmo José era sogro de um de seus sócios na nova investida: Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco. Falaremos mais detidamente sobre ele no último capítulo deste trabalho.²⁵⁰

Geraldo Braamcamp era filho do comerciante holandês Hermano José Braamcamp, que era ministro da Prússia enviado a Lisboa. Também era homem próximo a Sebastião José. Tinha negócios com compra e venda de diamantes e sucedeu o sogro em seus negócios após a morte do mesmo. Até 1777, arrematou um contrato no valor de 2.304 contos de réis e possuía 11 ações da Companhia de Pernambuco e Paraíba, totalizando o valor de 4.400 contos investidos na empresa monopolistas. Também teve os cargos de deputado na Junta de Comércio, de sócio no Contrato de Tabaco e de conselheiro no Conselho Ultramarino.²⁵¹

João Rodrigues Valle administrava oito contratos no valor de 140 contos de réis, além de ser arrematante das décimas no valor de 150 mil réis no biênio 1769-1770, e 80 mil réis nos biênios de 1771-1772 e 1773-1774. Foi deputado da Junta de Comércio e

²⁴⁹PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.164-7)

²⁵⁰PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.158-60).

²⁵¹PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.164-7).

tinha sociedade comercial com João Lourenço Peres, que era corretor de seguros em Lisboa, atuando principalmente nas rotas com o Oriente. A sociedade denominada Valle & Peres, assim como aparece na instituição da Sociedade, fazia parte do segundo escalão dos grandes contratadores de Lisboa. No período do reinado de D. José I eram traficantes importantes em Angola, com correspondentes em África e também no Rio de Janeiro. Juntos despacharam de Lisboa mais de 87 contos de réis.²⁵²

De todos os sócios, o único que não tinha negócios com contratos reais era João Roque Jorge. Contudo, era considerado grande homem de negócio no Reino. Arrematou as décimas no valor de 200 mil réis no biênio de 1769-1770, e 240 mil réis nos biênios seguintes. Possuía 11 ações da Companhia de Pernambuco e Paraíba, totalizando 4.400 contos. Além disso, também fora deputado da Junta de Comércio e diretor da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Também falaremos mais detalhadamente de sua trajetória no último capítulo dessa obra.²⁵³

Todos os agentes consignatários da Sociedade das Ilhas de Cabo Verde que se estabeleceram como grandes homens de negócio no reinado de D. José I tinham relação próxima a Sebastião José. Contudo, mesmo com a morte do rei e a queda de seu principal ministro, esse grupo se consolidou e prosperou. Geraldo Braamcamp, no período entre 1777 e 1807, se transformou no segundo maior contratador do Reino: administrava seis contratos que valiam 6\$227 contos de réis. Anselmo José, por sua vez, administrava cinco contratos avaliados em 5\$127 contos de réis. Isso os alçou ao grupo de maior prestígio e em uma espécie de oligarquia financeira do Império Português. Por um tempo, administraram a Real Fábrica de Lanifícios de Portoalegre, a qual, em 1788, cederam ao grupo do afamado negociante lisboeta Joaquim Pedro Quintela.²⁵⁴

João Rodrigues Valle, no mesmo período entre 1777 e 1807, administrava 12 contratos que giravam no valor de 239 contos de réis. Mas, além de arrematar contratos,

²⁵²PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.164-7). BOHRER, Saulo Santiago. *Mercado de Seguro Luso-Brasileiro: A Casa de Seguro de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012. (p. 51). MENZ, Maximiliano M. *Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de um grande traficante de Lisboa*. In: Revista Tempo, volume 23, nº 2, Niterói, 2017.

²⁵³PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.164-7).

²⁵⁴PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.173-5).

juntamente com seu sócio João Lourenço Peres, se integrava em várias esferas das atividades mercantis. Os dois juntos atuavam como agentes de exportação, enviando mercadorias para outras metrópoles europeias, para as ilhas atlânticas, para as colônias na América e para as feitorias africanas. Sendo assim, o que se percebe é que não foram agentes aventureiros que se mobilizaram nesta sociedade comercial. Todos integravam a alta hierarquia dos homens de negócio estabelecidos em Lisboa e tinham negócios variados: arrematavam e administravam os principais contratos régios, exportavam mercadorias para a Europa e outras partes do Império, e traficavam escravizados. Tudo isso garantia a eles uma enorme potencialidade em acumular capitais.²⁵⁵

E o que levou esses grandes homens de negócio a se interessarem em uma região na qual o Império Português havia demonstrado pouco interesse até então, no caso os Rios da Guiné e o Arquipélago de Cabo Verde?

Há alguns pontos. O primeiro deles seria a oportunidade de explorar monopolisticamente uma região. Rios da Guiné e Cabo Verde, mesmo despertado pouco interesse por parte da Coroa até meados do século XVIII, teriam seus atrativos. As feitorias africanas, controladas pelos portugueses, exportaram mais de 25 mil escravizados em direitura aos portos amazônicos, no período compreendido entre 1756 e 1780. Uma média de pouco mais de mil escravizados remetidos por ano, o que não é nada desprezível. Fora isso, temos a extração da erva urzela que sempre foi a base da economia cabo-verdiana. A exclusividade da comercialização de substância de tingimento de tecidos deve ter sido bem atraente, pensando em um contexto de expansão da indústria têxtil na Europa, acompanhada do aumento expressivo da produção de algodão nas capitanias do Maranhão e Pernambuco.²⁵⁶

Afora a possibilidade de exportar manufaturados europeus de maneira exclusiva a esses mercados, essa Sociedade acabou herdando um sistema de negócios que já havia sido perpetrado pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão no complexo formado pelas

²⁵⁵ PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.172-7).

²⁵⁶ MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p. 77 e 115). MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. (p.143-161 e 168-173). CARREIRA, António. *O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*. Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Lisboa, 1981.

ilhas de Cabo Verde e as feitorias dos Rios de Guiné. Tendo em conta que Anselmo José foi vice-provedor e João Roque deputado da empresa monopolista, e a sociedade entre Valle e Peres já ter larga experiência no tráfico de escravizados, pode-se dizer tranquilamente que os riscos envolvidos nos negócios seriam diminuídos, considerando o fator monopólio e a segurança por ele trazida, além da experiência dos sócios na administração da Companhia fomentista e no tráfico de escravizados.

Posto isso, a pergunta que fica é: por que há pouca referência sobre esta sociedade? Somente António Carreira e Cristiano José de Sena Barcelos, ambos os historiadores cabo-verdianos, comentam *en passant* sobre ela em dois pequenos estudos. Ambos afirmam que em 1782 o governo de D. Maria I criou a Sociedade do Comércio Exclusivo das ilhas de Cabo Verde e rios de Guiné, pelo período de quatro anos, a contar de 1º de janeiro de 1783 a 31 de dezembro de 1786. Asseveram que essa foi sucessora da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e não se conhecia quase nada de sua atividade.²⁵⁷

Destarte nota-se que tal fato não chamou a atenção nem de Carreira e nem de Sena Barcelos, apesar de acusarem a existência de tal Sociedade. Contudo, os dois historiadores afirmam erroneamente que a Sociedade foi criada em 1782, mais de um ano depois da real instituição da mesma. O exclusivo começava em janeiro de 1781 e não em janeiro de 1783, e duraria seis anos, e não quatro. Acertaram apenas na data final, dezembro de 1786. E, de certa forma, ao menos no papel ela parecia suceder a empresa pombalina. Com efeito, desvelamos a identidade de seus sócios, deixando claro que se tratavam de grandes homens de negócios metropolitanos. Cabe agora apresentar alguns dados preliminares auferidos.

No período entre 1781 e 1786, identificamos 25 viagens com intuito de traficar escravizados na região, onde teoricamente a Sociedade atuava monopolisticamente. Elas foram realizadas por 16 embarcações diferentes. A Sociedade possuiu oito destas embarcações. Três eram de propriedade da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sendo que uma delas foi comprada de João do Espírito Santo, que fez uma viagem em 1781. As outras quatro se dividiam entre outros proprietários, a saber:

²⁵⁷CARREIRA, António. *O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*. Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Lisboa, 1981. (p.15). SENA BARCELOS, Cristiano José de. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. III. Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1905. (p.90).

Hermano Cremer Venzeler, João Gonçalves dos Santos, Rafael Lourenço Peres e – o já citado – João do Espírito Santo, este último também capitão.²⁵⁸

Entretanto, as primeiras informações levantadas do Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD) nos davam conta que as oito embarcações da Sociedade pertenciam à Companhia de Comércio, assim como a embarcação que era de propriedade de Rafael Lourenço Peres. Em um primeiro momento, isso nos levou a crer que tal sociedade teria ficado apenas no papel. Mas chamou a atenção o fato de grandes homens de negócio de Lisboa estarem por de trás desse novo esforço. Sendo assim, quando nos debruçamos sobre os passaportes de embarcação identificamos uma série de viagens realizadas para Cabo Verde e os Rios da Guiné com navios identificados como de propriedade da “Sociedade das ditas Ilhas [de Cabo Verde]”.

Sabemos que o TSTD apresenta algumas limitações. Existem discrepâncias entre os dados oferecidos pelo sítio em relação aos registrados em alguns documentos contidos nos arquivos históricos portugueses e/ou em obras que discutem o tema. Mas o fato é que o TSTD nos deu as informações acerca dessas 25 viagens e, nesse sentido, cruzamos os dados disponibilizados com os passaportes de embarcação. Desse modo, conseguimos identificar adequadamente as embarcações e ligá-las aos seus respectivos proprietários. Isso permitiu confirmar que durante os anos de 1781 e 1786 a Sociedade saiu do papel e operou no comércio com a região, na qual vigia o exclusivo.²⁵⁹ Vejamos a tabela abaixo:

²⁵⁸ Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1781-1786 > Bandeira: Portugal; Brasil > Região de embarque de escravizados: Senegâmbia e Costa Atlântica. Arquivo Histórico Ultramarino. Livro dos Passaportes de Embarcações. Códices 777 a 779. O autor agradece imensamente o seu orientador – Professor Pedro Puntoni – pela generosidade em fotografar e enviar tais códices, sem os quais este trecho não teria saído do papel.

²⁵⁹Cf. CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002. MENZ, Maximiliano Mac. & ACIOLI, Gustavo. *Resgate e Mercadorias: Uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)*. Afro-Asia (UFBA), v. 37, p. 43-74, 2008. MENZ, Maximiliano Mac. *As Geometrias do Tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807)*. Revista de História (USP), v. 166, p. 185-222, 2012. MENZ, Maximiliano Mac. *A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80)*. Afro-Ásia (UFBA. Impresso), v. 48, p. 45-76, 2013.

Tabela 15. Tabela 15. Lista de Viagens para o Tráfico em Cabo Verde e Rios da Guiné (1781-1786)

Saída Lisboa	Nome Embarcação	Proprietário	E	D
01/05/1781	NS do Monte do Carmo	Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão	210	193
10/01/1781	NS da Conceição S Antônio e Almas	Hermano Cremor Banzeler	190	174
06/02/1781	S Pedro Gonçalves	João Gonçalves dos Santos	124	114
14/02/1781	Santana e NS do Bonsucesso	João do Espírito Santo	72	66
03/10/1781	S Francisco Xavier	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	353	324
14/12/1781	NS de Nazaré e Santana	João Roque Jorge	228	211
21/12/1781	Africano	João Roque Jorge	363	336
14/01/1782	S Jorge	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	49	48
20/03/1782	S Pedro Gonçalves	Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão	307	281
12/04/1782	S Francisco de Paula	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	267	167
12/03/1783	NS da Conceição Africana	Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão	31	31
05/05/1783	S Francisco de Paula	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	10	10

17/11/1783	NS de Belém	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	4	4
21/11/1783	Aníbal	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	492	412
09/03/1784	S Rafael	Rafael Lourenço Peres	22	21
04/11/1784	NS de Nazaré e Santana	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	226	226
06/11/1784	NS de Belém	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	207	190
13/10/1785	S Jorge	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	353	324
09/11/1785	Aníbal	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	303	278
16/12/1785	Americano	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	135	125
15/01/1786	NS de Nazaré e Santana	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	363	336
30/01/1786	S Jorge	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde	257	255
04/03/1786	NS de Belém	João Roque Jorge	353	324

Fonte: Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1781-1786 > Bandeira: Portugal; Brasil > Região de embarque de escravizados: Senegâmbia e Costa Atlântica. Arquivo Histórico Ultramarino. Livro dos Passaportes de Embarcações. Códices 777 a 779. E = Escravizados Embarcados; D = Escravizados Desembarcados.

Se para Carreira e Sena Barcelos quase nada se sabia do funcionamento da Sociedade, com esses dados em mãos podemos avaliar a sua operação. Nota-se que em 25 viagens realizadas, 13 foram feitas em navios que nominalmente aparecem como sendo da Sociedade, e outras três em embarcações de propriedade de João Roque Jorge,

sócio da mesma. Isso quer dizer que 64% das viagens no período foram feitas pelas embarcações da Sociedade ou de um de seus sócios. Temos que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão empreendeu três viagens nesse mesmo período, enquanto outros proprietários mandaram quatro embarcações em uma única viagem. Com exceção de Rafael Lourenço Peres, esses proprietários avulsos remeteram barcos logo no primeiro ano da Sociedade, quando esta ainda estava em processo de se estabelecer.

Neste período a Sociedade e João Roque transportaram 3.471 escravizados, todos eles saídos de Bissau, Cacheu e Cabo Verde em direitura aos portos amazônicos de São Luís e Belém. Ou seja, 70,5% de todos os escravizados adquiridos nos portos acima citados. Ao todo, chegaram vivos 3.158 africanos escravizados na Amazônia Portuguesa, os quais foram transportados pela dita empresa. Outros 1.448 escravizados foram transportados por embarcações de outros proprietários, também para abastecer os mercados do Maranhão e do Grão-Pará. Contudo, podemos conjecturar que a Sociedade, no processo de adquirir embarcações, possa muito bem ter fretado de outros proprietários, com o intuito de dar logo início aos negócios.

O mais provável é que essas viagens com embarcações de outros proprietários, inclusive os da Companhia, deveriam ser de fretamentos. Isso porque, de fato, identificamos a existência e funcionamento da Sociedade com o cruzamento de dados. Caso contrário, o entendimento seria de que a empresa pombalina continuava a operar na região, com um ou outro traficante aproveitando o fim do monopólio. E, no caso, nossa primeira hipótese de que a Sociedade não teria saído do papel, teria se confirmado. Tendo em vista a queda no tráfico observada no Gráfico 1, a pergunta que fica é: qual o impacto da atuação da Sociedade? O gráfico abaixo tenta responder a questão:

Gráfico 9. Escravos Adquiridos nos Rios da Guiné (1780-1786)

Fonte: Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1780-1786 > Bandeira: Portugal; Brasil > Região de embarque de escravizados: Senegâmbia e Costa Atlântica.

O que se observa é um salto enorme de 1780 para 1781, passando de 211 escravizados para 1.540 de um ano para o outro. Um aumento de mais de sete vezes de africanos escravizados adquiridos. A seguir vem uma queda abrupta entre 1781 e 1784, de 70%. Nos dois últimos anos do monopólio, se vê uma retomada na quantidade de escravizados traficados, com crescimento progressivo até 1786. A linha de tendência mostra que, apesar do fraco momento entre 1781 e 1784, o tráfico foi propenso a um crescimento, mesmo que tímido.

Há uma explicação para tal queda. Em 1784 José Vicente Pereira substituiu a Antônio Vaz de Araújo como capitão-mor de Cacheu. Em carta do dia 27 do mês de agosto do mesmo ano, Vicente Pereira apontava para as condições problemáticas que encontrou na região. Relatava que fazia ao menos dois anos que os moradores dos arredores das feitorias de Bissau e Cacheu, juntamente com os gentios, estavam em desordem, atacando as Companhias portuguesas e matando os soldados. Havia conflitos com os gentios em praticamente todas as feitorias portuguesas na Costa da Guiné. Onde esses não existiam, ocorriam guerras incessantes entre os reinos africanos da região. A situação melhorou no ano seguinte, principalmente porque a fortaleza de Bissau enfim

fora terminada e algumas alianças com os poderes locais foram feitas com o intuito de repelir as sucessivas agressões.²⁶⁰

Outro fato nos saltou aos olhos: quando observamos os passaportes, encontramos três outras embarcações que traficaram em 1782 entre o Cabo Branco e o Cabo das Palmas e que não pertencia a Sociedade. Eram elas: Nossa Senhora de Oliveira e São Francisco, de propriedade de Francisco Paliart – outro grande homem de negócio de Lisboa – que traficaram escravizados na ilha de Gorée com destino a São Domingos. Assim como o vaso Lusitano, que era de outro negociante de grosso trato metropolitano, Jacome Ratton, que traficava de Senegal também para o mesmo destino que as de Paliart. No TSTD só identificamos as viagens das embarcações Lusitano e Nossa Senhora de Oliveira, que transportaram cerca 581 e 710 africanos escravizados, partindo do denominado Cabo Francês em direção a São Domingos. No entanto, as informações são bastante incompletas em relação aos proprietários e locais exatos de tráfico.²⁶¹

Isso, contudo, não demonstraria uma quebra do monopólio. Tal fato mostra que apesar do exclusivo ser garantido na região destacada no Mapa 1, a Sociedade continuou operando monopolisticamente nas feitorias dos Rios da Guiné, se aproveitando já da dinâmica e da prática anterior estabelecida pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Isso se reforça quando encontramos sete embarcações da Sociedade fazendo a rota Lisboa – Cabo Verde – Lisboa. A tabela abaixo mostra essas viagens.

Tabela 16. Lista de Viagens Lisboa – Cabo Verde – Lisboa (1781-1786)

Saída Lisboa	Nome Embarcação	Proprietário
14/02/1781	S Antônio	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
14/02/1781	S Batista	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
07/01/1782	S Batista	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
23/12/1782	NS Bonsucesso	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde

²⁶⁰Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos da Guiné, Caixa 13, documento 23. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos da Guiné, Caixa 13, documento 24.

²⁶¹ Arquivo Histórico Ultramarino. Livro dos Passaportes de Embarcações. Códice 777. Database Slavery Trade. Filtros: Ano: 1781-1786; Nomes de embarcação: Lusitano, NS Oliveira e S Francisco.

17/11/1783	S João Batista	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
17/11/1783	S Antônio	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
17/11/1783	S José	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
17/11/1783	S Anna	Sociedade das Ilhas de Cabo Verde
17/01/1785	S. Isabel	João Roque Jorge
10/10/1786	S. Isabel	João Roque Jorge

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Livro dos Passaportes de Embarcações. Códices 776 a 779.

Com exceção de 1784, em todos os anos de monopólio foram enviadas embarcações para o arquipélago. Ressalta-se que as duas últimas viagens foram feitas em vasos de João Roque Jorge, sócio da organização comercial. E o que essas embarcações transportavam? Trata-se de uma resposta difícil, já que para o período compreendido entre o fim da Companhia de Comércio e o início da série de Balanças Comerciais – em 1796 – não há nenhuma referência quantitativa sobre as exportações portuguesas para o arquipélago e nem das remessas deste em direção a Lisboa.

Com bases nos produtos que eram enviados de um e do outro porto nesse período podemos imaginar o que seria transportado. Do Reino partiam têxteis europeus e asiáticos, ferramentas, armamentos, bebidas alcólicas – como aguardente e vinho, além de remessas de ouro e prata. Podemos dizer com segurança que os têxteis eram os produtos mais importantes exportados de Lisboa para as ilhas. Já de Cabo Verde, como dito, a urzela sempre foi o principal produto de exportação. Em menor escala, podemos aventar que foram feitas algumas remessas de milho, cera e drogas em geral.²⁶²

Podem parecer desproporcional as remessas de um e outro, principalmente pelas remessas de metais preciosas do Reino para Cabo Verde. Mas há um fator importante a destacar. Existia uma relação de interdependência política e econômica entre Cabo Verde e as feitorias de Bissau e Cacheu. A colonização do arquipélago assegurou aos comerciantes portugueses o acesso à produção de tecidos manufaturados nas ilhas e que possuía grande importância na composição do *banzo*: os panos do arquipélago garantiam

²⁶²CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.161-3).

uma ótima vantagem aos portugueses, já que possuíam uma alta demanda no mercado nos Rios da Guiné. Logo, essas exportações reinóis serviam não só ao pagamento dos gêneros cabo-verdianos, com também ao pagamento dos têxteis que eram utilizados no tráfico de escravizados naquela região da costa ocidental africana.²⁶³

Uma última coisa a destacar é que nos passaportes identificamos um navio da Sociedade com permissão concedida para rumar ao porto de Havre de Grace, localizado na costa leste da América do Norte, no atual estado de Maryland. O navio Africano saiu de Lisboa em 23 de março de 1782. O mesmo navio foi flagrado fazendo o mesmo trajeto em maio do ano seguinte, mas o proprietário discriminado no documento era João Roque Jorge, que, como dito, era um dos sócios. Além disso, ele remeteu outros dois navios ao mesmo porto: Americano, em novembro de 1783, e Dois Irmãos, em outubro de 1784. João Lourenço Peres – também sócio – foi outro agente a atuar na mesma rota, com o navio São Thomaz em setembro de 1782.²⁶⁴

O que se assistiu até aqui foi a Sociedade operando em moldes similares aos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Controlava as remessas de manufaturados europeus e metais preciosos para Cabo Verde, garantindo a aquisição de têxteis cabo-verdianos que compunham o *banzo*, e por fim, traficando especificamente nas feitorias de Cacheu e Bissau. Observou-se, também, que de certa forma o tráfico passou por uma reestruturação no período entre 1781 a 1786, a partir do momento em que a Sociedade passou operar. A tentativa era recuperar a economia cabo-verdiana e o tráfico guineense após o desbaratamento ocorrido com o fim do monopólio da empresa pombalina. Mas, mais do que isso, ela e seus sócios também estavam na rota que ligava o Reino a um novo mercado consumidor importante e que veio a surgir: os Estados Unidos da América.

O que pretendemos aqui foi apresentar as primeiras evidências de uma sociedade mercantil, que até agora não teve a devida atenção da historiografia. As fontes abordadas aqui são escassas e permitem poucos apontamentos em relação a ela. No entanto, foi possível indicar agentes envolvidos no negócio, bem como a maneira com a qual atuava na região onde operava monopolisticamente. Mostramos também a racionalidade da época, na qual mesmo os grandes negociantes estavam sempre interessados em um

²⁶³MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.130).

²⁶⁴Arquivo Histórico Ultramarino. Livro dos Passaportes de Embarcações. Códices 777 a 778.

monopólio comercial com o intuito de diminuir os seus riscos. Com a ascensão do reinado mariano, uma das primeiras medidas foi a extinção das Companhias de comércio monopolistas. Atendeu-se assim a uma demanda de duas décadas permeadas de reclamações insistentes dos comerciantes e produtores estabelecidos nas colônias, bem como àqueles que atuavam nas feitorias de tráfico. Contudo, como vimos, o que ocorreu no arquipélago de Cabo Verde e nos portos dos Rios da Guiné foi a desestruturação de uma dinâmica econômica e política criada pela Companhia de Comércio e que de certa forma cumpria seu objetivo.

A extinção do monopólio gerou a desobrigação da Companhia em arcar com os custos de manutenção das ilhas e das feitorias, o que levou ao abandono de uma região que já não despertava muito a atenção da Coroa. Depois de três anos de um caos instaurado na região, a solução foi no mínimo inusitada: a criação de um monopólio para superar o fim de outro monopólio. E, nesse sentido, voltando à proposição inicial de Montesquieu, o que se viu foi um grande empreendimento mercantil, tocado por um grupo composto pelos grandes homens de negócio de Lisboa – envolvidos com arrematações de contrato, comércio e tráfico de escravizados – mas que também cumpria o papel do poder real. A contrapartida para explorar comercialmente a região, era nada mais, nada menos, que sustentá-la: cobrar impostos e organizar o sistema fiscal, pagar as cômputas e os filhos da folha, além de assegurar a permanência portuguesa na região.

CAPÍTULO 4. A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS: OS RIOS DA GUINÉ

O que tratamos aqui como Rios da Guiné, na verdade, é uma região da Costa Ocidental da África na qual a presença portuguesa ocorreu desde fins do século XV. Está incrustada em uma grande região denominada como Senegâmbia, que englobava os atuais territórios do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa e partes da Mauritânia e do Mali. Já a região que denominamos como os Rios da Guiné seria um trecho do litoral do que hoje conhecemos como Guiné-Bissau, limitada pelo rio Cacheu ao norte e pelo delta formado pelas fozes do rio Geba e do rio Corubal mais ao sul, somada ao arquipélago de Bijagós defronte a esse delta. Portugal fundaria duas feitorias comerciais nessa região: Cacheu, ao norte, e Bissau, ao sul; além disso, possuía certo controle administrativo sobre três praças comerciais do sertão: a de Farim, 200 quilômetros distante de Cacheu e situada na margem do rio de mesmo nome; a de Geba, a 120 quilômetros de Bissau e situada na margem do rio Geba; e, por fim, a de Zeguinchor, 150 quilômetros ao norte de Cacheu, já em território do atual Senegal, às margens do rio Casamansa. O mapa abaixo nos ajuda a entender melhor:

Mapa 4. As Feitorias dos Rios da Guiné e as principais praças comerciais do sertão

Fonte: mapa extraído de <https://d-maps.com> e editado por Jéssika Bezerra.

Não é possível explicar a região dos Rios da Guiné sem compreender o islamismo como um fator preponderante na transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais em África. A expansão do Islã para o continente africano tem início no século VII, em direção ao Magreb. Pouco a pouco os muçulmanos passaram a controlar o litoral mediterrânico, até chegar ao Atlântico no fim desse mesmo século. A partir do estabelecimento nessa região e da islamização dos povos berberes do Saara, foi se conformando uma extensa rede de rotas que eram utilizadas pelas caravanas comerciais que serviram não só para estabelecer relações mercantis no Sahel, mas também como elemento propagador da religião maometana.²⁶⁵

Na Senegâmbia, o contato com os povos muçulmanos ter-se-ia dado nessa expansão das redes mercantis. Mas o processo de islamização teria – de fato – sua gênese com a expansão do Império do Mali no século XII. Com a queda do Império Songai, no século XVI, o Islã já estaria bem consolidado nesta área, principalmente na região do atual Gâmbia, na qual havia se estabelecido um povo denominado Mandinga. Estes eram comerciantes e propagadores da fé islâmica, sendo o sustentáculo do Império Mali na área durante todo o seu predomínio. Vemos que as relações econômicas interferiam diretamente nas relações sociais: não fosse o estabelecimento do comércio entre povos islamizados e os povos da zona do Sahel não haveria o processo de islamização dos povos das bacias dos rios Senegal, Gâmbia e Guiné.²⁶⁶

Em meados do século XII o Império Mali foi perdendo seu protagonismo na região. No entanto, o Islã continuou a ser um elemento fundamental na Senegâmbia. Nesse mesmo período, houve a formação da Confederação Jalofo – também chamado de Império ou Reino Jalofo – que continuou propagando a fé nas áreas mais ao norte e era tida como o grupo que propagava os ensinamentos corânicos de maneira mais pura da região do Sahel. Ressalta-se que os Mandingas ainda mantinham sua influência na área, mesmo com a retração do Mali, mas estes estavam mais dispersos pelas regiões mais ao sul. E qual a importância do islamismo nesta região? Pode-se dizer, seguramente, que

²⁶⁵MIQUEL, André. *O Islame e a sua civilização (séculos VII-XX)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. KIZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

²⁶⁶SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. (p. 80-81). SANTOS, Patrícia Teixeira. *Fé, Guerra e Escravidão: cristãos e muçulmanos face à Mahdiyya no Sudão (1881-1898)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. (p. 184). KERN, Gustavo da Silva. *Relações entre o islã e as estruturas do estado no Mali (Séc. XIII-XIV)*. In: *Revista Historiada Especial*. Número 01. Ano 03. Julho de 2010. (p.80)

entre os séculos XV e XVI, a escravização na região tinha uma influência fundamentalmente islâmica. No entanto, o fluxo desses africanos escravizados tinha por destino o norte africano e Oriente Médio. Há estudos que apontam para uma taxa entre 5 e 10 mil escravizados exportados por ano pelo Saara até 1600, apesar de estas não serem estimativas muito seguras.²⁶⁷

Os governantes africanos justificavam a escravização a partir da perspectiva islâmica. Havia proibição da escravização de muçulmanos, mas, ao mesmo tempo, uma aceitação da escravidão de não-muçulmanos como uma atividade legal. A escravidão no mundo muçulmano não tinha como mote a função produtiva. Por isso os lotes de escravizados eram compostos especialmente por mulheres, seguidas das crianças e eunucos. Sendo assim, o comércio de escravizados mantinha em contato regular os estados subsaarianos e o mundo e comerciantes muçulmanos, ampliando ainda mais as fronteiras da islamização, além de acessar um valioso mercado, pois, apesar do comércio de ouro, marfim e cera, pode-se afirmar que o tráfico interno de escravizados acabou sendo o principal ramo comercial africano já a partir do século XV.²⁶⁸

Os europeus, mais especificamente os portugueses, chegaram à costa africana em meados deste mesmo século XV, interessados em ouro e em acessar esse valioso mercado de gentes escravizadas, buscando fugir dos intermediários muçulmanos. Os portugueses, nesse sentido, foram os responsáveis pela abertura da rota marítima que ajudou a expandir ainda mais o comércio transaariano, direcionando o fluxo de mercadorias – entre elas os escravizados – para a costa, mas mantendo os padrões comerciais já estabelecidos em África. Havia já uma circulação, como vimos, de grande variedade de mercadorias já antes da chegada dos portugueses, que introduziriam os produtos manufaturados europeus. O atrelamento ao Atlântico fez a escravidão passar de um aspecto interno do continente africano para uma instituição relacionada com estruturas bem mais complexas na Guiné. Na África os escravizados produziam visando

²⁶⁷LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (p.60-89).BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. (p. 27).

²⁶⁸LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (p.60-89).

o mercado interno, enquanto nas ilhas e América a produção era voltada para o comércio externo.²⁶⁹

A expansão portuguesa para a costa africana foi feita em três frentes interdependentes: a primeira, era o combate com o infiel muçulmano; a segunda, logicamente, exploração dos mares e o estabelecimento de uma rota com o Levante; e, por fim, a ocupação das ilhas no Atlântico. As cruzadas ocidentais tiveram não só o papel de expandir a cristandade, mas também de estimular a exploração portuguesa no Atlântico, focando em um primeiro momento na exploração do oceano próximo – ou Mar Pequeno – e visando o controle do comércio mediterrânico com o norte africano. Mas é a descoberta e ocupação das ilhas atlânticas – Madeira, Açores e Canárias – que teriam papel fundamental nas pretensões portuguesas: estas fizeram que as embarcações lusitanas se voltassem ao continente africano e ao comércio de africanos escravizados. A exploração do “Mar Pequeno” foi fundamental para o desenvolvimento de técnicas de navegação, além dos conhecimentos sobre correntes marítimas e regimes dos ventos que possibilitariam a navegação entre Europa, ilhas e África.²⁷⁰

No século XV, os portugueses chegaram onde o islamismo ainda não havia alcançado o continente africano: o Reino do Congo, que logo se converteu ao cristianismo e se tornou o grande aliado da expansão portuguesa em África. Portugal, nesse sentido, garantia a expansão religiosa e obtinha favorecimentos comerciais por prestar apoio militar ao Rei do Congo e sufocar rebeliões internas. Relações similares se deram ao longo do século XVI no Benin, em Serra Leoa e na Senegâmbia: era, nada menos, que relações de negociação com os poderes locais para garantir a primazia portuguesa em detrimento das outras metrópoles europeias que vinham no bojo da expansão lusa. A virada do século XV para o XVI é o momento em que o tráfico de africanos escravizados começou e emergir como o mais importante pilar do comércio português em África.²⁷¹

Comerciantes africanos eram os principais fornecedores de escravizados para Portugal, principalmente na região da Guiné, na qual surgiria uma figura importante e que foi fundamental para a Coroa Portuguesa manter seu controle – mesmo que frágil – no

²⁶⁹LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (p.60-89).

²⁷⁰THORNTON, John K. *Os portugueses em África*. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo R. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Ed. 70, 2010. (p. 148).

²⁷¹THORNTON, John K. *Os portugueses em África*. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo R. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Ed. 70, 2010. (p. 149-50).

território dos Rios da Guiné: os lançados ou tangomaos, sobre os quais já fizemos referência no capítulo anterior. Esta era a maneira que os coevos denominavam um grupo de portugueses, a maioria deles oriundos do arquipélago de Cabo Verde, que contavam com o auxílio de comerciantes lusitanos e também de estrangeiros para acessaras mercadorias que eram utilizadas no comércio negreiro e que começaram a adentrar os sertões da Guiné. Esses sujeitos, muitas vezes assimilavam costumes africanos, estabelecendo relações próximas com as chefias locais – com casamentos com a nobreza, por exemplo – e que circulavam nas feiras sertões adentro, para comerciar escravizados e outras mercadorias africanas e os trazer até as feitorias do litoral, onde repassavam essas mercadorias para os comerciantes europeus.²⁷²

E por que esses agentes auxiliaram, mesmo que indiretamente, o controle português nas feitorias de Bissau e Cacheu? Os lançados que saíram do arquipélago caboverdiano passaram a ocupar as terras litorâneas e do sertão e, como se misturavam às populações locais, foram responsáveis pelas primeiras gerações de afroportugueses de que se tem notícia. Estes agentes circulavam entre o mundo europeu e africano, integrando redes políticas, sociais e econômicas, não só na área dos Rios da Guiné, mas por toda a região denominada como Senegâmbia. Esse contato íntimo fez com que desenvolvessem um idioma próprio – o crioulo, bastante usado nos atuais Cabo Verde e Guiné-Bissau, ainda que falassem o português no seu cotidiano; além disso, se denominavam católicos e usavam símbolos da referida religião, apesar de absorverem práticas religiosas animistas e islâmicas.²⁷³

²⁷²CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. ICVL: Praia, 1983. (p.30). COHEN, Zelinda. *A Administração das Ilhas de Cabo Verde e seus distritos no segundo século de colonização (1560-1640)*. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde – Volume 2*. IICT: Lisboa, 1991. (p.191-207).

²⁷³RODNEY, Walter. *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1970. (p. 74 a 94). METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil (1500-1600)*. University of Texas Press: Texas, 2005. (p.59). MOTA, Thiago Henrique. *A Outra Cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014. (p.129-30). O termo crioulo referia-se não só ao idioma, mas também a assimilação dos valores portugueses e africanos, por parte dos naturais de Cabo Verde e Rios da Guiné, como pressuposto fundamental de sua identidade. O termo tem sido usado para se referir as transformações culturais e identitárias dos agentes envolvidos pelo tráfico: escravizados, escravocratas e trabalhadores do comércio de escravizados. Tais indivíduos possuíam traços da cultura europeia, africana e americana, contudo não faziam parte de nenhum destes três universos. Eram familiarizados com o comércio atlântico, fluentes com suas novas linguagens, e íntimos com suas culturas e finanças. Cf. FERREIRA, Roquinaldo. “*Ilhas Crioulas*”: o Significado Plural da Mestiçagem Cultural na África Atlântica. In: *Revista de História*. 155 (2º - 2006), 17-41. (p.21).

Isso traz uma nova conformação para o tráfico de africanos escravizados na região. Entre fins do século XV até meados do XVI, como vimos no capítulo anterior, o tráfico era realizado pelos colonos cabo-verdianos, que iam até a costa e armazenavam os escravizados nas ilhas até a chegada dos compradores. Com a crescente entrada de estrangeiros em terras africanas, que em teoria, era controlada por Portugal, a Coroa preferiu organizar um sistema de contrato alijando esses colonos intercambistas do circuito mercantil, beneficiando os mercadores metropolitanos, construindo feitorias e estabelecendo parceria com os chefes locais. Esses colonos engajados no tráfico usaram de suas redes construídas nos primeiros anos de chegada portuguesa na região e se entremearam nas sociedades, tornando-se figuras fundamentais para o comércio e para o arranjo político.

Nos arranjos políticos entre a Coroa Portuguesa e os régulos locais, foram tão importantes quanto nas atividades mercantis. A estrutura política na região dos Rios da Guiné era bastante complexa e hierárquica, desde antes da chegada dos lusos. No caso de Cacheu, tal região manteve uma certa coesão em sua estrutura administrativa até pelo menos a segunda metade do século XIX, com um poder centralizado pelo rei de Bassarel. Deviam vassalagem a este chefe local 29 outros pequenos reinos que orbitavam ao redor dele, em uma área entre os Rios Cacheu ao norte e o Rio Mansa ao sul. O poder não era hereditário, sendo o rei de Bassarel eleito por um colegiado formado por nobres desses outros reinos, nobreza essa garantida por uma linhagem matrilinear.²⁷⁴ O mapa abaixo ilustra a organização territorial do chamado Conselho de Cacheu:

²⁷⁴DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p. 93-4).

Mapa 5. O Conselho de Cacheu e sua divisão política

Fonte: DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p. 95). Editado Por Jéssika Bezerra.

No geral, o rei de Bassarel nomeava as chefias locais, mas os arranjos costurados pela Coroa na região – com grande ajuda dos lançados – faziam com que alguns dos régulos, como o da Costa de Baboque (ou de Baixo), eles fossem indicados pelas autoridades portuguesas ali estabelecidas. Em alguns casos, os próprios lançados eram alçados às chefias locais por arranjos entre os portugueses e o rei de Bassarel, ou simplesmente pelas próprias relações sociais estabelecidas entre os lançados e as lideranças locais, por intermédio da mestiçagem, como era o caso dos regulados de Bula ou de Có, como é o exemplo de Paulo Sanca e Marcelino António dos Santos.²⁷⁵ Em Bissau a estrutura era outra e o mapa abaixo ilustra a divisão entre os reinos:

²⁷⁵DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p. 95).

Mapa 6. O Conselho de Bissau

Fonte: DJALÓ, Tchernó. O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p. 99). Editado Por Jéssika Bezerra.

Já em Bissau, na região compreendida entre os Rios Mansa e Geba, havia uma divisão política e territorial bastante delimitada, com treze regulados independentes entre si. Em momentos específicos, algumas dessas regiões autônomas acabaram subordinadas pelo rei de Bassarel, como Tor, Biombo, Safim e Intim. Nessa outra área, os clãs tinham um papel fundamental na organização política e na ocupação de cargos administrativos. A estrutura administrativa, antes da chegada dos lusos, era complexa, com um chefe responsável pela área militar e administração das terras e um conselho de anciãos tendo papel predominante no que diz respeito às questões políticas. Todo esse arranjo foi parcialmente desbaratado com a presença dos portugueses, que fundaram e construíram uma vila importante ao redor do porto – a vila de Bissau – e por seus ajustes com determinados régulos que acabaram por alterar o equilíbrio da balança existente entre os reinos.²⁷⁶

Sendo assim, percebe-se que desde antes da chegada dos europeus na região do Senegâmbia, e dos portugueses mais especificamente nos Rios da Guiné, já havia uma

²⁷⁶DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p.98-9).

sociedade com algum grau de complexidade administrativa e com uma política hierarquizada. A ocupação portuguesa em Cabo Verde complexificou ainda mais essas sociedades, que até então, tinham ligações estreitas com o Islã e estavam voltadas para o Sahel, Saara e Oriente Médio. A chegada europeia na região mudou os fluxos mercantis para o Atlântico e a relação desses grupos ali estabelecidos passou a ser muito mais próxima com o cristianismo europeu. E mais: as políticas portuguesas estabeleceram ali um outro agente que modificou a economia, a política e as relações sociais, os lançados. Estes levaram sertão adentro, no interior de vários reinos, o hibridismo entre as culturas europeias e africanas – e foram a ponta de lança para o estabelecimento português na região – bem como garantiam os fluxos de africanos escravizados e demais mercadorias locais em direção às feitorias no litoral.

4.1. O Comércio nos Rios da Guiné, a Administração Lusa, os Poderes e as Redes Mercantis locais

Como era regulado o comércio nos Rios da Guiné antes da instituição da CGPM? Como a administração portuguesa fazia para tentar manter seu controle – mesmo que frágil – nas feitorias de Cacheu e de Bissau? Tentaremos demonstrar, por meio das correspondências trocadas entre as administrações locais e o Conselho Ultramarino, como a administração e o comércio se organizavam a partir das duas feitorias portuguesas na costa da Guiné. Cacheu fora o primeiro assentamento português na Alta Guiné, fundado no ano de 1588 por Manoel Lopes Cardoso, junto à foz do rio de mesmo nome; no mesmo ano, iniciou a construção de uma fortaleza que serviria, ao mesmo tempo, de proteção à possessão portuguesa e ponto de apoio ao comércio com o sertão.²⁷⁷

Desde a fundação já se instalou ali um capitão-mor, o primeiro sendo Gonçalo de Gamboa Aiala, que seria responsável pela administração portuguesa naquela feitoria e submetido ao governador das ilhas de Cabo Verde. Por mais de um século, o tráfico de escravizados naquela feitoria era voltado para abastecer as colônias espanholas no Caribe. Essa relação de proximidade com o Reino de Castela pode ser vista quando o Conselho Ultramarino, em 1º de novembro de 1664, recomendava ao governador de Cabo Verde, Manoel Pacheco de Mello, que fiscalizasse com maior rigor os vários navios mercantis

²⁷⁷ESTEVES, Maria Luísa. *Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o Comércio Negreiro Espanhol (1640-1650)*. Lisboa: IICT, 1988. (p.140).

da Espanha, que aportavam em Cacheu todos os anos. Instruía ainda que quando essas embarcações de propriedade de vassallos de Castela fossem até os portos no litoral ou mesmo nas ilhas para fazer negócios sem a devida licença do Rei de Portugal, deveria proceder contra eles de acordo com as leis de proibição, confiscando as mercadorias e apreendendo a embarcação. A exceção era embarcações vindas das Índias Ocidentais, e mais especificamente as oriundas do Rio da Prata, pois as carregações de prata e de outras fazendas eram vistas com bons olhos pela Coroa. Neste caso, o governador poderia dar licença para comerciar e dar entrada das mercadorias, cobrando os devidos direitos.²⁷⁸

No entanto, esse controle pela administração local era frágil e ineficiente, o que fez a coroa portuguesa adotar uma política de criação de companhias comerciais monopolistas, aos moldes que os holandeses já faziam desde o início do século XVII, com a criação das Companhia das Índias Orientais, em 1602, e das Índias Ocidentais, em 1621. Mesmo Portugal já havia experimentado com a criação das Companhia das Índias Portuguesas, em 1545, das Índias Orientais, em 1628, do Corisco, em 1648 e do Comércio do Brasil, em 1649. Sendo assim, instaurou-se a Companhia da Costa da Guiné em 1664, encabeçada por dois irmãos conhecidos por Martins e que teria o monopólio comercial pelo período de oito anos na região. Não há muitas informações consistentes em relação ao funcionamento e os resultados obtidos por tal empresa, mas, ao que parece, teve pouca relevância, pois em 1671 se especulava a criação de outra Companhia, mesmo com o monopólio ainda em vigor; empresa outra que surgiu em 1675 como Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné.²⁷⁹

Ambas as empresas tinham, no papel, o direito do comércio exclusivo com o arquipélago cabo-verdiano, bem como sobre o comércio de escravizados, marfim e outros produtos oferecidos na costa africana. No caso da Companhia de Cacheu, caberia a ela, ainda, os custos referentes aos filhos da folha eclesiástica e militar, tanto no arquipélago, quanto em Cacheu, além da responsabilidade pela reedificação da fortaleza em Cacheu e pela manutenção de sua praça comercial. No entanto, na prática, o que se observa é que o comércio na região ainda era um assunto tratado diretamente pela administração régia

²⁷⁸ESTEVES, Maria Luísa. *Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o Comércio Negroiro Espanhol (1640-1650)*. Lisboa: IICT, 1988. (p.88-9 e 100-10). Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fl. 6v.

²⁷⁹TEIXEIRA, Cândido da Silva. *Companhia de Cacheu, Rio e Comércio da Guiné: documentos para a sua história*. Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. I (1950), p. 110-2. CARREIRA, António. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravizados entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

estabelecida em Cabo Verde. Ao que parece, tais companhias não podem ser consideradas muito eficazes, sobretudo no que diz respeito ao combate ao contrabando ou à atuação de comerciantes particulares que iam à costa mesmo sem licença.²⁸⁰

Isso pode ser observado alguns anos depois da criação de tal Companhia, quando o governador de Cabo Verde Manuel da Costa Pessoa – que acabara de assumir o cargo – enviou carta com ordens expressas de Lisboa para o capitão da Praça de Cacheu, António de Barros Bezerra, datada de 30 de março de 1678, para que este último proibisse a ida de alguns particulares cabo-verdianos até Cacheu com o intuito de comerciar diretamente com os gentios. Nenhuma negociação deveria ser feita diretamente com os locais sem intermediação do capitão-mor, que tinha a obrigação de atentar-se à cobrança dos devidos direitos que deveriam ser remetidos ao arquipélago. Segundo Costa Pessoa, tais negociações diretas faziam com que os particulares conseguissem burlar o pagamento de tributos e isso – principalmente no que diz respeito aos têxteis de Cabo Verde e dos africanos escravizados – trazia grandes prejuízos à Fazenda Real. Mas, ao que parece, o combate a este descaminho não era nada fácil: em 1681, o mesmo Costa Pessoa – em segundo mandato como governador – denunciava Barros Bezerra ao Conselho Ultramarino, pois ele não estava cumprindo a ordem vinda em 1678 e que autorizava os particulares a negociarem diretamente com os régulos locais sem licença régia. O fato de o governador se ocupar de tais questões, de certa forma, corrobora a ideia de ineficácia da Companhia de Cacheu, que seria extinta no ano seguinte.²⁸¹

De fato, não deveria ser fácil para o governador, distante mais de 600 quilômetros das feitorias na costa, ser efetivo no monitoramento do que ocorria no litoral; no sertão, menos ainda. O capitão-mor deveria ser uma figura vital, intermediando entre o que ocorria na feitoria e seus arredores e a administração régia, que estava estabelecida em Santiago. No entanto, relatos como o de Costa Pessoa em relação a Barros Bezerra eram frequentes. Uma tentativa para tentar melhorar essa fiscalização sobre o comércio na costa foi feita em 23 de novembro de 1686, quando o Conselho Ultramarino consultou o governador Veríssimo de Carvalho da Costa sobre uma possível separação administrativa de Cacheu. Essa alternativa logo foi descartada por Carvalho da Costa, já

²⁸⁰Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga, vol. I, Lisboa, 1867, p. 329 a 341.

²⁸¹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 21v e 22f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 43v. Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 36f e v. Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga, vol. I, Lisboa, 1867, p. 350.

que a arrecadação das ilhas era completamente dependente do comércio de africanos escravizados e demais gêneros africanos que eram remetidos para a América ou para a metrópole.²⁸²

Outro fator que propiciava descaminhos e a atuação de particulares – cabo-verdianos e estrangeiros – era que o porto de Bissau estava sob responsabilidade administrativa e militar do capitão-mor de Cacheu. Nesse sentido, ele poderia muito bem fiscalizar o que ocorria e fazer vistas grossas ao que acontecia em Bissau, alegando ser incapaz de controlar duas áreas separadas por cerca de 100 quilômetros. Sendo assim, D. Pedro II, por intermédio de seu Conselho Ultramarino e do governador Inácio da Franca Barbosa, costurou alguns acordos com o rei dos Mandingas e, no ano de 1687, eles negociaram a construção de uma fortaleza na foz do rio Geba. Relatos de coevos davam conta do perigo que havia de uma Companhia comercial francesa tomar posse daquelas áreas. Já em 1690 há um outro estímulo vindo das políticas econômicas de D. Luís de Meneses, que acreditava na eficácia das companhias monopolistas, mesmo com o fracasso das duas anteriores: criava-se a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, com o intuito de aliviar as ocupações do governador das ilhas, proteger as possessões portuguesas no litoral e estimular o crescimento da nova feitoria em Bissau. De fato, obteve um pequeno período de sucesso graças aos *asientos* firmados com Castela, que garantiu bons resultados a partir de 1696, coincidentemente o ano que a obra da fortaleza fora iniciada e um capitão-mor foi designado: José Pinheiro da Câmara.²⁸³

Quase três anos depois, em 5 de dezembro de 1698, o capitão-mor de Bissau, Pinheiro da Câmara, em seu segundo mandato, dava conta do cotidiano da feitoria. Dizia que havia um relativo estado de tranquilidade entre os moradores da feitoria e as populações locais, que estava procurando organizar a alfândega para melhores resultados da Fazenda Real e que buscava fiscalizar o comércio de almas nos arredores de sua feitoria. Relatava ainda a importância dos tangomaos e de comerciantes cabo-verdianos no trato com o interior. Que eles armavam pequenas embarcações com bebidas alcoólicas (o grogue do arquipélago, vinho e aguardente europeus), armas de fogo e, principalmente,

²⁸²Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 51v.

²⁸³SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1991. (p.293). CAMPOS, Américo. *A História da Guiné Bissau em datas*. Bissau: s/e, 2012. (p.25). Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 68f e v. Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 87f a 88f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 136v.

tecidos manufaturados em Cabo Verde. Elas subiam o rio Geba em expedições que duravam cerca de um mês até as feiras localizadas nas margens do rio, sertão adentro, organizadas por populações islamizadas.²⁸⁴

Um ano antes, em 21 de dezembro de 1697, Santos Vidigal Castanho, capitão-mor de Cacheu, já dava pistas sobre as importantes relações estabelecidas com os portugueses assimilados e que controlavam o comércio de africanos escravizados no sertão do Rio Gâmbia, a quase 300 quilômetros da feitoria de Cacheu. Fica evidente que os afroportugueses e os colonos cabo-verdianos eram figuras centrais no comércio não só da área dos Rios da Guiné, como de toda a região comumente chamada de Senegâmbia. Contudo, próximo à virada do século, a situação envolvendo contrabandistas estrangeiros não estaria resolvida. Em carta de fevereiro de 1698 ao Conselho Ultramarino, a junta diretiva que fazia as funções de governador em Cabo Verde durante este ano relatou o péssimo estado em que se encontravam as feitorias e fortalezas de Bissau e Cacheu e como isso facilitava a atuação de contrabandistas estrangeiros. Desse modo, o que se observou desde o estabelecimento de uma feitoria em Cacheu, em fins do século XVI até a virada para o século XVIII, foi a administração portuguesa estabelecida em Cabo Verde tentando atuar contra os contrabandistas estrangeiros na região e em alguns momentos contra a leniência dos capitães-mores estabelecidos nas feitorias, que permitiam um comércio sem nenhuma regulação nas áreas que administravam. Outro aspecto importante até o momento foi corroborar a importância dos lançados por meio dos depoimentos dos próprios coevos e do insucesso das políticas econômicas baseadas nas companhias monopolistas.²⁸⁵

A primeira década do século XVIII foi marcada pelas constantes reclamações da administração lusa no arquipélago sobre a atuação de comerciantes de outras metrópoles nos arredores das feitorias portuguesas na Alta Guiné, além de pelo encerramento da Companhia de Cacheu e Cabo Verde em 1703, devido aos prejuízos acumulados pela mesma. Já em janeiro de 1701, há relatos dando conta de vários ataques de piratas franceses pelo trecho de costa entre Cacheu e Bissau. No ano seguinte, em novembro, o governador de Cabo Verde Gonçalo Lemos Mascarenhas sinalizava que vários navios

²⁸⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 157f.

²⁸⁵SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1991. (p.293).Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 489, Fls. 138f.Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 109f a 111f.

holandeses iam a Bissau contrabandear escravizados com a anuência do capitão-geral Rodrigo de Oliveira da Fonseca. Além disso, havia uma constante presença inglesa na região, o que preocupava Mascarenhas. Contudo, a ofensiva inglesa não ocorrera nas feitorias, como pensava o governador: em 1707 algumas naus de guerra britânicas invadiram e tomaram por algumas semanas a Vila de Praia, no próprio arquipélago. A retomada se deu depois de algumas negociações que deveriam flexibilizar o comércio entre os produtores e negociantes cabo-verdianos e as embarcações mercantis inglesas. Nesse mesmo ano de 1707, a feitoria de Bissau acabou abandonada pela administração régia, que retirou dali o capitão-geral Rodrigo de Oliveira da Fonseca. Em seguida, ainda em dezembro de 1707, a fortaleza foi destruída por ordem dos régulos locais, com o intuito de não haver mais estabelecimento de europeus naquele porto. A partir de então, Portugal abandonou a política econômica baseada nas companhias monopolistas até meados do século XVIII, quando estas voltariam à tona no âmbito do reformismo pombalino.²⁸⁶

Na segunda década do século, com os acordos costurados com os ingleses, o embate da vez foi com os franceses. De 1712 até 1718 houve, ao menos, cinco conflitos diretos com eles, acusados de contrabandear escravizados e marfim nos arredores de Cacheu, de tentar ocupar a feitoria abandonada de Bissau, partindo de áreas da atual Gâmbia e Serra Leoa, de atracar em Cabo Verde visando atravessar os negócios de têxteis locais, além de atacar alguns vilarejos das ilhas. Cacheu vivia à mingua: tanto é que, no início de 1717, o governador de Cabo Verde – Serafim Teixeira Sarmento de Sá – via ordem régia, solicitava que o capitão-geral António de Barros Bezerra executasse todas as dívidas dos moradores da feitoria de Cacheu, fossem de súditos de Portugal, fossem dos nativos. Em outra carta do mesmo ano, Bezerra comentava sobre alguns conflitos com os gentios e como isso atrapalhava o andamento do tráfico com o sertão.²⁸⁷

A cobrança das dívidas e a falta de habilidade de Bezerra para contornar os conflitos com as populações locais resultaram em uma guerra contra o Rei de Masa em meados de 1717. Havia um caos instaurado na feitoria e em seus arredores, marcado por

²⁸⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 136f a 160v. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1991. (p.293).

²⁸⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 177f a 196v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 15f e v.

sucessivos ataques do exército de Masa à fortaleza, às casas comerciais e aos moradores portugueses estabelecidos em Cacheu. Sarmiento de Sá ordenou o revide aos ataques, mas Bezerra não possuía efetivo militar, armamentos e sequer munições para conter os ataques; tanto que o governador acabou por enviar toda a tropa da ilha de Santiago em socorro ao capitão-geral, ordenando a defesa da feitoria a todo custo. Em outubro de 1721, o Conselho Ultramarino felicitava Sarmiento de Sá e o capitão Bezerra pela vitória contra o rei gentio e ratificava concentrar os esforços na defesa da praça de Cacheu, por essa ser importante para o comércio dos vassalos portugueses, tanto no continente, quanto na ilha no caso a de Bissau.²⁸⁸

Com o conflito em Cacheu contornado, ainda em outubro de 1717, o Conselho escreveu a Bezerra pedindo para ele focar nas questões comerciais, na tentativa de controlar as transações realizadas pelos moradores de Geba nos arredores de Bissau e Serra Leoa. Parece-nos que, aos olhos da Coroa, tratava-se de um importante fluxo de escravizados e demais mercadorias, que deveria ser cuidado com muito zelo pelo capitão, já que o controle português era muito fluído nos sertões do rio Geba, o que permitia descaminhos praticados pelos tangomaos. Pedia ainda, que em parceria com Sarmiento de Sá, se organizasse a cobrança de direitos e que controlassem efetivamente esse fluxo de mercadorias, que escapava do controle português e trazia prejuízos à Coroa. Ainda, dava conta da remessa de aguardente cabo-verdiana (o grogue), ferragens e materiais de construção para a praça de Cacheu: a aguardente devia ser utilizada para animar o resgate de escravizados e a ferragem e demais materiais para os reparos da fortificação e das moradias dos súditos lusitanos.²⁸⁹

Em fins da década de 1710, novamente os ingleses voltam a rondar o arquipélago de Cabo Verde e o entorno de Cacheu. Já os franceses ainda estavam interessados em ocupar a antiga feitoria de Bissau e aproveitarem as relações ali estabelecidas anteriormente por portugueses. Em 29 de novembro de 1718, o Conselho Ultramarino questionava Sarmiento de Sá sobre a informação que havia chegado em Lisboa de que duas embarcações inglesas ficaram um bom tempo atracadas próximas à Vila de Praia;

²⁸⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 16f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 17v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 19v.

²⁸⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 20f.

lembrava ainda ao governador que ele era responsável por evitar o descaminho de urzela e tecidos, principalmente para estrangeiros. Logo no início do ano seguinte, em 09 de fevereiro de 1719, o mesmo Conselho questionava Bezerra sobre o comércio dos moradores da praça de Zeguinchor com os ingleses. O capitão informara que esses ingleses eram os mesmos vistos atracados próximos da Vila de Praia, no ano anterior. Nesse sentido, o Conselho deu carta branca ao capitão para agir da maneira que achar conveniente: prendendo os contrabandistas e/ou castigando os moradores, que além desses negócios com os ingleses, estavam indo também até a foz do Rio Gâmbia contrabandear os escravizados, cera e marfim com tecidos oriundos de Cabo Verde. Além disso, tramavam em afastar Sarmento de Sá que havia sido avisado das embarcações e nada fez para impedir os descaminhos: de fato, em abril de 1719, o governador seria substituído por Baltasar de Sousa Coutinho.²⁹⁰

No que diz respeito aos franceses, estes estavam construindo casas na antiga feitoria de Bissau. No Reino, os comerciantes comentavam sobre o interesse dos destes em erigir uma nova fortificação e estabelecer algumas casas comerciais na região. Para a Coroa, tal área vinha sendo dilapidada ano a ano, desde o abandono da feitoria em 1707, pela ação contrabandista dos franceses. Esta área, segundo o Conselho Ultramarino, concentrava grande fluxo de escravizados – considerados os mais aptos a serem vendidos – além das demais mercadorias oriundas do sertão africano. Nesse sentido, em carta de outubro de 1719 para o capitão-geral, que ainda era António de Barros Bezerra, ordenava que este desse provimento à construção de um forte e uma capela em Bissau. Assim que findas as obras dever-se-ia dar início a construção de um presídio para envio de degredados e contrabandistas que fossem presos na região.²⁹¹

No entanto, tal ordem não foi cumprida por várias razões. Uma delas era a própria falta de recursos financeiros e humanos para tal empreitada. O comércio de escravizados na região estava tão diluído entre as metrópoles que a arrecadação era insuficiente; soma-se ao fato a impossibilidade das receitas de Cacheu e de Cabo Verde subsidiarem esse reerguimento da feitoria de Bissau, por muitas vezes já serem deficitárias. Além disso, a mão de obra à disposição estava voltada ao comércio com o

²⁹⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 34f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 35f.

²⁹¹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 46v.

interior do continente, seja nas atividades comerciais, seja nas que a orbitavam, como transporte, produção de alimentos, extração de cera e âmbar, e caça aos elefantes e rinocerontes por causa do marfim. Já na primeira metade da década de 1720 chegavam ao Reino notícias de que os franceses haviam voltado a construir algumas habitações em Bissau, bem como deram início às obras de uma fortaleza sobre as ruínas da antiga fortificação lusa que ali existia.²⁹²

Também chegavam ao Reino informações de que muitos funcionários régios estavam a fazer comércio na Costa, inclusive comprando e vendendo africanos escravizados. Uma série de denúncias foram feitas, dizendo que alguns funcionários de escalão menor na administração estavam envolvidos diretamente com os tangomaos – quando eles próprios não os eram – e deixavam suas funções para ir ao sertão negociar. Isso acabava sobrecarregando o já diminuto contingente administrativo, que acabavam deixando, por exemplo, de cobrar os devidos direitos de todo o comércio realizado nesta área. Em 1721, mais precisamente em 19 de julho, o Conselho Ultramarino escrevia ao ouvidor de Cabo Verde, Manoel Carneiro Ramos, que se executasse a dívida que todos os moradores das ilhas e da costa tinham com a Fazenda Real. Muitos moradores, tanto do arquipélago, quanto das próprias feitorias, faziam comércio com a Costa e não recolhiam os devidos direitos, onerando assim a Coroa. O ouvidor argumentava que precisava de mais pessoas para melhor fiscalizar o comércio, principalmente nas feitorias, onde nem sempre os capitães eram capazes de supervisionar de maneira eficaz as mercadorias trazidas do sertão e que eram embarcadas para a América.²⁹³

Junto a esse fato, havia também a inabilidade do novo capitão-geral de Cacheu, Inácio Lopes Ferreira, para contornar os problemas que ocorriam nas feiras sertão adentro. Em 30 de julho de 1721, o governador de Cabo Verde, António Vieira, recebia ordem para enviar uma tropa para Cacheu, pois Lopes Ferreira não conseguia controlar as desordens dos moradores e comerciantes da praça de Geba, e isso acabava diminuindo o fluxo de africanos escravizados para o litoral. De fato, o comércio de escravizados estava muito abaixo do esperado pelas autoridades locais. Isso também afetava a própria dinâmica mercantil entre Cabo Verde e a costa, já que todo o comércio ali existente

²⁹²Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 215f e v. Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 478, Fls. 221f e v.

²⁹³Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 74v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 77v.

orbitava o tráfico de almas. Tentando contornar tal situação, em 1723 a Coroa enviou uma frota de três fragatas, para que essas pudessem navegar entre as ilhas do arquipélago e destas para a Costa, a fim de animar o comércio na região.²⁹⁴

No entanto, mesmo com todas as medidas e pedidos para uma melhor fiscalização, os contrabandistas eram figuras fundamentais do comércio na Guiné. Em fins de 1723 há uma troca de correspondência entre o capitão de Cacheu, Pedro de Barros, o governador de Cabo Verde, António Vieira, e o Conselho Ultramarino. Barros escrevia à Vieira que a falta de tropas no litoral fazia com que os estrangeiros se metessem com facilidade no comércio na costa e nas feiras do sertão. Vieira dizia que também tinha dificuldades em afastar os estrangeiros do arquipélago, justamente porque também lhe faltavam tropas, já que muitos soldados enviados ao litoral para conter os ataques das populações locais acabavam desertando e se imbuindo no próprio comércio. O Conselho Ultramarino prometia o envio de degredados para compor as tropas e de funcionários para fiscalização do comércio, instruídos a cobrar os direitos iguais ao que se cobravam dos comerciantes do Reino que iam às ilhas e à Guiné com licença. Além disso, afirmou que parte destes direitos deveriam ser cobrados com mantimentos para suprir o arquipélago, além de assegurar o envio de armamentos e munições na costa.²⁹⁵

Aqui vemos uma mudança sutil na política portuguesa na região. Ao invés do confronto com os comerciantes estrangeiros, com apresamentos de cargas, prisões e castigos, a instrução agora era no sentido de permitir – mesmo que isso ferisse a ideia mercantilista da importância do monopólio – que comerciantes estrangeiros ou sem licença fizessem negócios nas ilhas e na costa, desde que pagassem os devidos direitos à Real Fazenda lusa. Contudo, a questão não era apenas contornar a questão dos estrangeiros. Como já relatado, a relação entre administração portuguesa e os reinos locais era bastante conflituosa. E é interessante notar que esse conflito não dizia respeito apenas a questões de relações de poder, mas também econômicas. Em uma carta ao rei, de abril 1725, o capitão Pedro Barros informava sobre o contrabando feito pelos comerciantes Falupes, moradores de algumas praças mercantis do sertão, que negociavam com

²⁹⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 82f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 108v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 117v.

²⁹⁵Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 124v.

particulares nacionais e estrangeiros sem licença régia. O capitão os reprimiu e isso causou revide por parte dos gentios, que passaram a vexar sistematicamente os moradores de Cacheu, saqueando e queimando suas casas, atacando a fortaleza. Isso resultou na deserção de alguns dos poucos soldados que ali estavam.²⁹⁶

Se na parte que diz respeito aos estrangeiros a política era mais permissiva, com as comunidades e reinos locais foi de agressão. Os gentios conseguiam descaminhar tudo o que queriam e estabeleciam novos portos, menores e de difícil acesso pela terra, nos quais comerciavam inclusive com portugueses que iam à Guiné sem licença. Política essa, entretanto, ineficaz e perigosa: ao mesmo tempo em que não conseguia bloquear esse descaminho, por não conseguir fiscalizar uma área tão grande e nem articular uma rede de negócios mais eficaz com o sertão, sofria inúmeros revides violentos por parte dos africanos, que chegavam a devastar as pequenas vilas criadas por portugueses e conseguiram destruir várias vezes a fortaleza de Cacheu.²⁹⁷

Em 1726 surge uma figura que até então não havia aparecido nos registros: um comerciante lisboeta de nome José de Afonso Lima, que gostaria de estabelecer relações comerciais com Cabo Verde e também com a costa da Guiné. Em carta de 14 de novembro de 1726, o Conselho Ultramarino informou ao capitão Pedro de Barros, que Afonso Lima pretendia mandar uma nau todos os anos para Cabo Verde e Cacheu fazer negócios. O Conselho exigia que lhe fossem dispostos carregadores e que não fossem embarçados os seus negócios; que o negociante deveria ter toda guarida necessária e preferência sempre que uma embarcação sua atracasse em algum dos portos da área. Ao que parece, aqui há uma outra mudança sutil da política da Coroa: estimular e dar todo o amparo aos comerciantes de Lisboa que estivessem dispostos a fazer negócios na região, na tentativa de cercear o acesso aos comerciantes estrangeiros a partir de incentivos aos metropolitanos.²⁹⁸

Entretanto, a aventura de José de Afonso Lima durou apenas uma viagem. Em 31 de outubro de 1728 o novo capitão de Cacheu, José Perestrello recebeu uma carta do próprio comerciante com algumas recomendações do Conselho Ultramarino. Afonso

²⁹⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 152v.

²⁹⁷Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 152v.

²⁹⁸Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 159v.

Lima enviara uma galera chamada João e Maria para o porto de Cacheu, com o intuito de comerciar escravizados e outras mercadorias. Quem ia responsável pelos negócios era o mestre da galera, chamado Salvador Pereira. Esta estava carregada de fazendas e aguardente para o negócio na Costa e em relação a elas não deveriam ser cobrados os devidos direitos. Contudo, as mercadorias carregadas no porto de Cacheu deveriam ter seus direitos devidos cobrados como de costume; além do que, cabia a Perestrello proporcionar o que for possível ao dito mestre, com a finalidade de animar o comércio da região. Ao mesmo tempo, Afonso Lima comandaria uma outra embarcação com destino a Cabo Verde, uma galera de invocação Nossa Senhora da Soledade de Almas, para o comércio com os moradores das ilhas, com os quais negociaria suas fazendas, mantimentos e aguardente, e deveria comprar urzela, sangue de drago e anil, além de tecidos, pois dali partiria para a costa no intuito de adquirir mais africanos escravizados. Todavia, no início do ano de 1729 uma tempestade pegou de surpresa ambas as embarcações, que foram a pique próximas da ilha de Santo Antão – ilha mais ao norte do arquipélago – fazendo com que toda a mercadoria manufaturada se perdesse. Isso resultou em desistência do comerciante em negociar na região. A última notícia que se tem dele está em uma correspondência de 1730, entre Perestrello e o também novo governador de Cabo Verde, Francisco de Oliveira Grans, comentando sobre o naufrágio.²⁹⁹

Mesmo com o fracasso da iniciativa de Afonso Lima, Cacheu parecia viver um relativo estado de paz na primeira metade da década de 1730. Excetuando uma carta enviada pelo capitão António Barros Bezerra Junior – então em seu terceiro mandato –, datada de 17 de outubro de 1733, que dava conta de um tal padre visitador chamado António Manoel Leitão, que esteve nas proximidades do Rio Gâmbia comprando vários escravizados sem recolher os devidos direitos, além de contrabandear barras de ferro com as quais negociava os escravizados. Bezerra Junior prendeu o padre Leitão, que teve de arcar com os direitos dos escravizados adquiridos e ainda foi repreendido por não estar cumprindo os seus deveres no sacerdócio. Fora isso, o que é percebido nesse período é que as reformas na fortaleza estavam sendo feitas, que a igreja matriz havia sido

²⁹⁹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 212v e 213f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 213f e v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 238v e 239f.

finalmente concluída, que se estabeleceu uma casa para o funcionamento da alfândega e que se criou uma câmara para melhor decidir as questões administrativas da feitoria.³⁰⁰

Mas as coisas mudariam na segunda metade dessa mesma década. Mais especificamente a partir do fim de 1734, quando retornaram as denúncias de contrabando por parte de Mandingas islamizados: estes, além de escravizar os comerciantes Cassangas – aliados dos portugueses na região – na praça de Farim (subindo o rio Cacheu), ainda desviavam as mercadorias que, em tese, deveriam ser destinadas aos portos da feitoria de Cacheu para os portos mais ao norte, na região do Rio Gâmbia. Além disso, estavam também usando da mesma premissa em Zeguinchor, outra praça controlada pela administração portuguesa através dos tangomaos. Em 1735 tem início o conflito entre os portugueses com os Mandingas: essa guerra durou até o início de 1737, com os lusos sendo apoiados pelo Rei Cassanga e o Mandingas por outras populações islamizadas da Senegâmbia. O conflito armado estava sendo prejudicial ao domínio português, tendo em vista que o foco na frente de batalha ao norte abriu espaço para a entrada francesa na área da antiga feitoria de Bissau, mais ao sul. Bezerra Junior, um pouco antes de falecer, conseguiu costurar um acordo de paz com os Mandingas e negociar um ajuste no comércio realizado entre estes comerciantes africanos, os tangomaos e a administração régia.³⁰¹

Com a morte de Bezerra Junior, o novo capitão-geral, Damião de Bastos, herdou um problema antigo, com raízes na década anterior: o interesse francês na região de Bissau. Em 08 de outubro de 1737 Bastos escrevia ao Rei informando que os franceses pretendiam construir uma fortificação na ilha de Bissau e que havia recebido essa informação de um capitão de embarcação português que estava ali fazendo comércio com os tangomaos. Esse imbróglio durou cerca de dois anos, quando a Coroa escreveu à Bastos, em 14 de novembro de 1739, informado sobre a ida de duas naus francesas, pertencentes à Companhia das Índias Orientais da mesma nação, com o intuito de colocar em prática o antigo interesse francês de erigir fortaleza nas ilhas de Bissau e ali estabelecer uma feitoria. Estas ficaram cerca de dois meses negociando com os imãs

³⁰⁰Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 283fa294f.

³⁰¹Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 294v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 298f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 317v.

Papéis, inimigos do rei de Bissau Incinha Té. Na mesma carta, havia um parecer do Conselho Ultramarino que servia de lembrete a Bastos: a terra ali era de Real domínio da Coroa Portuguesa, e por isso dever-se-ia impedir os franceses de toda a forma, mesmo que fosse necessário um conflito armado. A solução encontrada por Bastos foi uma negociação com o rei de Bissau, para que este proibisse qualquer nação estrangeira – que não fosse Portugal – de construir fortaleza e instalar ali uma feitoria comercial, o que foi acatado pelo monarca, já que os franceses o ignoraram como poder local e foram negociar diretamente com o seu principal inimigo na região.³⁰²

Mas nada adiantaria negociar com o rei de Bissau a proibição aos estrangeiros e não ocupar o espaço no qual já havia existido uma feitoria portuguesa. Depois de alguns anos de conversações com Incinha Té, este aprovou a construção de uma fortaleza e o estabelecimento de alguns súditos portugueses em Bissau. Em 9 de janeiro de 1745, por ordem do rei D. João V, o Conselho Ultramarino notificava o então capitão-geral de Cacheu, Manoel Pires Correia, a iniciar as obras de uma fortaleza na ilha de Bissau. Ao mesmo tempo iam afinando a legislação mercantil, estabelecendo, em 08 de novembro de 1745, a Lei de Arqueação, que estipulou o valor do frete de cada africano escravizado em seis mil réis. Começava-se ali uma tentativa de reestruturação da presença portuguesa na área conhecida com Rios da Guiné, se estabelecendo novamente na área da antiga feitoria de Bissau e uma reorganização do modelo mercantil na região visando o fortalecimento do tráfico de africanos escravizados.³⁰³

No entanto, três anos depois as coisas continuavam paradas em Bissau. Em uma carta que chegou à Corte em 26 de outubro de 1748, João Távora – o novo capitão-geral de Cacheu – informava sobre estado lastimável que se encontravam as forças das armas portuguesas enviadas para as ilhas de Bissau no período de tensão com os franceses. Faltavam soldados, armamentos, munições, pólvora e mantimentos: havia apenas alguns soldados negros, pois, os brancos acabavam indo clandestinamente para o sertão, Cabo Verde e áreas controladas por outras metrópoles europeias a fim de se envolver com tráfico. Devido a isso, Távora relatava ser quase impossível combater o contrabando de

³⁰²Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 317f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 327f. CAMPOS, Américo. *A História da Guiné Bissau em datas*. Bissau: s/e, 2012. (p. 15)

³⁰³Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 360f. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 372v e 373f.

escravizados e até mesmo a cobrança de direitos sobre os aqueles comerciados com licença régia. Isso também resultava no avanço preocupante dos franceses, que andavam ocupando com bastante velocidade os arredores, revelando ser iminente a perda do porto de comércio de escravizados e outras mercadorias oriundas do sertão. O capitão destacava as potencialidades da região de Bissau, com muitos rios e oferta grande de escravizados, bem como a facilidade de se ali instalar devido às boas relações da Coroa Portuguesa com o rei Incinha Té. O Conselho Ultramarino respondeu a Távora em carta de 29 de outubro de 1748: primeiro, informou sobre o envio de tropas, armamentos e munições para Bissau, além de materiais e mão de obra para o término da fortaleza que estava inacabada; ainda explicava a nova configuração do sistema de cobrança de direitos no comércio de escravizados, cujos navios iam aos portos de Cacheu e Bissau negociar e que deveriam pagar cinco por cento de entrada e mais seis tostões de saída para cada escravo, uma diminuição substancial que visava estimular o crescimento do tráfico nessa área.³⁰⁴

Até a fundação da CGPM, em 1755, por mais que houvessem ordens vindas do Reino com o intuito de proteger a área, bem como remessa de soldados, armamentos e mantimentos, a presença francesa sempre rondou Bissau com apoio dos Papéis. O ano chave dessa mudança foi 1753. No início do ano, a Coroa enviou alguns barcos com materiais e um engenheiro para dar andamento à reconstrução da fortaleza. Neles foi remetida uma artilharia que expulsou uma embarcação francesa, além de uma guarnição que aniquilou cerca de quinhentos soldados Papéis. O novo rei de Bissau, Palan Cá, que havia disponibilizado duzentos soldados para apoiar a guarnição portuguesa, consentiu com o estabelecimento de uma nova feitoria comercial na região e exigia a presença de um administrador português, aos moldes de como era em Cacheu e, assim, no fim do mesmo ano, é reconstituída a capitania de Bissau. Francisco Roque de Sotto Mayor foi nomeado capitão-geral, o primeiro desde 1707, e uma guarnição de cinquenta soldados recrutados no arquipélago de Cabo Verde foi enviada para Bissau.³⁰⁵

O período marcado pela presença portuguesa na região dos Rios da Guiné, partindo do ano da fundação de Cacheu em 1588 até a da CGPM, pode ser descrito como: de controle frágil por parte da Coroa Portuguesa; baseado em diversos arranjos com os

³⁰⁴Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 479, Microfilme 238, Fls. 01f a 03v. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas de Cabo Verde e São Tomé, Códice 486, Microfilme 237, Fls. 387v e 388f.

³⁰⁵CAMPOS, Américo. *A História da Guiné Bissau em datas*. Bissau: s/e, 2012. (p. 15-6)

potentados locais – principalmente em Bissau; e, às voltas com estrangeiros que contrabandeavam os produtos do mercado africano, por meio dos comerciantes, principalmente os islamizados: no caso de Cacheu, os Mandingas e no caso de Bissau, os Papéis. Não havia condições para que os governadores de Cabo Verde e os capitães-gerais na costa pudessem, com tão pouco material humano, fiscalizar uma área tão grande e controlar o comércio. Holandeses, ingleses, mas, sobretudo, os franceses, estavam sempre rondando a região e a ocupação poderia ocorrer a qualquer momento e de maneira muito tranquila se não fossem os acordos realizados com as elites locais.

E mais importante: o que nos parece ter garantido a permanência portuguesa na região foram os lançados ou tangomaos. Esses portugueses que assimilaram a cultura africana são personagens que sempre estão circundando a narrativa da região. Apesar da assimilação, a manutenção do idioma e a descendência Ibérica foram fatores importantes para que a Coroa Portuguesa, aos trancos e barrancos, mantivesse seu domínio. E, apesar da política muitas vezes atrapalhada e da inércia dos agentes administrativos das ilhas e das feitorias – em vários momentos pensando em benefícios próprios –, é inegável que Portugal exerceu controle nessas áreas e para além das negociações com o poder local, muito se deveu a essa complexa rede mercantil criada sertão adentro, que ligava as diversas praças comerciais estabelecidas nas margens dos rios da Guiné, sustentadas pela figura do assimilado ou do mestiço afroportuguês.

4.2. Os Rios da Guiné e a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão: o monopólio, as mercadorias manufaturadas e o tráfico de africanos escravizados

Com a criação da CGPM, a administração vai valer-se das redes mercantis já constituídas anteriormente na região dos rios da Guiné, utilizando-se de toda as relações sociais, políticas e econômicas criadas pelos tangomaos, inclusive lançando mão deles próprios para atuarem no sertão africano. Na praça de Cacheu, na qual a presença portuguesa era mais evidente, a administração da Companhia se sobrepôs aos negociantes ali estabelecidos. Mantinha nessa feitoria dois administradores que eram os responsáveis por intermediar as redes oriundas das feiras de escravizados rios acima, os caixeiros da Companhia e os capitães de embarcação da própria empresa pombalina, que ali aportavam para os carregamentos com destino ao Grão-Pará e ao Maranhão. Na casa comercial constituída ali pela CGPM, esses administradores estocavam as mercadorias necessárias

para o comércio de escravizados, sendo a panaria cabo-verdiana sempre constando como produto primordial para o trato. Esses sujeitos estavam instruídos a negociar os africanos escravizados que vinham das diversas feiras no sertão e destiná-los para o carregamento das respectivas embarcações negreiras da Companhia, buscando utilizar os tangomaos como caixeiros.³⁰⁶ O quadro abaixo, mostra os pares de administradores que foram enviados pela Junta de Administração para a feitoria de Cacheu:

Tabela 17. Administradores da CGPM em Cacheu

Período	Administrador 1	Administrador 2
1760 - 1761	José Ramos da Silva	Lourenço José Viana
1762 - 1767	Lourenço José Viana	Pedro Roiz de Sousa
1768 - 1772	António José Teixeira	Francisco José Gomes
1773 - 1775	Felipe Dâmaso de Aguiar	Francisco José Gomes
1776 - 1777	Pedro Roiz de Sousa	Manoel António Correia
1778 - 1779	Francisco José Gomes	Marcelino António Correia
1780 - 1781	Pedro Roiz de Souza	Caetano Baltasar Machado

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 1. (p.246).

Francisco José Gomes e Pedro Roiz de Sousa foram os administradores que mais ocuparam tempo no cargo, ambos com dez anos à frente dos negócios da CGPM em Cacheu. Normalmente haviam dois ou três caixeiros que se ocupavam de negociar pela costa através de comércio de cabotagem: ao sul comerciavam pau-campeche, marfim, cera e africanos escravizados; no arquipélago de Bijagós, defronte ao estuário do rio Geba, comerciavam escravizados e mantimentos, como o arroz; por fim, para o norte, faziam negócios com os régulos locais vendendo toda a gama de mercadorias manufaturadas – da Europa e da Ásia – das quais falaremos adiante.³⁰⁷

O fato desses caixeiros estarem, na maioria das vezes, inseridos nas redes mercantis locais, fazia com que a relação entre eles e os administradores fossem conflituosas na maioria das vezes. Não era raro relatos dos administradores reclamando que estes caixeiros pouco trabalhavam, não prestavam contas de seus trabalhos ou, ainda,

³⁰⁶Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263. CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 1. (p.246).

³⁰⁷CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 1. (p.246).

utilizavam dos recursos e embarcações da CGPM para negociar por conta própria. A situação foi parcialmente resolvida após a Junta de Administração oferecer um ordenado de duzentos mil réis anuais a cada caixeiro, mais comissões de 5% sobre todas as mercadorias manufaturadas vendidas no continente africano, bem como sobre gêneros e africanos escravizados remetidos dos portos de Cacheu para a América ou para a Europa.³⁰⁸

Para entender como funcionavam as negociações em Cacheu, temos uma instrução de 12 de fevereiro de 1760, ao capitão da corveta Nossa Senhora da Esperança, José dos Santos. Nela, os deputados da Companhia destacavam que Santos cumpriria as seguintes ordens: ao atracar a embarcação no porto da feitoria de Cacheu, deveria procurar José Ramos da Silva ou Lourenço José Viana, entregando-lhes uma carta enviada pela junta da empresa pombalina. Na carta – e também nas instruções para Santos – recomendava-se fazer o descarregamento dos manufaturados europeus e asiáticos com a maior rapidez possível. Descarregada a embarcação, Santos deveria acompanhar o carregamento dos escravizados fornecidos por Silva ou Viana, sempre atento às condições de saúde dos mesmos, garantindo a tonelagem máxima suportada pela nau que comandava. Carregado o navio, deveria partir para a travessia levando os escravizados ao porto de São Luís, consignados aos administradores da Companhia no Maranhão – Francisco Pereira e Vicente Ferreira da Costa– tendo todo o cuidado para diminuir ao máximo possível as perdas.³⁰⁹

Já em Bissau, o funcionamento mercantil era outro. Havia sim administradores nomeados para a região. No entanto, como vimos no decorrer deste capítulo, a presença portuguesa sempre foi bem frágil nesta área. Sendo assim, o negócio escravista se desenrolava por conta e risco dos capitães ou mestre dos navios da CGPM. Eles eram orientados a fazer escala na Vila de Praia, em Cabo Verde; lá deveriam fazer um carregamento de têxteis para complementar a carga de manufaturados que havia saído do porto de Lisboa. Partiriam então de Cabo Verde com destino a feitoria de São José de

³⁰⁸CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 1. (p.247-8).Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263.

³⁰⁹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263. Fls. 01 a 04. A fonte nos mostra que em Cacheu, durante a atuação da Companhia, as embarcações faziam a rota direta da metrópole até a feitoria. A rota seria Lisboa → Cacheu → Amazônia → Lisboa.

Bissau, onde ele próprio fazia o resgate de africanos escravizados, partindo dali para os portos mais setentrionais da América Portuguesa.³¹⁰

O funcionamento do tráfico de africanos escravizados fica bastante evidente em uma instrução da Junta de Administração ao capitão José da Silva Costa, que rumou para Bissau no dia 26 de fevereiro de 1760 a bordo da embarcação da CGPM de nome São Sebastião. A Junta ordenava que Costa aportasse na Vila de Praia, na ilha de Santiago, e ali procurasse por Pedro Cardozo e João Freire, ambos empregados da Companhia. Deveria entregar a eles uma carta do órgão administrativo da empresa em Lisboa, em que Cardozo e Freire eram orientados a fornecer os fardos de panos da ilha que fossem necessários para complementar a carga de manufaturados vindos do Reino para que a nau partisse de Bissau com sua carregação completa. Posto isso, recomendavam que Costa ficasse o menor tempo possível atracado em Santiago, o bastante para carregar a panaria, além de mantimentos necessários para a travessia atlântica. Na costa, o capitão era o responsável por resgatar os escravizados dos comerciantes ali estabelecidos, em sua maioria tangomaos e rumar o mais rápido possível para o porto de São Luís.³¹¹ No entanto, mesmo com essa independência dos capitães em Bissau, havia também administradores locados ali. O quadro abaixo demonstra quem são:

Tabela 18. Administradores da CGPM em Bissau

Anos	Administrador 1	Administrador 2
1765 - 1766	António Francisco Silva	Joaquim Vieira Bernardes
1767 - 1768	João da Costa	Manoel Ribeiro Vieira
1769 - 1778	João da Costa	João António Pereira
1779	Francisco José Gomes	Marcelino António Correia
1780	Pedro Roiz de Sousa	Manoel António Barrabino

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 1. (p.246).

Vemos aqui que os que mais ficaram tempo como administradores em Cacheu passaram, em algum momento, em Bissau. Francisco José Gomes e Pedro Roiz de Sousa

³¹⁰Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263.

³¹¹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263. Fls. 05 a 09. Já aqui as fontes nos mostra que durante a atuação da Companhia, as embarcações não tornavam a passar em Cabo Verde, após carregar-se de escravizados em Bissau e rumar para a Amazônia. A rota seria Lisboa → Cabo Verde → Bissau → Amazônia → Lisboa.

estiveram pelo período de apenas um ano cada um como administradores principais em Bissau. Como eram avaliados como bons administradores, estiveram ali nos anos finais da CGPM com o intuito de manter em ordem os negócios da Companhia. Mas qual era a real ocupação desses indivíduos, já que neste porto o trato era realizado diretamente pelos capitães de embarcações? Nas instruções dadas a eles fica nítida a hierarquia entre Cacheu e Bissau: caso as manufaturas trazidas pela embarcação não fossem suficientes – tendo em vista que os preços em Bissau eram menos estáveis – esses administradores ficavam responsáveis por solicitar mais mercadorias aos seus pares em Cacheu. No caso de sobram mercadorias, sobretudo a panaria cabo-verdiana, estas deveriam ser remetidas pelos administradores em Bissau, por intermédio dos caixeiros, para a casa comercial da CGPM em Cacheu. Por fim, cabia a eles, ainda, assegurar que arqueação não excedesse o limite e nem estivesse abaixo dele, procurando verificar se os escravizados embarcados estavam sadios.³¹²

Instruíam também que, caso fossem oferecidos marfim e cera, enquanto se negociavam escravizados, deveria comprar tudo o que achassem, procurando sempre praticar bons preços. Ressaltavam, contudo, que o negócio principal era o de escravizados. Tudo deveria ser realizado no menor tempo possível, procurando rumar logo aos portos amazônicos para evitar gastos e perdas desnecessários. Após desembarcar os escravizados no Maranhão ou Pará, o capitão era instruído a carregar com o que fosse possível de gêneros para serem transportados ao porto de Lisboa. Também estava claro que o comércio de gêneros ocorria sob o regime de exclusivo, sendo vedado a particulares no Grão-Pará e Maranhão. Finalmente, deveriam vigiar a tripulação para inibir qualquer tipo de contrabando.³¹³

Compreendendo como o negócio se organizava nas feitorias dos rios da Guiné com o estabelecimento da Companhia, partiremos para uma análise mais quantitativa do comércio empreendido pela CGPM em Cacheu e Bissau, utilizando os dados que constam nos livros da CGPM: demonstraremos os produtos europeus remetidos de Lisboa para Cacheu e Bissau, e, do mesmo modo o faremos em relação aos produtos exportados pela Companhia de comércio e que tinham como origem as feitorias portuguesas na Guiné.

³¹²Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263. Fls. 05 a 09.

³¹³Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263. Fls. 05 a 09.

Nossa intenção é avaliar os produtos manufaturados utilizados no tráfico, comparar a composição de cada um no abatimento do valor dos africanos escravizados, incluindo aqui os têxteis cabo-verdianos. Também com o preço médio de venda da escravaria na América, poderemos avaliar a lucratividade da Companhia no comércio de almas. Desse modo, teremos indícios para analisar o desempenho da empresa monopolista na costa africana.

Assim como no capítulo anterior, com base nos dados coletados por António Carreira, confrontados com os dados que coletamos nos Livros das Carregações da Companhia, partiremos para análise dos produtos importados pelas feitorias na costa da Guiné. Há um certo tempo alguns historiadores do tráfico de africanos escravizados tem apontado a importância da bebida alcoólica, principalmente a aguardente, para a realização de negócios na costa ocidental africana. Entre 1758 e 1781 houve remessas de aguardente para as feitorias dos Rios da Guiné. Sabemos que essas remessas eram compostas de aguardente vinda do Reino, bem como do grogue – a aguardente cabo-verdiana, à qual já nos referimos – mas, no entanto, não conseguimos informações que permitissem separar esses dados.³¹⁴ Entretanto, temos o quadro abaixo para ilustrar essas remessas:

Tabela 19. Aguardente remetida para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu		
	Frasqueiras	Valor	Frasqueiras	Almudes	Valor
1758	0	0	400	-	1:260\$000
1759	0	0	-	900	1:872\$000
1760	402	1:298\$000	-	1.170	2:310\$427
1761	843	3:203\$720	-	947	2:419\$424
1762	590	2:047\$028	-	225	687\$165
1763	222	983\$200	-	800	1:792\$960
1764	945	2:979\$360	904	-	2:835\$500
1765	1.644	5:875\$449	482	-	1:428\$260
1766	450	1:261\$795	316	-	997\$001

³¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000. CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Vulgata: Lisboa, 2002. FLORENTINO, Manolo. *Tráfico Atlântico, Mercado colonial e Famílias Escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009.

1767	1.996	6:092\$395	600	-	1:800\$300
1768	956	2:704\$308	806	-	2:289\$750
1769	1.776	4:645\$142	700	-	1:641\$250
1770	950	1:992\$425	809	-	1:993\$707
1771	2.801	3:467\$830	601	-	1:251\$495
1772	1.343	1:656\$106	974	-	1:938\$260
1773	250	588\$000	642	-	1:369\$000
1774	250	500\$000	200	-	400\$000
1775	796	2:861\$221	400	-	1:229\$000
1776	474	981\$180	700	-	1:608\$800
1777	1.624	3:432\$470	300	-	621\$000
1778	513	1:061\$910	236	-	488\$520
1779	465	1:468\$150	-	127	175\$950
1780	6.831	6:486\$115	0	0	0
1781	160	562\$920	0	0	0
Parcial	26.281	56:148\$724	9.070	4.169	32:409\$769
	Despesa	9.178\$584		Despesa	4:180\$860
	Total	65.327\$308		Total	36:590\$629

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.164). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

A aguardente era enviada em frasqueiras ou almudes. As frasqueiras armazenavam aproximadamente 25 litros de bebida. Os almudes 17 litros. Desse modo, no período analisado, temos que foram remetidos para Bissau 657.025 litros de aguardente – que custaram pouco mais de 56 contos de réis – e 297.623 litros para a praça de Cacheu – que equivaleram a mais de 32 contos de réis – sendo os dois preços em África; já no que diz respeito ao preço por litro, temos que em Bissau custava mais barato do que em Cacheu, sendo 85 réis o litro no primeiro e 109 réis no segundo. Os dados nos mostram também as despesas totais, que incluíam o carregamento e o descarregamento das cargas nas embarcações, bem como do frete: pouco mais de 9 contos de réis para Bissau, ou cerca de 16% do valor da carga; e cerca de 4 contos de réis para Cacheu, ou cerca de 13% do que valia a carga de bebidas. Outro produto importante que compunha as remessas para Guiné eram as espingardas, vejamos o quadro:

Tabela 20. Espingardas remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1758	0	0	166	232\$400
1759	0	0	415	643\$900
1760	703	749\$100	312	436\$800
1761	1.110	1:566\$300	657	922\$800
1762	418	602\$000	228	321\$200
1763	50	139\$600	213	285\$600
1764	1.092	2:077\$200	930	1:696\$800
1765	1.655	3:233\$440	1.007	1:865\$350
1766	0	0	180	360\$000
1767	1.206	2:318\$400	384	768\$000
1768	1.046	1:872\$800	900	1:500\$000
1769	812	1:299\$000	742	1:187\$200
1770	1.472	2:191\$200	1.249	1:917\$600
1771	2.805	4:401\$200	1.080	1:512\$000
1772	584	886\$600	974	1:363\$600
1773	436	675\$800	312	682\$800
1774	0	0	0	0
1775	1.318	2:579\$200	1.814	3:535\$450
1776	224	358\$400	1.002	1:579\$200
1777	906	1:442\$100	516	812\$300
1778	0	0	0	0
1779	475	715\$600	0	0
1780	250	375\$000	0	0
1781	105	157\$500	0	0
Parcial	16.667	27:640\$440	13.081	21:623\$000
	Despesas	4:671\$234	Despesas	2:789\$367
	Total	32:311\$674	Total	24:412\$367

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.168). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Para as espingardas também identificamos remessas anuais para a Guiné. As armas eram denominadas como espingardas de pederneira, que funcionavam pelo mecanismo de percussão, no qual uma pedra vai de encontro com peça metálica,

produzindo uma faísca que incendeia a pólvora dentro do cano da arma. Uma quantidade bem grande de espingardas foi remetida no período entre 1758 e 1781, o que reforça a ideia de que a violência é a gênese da escravidão. Bissau, novamente, lidera em quantidade e valor das remessas, com um total de 16.667 espingardas que custaram mais de 27 contos de réis; enquanto que Cacheu recebeu 13.081 espingardas, num valor de mais de 21 contos de réis. Os valores por peça, no entanto, são bem próximos em ambas localidades, sendo que uma espingarda custava 1\$658 réis em Bissau e 1\$653 réis em Cacheu. Também encontramos as despesas do transporte, acima de 4 contos de réis para Bissau e dos 2 contos para Cacheu – uma porcentagem de 17% para a primeira localidade e 13% para a segunda, levando em conta o valor das mercadorias. Há também remessas de pederneiras, como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 21. Pederneiras remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Unidades	Valor	Unidades	Valor
1758	0	0	0	0
1759	0	0	0	0
1760	7.000	9\$429	14.200	19\$127
1761	41.500	55\$901	19.200	25\$862
1762	28.100	37\$851	11.600	15\$625
1763	14.000	18\$858	8.000	10\$776
1764	29.200	39\$332	11.900	16\$029
1765	67.450	90\$855	23.800	32\$059
1766	8.000	10\$776	0	0
1767	0	0	0	0
1768	21.000	28\$287	16.500	22\$226
1769	20.000	26\$940	39.600	53\$341
1770	19.500	26\$267	99.500	134\$027
1771	20.250	27\$277	0	0
1772	0	0	0	0
1773	11.300	15\$221	0	0
1774	0	0	0	0
1775	0	0	51.150	68\$899
1776	43.800	58\$999	0	0
1777	0	0	39.700	53\$476

1778	0	0	0	0
1779	0	0	0	0
1780	0	0	0	0
1781	0	0	0	0
Parcial	331.100	445\$992	335.150	451\$447
	Despesas	73\$143	Despesas	58\$237
	Total	519\$135	Total	509\$684

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.173). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

As pederneiras, neste caso, são as pedras de sílex avulsas e que eram enviadas para a substituição das que ficavam presas ao cão da espingarda e se desgastavam devido ao atrito do uso cotidiano das armas de fogo. Não eram remessas muito significativas do ponto de vista financeiro e nem eram sistemáticas, como ocorria nos casos da aguardente e das espingardas. Mas essas remessas também servem de reforço para a ideia de que as armas de fogo e munições eram importantes no contexto do tráfico de africanos escravizados. Temos que Bissau recebeu 331.100 unidades de pederneiras, que custaram cerca de quase 446 mil réis, enquanto para Cacheu foram remetidas 335.150 unidades, ao custo de pouco mais de 451 mil réis. O dispêndio por peça era de aproximadamente 1\$400 réis o milheiro de pederneiras em ambas as feitorias; já as despesas giravam em 16% em Bissau e 13% em Cacheu, pouco mais de 73 mil réis e 58 mil réis, respectivamente. Na mesma linha de produtos, temos as remessas de pistolas, como demonstra o quadro a seguir:

Tabela 22. Pistolas remetidas para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1758	0	0	92	71\$200
1759	0	0	108	107\$600
1760	44	22\$680	84	198\$487
1761	72	58\$200	188	144\$600
1762	12	9\$000	58	43\$500
1763	0	0	76	60\$800
1764	12	11\$400	178	160\$200
1765	72	356\$920	296	267\$050

1766	120	172\$800	160	160\$000
1767	54	121\$750	0	0
1768	0	0	238	209\$400
1769	0	0	100	90\$000
1770	0	0	100	90\$000
1771	100	108\$000	240	226\$000
1772	0	0	178	160\$200
1773	0	0	0	0
1774	0	0	200	200\$000
1775	0	0	0	0
1776	0	0	0	0
1777	130	130\$000	170	153\$000
1778	0	0	0	0
1779	0	0	0	0
1780	0	0	0	0
1781	0	0	0	0
Parcial	616	990\$750	2.466	2:342\$037
	Despesas	162\$483	Despesas	302\$122
	Total	1:153\$233	Total	2:644\$159

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.174). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

As pistolas eram mais demandas em Cacheu do que em Bissau, muito provavelmente por haver uma presença portuguesa maior na primeira. Na segunda localidade havia apenas uma fortaleza com uma guarnição – como falaremos mais adiante, quando tratarmos especificamente do tráfico de escravizados. A pistola era uma arma de manuseio mais prático do que a espingarda e, também, mais portátil, o que facilitava o uso para uma eventual defesa pessoal. Nesse sentido, podemos conjecturar que os portugueses estabelecidos na feitoria de Cacheu tivessem preferência por pistolas, enquanto que espingardas eram mais demandadas em Bissau por sua utilização na compra de africanos escravizados. Posto isso, temos uma remessa de 616 peças para Bissau, enquanto que para Cacheu foram remetidas 2.466 no período analisado. Temos um total de pouco mais de 1 conto de réis para Bissau e 2 contos de réis em pistolas para Cacheu. No entanto, em Bissau as peças eram mais caras, custando em torno de 1\$608 réis cada uma, enquanto que em Cacheu custavam 950 réis cada; isso pode ser explicado porque

em Bissau as pistolas também entravam no *banzo* e, por isso, eram vendidas com valores mais altos para assegurar vantagens no negócio de escravizados. Em Cacheu eram mais baratas porque eram vendidas, em sua maioria, para os súditos estabelecidos naquela praça. Já as despesas permanecem em 16% em Bissau e 13% em Cacheu, num valor de pouco mais de 162 mil réis e 302 mil réis, respectivamente. Outro elemento importante nesse conjunto formado por armas de fogo ou suas peças era a pólvora. Vejamos o quadro a seguir:

Tabela 23. Pólvora remetida para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau			Cacheu		
	Barris	Quintais	Valor	Barris	Quintais	Valor
1758	0	0	0	200	100	2:300\$000
1759	0	0	0	300	150	3:506\$000
1760	320	160	3:460\$000	400	200	4:380\$000
1761	530	265	5:797\$700	687	378	7:646\$413
1762	220	110	2:790\$000	0	0	0
1763	81	40	1:120\$000	300	150	3:850\$000
1764	390	195	4:995\$000	512	272	7:027\$905
1765	670	335	7:315\$000	750	375	8:062\$500
1766	200	100	2:300\$000	160	80	1:760\$000
1767	570	285	5:946\$100	120	60	129\$000
1768	430	215	4:585\$000	270	135	2:865\$000
1769	460	230	4:768\$000	360	177	3:718\$000
1770	395	198	4:108\$000	700	350	7:280\$000
1771	1.070	535	10:948\$000	457	229	4:672\$800
1772	450	225	4:680\$000	750	375	7:800\$000
1773	0	0	0	500	250	5:200\$000
1774	580	290	6:032\$000	200	100	2:080\$000
1775	500	250	5:200\$000	600	300	6:240\$000
1776	327	163	3:470\$000	120	60	1:200\$000
1777	300	150	3:120\$000	400	200	4:145\$000
1778	400	200	3:180\$000	0	0	0
1779	200	100	2:160\$000	0	0	0
1780	200	100	2:160\$000	0	0	0
1781	0	0	0	0	0	0

Parcial	8.293	4.146	88:134\$800	7.786	3.941	83:862\$618
		Despesas	14:454\$107		Despesas	10:968\$048
		Total	102:588\$907		Total	94:830\$666

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.175-6). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

A pólvora era o produto oriundo da Europa de maior valor nas importações de Cacheu e Bissau. Porém, um adendo deve ser feito: como cabia à CGPM a manutenção das praças e fortalezas, essa pólvora era não só um produto utilizado para o comércio na costa, como também para o abastecimento das fortalezas. Não temos uma informação da porcentagem utilizada em cada caso, mas nota-se que era um produto importante na região, tanto para a manutenção da possessão portuguesa, como para o próprio mercado de escravizados, reforçando a ideia da violência como gênese para a escravização: quanto mais armamento e conflitos havia na região, mais cresceu a produção de escravaria. Temos que Bissau liderou o recebimento da pólvora, com mais de 8 mil barris e 4 mil quintais, que custaram o valor de mais de 88 contos de réis, e pouco menos de 14 contos e meio em despesas; já Cacheu não ficou tão longe assim, com quase 8 mil barris e 4 mil quintais de pólvora, que movimentaram cerca de 83 contos de réis do produto, além de 11 contos em despesas. Essas despesas giravam em torno de 16% do valor total do produto para Bissau e 13% para Cacheu. Outro produto importante para o comércio na região era o ferro. Temos o quadro a seguir para ilustrar isso:

Tabela 24. Ferro em barra remetido para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1758	0	0	0	0
1759	0	0	2.925	3:133\$544
1760	1.509	1:664\$420	5.310	5:797\$195
1761	2.855	3:029\$769	4.630	5:357\$694
1762	1.215	1:358\$994	9.919	10:150\$000
1763	606	743\$631	1.793	2:067\$842
1764	2.467	2:873\$523	3.426	4:026\$419
1765	4.266	5:156\$221	5.533	6:541\$685
1766	300	372\$356	1.000	1:205\$793

1767	2.027	2:292\$466	811	917\$512
1768	3.929	4:295\$954	1.839	1:944\$349
1769	2.494	2:702\$731	2.990	3:169\$820
1770	4.543	4:999\$400	5.626	5:188\$620
1771	3.711	3:989\$712	6.095	6:890\$590
1772	500	556\$171	595	6:890\$590
1773	2.031	2:169\$732	4.218	4:592\$682
1774	0	0	0	0
1775	4.004	4:068\$437	6.773	6:912\$125
1776	1.003	1:004\$000	1.000	1:020\$062
1777	2.331	2:567\$830	3.329	3:364\$965
1778	829	856\$865	829	856\$865
1779	1.981	2:015\$000	0	0
1780	1.081	1:036\$210	0	0
1781	274	252\$983	0	0
Parcial	43.956	48:006\$405	68.641	80:028\$352
	Despesas	7:873\$050	Despesas	8:357\$395
	Total	55:879\$455	Total	88:385\$747

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.169). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

O ferro – e os metais em geral – era mercadoria importante pois permitia a construção de ferramentas, armas (como lanças e pontas de flechas), além de vários outros utensílios domésticos e de uso no trabalho. No período analisado, entre 1758 e 1781, temos que 43.956 barras de ferro foram introduzidas em Bissau e 68.641 na feitoria de Cacheu. Ao todo, nos Rios da Guiné as barras de ferro movimentaram cerca de 129 contos de réis, somadas as despesas: deste valor, temos que pouco mais de 48 contos foram absorvidos pelo mercado de Bissau e pouco mais 80 contos na praça de Cacheu, sendo entre 7 contos e 800 mil réis e 8 contos e 300 mil réis, respectivamente, em despesas, novamente, 16% para Bissau e 13% para Cacheu. Nesta última localidade, inclusive, a barra custava um pouco mais do que em Bissau –1\$166 réis cada, ante 1\$092 réis.

Apresentamos até aqui uma variedade de produtos divididos em categorias: a primeira de bebidas, na qual se encaixou a aguardente de duas origens, a portuguesa e a cabo-verdiana; a segunda, composta por armas em geral, bem como seus derivados, como

espingardas, pistolas, pederneiras e a pólvora; por fim, a de metal, em que estão alocadas as barras de ferro. Agora passaremos para a última das categorias, antes de fazer uma análise de importância de cada uma dessas mercadorias: os têxteis e as vestimentas. No que diz respeito aos têxteis, iremos dividi-los em dois tipos: os euroasiáticos e os cabo-verdianos – sobre os quais já fizemos uma análise parcial enquanto mercadorias de exportação cabo-verdianas no capítulo anterior. No entanto, começaremos com um produto menos importante, que são os chapéus. Vejamos o quadro a seguir:

Tabela 25. Chapéus remetidos para os Rios da Guiné (1758-1778) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1758	0	0	0	0
1759	0	0	0	0
1760	206	111\$034	166	89\$474
1761	460	211\$600	300	138\$000
1762	131	59\$998	0	0
1763	102	60\$998	36	21\$528
1764	65	35\$035	0	0
1765	282	128\$028	30	13\$620
1766	24	13\$272	3	1\$659
1767	0	0	0	0
1768	384	156\$288	12	4\$884
1769	495	201\$960	18	7\$344
1770	312	136\$656	276	120\$888
1771	0	0	12	4\$176
1772	1.642	620\$676	0	0
1773	0	0	0	0
1774	561	208\$692	12	4\$440
1775	600	207\$000	356	122\$820
1776	0	0	0	0
1777	16	8\$928	0	0
1778	4	1\$816	192	89\$088
Parcial	5.284	2:161\$981	1.413	617\$921
	Despesas	354\$565	Despesas	79\$711
	Total	2:516\$546	Total	697\$632

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.165-6). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Temos que no período analisado – 1758 a 1778 – Bissau importou mais chapéus do que Cacheu. Tal fato nos leva a crer que chapéus eram produtos que possuíam certa demanda no tráfico de africanos escravizados, já que ressaltamos que na citada feitoria a presença portuguesa era menor do que na de Cacheu, que poderia ser considerada como uma praça comercial, com residências e casas comerciais de portugueses. Foram mais de 5.200 chapéus enviados para Bissau e 1.400 para Cacheu, totalizando mais de 2 contos de réis e 600 mil réis respectivamente, descontando as despesas de transporte e carregamento que giravam em 16% e 13%, respectivamente. No que diz respeito aos preços médios em cada região, em Cacheu o chapéu custava um pouco mais caro do que em Bissau: 437 réis cada chapéu na primeira localidade e 409 réis na última. Partimos agora para os têxteis europeus e/ou asiáticos, cujo quadro abaixo ajuda a ilustrar a sua importância:

Tabela 26. Têxteis remetidos para os Rios da Guiné (1758-1781) (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Valores	Despesas	Valores	Despesas
1758	0	0	466\$045	60\$586
1759	13\$920	2\$227	206\$050	26\$787
1760	1:152\$861	184\$458	1:504\$972	195\$646
1761	1:525\$650	244\$104	917\$113	119\$225
1762	997\$460	159\$594	1:247\$097	162\$123
1763	411\$840	65\$894	3:113\$626	404\$771
1764	1:230\$440	196\$870	699\$028	90\$874
1765	1:992\$280	318\$765	383\$964	49\$915
1766	394\$557	63\$129	334\$949	43\$543
1767	2:610\$783	417\$725	0	0
1768	1:804\$142	288\$663	1:947\$026	253\$113
1769	5:791\$447	926\$632	1:124\$846	146\$230
1770	3:691\$762	590\$682	2:609\$996	339\$299
1771	2:280\$470	364\$875	848\$312	110\$281
1772	675\$240	108\$038	875\$885	113\$865
1773	3:777\$235	604\$358	1:161\$280	150\$966

1774	2:358\$135	377\$302	0	0
1775	2:780\$678	444\$908	1:924\$170	250\$142
1776	1:194\$390	191\$102	173\$176	22\$513
1777	301\$390	48\$222	551\$600	71\$708
1778	0	0	177\$925	23\$130
1779	735\$400	117\$664	0	0
1780	0	0	0	0
1781	0	0	0	0
Total	35:720\$080	5:715\$213	20:267\$060	2:634\$718

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.184-93). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Os têxteis vêm sendo apontados pela historiografia do tráfico de africanos escravizados, como tendo constituído os principais produtos do mercado atlântico e, também, para a composição do *banzo* necessário ao tráfico de africanos escravizados. E de fato, ocupam lugar importante no comércio de almas nos rios da Guiné, já que outros produtos com grande aporte financeiro – como pólvora e barras de ferro – não eram exclusivamente utilizadas para o comércio, mas para abastecer as fortalezas e os portugueses instalados, sobretudo em Cacheu. Temos que entre 1758 e 1781 foram remetidos mais de 35 contos e 720 mil réis para Bissau e 20 contos e 267 mil réis para Cacheu em tecidos diversificados fabricados na Europa ou na Ásia, mais os costumeiros 16% e 13% de despesas para cada uma das feitorias, respectivamente.³¹⁵ O quadro abaixo ilustra a variedade dos tecidos remetidos para ambas as localidades:

³¹⁵Cf. KRIGER, Colleen. 'Guinea Cloth': *Production and Consumption of Cotton Textiles in West Africa Before and During the Atlantic Slave Trade*. In: RIELLO, Giorgio & PARTHASARATHI, Prasannan. *The Spinning World: A Global History of Cotton Textiles, 1200-1850*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 105-116. DUPLESSIS, Robert. *Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII*. In: Afro-Ásia, Salvador, v. 41 p. 9-55, 2010. MENZ, Maximiliano Mac. *As "geometrias" do tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807)*. In: Revista de História, São Paulo, n. 166, p. 185-222, jan./jun. 2012. LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano Mac. *Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)*. In: REIS, João José & SILVA JR., Carlos da. *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 69-94. LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano Mac. *Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII)*. In: Revista Brasileira de História 2019, vol.39, n.80, pp.109-134.

Tabela 27. Tipos de têxteis remetidos para os Rios da Guiné (1758-1781)

Bissau			Cacheu		
Tecido	Valor	%	Tecido	Valor	%
Bretanha	10:367\$928	29,03	Bretanha	9:975\$360	49,22
Baeta	7:705\$321	21,57	Baeta	1:896\$167	9,36
Brim	3:245\$059	9,08	Brilhante	1:510\$525	7,45
Zuarte	2:809\$300	7,86	Droguete	1:110\$379	5,48
Calicô	2:271\$100	6,36	Tafetá	1:057\$922	5,22
Linho	2:248\$509	6,29	Chita	961\$753	4,75
Serafina	1:689\$102	4,73	Olanda	835\$357	4,12
Chita	1:538\$152	4,31	Brim	803\$835	3,97
Olanda	1:064\$369	2,98	Linho	776\$858	3,83
Esguião	873\$650	2,45	Esguião	499\$971	2,47
Brilhante	527\$686	1,48	Cambraia	307\$400	1,52
Droguete	524\$852	1,47	Serafina	298\$350	1,47
Cambraia	362\$320	1,01	Damasco	95\$225	0,47
Camelão	343\$772	0,96	Durante	80\$958	0,40
Tafetá	131\$360	0,37	Zuarte	57\$000	0,28
Durante	17\$600	0,05	Total	20:267\$060	
Total	35:720\$080				

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.184-93). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Foram remetidos dezesseis tipos de tecidos diferentes para Bissau e quinze tipos para Cacheu. A diferença está no Calicô, tecido indiano produzido com algodão, cujo valor girou em torno de 2 contos e 271 mil réis. Somente em Bissau entraram tecidos indianos no período de atividade da CGPM: além do Calicô, lá adentrou também a Chita. Percebe-se que, assim como para Cabo Verde, a Bretanha e a Baeta são os principais tipos têxteis enviados de Lisboa para os rios da Guiné, totalizando 50,6% dos valores remetidos para Bissau e 58,5% para Cacheu. Nota-se, no entanto, um maior equilíbrio entre esses dois tipos de tecidos que foram importados em Bissau, enquanto que em Cacheu a Bretanha dominava com quase metade de todo o valor exportado entre 1758 e 1781. De fato, tanto a Bretanha quanto a Baeta, eram os tipos de tecidos mais utilizados para o trato negreiro na região. A Bretanha tinha um custo aproximado de 1\$366 réis em Bissau e 1\$365 réis em Cacheu. Já a Baeta tinha um valor comercial muito superior, alcançando

23\$070 réis em Bissau e 21\$069 réis em Cacheu, e era dos têxteis mais valorizados na costa da Guiné. Entretanto, os têxteis manufaturados na Europa – e em menor escala na Índia – não eram os que compunham a maior parte das cargas enviadas para as praças dos rios da Guiné, mas os cabo-verdianos, como já apontamos no capítulo anterior. Agora, vamos dividi-los de acordo com o que foi remetido para ambas as praças. Vejamos o quadro a seguir:

Tabela 28. Têxteis Caboverdianos remetidos para os Rios da Guiné (1758-1782)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1758	1.560	3:950\$902	720	1:792\$712
1759	1.551	3:377\$110	0	0
1760	4.600	9:160\$950	979	2:195\$210
1761	1.795	3:506\$485	2.272	5:106\$260
1762	1.789	4:234\$980	2.610	5:562\$360
1763	2.366	5:585\$715	750	1:619\$587
1764	2.200	5:326\$200	1.599	3:521\$089
1765	2.500	5:498\$416	1.854	4:331\$951
1766	4.576	10:552\$239	5.311	10:266\$177
1767	2.160	6:855\$420	2.752	7:710\$018
1768	1.093	3:655\$408	6.667	19:857\$153
1769	4.107	11:099\$913	7.231	17:846\$822
1770	3.636	11:072\$514	6.242	19:186\$550
1771	3.862	14:199\$252	0	0
1772	5.901	19:616\$093	4.586	15:063\$790
1773	3.748	8:066\$016	4.200	10:525\$590
1774	2.606	6:891\$454	1.675	4:214\$533
1775	6.287	21:913\$356	6.472	21:439\$366
1776	5.600	17:980\$233	4.555	13:759\$331
1777	1.889	6:736\$691	1.834	7:191\$185
1778	1.629	6:798\$708	1.590	6:577\$860
1779	0	0	0	0
1780	0	0	1.376	4:559\$616
1781	0	0	203	734\$593
1782	0	0	438	2:097\$142

Total	65.455	186:078\$055	65.916	185:158\$895
--------------	---------------	---------------------	---------------	---------------------

Fonte: CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e socioeconômicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968. (p.251-2). CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.172). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros Diários, Livros 01 ao 13.

Vemos que há um equilíbrio entre os têxteis cabo-verdianos enviados para Bissau e Cacheu, tanto em valores, quanto em peças, no período analisado. Apesar de receber 461 peças de panaria a mais, em matéria de valores Cacheu recebeu quase 1 conto de réis a menos do que Bissau. A primeira praça recebeu pouco mais de 185 contos de réis; a segunda, pouco mais de 186 contos de réis. O preço de cada peça em Bissau custava, em média, 2\$843 réis, enquanto que em Cacheu o valor era de 2\$809 réis. Nas duas localidades houve o envio sistemático de tecidos em quase todos os anos em que vigorou o monopólio da CGPM, entre 1756 e 1778. Não temos dados para os anos de 1756 e 1757, talvez por não terem sido feitas remessas – como pudemos observar em todos os dados de comércio para África – ou por problemas no lançamento dos livros de carregações e diários da Companhia. Com exceção dos anos de 1759 e 1771 para Cacheu, em todos os outros anos entre 1758 e 1778 remessas chegaram nos portos de Bissau e Cacheu.

Diferente do caso cabo-verdiano, vemos que para os rios da Guiné há uma maior variedade de produtos remetidos, seja do Reino, seja do próprio arquipélago. Enquanto Cabo Verde recebia apenas têxteis e chapéus oriundos do Reino, temos que para a costa eram enviadas espingardas, pistolas, ferro, pólvora, aguardente e tecidos, esses dois últimos com procedência europeia (no caso do tecido, também asiática) e cabo-verdiana. Essa diferença serve para mostrar as duas estratégias de ocupação de território da Coroa Portuguesa. Enquanto em Cabo Verde as exportações eram apenas de tecidos, o que indica uma fixação e desenvolvimento de culturas que buscavam unir as demandas do mercado atlântico e da subsistência dos colonos, já na costa, a presença tinha cunho quase que exclusivamente militar e comercial, com a importação de produtos fundamentais para a manutenção do tráfico de africanos escravizados. Vejamos a participação nas importações gerais de cada um dos produtos no gráfico abaixo:

Gráfico 10. Importações da CGPM nos rios da Guiné (1758-1781)

O gráfico nos mostra o predomínio dos tecidos no comércio da Guiné. A “panaria”, como denominamos os tecidos produzidos em Cabo Verde, representaram um total de 39,33% dos mais de 943 contos de réis em mercadorias que entraram nos dois portos portugueses da Guiné entre 1758 e 1782. Somado aos 6,82% dos “têxteis”, como denominamos os tecidos manufaturados na Europa ou na Ásia, temos que os tecidos no geral computaram 46,15% de tudo que foi remetido à Bissau e Cacheu pela CGPM. A pólvora também possui um destaque, totalizando 20,91%, seguida do ferro em barras com 15,28%. A aguardente computou 10,80% das importações guineenses, seguida pelas remessas de espingardas que giraram em 6,01%. Em “Outros”, categoria na qual somamos os produtos que não alcançaram sequer 0,50% individualmente, incluímos os chapéus, as pistolas e as pederneiras, que perfizeram 0,85% das mercadorias enviadas para as feitorias portuguesas na Alta Guiné.

O gráfico ratifica o que já apontamos em parágrafos anteriores: os têxteis eram os principais produtos demandados para a realização do trato negreiro em África. Na Guiné, isso ganha um contorno ainda mais particular, tendo em vista a proeminência de têxteis manufaturados no vizinho arquipélago de Cabo Verde. Além disso, a composição das mercadorias demonstra o que já vem sendo debatido há algum tempo na historiografia: o uso de armas de fogo para o aumento da violência e coerção, que seria a gênese da produção de escravizados, bem como da escravidão. Também demonstra que, ao menos na Guiné, a bebida alcoólica – apesar de ter seu papel – não é fator preponderante para os negócios com os mercadores de escravizados que vinham do sertão

africano. Desse modo, podemos caracterizar o mercado dos rios da Guiné como um espaço que demandava fundamentalmente têxteis, armas e pólvora, além do ferro em barras de forma intermediária e, em menor escala, a bebida alcoólica. O que diferencia esse mercado, particularizando-o, é a procura por panaria e o grogue, ambos manufaturados nas ilhas de Cabo Verde.³¹⁶

Posto isso, qual os resultados do comércio na costa da África? Nossos dados mostraram uma diversidade de mercadorias que eram demandadas localmente e pretendemos agora lançar luz sobre os produtos exportados pelos portos dos rios da Guiné, buscando entender o funcionamento daqueles mercados. Exporemos todas as mercadorias que saíram de Bissau e Cacheu por intermédio da CGPM, dando certa ênfase ao tráfico de africanos escravizados, o principal ramo do comércio português na região. Tentaremos demonstrar o quanto os produtos manufaturados na Europa, Cabo Verde e Ásia (em menor escala) equivaliam na aquisição de escravizados, fazendo um balanço dessas transações comerciais da Companhia nas duas feitorias em que vigorava seu poder de monopólio.

Serão três produtos sobre os quais apresentaremos dados: marfim, cera e africanos escravizados. Destarte falaremos do marfim, um artigo de luxo e que possuía demanda no mercado atlântico e no Oriente. O marfim, no caso africano, é obtido através da extração das presas de elefante ou de hipopótamos, sendo utilizado na confecção de adornos, bengalas, imagens sacras e objetos de uso pessoal. A circulação dessa matéria-prima em Portugal data desde que os portugueses chegaram à costa africana no século

³¹⁶Sobre escravização e violência: Cf. RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* Seara Nova: Lisboa, 1975. LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002. PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um estudo comparativo*. Edusp: São Paulo, 2009. THORNTON, John. *Os portugueses em África*. In: CURTO, Diogo Ramada & BETHENCOURT, Francisco. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. Sobre tráfico de escravizados: Cf. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O Trato dos Videntes*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000. FERREIRA, Roquinaldo. *Dinâmica do comércio intra-colonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. CURTO, José. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África central e ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002. Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano Mac. *Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)*. In: REIS, João José & SILVA JR., Carlos da. *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 69-94.

XV, sendo a região da Alta Guiné a primeira grande fornecedora de marfim – e objetos confeccionados a partir dele – aos mercadores oriundos da Península Ibérica.³¹⁷

Com a intensificação do trato negreiro, principalmente nos séculos XVII e XVIII, o marfim foi tornando-se uma mercadoria acessória, mas que quase sempre compunha a carga das embarcações que partiam dos portos africanos. Nesse sentido, foi um dos produtos oferecidos pelo mercado africano em que a CGPM tinha interesse. Nas instruções para os capitães de embarcação que iam comercializar africanos escravizados nas feitorias de Cacheu e Bissau, sempre havia a recomendação de que, se houvesse ofertas de marfim, este deveria ser embarcado – sem prejuízos à quantidade de escravizados que a embarcação comportava – e remetido para Lisboa após a carga humana ser descarregada nos portos de São Luís e Belém.³¹⁸ O quadro abaixo ilustra a circulação de marfim da Alta Guiné pela Companhia:

Tabela 29. Marfim exportado dos Rios da Guiné pela CGPM (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Pontas	Valor	Pontas	Valor
1757	0	0	43	173\$437
1758	0	0	0	0
1759	0	0	0	0
1760	0	0	181	824\$625
1761	0	0	61	393\$260
1762	0	0	33	151\$936
1763	0	0	73	251\$328
1764	2	20\$000	37	250\$999
1765	0	0	0	0
1766	0	0	0	0
1767	0	0	0	0
1768	0	0	0	0
1769	0	0	0	0
1770	62	149\$187	44	125\$500
1771	123	336\$437	25	121\$750

³¹⁷RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento*. Difel: Porto, 2006. AFONSO, Luís & HORTA, José da Silva. *Olifantes afro-portugueses com cenas de caça – (c.1490-c.1540.)* In: *ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013.

³¹⁸Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263.

1772	116	287\$562	28	112\$312
1773	166	541\$137	33	128\$809
1774	75	196\$687	26	47\$374
1775	54	182\$999	6	8\$125
1776	49	240\$500	36	137\$499
1777	38	360\$937	30	70\$000
1778	35	98\$437	38	91\$999
1779	0	0	0	0
1780	0	0	0	0
1781	0	0	0	0
	720	2:413\$883	694	2:888\$953
	Despesas	436.913	Despesas	641.953
	Total	2.850.796	Total	3.530.906

Fonte: CARREIRA, António. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.257 e 259). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

O marfim era contabilizado em pontas, o mesmo que em unidades. Ou seja, entre 1757 e 1781, 720 presas foram remetidas de Bissau para o Reino e 694 da feitoria de Cacheu, um total de 1.414 pontas que entraram pelo porto de Lisboa sob monopólio da CGPM. Outra informação que os dados nos mostram é que em Cacheu as presas custavam mais do que em Bissau: uma média de 4\$163 réis e 3\$353 réis, respectivamente. Há uma explicação para tal fato: de Bissau eram enviados mais dentes de hipopótamo, animal bastante abundante na região do delta do rio Geba e nas ilhas de Bijagós, caracterizado por viver em água doce e também salgada, tanto que em alguns documentos aparecem denominados como “cavalos marinhos”.³¹⁹

No que tange aos valores gerais, temos que Cacheu exportou mais de 2 contos e 800 mil réis e Bissau pouco mais de 2 contos e 400 mil réis nos anos em que a CGPM atuou naquelas áreas. Ao todo 5:302\$836 réis em marfim foram remetidos a Lisboa, fora os custos de carregamento, frete e comissões, que giravam em torno de 18% em Bissau e 12% em Cacheu. Sendo assim, chegavam na capital do Reino custando um valor de 6:381\$702 réis, embutidos todos os custos para o transporte. Ressalta-se que em Bissau

³¹⁹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro dos Copiadores, Cartas para Cacheu e Bissau, Microfilme 7263.

os custos eram mais elevados porque o capitão negociava por sua conta e precisava dispendar comissões aos mercadores ali estabelecidos, além de estar numa região pouco mais distante ao de Cacheu.

Já a segunda mercadoria mais importante do comércio da Alta Guiné, era a cera de abelhas. A cera nada mais é do que um dos muitos produtos extraídos de uma colmeia. Após retirado o mel dos favos, estes são derretidos e colocados em formas para endurecer, criando os chamados “pães” ou “bolos” de cera. O uso da cera já era bastante difundido no continente africano – inclusive em algumas sociedades sul-americanas – antes da chegada dos europeus. A cera era utilizada na calafetagem de embarcações pequenas e das casas, para encerar e impermeabilizar pisos e móveis de madeira, além de servir de combustível para tochas, lamparinas e mesmo na fabricação de velas. Também era usada – até os dias de hoje, aliás – para fins medicinais. Devido a toda essa gama de utilizações, entende-se a demanda e a valorização desse produto nos mercados europeus. Podemos observar melhor no quadro a seguir:

Tabela 30. Cera de Abelha exportada dos Rios da Guiné pela CGPM (em réis)

Ano	Bissau		Cacheu	
	Quilos	Valor	Quilos	Valor
1757	0	0	12.766,50	5:107\$646
1758	0	0	0	0
1759	0	0	0	0
1760	0	0	26.016,50	10:406\$062
1761	0	0	23.474,00	9:389\$250
1762	0	0	20.179,50	8:071\$687
1763	693,50	277\$309	54.705,50	26:607\$320
1764	2.175,00	840\$000	39.270,00	15:445\$351
1765	0	0	0	0
1766	0	0	0	0
1767	0	0	0	0
1768	0	0	0	0
1769	0	0	0	0
1770	10.660,00	4:056\$349	15.968,50	5:718\$749
1771	11.355,00	4:190\$560	17.326,00	6:743\$906
1772	0	0	13.934,50	5:350\$169

1773	5.820,50	2:070\$718	15.631,50	6:252\$562
1774	0	0	14.105,50	5:642\$062
1775	2.082,50	832\$687	6.355,50	2:659\$887
1776	3.261,00	1:304\$450	8.265,50	3:305\$812
1777	2.023,00	833\$063	4.644,00	1:857\$375
1778	2.203,00	880\$930	1.986,00	794\$250
1779	0	0	0	0
1780	0	0	0	0
1781	0	0	0	0
	40.273,50	15:286\$066	274.629,00	113:352\$088
	Despesas	2.919.639	Despesas	25.164.164
	Total	18.205.705	Total	138.516.252

Fonte: CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.256 e 258). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

Temos valores consideravelmente altos quando observamos as exportações de cera de abelha, principalmente quando olhamos especificamente para os dados de Cacheu. Só as remessas de Bissau já equivalem a três vezes mais que as exportações totais de marfim dos rios da Guiné, como observamos na tabela 29. O fato é que para obter apenas duas pontas de marfim há a necessidade de abater um animal de grande porte, enquanto que a extração dos subprodutos da apicultura demanda bem menos esforços e riscos, mesmo quando ela é feita em colmeias selvagens. Há de se ressaltar o fato de que a apicultura já era uma pratica mais ou menos comum nas áreas islamizadas da África, tendo em vista que a técnica de criação de abelhas vem desde o Mundo Antigo.³²⁰

Para a quantificação convertemos os valores para quilogramas, pois na documentação aparecia dividida em arrobas e arráteis, o que não permitiria uma noção exata da importância da cera para o comércio nos rios da Guiné. Mais de 40 toneladas foram exportadas entre 1757 e 1778 do porto de Bissau e mais de 274 toneladas foram remetidas de Cacheu. Somando ambos os envios, a região aqui tratada produziu e exportou para Portugal uma quantia exata de 314.902,50 quilogramas de cera, que renderam um total de 128:638\$154 de réis em África. Novamente, somando os custos de transporte e comissões, o valor de toda essa matéria-prima no Reino ficou na casa de

³²⁰CRANE, Eva. *The world history of beekeeping and honey hunting*. London: Duckworth, 1999.

156:721\$957, custos esses que giravam em torno de 19% em Bissau e 22% em Cacheu. Infelizmente, não temos mais informações sobre os motivos para essa diferença.

Sendo assim, a cera de abelha era um produto africano bastante importante e muito demandado na Europa, que rendeu muito mais à CGPM do que o marfim, até porque este último se enquadrava como um artigo de luxo. Nesse sentido, observamos que não eram muitas mercadorias africanas que encontravam espaço no mercado atlântico. Encontramos ainda algumas remessas irrisórias e pontuais de peles de gazela e leopardos oriundas de Cacheu entre os anos de 1773 e 1774, e uma única remessa de pau-campeche, que era utilizado para produção de tintura para lã, a partir de Bissau, em 1771. No entanto, a planta que existia na região não era de tão boa qualidade quanto a de Serra Leoa e não chamou a atenção da CGPM: esses últimos produtos não chegaram a custar 800 mil réis.³²¹

Mesmo com esses números consideráveis da cera de abelhas, nada se comparou ao comércio de almas. O tráfico de africanos escravizados a partir de meados do século XVI constituiu-se como o principal ramo mercantil do continente africano para o comércio atlântico. No entanto, não se conformou de maneira única por toda a costa africana e teve peculiaridades em cada região baseadas nas mercadorias envolvidas no circuito mercantil, mas também nas relações sociais estabelecidas entre os agentes envolvidos no negócio. No caso da Alta Guiné, podemos destacar como peculiaridades os tecidos manufaturados no arquipélago de Cabo Verde e a presença dos tangomaos nos circuitos mercantis, sobretudo nas rotas que ligavam as feitorias no litoral com o sertão rios acima.

Mas, quais os resultados obtidos pela CGPM nesse ramo africano? Em nossa dissertação de mestrado apontamos que, para além de ser um instrumento que garantiu ao capital oriundo da metrópole certo controle do mercado de africanos escravizados, a empresa monopolista teve uma ação positiva para a expansão dos negócios nos Rios da Guiné, garantindo um fluxo contínuo de mão de obra africana escravizada na Amazônia Portuguesa, possibilitando um círculo virtuoso entre o comércio de escravizados e a produção agrícola e pecuária na região. Para um panorama mais amplo para compreender a importância do tráfico transatlântico de africanos, podemos apontar que a Companhia

³²¹CARREIRA António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.257 e 258). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

foi proprietária de 42 embarcações, sendo que 27 se ocupavam da navegação de longa distância, que transportaram mais de 20 mil homens e mulheres forçadamente entre os Rios da Guiné e a Amazônia.³²² Nosso trabalho atual teve acesso a um número maior de fontes, que vão nos permitir uma análise mais ampla e apurada do resultado do negócio lusitano de escravizados, conforme a tabela abaixo ilustra:

Tabela 31.O Tráfico de Escravizados Equatorial pela CGPM (1756-1782)

³²² CARREIRA. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Companhia Editora Nacional*: Lisboa, 1988. Volume 1. 1988. (p.45). MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.88)

Ano	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1756	94	6:674\$000	1:567\$071	8:241\$071	94	11:280\$000	1:128\$000	1:910\$929	16,9
1757	189	13:419\$000	2:175\$312	15:594\$312	128	15:360\$000	1:536\$000	-1:770\$312	-11,5
1758	1.252	88:892\$000	20:355\$344	109:247\$344	1.221	146:520\$000	14:652\$000	22:620\$656	15,4
1759	322	22:862\$000	5:371\$372	28:233\$372	322	38:640\$000	3:864\$000	6:542\$628	16,9
1760	170	12:070\$000	2:833\$491	14:903\$491	170	20:400\$000	2:040\$000	3:456\$509	16,9
1761	1.158	82:218\$000	16:394\$205	98:612\$205	976	117:120\$000	11:712\$000	6:795\$795	5,8
1762	1.097	77:887\$000	13:926\$234	91:813\$234	824	98:880\$000	9:888\$000	-2:821\$234	-2,9
1763	677	48:067\$000	9:931\$221	57:998\$221	592	71:040\$000	7:104\$000	5:937\$779	8,4
1764	423	30:033\$000	6:870\$423	36:903\$423	411	49:320\$000	4:932\$000	7:484\$577	15,2
1765	828	58:788\$000	12:333\$115	71:121\$115	735	88:200\$000	8:820\$000	8:258\$885	9,4
1766	731	51:901\$000	12:112\$212	64:013\$212	726	87:120\$000	8:712\$000	14:394\$788	16,5
1767	1.133	80:443\$000	15:917\$849	96:360\$849	947	113:640\$000	11:364\$000	5:915\$151	5,2
1768	1.342	95:282\$000	17:486\$384	112:768\$384	1.036	124:320\$000	12:432\$000	-880\$384	-0,7
1769	803	57:013\$000	11:595\$610	68:608\$610	691	82:920\$000	8:292\$000	6:019\$390	7,3
1770	1.285	91:235\$000	19:110\$390	110:345\$390	1.140	136:800\$000	13:680\$000	12:774\$610	9,3
1771	892	63:332\$000	14:716\$182	78:048\$182	882	105:840\$000	10:584\$000	17:207\$818	16,3
1772	1.406	99:826\$000	20:000\$781	119:826\$781	1.190	142:800\$000	14:280\$000	8:693\$219	6,1
1773	629	44:659\$000	10:109\$129	54:768\$129	605	72:600\$000	7:260\$000	10:571\$871	14,6
1774	963	68:373\$000	15:508\$512	83:881\$512	928	111:360\$000	11:136\$000	16:342\$488	14,7
1775	747	53:037\$000	11:697\$751	64:734\$751	699	83:880\$000	8:388\$000	10:757\$249	12,8
1776	999	70:929\$000	16:057\$675	86:986\$675	961	115:320\$000	11:532\$000	16:801\$325	14,6
1777	849	60:279\$000	13:410\$234	73:689\$234	802	96:240\$000	9:624\$000	12:926\$766	13,4
1778	650	46:150\$000	9:549\$772	55:699\$772	569	68:280\$000	6:828\$000	5:752\$228	8,4

1779	383	27:193\$000	5:590\$080	32:783\$080	333	39:960\$000	3:996\$000	3:180\$920	8,0
1780	399	28:329\$000	5:776\$836	34:105\$836	344	41:280\$000	4:128\$000	3:046\$164	7,4
1781	334	23714\$000	4:677\$115	28:391\$115	278	33:360\$000	3:336\$000	1:632\$885	4,9
1782	689	48:919\$000	10:439\$443	59:358\$443	624	74:880\$000	7:488\$000	8:033\$557	10,7
	20.444	1.451:524\$000	305:513\$743	1.757:037\$743	18.228	2.187:360\$000	218:736\$000	211:586\$257	9,7

Legenda: A = Escravizados Embarcados nos Rios da Guiné; B = Valor dos escravizados em África sem os custos; C = Custos de carregamento, despesas com alimentação, frete, dízima da alfândega e comissões; D = Total (B+C); E = Escravizados Desembarcados na Amazônia; F = Valor dos escravizados na Amazônia; G = Direitos de entrada dos escravizados em São Luís e Belém; H = Lucro (F-B-G); I = Margem de Lucro. Fonte: CARREIRA António. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.131 e 132). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro de Registro de Leis e ordem.

Este quadro nos dá uma boa dimensão do negócio negreiro para a CGPM. Através das faturas registradas nos Livros das Carregações da Companhia, cruzadas com outras informações a que tivemos acesso, conseguimos uma série completa – e bastante segura – referente aos valores movimentados em escravizados entre 1756 e 1782. Cruzamos as informações constantes nestes Livros com as apresentadas por Carreira, além de um Mapa do Comércio da CGPM que encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino, o que garantiu uma boa fiabilidade dos dados aqui apresentados. Destarte, já é possível dizer que a Companhia movimentou quantias significativas quando analisamos os valores apresentados.

Temos que entre 1756 e 1782 a CGPM embarcou nos portos de Cacheu e Bissau o número de 20.444 africanos escravizados, transportados em 129 viagens registradas entre estes anos. Deste total, 18.228 chegaram vivos e foram desembarcados nos portos de São Luís e Belém, ou seja, durante a travessia atlântica 2.216 pessoas acabaram perecendo. As viagens da Companhia tinham uma mortalidade média de 10%. No entanto, temos um número elevado atípico de mortes nos anos de 1757, 1761, 1762, 1767, 1768, 1770 e 1772. Há uma explicação para tal fato: no ano 1757 houve um naufrágio próximo à costa do Maranhão, que levou a óbito toda a tripulação e a carga de escravizados; já nos outros anos houve surtos de varíola em algumas embarcações, o que dizimou uma boa parte das cargas no período. Nesse sentido, excetuando esses anos incomuns, temos que a mortalidade média das viagens feitas pela CGPM girava em torno de 5% da carga.³²³

Outro dado importante é apontando para uma média de aproximadamente 760 escravizados transportados por ano, que partiam de Bissau e Cacheu com destino aos portos de São Luís e Belém. O número pode não parecer muito impactante de início, ainda mais comparando com os dados das outras áreas da América Portuguesa. No entanto, devemos ressaltar que o mercado amazônico, até a criação da CGPM, não possuía um fluxo contínuo de africanos escravizados, tendo entre 1680 e 1755 recebido em seus portos 2.318 africanos, ou seja, menos de 30 escravizados por ano. Logo, podemos afirmar que houve um aumento substancial na entrada de escravizados oriundos da costa africana que, entretanto, deveriam ser absorvidos por um número pequeno de senhores de

³²³CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.256 e 258). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08.

terra/mercadores que ali estavam estabelecidos, como já apontamos na primeira seção deste trabalho – eles possuíam pouco aporte financeiro para comprar escravaria. Atentamos ainda, nesta mesma primeira seção, ao fato de que no Grão-Pará, devido ao modo em que a produção se estruturou, as relações de trabalho se davam mais entre os mercadores e a mão de obra indígena, ou seja, havia uma demanda menor pelo trabalhador que vinha escravizado da África.³²⁴

No que diz respeito aos valores, temos que, em África um nativo escravizado custava, em média, 70 mil réis, sem embutir nenhum custo. Estes custos, descritos na coluna C, envolvem a carga e descarga dos escravizados, despesas com alimentação, pagamento de direitos de saída, fretes e comissões pagas aos comerciantes da costa da Guiné. Essas despesas giravam entre 14% e 19%, mas na média geral ficava em 17% do valor total das cargas. Os valores para carga e descarga, alimentação e comissões eram variáveis, entretanto o direito de saída de cada escravo era de 600 réis. O frete custava 16 mil réis por cabeça. O mesmo escravo custava no Grão-Pará e Maranhão um valor médio de 120 mil réis, pagando cerca de 10% de direitos na entrada.

Sendo assim, somando todos os custos de transporte e impostos, e tendo os valores de compra em África e venda na Amazônia, chegamos a uma margem de lucro de aproximadamente 9,7% no decorrer da atuação da CGPM. No período entre 1756 e 1782 houve apenas três anos em que o negócio negreiro causou prejuízo à Companhia: o pior deles foi o de 1757, no qual a empresa amargou um prejuízo de 11%, lembrando que nele houve o naufrágio da embarcação não identificada próximo à costa do Maranhão, o que certamente refletiu nessa perda relativamente alta. Os outros dois anos de prejuízo – 1762, com 2,9%, e 1768, com 0,7% - também foram atípicos, marcados por grande mortalidade das cargas tendo em vista os já referidos surtos de varíola. Os anos com maior lucratividade foram 1756, 1759 e 1760, com uma margem de 16,9%. Podemos afirmar que essa lucratividade, alta para os padrões do tráfico na própria Guiné Portuguesa, está relacionada aos baixos custos de despesas com alimentação da escravaria e pelo fato da

³²⁴Segundo dados do Trans-Atlantic Slave Trade Database, para o mesmo período do Quadro XX, temos que para a Bahia a média anual de entrada de escravizados era de 7.839, para o Rio de Janeiro era de 2.761 e para Pernambuco era de 2.754. Sobre os escravizados africanos introduzidos e a questão da mão de obra no Grão-Pará, ver: MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.93 e 128).

CGPM não ter despendido somas para pagamento de comissões aos comerciantes em África.

Em valores totais temos que a CGPM, no período analisado, investiu em África mais de 1,4 mil contos de réis apenas em escravizados. Somados todos os custos, incluindo os direitos de entrada nos portos coloniais, esse valor beira os 2 mil contos de réis. No que tange às vendas na América, essas renderam mais de 2,1 mil contos de réis, gerando um lucro líquido, somente com o tráfico de escravizados africanos, de mais de 211 e 500 mil réis no período entre 1756 e 1782. Lembrando que monopolisticamente operou até fins de 1777 e que o período entre 1778 e 1782 concorreu com outros comerciantes portugueses, que estavam liberados para mandar embarcações para os Rios da Guiné. No entanto, nesse período houve 29 viagens que partiram de Bissau e Cacheu, sendo que 16 foram por intermédio da Companhia e outras 13 por particulares. Em quantidade de escravizados foram 4.411 ao todo, tendo a CGPM transportado 2.455 e particulares outros 1.956.³²⁵ Ou seja, a Companhia continuou preponderante mesmo após o fim do monopólio e até sua saída total dos negócios dos Rios da Guiné.

O fato é que a CGPM angariava lucros no negócio de escravizados. Isso se deu porque a Companhia detinha o monopólio do comércio de escravizados nos Rios da Guiné e, utilizando as redes mercantis criadas pelos tangomaos, conseguia implicar uma política de preços mais vantajosa, já que também possuía o monopólio para introduzir manufaturados em Cacheu e Bissau. É bom lembrar, ainda, que os fretes e os direitos de entrada e saída dos escravizados entravam na conta da Companhia, ainda que apareçam como um custo, pois os escravizados eram transportados pelos próprios vasos da empresa monopolista, e os impostos de entrada e saída entravam nos cofres da Companhia, segundo sua Instituição. Isso tornava todo o negócio ainda mais profícuo para a CGPM.

Sua saída de vez das operações comerciais na região acontece no início de 1783 e, com a queda acentuada que vinha ocorrendo desde o fim do monopólio, a Coroa instituiu uma outra sociedade monopolista da qual tratamos no capítulo anterior e que continuou usufruindo as redes mercantis já utilizadas pela Companhia pombalina. Dessa forma, temos que havia três produtos ofertados pelo mercado guineense e que possuíam demanda no mercado atlântico no terceiro quartel do século XVIII: africanos

³²⁵The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Filtros utilizados: Time Frame > 1778 – 1782; Principal place of slave purchase> Bissau, Cacheu, Portuguese Guinea, Cape Verde Islands; Principal place of slave landing>Brazil>Amazonia> Maranhão > Pará.

escravizados, cera de abelha e marfim. Ao todo, a CGPM comprou 1.617\$007:292 de réis desses produtos nas feitorias de Cacheu e Bissau. De longe, os escravizados foram a mercadoria mais importante, totalizando 89,8% do valor total movimentado pela Companhia entre os anos de 1756 e 1782; em seguida vem a cera de abelha, com 9,7%; o marfim com 0,4%; e, finalmente, “outros produtos”, com 0,1%.

Posto isso, procurando fazer um balanço comercial da CGPM nos Rios da Guiné, seus resultados foram positivos ou negativos? Para isso iremos comparar o valor dos produtos manufaturados que foram remetidos para Bissau e Cacheu com o das mercadorias que foram exportadas de ambas as feitorias, considerando os preços em África. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 32. Balanço da CGPM em África (em réis)

Anos	Saídas		Entradas		Porcentagem		
	A	B	C	D	E	F	G
1756	6:680\$671	6:680\$671	0	0	0,0	0,0	0,0
1757	13:432\$912	18:713\$995	0	0	0,0	0,0	0,0
1758	88:960\$144	88:960\$144	10:133\$845	5:743\$614	11,4	11,4	6,5
1759	22:888\$172	22:888\$172	12:889\$138	3:377\$110	56,3	56,3	14,8
1760	12:081\$491	23:312\$178	34:940\$271	11:356\$160	149,9	289,2	94,0
1761	82:301\$405	92:083\$915	41:996\$820	8:612\$745	45,6	51,0	10,5
1762	77:971\$034	86:194\$657	30:485\$974	9:797\$340	35,4	39,1	12,6
1763	48:120\$021	75:255.\$978	22:357\$227	7:205\$302	29,7	46,5	15,0
1764	30:073\$623	46:629973	39:838\$205	8:847\$289	85,4	132,5	29,4
1765	58:864\$315	58:864\$315	52:941\$728	9:830\$367	89,9	89,9	16,7
1766	51:958\$612	51:958\$612	30:270\$046	20:818\$416	58,3	58,3	40,1
1767	80:529\$049	80:529\$049	37:979\$869	14:565\$438	47,2	47,2	18,1
1768	95:387\$184	95:387\$184	50:283\$751	23:512\$561	52,7	52,7	24,6
1769	57:070\$810	57:070\$810	60:446\$618	28:946\$735	105,9	105,9	50,7
1770	91:334\$390	101:384\$175	67:669\$592	30:259\$064	66,7	74,1	33,1
1771	63:400\$982	75:561\$445	55:302\$270	14:199\$252	73,2	87,2	22,4
1772	99:943\$181	105:693\$224	63:005\$114	34:679\$883	59,6	63,0	34,7
1773	44:710\$729	53:709\$075	39:578\$680	18:591\$606	73,7	88,5	41,6
1774	68:455\$712	74:347\$355	23:266\$556	11:105\$987	31,3	34,0	16,2
1775	53:102\$551	56:786\$249	81:776\$773	43:352\$722	144,0	154,0	81,6
1776	71:011\$275	75:999\$536	44:601\$386	31:739\$564	58,7	62,8	44,7

1777	60:347\$834	63:469\$209	34:751\$865	13:927\$876	54,8	57,6	23,1
1778	46:205\$772	48:071\$388	20:112\$687	13:376\$568	41,8	43,5	28,9
1779	27:225\$280	27:225\$280	7:387\$764	0	27,1	27,1	0,0
1780	28:362\$436	28:362\$436	14:616\$941	4:559\$616	51,5	51,5	16,1
1781	23:742\$715	23:742\$715	1:707\$996	734\$593	7,2	7,2	3,1
1782	48:961\$043	48:961\$043	2:097\$142	2:097\$142	4,3	4,3	4,3
	1.453:123\$343	1.587:842\$783	880:438\$256	371:236\$950	54,1	60,6	25,5

Legenda: A = Preço dos africanos escravizados na costa; B = Preço dos africanos escravizados somados aos da cera de abelhas, marfim e outras mercadorias; C = Preço das mercadorias manufaturadas exportadas para Bissau e Cacheu, inclusive de panaria cabo-verdiana, com os custos; D = Preço dos tecidos cabo-verdianos exportados para Bissau e Cacheu, com custos; E = % B/C; F = % A/C; G = % A/D. Fonte: CARREIRA António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Companhia Editora Nacional: Lisboa, 1988. Volume 2. (p.156 a 158). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livros das Carregações, Livros 01 ao 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Junta de Lisboa, Livro de Registro de Leis e Ordens Régias, Livro 22, Fls. 83.

Na tabela acima demonstramos as entradas e saídas dos portos dos Rios da Guiné e nosso intuito é averiguar quanto os produtos manufaturados europeus, asiáticos e cabo-verdianos custeavam as mercadorias exportadas pelo sertão africano e, mais especificamente, os africanos escravizados. Já detalhamos bem sobre os valores pagos pelos homens que seriam levados forçadamente para as lavouras do Maranhão e do Grão-Pará. Mas, somados a eles, temos que as mercadorias africanas – cera de abelha, marfim, madeiras e peles – renderam mais de 1,5 mil contos de réis aos mercadores estabelecidos nas redes da Alta Guiné. Já os produtos manufaturados chegaram na costa africana, embutido os custos de transporte e os direitos pagos, em um montante de mais de 880 contos de réis. Ou seja, nesse sentido, o mercado africano é credor da CGPM.

Em uma análise que leva em conta os anos em que a CGPM operou na Guiné, temos que 54,1% do valor das mercadorias africanas como um todo foram custeadas pelas manufaturas ali introduzidas. No entanto, essa margem foi muito variável se enfocarmos o ano a ano. Desconsiderando os anos de 1756 e 1757, quando a Companhia ainda não possuía o monopólio do comércio de escravizados da região, a margem mais baixa deu-se em 1782, com 4,3%. Nesse ano, a CGPM já concorria com outros negociantes e coincidentemente foi nele em que se introduziram têxteis cabo-verdianos nos portos dos Rios da Guiné. Ao mesmo tempo, em 1760 os manufaturados – além de cobrirem

totalmente o valor das mercadorias exportadas dali – excederam em 49,9% o valor dos gêneros africanos que foram remetidos para a Amazônia Portuguesa e para o Reino.

Quando afinamos ainda mais nosso cruzamento de dados, comparando separadamente apenas o valor dos africanos escravizados com o das mercadorias manufaturadas, essa margem sobe de 54,1% para 60,6%. Ou seja, cera de abelhas, marfim e as outras mercadorias menos importantes correspondiam a cerca de 10% do valor das exportações, mas eram cobertas por 6,5% das importações europeias, asiáticas e cabo-verdianas. Como na comparação anterior, essa margem flutuava bastante, com os mesmos 4,3% no ano de 1782, com as importações de manufaturados cobrindo cerca de 2,5 vezes o valor dos africanos escravizados no ano de 1760, muito em razão de ter sido um ano com poucos escravizados transportados se comparamos com os outros períodos de atuação da CGPM: só perde para o primeiro ano em que a Companhia traficou almas na região.

Levando em conta a comparação entre africanos escravizados e a panaria cabo-verdiana, tida como elemento fundamental para a realização do tráfico de almas nos Rios da Guiné, de fato entre os produtos manufaturados e enviados para Bissau e Cacheu, ela era o mais relevante. Assim como nas duas análises anteriores, os panos cabo-verdianos exportados para a costa tinham uma margem bastante variável: pagando 3,1% dos escravizados em 1781 e chegando a 94% no famigerado ano de 1760. No entanto, no decorrer da operação da CGPM, nossos cálculos chegaram em um montante de 25,5% dos africanos escravizados custeados pelos têxteis manufaturados na proto-indústria de Cabo Verde. Inclusive, nossos dados atualizados superaram em 5,5% a estimativa que calculamos em nossa pesquisa de mestrado. No entanto, nossas conclusões permanecem as mesmas: se essa margem não chega a ser muito significativa, também não pode ser considerada desprezível, já que esses panos custearam um quarto dos escravizados remetidos dos Rios da Guiné para a Amazônia Portuguesa.³²⁶

O tráfico de africanos escravizados se constituiu na região que abrangia as feitorias de Cacheu e Bissau de maneira complexa e foi caracterizada por especificidades.

³²⁶MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.85).

Além da própria CGPM, já apontamos a importância da demanda por tecidos cabo-verdianos que eram remetidos para a costa mesmo antes da Companhia. Ambos são elementos importantes para compreender como Portugal conseguiu, de certa forma, manter sua posição privilegiada para a realização de negócios na região. O mercado da Alta Guiné, assim como em outras regiões de tráfico de almas na costa da África, era abastecido principalmente pelas feiras do sertão como Geba, Farim e Zeguinchor, como indicamos no início desse capítulo (ver Mapa 4). Nesse sentido, uma administração composta por dois diretores e mais alguns caixeiros era insuficiente para abastecer as embarcações portuguesas que aportavam em Bissau e Cacheu.³²⁷

O comércio português de africanos escravizados na região dos Rios da Guiné na segunda metade do século XVIII, bem como o de outros produtos ofertados pelo mercado africano (como o marfim e a cera de abelhas), esteve ancorado em três pilares fundamentais: a CGPM, que foi fator preponderante para o estabelecimento de uma rota entre Bissau e Cacheu e a Amazônia Portuguesa e por de injetar capitais nesse ramal do mercado atlântico; a ocupação do arquipélago de Cabo Verde, que serviu de entreposto comercial estratégico e também garantia o acesso a produtos demandados na costa da Guiné, como os têxteis e o grogue produzidos no próprio arquipélago; e, finalmente – e talvez o mais importante – o processo de *crioulização* que originou os lançados ou tangomaos.

Neste contexto cabo-verdiano/guineense, esse processo referiu-se na assimilação dos valores lusitanos e locais, por parte dos naturais de Cabo Verde e Rios da Guiné e também de muitos portugueses que se estabeleceram nas ilhas ou na costa africana e que se aventuraram sertão adentro, e pelas relações sociais que estabeleceram com os poderes locais e passaram a ser assimilados pelas populações autóctones. Esses costumes, amalgamados, acabavam por formar o pressuposto fundamental de sua identidade. Sendo assim, lançado ou tangomao seria o termo coevo para se referir às metamorfoses identitárias dos sujeitos que se engajavam ou eram absorvidos por esse ramo de negócio. Parte desses indivíduos assimilava traços da cultura europeia-cristã e também da africana,

³²⁷MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p. 86)

mas, no entanto, não faziam parte efetivamente de nenhum desses dois universos: por isso a necessidade de um termo específico para identificá-los.³²⁸

Em nossas fontes não pudemos identificar esses indivíduos e nem reconstituir suas redes. Mas podemos afirmar tranquilamente que a quantidade desses afroportugueses atuando no comércio dos Rios da Guiné era muito relevante – e que não seria possível fazer qualquer tipo de negócios sem eles. Estes lançados ou tangomaos possuíam um importante circuito comercial, estabelecido com alguns povos que habitavam a costa, mas, principalmente, no sertão, como o Papel e o Banhun. Importante dizer que alguns desses mestiços também eram encarregados de alguns cargos da administração portuguesa, como Francisco Rabelo, que foi alferes da ordenança, por exemplo. Além disso, a *crioulização* ainda é um elemento muito presente tanto em Cabo Verde quanto na Alta Guiné atualmente.³²⁹

Posto isso, na Costa da Guiné a CGPM não conseguiu desbaratar os grupos e circuitos mercantis ali estabelecidos. Pelo contrário: fez uso destes para ter acesso aos mercados do sertão e, assim, garantir o acesso aos africanos escravizados, à cera de abelha e ao marfim. O custo social para estabelecer relações com os poderes locais e o custo econômico de manter funcionários trabalhando nesses circuitos seria muito alto. A opção, nesse caso, foi de usar a estrutura que ali já havia e manter alguns funcionários para que tudo funcionasse de acordo e servissem de intermediários entre a Junta de Lisboa e os grupos mercantis ali estabelecidos. Esse grupo de assimilados, apesar de não ter sido passível de uma identificação prosopográfica neste trabalho, aparece recorrentemente na documentação desde meados do século XVI até idos do XIX. Alguns aparecem identificados pelos cronistas do período, mas ainda é necessário um trabalho de investigação mais a fundo, talvez em arquivos africanos.³³⁰ No entanto, é inegável a presença fundamental desses comerciantes mestiços para o funcionamento desse ramal do mercado atlântico português.

³²⁸FERREIRA, Roquinaldo. “*Ilhas Crioulas*”: o Significado Plural da Mestiçagem Cultural na África Atlântica. In: *Revista de História*, nº 155 (2º - 2006), 17-41. (p.21).

³²⁹RODNEY, Walter. *A History of the Upper Guinea Coast (1545-1800)*. Oxford University Press: London, 1970. (p.208-9). DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012. (p. 98-9). Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Cabo Verde, Caixa 34, documento 25.

³³⁰ALMADA, André Álvares. *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana*. Porto: Tipografia Comercial Portuguesa, 1841. GAMBLE, David & HAIR, Paul. *The Discovery of River Gambia (1623) by Richard Jobson*. London: The Hakluyt Society, 1999.

SEÇÃO III – O REINO

CAPÍTULO 5. A COMPANHIA E O REINO: UMA NOVA BURGUESIA MERCANTIL?

A segunda metade do século XVIII em Portugal foi marcada por uma certa retração econômica devido a uma série de acontecimentos na Europa e no Atlântico: começa com a diminuição da produção aurífera nas Minas Gerais, passando pelo terremoto que assolou o Reino em 1755 e a entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos, em 1762. Esses fatores somados resultaram em uma conjuntura de crise econômica, cuja resposta se deu no reformismo ilustrado encabeçado por Sebastião José de Carvalho e Mello, que ascendeu como importante figura política com a coroação de D. José I, em 1750.³³¹

A atuação do futuro Marquês de Pombal era focada no reforço das políticas mercantilistas, destacando-se no campo econômico pelas várias reformas, além de buscar endurecer ainda mais o exclusivo comercial com a colônia. Propunha ainda um maior controle e centralização político-administrativa, influenciado pelos ares de toda uma geração de políticos do período. No campo econômico, deixou parte do controle comercial às empresas por ações monopolistas, como a Companhia do Comércio Geral do Grão-Pará e Maranhão – criada em 1755 – e sua congênere de Pernambuco e Paraíba – fundada em 1759. Buscava, assim, beneficiar os negociantes locais, na tentativa de reter os capitais gerados pelo mercado atlântico no Reino.³³²

Com este contexto em mente, tentaremos questionar se, de fato, as políticas régias procuraram favorecer os negociantes nacionais por meio de companhias monopolistas por ações – além de outras políticas que deveriam incentivar a burguesia

³³¹Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Produção Econômica*. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-brasileiro (1750-1808)*. Lisboa: Estampa, 1986. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Circulação, as Finanças e as Flutuações Econômicas*. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-brasileiro (1750-1808)*. Lisboa: Estampa, 1986. SERRÃO, João Vicente. *O Quadro Econômico*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira. *História Econômica de Portugal – O Século XVIII*. Lisboa: ICS, 2005. MENZ, Maximiliano. *Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)*. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.35-54, jan/abr 2013.

³³² Cf. MACEDO, Jorge de. *A Situação Econômica no tempo de Pombal: Estudos e Documentos para a História de Portugal*. Porto: Livraria Portugal, 1951. FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1971. FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. AZEVEDO, José Lúcio. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

lusitana. Pretendemos analisar a trajetória de algumas importantes figuras do mundo do comércio português em meados do século XVIII. Nesse sentido, por meio de uma perspectiva microanalítica, tentaremos evidenciar as estratégias mercantis desses agentes no âmbito do Império Português, narrando o modo pelo qual eles se beneficiavam e se apropriavam dessas mesmas políticas régias, que também visavam o estímulo do comércio atlântico, aumentando seu alcance e influência tanto no âmbito econômico, como no político e social.

5.1. Os Amazonistas

Neste primeiro tópico iremos focar em cinco comerciantes, todos portugueses ou naturalizados portugueses, os quais denominamos de “amazônicos”. Por que essa denominação? Assim chamaremos aqueles comerciantes que antes da fundação da CGPM possuíam negócios estabelecidos com os portos amazônicos, sobretudo os de São Luís e Belém. Mais do que isso, são comerciantes que, com a fundação da companhia monopolista, tornaram-se acionistas. Alguns continuaram a negociar na rota Lisboa – Amazônia Portuguesa, ora vendendo mercadorias manufaturadas europeias e asiáticas para a empresa pombalina, ora arrematando lotes de gêneros tropicais nos leilões realizados pela CGPM em Lisboa. Abaixo, narramos as histórias deles.

5.1.1. Navegar é preciso: os mercadores do atlântico José Domingues e João da Silva Ledo

José Domingues começou sua trajetória de negociante como comissário no Maranhão. Era natural da Freguesia de São Cipriano de Mouriscados na Galiza e morador da Freguesia de Santa Isabel, na cidade de Lisboa. Nasceu por volta do ano de 1712, pois no ano de 1740 tinha cerca de 28 anos e estava a aproximadamente 10 anos em terras lusitanas. Era filho de Luís Domingues e Maria do Queimadellos, ambos naturais da Galiza, Reino de Castela. Detectamos sua atuação no mundo dos negócios no início da década de 1750, quando estava no Maranhão e enviava e recebia sucessivas procurações de correspondentes que possuía em Lisboa, visando a cobrança de dívidas. Os seus correspondentes muito provavelmente não deveriam ser negociantes de grosso trato, até

porque o Maranhão ainda não começara a sentir os estímulos proporcionados pelas políticas reformista do Gabinete Josefino, fato que viria a acontecer após 1755 com a criação da CGPM.³³³

Contudo, é interessante observar que dois de seus correspondentes no Reino eram seus irmãos: João e António Domingues. Os três, juntamente com um sujeito chamado Inácio José Lobo, em julho de 1753, firmaram um contrato no 1º Cartório Notarial de Lisboa e, assim, fundaram uma sociedade denominada Companhia Hespanhola de Representantes. O contrato era bastante genérico, sem muitas especificidades. No entanto, ficava acordado que José Domingues se dirigiria ao Maranhão como comissário, enquanto as outras partes ficariam em Lisboa, responsáveis por enviar mercadorias – não especificadas – a São Luís, ficando José responsável pela venda dos produtos. A divisão dos lucros e perdas seria em partes iguais, e ele ganharia 3% de comissão pelas transações.³³⁴

Entretanto, não encontramos livros de conta-corrente e nem mais informação a respeito dos resultados de tal sociedade. Salta os olhos a iniciativa desse pequeno grupo mercantil, oriundo da Espanha e que se estabeleceu por longa data em Lisboa, em se aventurar em um mercado ainda não totalmente atrelado à Economia Atlântica. E esse empreendimento, apesar de não termos dados quantitativos para avaliá-lo, deve ter gerado dividendos. Em 1754, José Domingues está de volta a Portugal e com a criação da CGPM da qual fora sócio-fundador – adquiriu dez ações totalizando 4 contos de réis; e, em 1759, com a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (CGPP), comprou ainda onze ações que lhe custaram 4 contos e 400 mil réis. Em 1776, às vésperas do fim do monopólio, obteve outras cinco ações, investindo mais 2 contos de réis. Valores nada desprezíveis, pensando em um sujeito que na primeira metade da década de 1750 tinha uma pequena sociedade e atuava como comissário no Maranhão. Esse salto, muito provavelmente, se deu porque também era comissário de outros comerciantes, o que proporcionou a ele iniciar sua fortuna no mercado atlântico.³³⁵

³³³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, maço. 46, doc. 737. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 114, Caixa 34. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 115, Caixa 36.

³³⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 114, Caixa 34. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, fls. 51-52.

³³⁵ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86). MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte*

Entre 1755 e 1769 não temos muitos dados quantitativos sobre a atuação de José Domingues. Mas podemos deslindar sua atuação através das ações judiciais que movia. Sabemos que em 1758, antes da instauração da CGPP, possuía uma sociedade firmada para negócios em Pernambuco com Francisco Gomes da Costa. No referido ano de 1758, Gomes da Costa era caixa do Contrato dos Subsídios das Carnes da Paraíba, do qual eram sócios, e eram credores de uma dívida de 8:414\$554 réis de couros em cabelo, solas e vaquetas de couros, os quais os contratadores não quitaram e que foram remetidas para Lisboa – a partir de Pernambuco e da Paraíba. Além de sócios no contrato citado, também remetiam mercadorias para Gênova. Foram 3:300\$900 réis em têxteis enviados de Lisboa para o correspondente Antônio Maria Alizeri, que os venderia ganhando 1% de comissão.³³⁶

Ainda na década de 1760 – mais especificamente em 1765 – José estava envolvido com o contrato dos dízimos das ilhas do Atlântico. Domingues movia uma ação contra Maria Pereira de Azevedo, viúva de José Henriques, homem de negócio estabelecido em Lisboa. Da ré foram penhoradas 6 ações da CGPP para quitar uma dívida de 2:400\$000 réis, relacionado a várias contas referentes aos ditos contratos. Já na segunda metade da mesma década, entrava com ação contra Raimundo Jalama, morador da cidade de Luanda, e administrador da CGPP em Angola. Nela requeria o pagamento de um valor referente a têxteis que enviou à Jalama e que não foram pagos. Não temos muito mais informações sobre tal caso, porque o documento estava em muito mau estado, no entanto serve para ilustrar como os negócios de Domingues iam se ampliando com o passar dos anos, também graças às conexões garantidas pelas companhias monopolistas.³³⁷

na segunda metade do século XVIII. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. (p.536).

³³⁶Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mç. 20, n.º 17, cx. 20. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mç. 24, n.º 6, cx. 24. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mc. 1, n.º 14.

³³⁷Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 39, n.º 28, cx. 52. Memórias Econômicas da Real Academia de Lisboa - Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Real Academia, 1812. (p. 46). MENZ, Maximiliano M. *A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do Tráfico de Escravos em Angola (1759-1775/80)*. In: Afro-Ásia, 48 (2013), 45-76. (p. 52). SILVA, Daniel Domingues da Silva. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa (1780–1867)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. (p. 162). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 67, n.º 1 cx. 254.

Já no ano de 1770, José Domingues requeria o pagamento de 570\$325 réis procedidos da carregação de dois caixotes de fazendas para a Índia, em embarcação de propriedade dele, responsável também por sua armada. Estes caixotes foram enviados por Luísa Maria Ferreira e Clara Maria Rosa Serqueira, cujos maridos eram homens de negócio estabelecidos em Lisboa: a primeira era esposa de Joaquim dos Santos Alcântara; a segunda, de José Gomes dos Santos. As rés foram condenadas a pagar a dívida contraídas pelo transporte na embarcação. Nesse mesmo período, entre os anos de 1769 e 1771, José Domingues vendeu mercadorias para a CGPM. Vejamos o quadro abaixo:³³⁸

Tabela 33. Vendas de José Domingues à CGPM (em réis)

Ano	Tecidos	Madeira	Miudezas	Total
1769	5:888\$650	0	0	5:888:650
1770	20:662\$547	0	0	20:662:547
1771	14:839\$642	731\$000	2:395\$450	17:966:092
Total	41:390\$839	731\$000	2:395\$450	44:517.289

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, CGGPM, Livro de Compras, Livro 67.

É fato que comparando com outros comerciantes do período, que também eram sócios ou trabalhavam na administração da CGPM, é um volume de vendas baixo como veremos a seguir. No entanto, é notável que a prática de sócios venderem à companhia – e também comprarem – era bastante comum. Mas, como é visto, nesses três anos José Domingues vendeu uma quantidade considerável de têxteis, muito provavelmente provenientes da Índia, que deveria servir fundamentalmente para a composição do *banzo* para o tráfico. Além disso, vendeu madeiras oriundas das florestas do Pará, além de outras miudezas como missangas, ferrarias e alguma quantidade de bebida alcoólica e azeite.³³⁹

Com o fim do monopólio da CGPM, José Domingues continuou a expandir seus negócios. Além de seguir atuando no Maranhão, também agiu na Bahia. Isso fica evidente em outro processo movido por ele em 1783, agora contra o capitão da embarcação de sua propriedade Santo António de Lisboa, Alberto José Lopes. Domingues cobrava uma letra de risco no valor de 1:525\$199 réis tomada pelo capitão para comprar mercadorias coloniais, entre eles açúcar na Bahia e algodão no Maranhão. Além disso, o capitão não havia feito os devidos pagamentos ao proprietário da embarcação, referentes às carregações de manufaturados europeus enviados à América Portuguesa. Sendo assim,

³³⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 5, n.º 12, cx. 395.

³³⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, CGGPM, Livro de Compras, Livro 67.

observa-se a metamorfose de comissário enquanto jovem para comerciante atlântico quando mais velho.³⁴⁰

Já em 1787, Domingues foi autor de uma ação contra seus antigos sócios Joaquim Pedro Belo e Manuel Eleutério de Castro, esse último deputado influente da CGPM e que tinha parcerias, no período do monopólio, com o autor. Os réus deviam duas letras de risco emitidas por Domingues e que juntas somavam o valor de 1:450\$834 réis. Uma fora passada sobre a galera Nossa Senhora dos Prazeres e Santo António, e outra sobre o navio Nossa Senhora do Loreto e São José. Ambas viajaram ao Levante, mais precisamente à Costa do Malabar, e também a Coromandel. Mais uma vez, vemos como o antigo comissário expandiu e pulverizou seus negócios, armando embarcações para a América, África, Ilhas Atlânticas e Ásia. José Domingues faleceu em 1788, deixando um grande legado e, acreditamos, uma grande fortuna.³⁴¹

Já João da Silva Ledo foi um capitão de navio e comerciante que tinha negócios por todo o Atlântico Equatorial. Era natural do Reino da Galiza, freguesia de Santo Estevão, filho de lavradores. Casou-se com Maria Josefa de Oliveira, de nacionalidade portuguesa, filha de Manoel da Costa Ferreira, comissário no Estado da Bahia. Estava há pelo menos vinte anos em Lisboa, onde chegou no início da década de 1730 e era morador da Freguesia de Santa Catarina, vivendo das viagens que armava e comandava, além do comércio que fazia com o Maranhão na década de 1740. Todas essas atividades lhe renderam, em 1749, um cabedal de aproximadamente 15.000 cruzados.³⁴²

No início da década de 1750, mais precisamente em junho de 1752, começava a ampliar seus negócios para além do Maranhão. João da Silva Ledo, via requerimento, solicitava ao rei D. José I uma autorização para enviar o seu navio Divina Providência e Santo António aos portos de São Luís e Belém, fazendo escala na feitoria de Cacheu e no arquipélago de Cabo Verde, para transportar africanos escravizados. No requerimento, dizia ainda, que tal viagem era fundamental para abastecer as capitanias amazônicas com mão de obra para a colheita do cacau, mercadoria que pretendia levar para o Reino. Nessa

³⁴⁰Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 13, n.º 12, cx. 380.

³⁴¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 44, n.º 3, cx. 231. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Inventários post mortem, Letra I, J, mç. 3, n.º 1. Temos o ano de falecimento devido ao ano de produção do inventário, no entanto o documento estava indisponível para consulta o que inviabilizou a aferição da fortuna e dos bens deixados por José Domingues.

³⁴²Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 88, doc. 1528.

viagem, transportou 169 africanos escravizados oriundos de Cacheu, dos quais 150 chegaram vivos e foram desembarcados na Amazônia Portuguesa. Vemos que como capitão de navio já possuía o conhecimento de que a viagem entre a Guiné e o Estado do Maranhão e do Grão-Pará era mais rápida e alternativa viável para abastecer de escravizados as praças amazônicas. Tanto é que, com o estabelecimento da CGPM, tal rota escravagista foi a privilegiada pela empresa monopolista.³⁴³

Já em fevereiro de 1755, solicitava novamente ao rei provisão que o autorizasse rumar aos portos amazônicos com escala somente em Cacheu, com o mesmo intuito: traficar africanos escravizados e contornar o problema da mão de obra. Dizia no requerimento que os produtores no Maranhão e no Pará não conseguiam arregimentar indígenas para o trabalho de coleta do cacau e de outras drogas do sertão, e que os mesmos nativos desapareciam nas matas ou atacavam os colonos. Como tinha licença apenas para aportar em São Luís, solicitava ainda que pudesse deslocar-se do Maranhão para o Pará para complementar o carregamento do seu navio. Outro fator que fica evidente é que ele, além de negociar o produto da Amazônia colonial que alcançava os melhores preços nos mercados europeus – no caso o cacau – atuava como traficante de escravizados.³⁴⁴

Nesse mesmo ano, é fundada a CGPM. Assim como vários outros personagens do mundo dos negócios do período, João da Silva Ledo viu a empresa monopolista como alternativa para diversificar seus negócios e se fortalecer como negociante. Foi então que se tornou sócio-fundador da Companhia, comprando dez ações totalizando 4 contos de réis investidos já na fundação da mesma. E, mesmo acionista da companhia, continuava a atuar como capitão do navio, pois em 1757 estava comandando a frota da empresa monopolista junto com João de Freitas Monteiro.³⁴⁵ Para além disso, era um comprador bem ativo nos leilões da CGPM. O quadro abaixo ilustra isso:

Tabela 34. Produtos comprados nos leilões da CGPM por João da Silva Ledo (em réis)

Ano	Cacau	Drogas	Courama	Lã	Café	Total
1765	1:589\$206	300\$667	0	0	0	1:889\$873
1766	1:011\$757	0	416\$330	0	0	1:428\$087

³⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 32, Documento 3308. www.slavevoyages.org/voyage/41238

³⁴⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 35, Documento 3509. MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.123). DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Ed. da UFPA, 1970. (p. 287).

³⁴⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 38, Documento 3754.

1767	0	0	0	11\$500	0	11\$500
1768	1:383\$348	0	6:323\$880	0	0	7:707\$228
1769	1:568\$193	0	0	0	0	1:568\$193
1770	1:431\$083	0	1:536\$000	0	0	2:967\$083
1771	0	0	393\$000	0	0	393\$000
1772	647\$364	0	510\$250	0	273.240	1:430\$854
Total	7:630\$951	300\$667	9:179\$460	11\$500	273.240	17:395\$818

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, CGGPM, Livro de Vendas, Livro 68 e 69.

Entre 1765, ano que inicia a nossa série, até 1772, João da Silva Ledo comprou pouco mais de 17 contos de réis em produtos variados nos leilões da CGPM. Isso mostra que tinha um cabedal razoável e que, além de capitão de embarcação, era um negociante importante. Observa-se que os principais produtos adquiridos eram os couros em geral – couros em cabelo, solas e vaquetas – e o cacau, produto que já negociava diretamente no Maranhão e no Pará antes do estabelecimento da empresa monopolista. Muito provavelmente, devido a atuar nesse mercado fazia tempo, já deveria ter suas redes de distribuição do produto no Reino e até mesmo na Europa.

Em 1762 e 1763, João da Silva Ledo estava envolvido em algumas contendas judiciais que revelam um pouco de sua rede mercantil no Reino. Em 1762, processava Manuel de Freitas, pequeno comerciante em Lisboa, por uma dívida de 282\$774 réis referente a compras de couros em geral vindos do Maranhão. Já em 1763, entrava com ação contra o também mercador João da Costa Cabral de Vasconcelos para cobrança de uma dívida de 277\$250 réis com ele e Pedro Manso Rangel, que armaram juntos uma carga vinda do Maranhão. O referido réu havia comprado uma variedade de drogas do sertão no ano anterior e não havia pago por elas.³⁴⁶

Já em 1769, em uma outra ação movida por João da Silva Ledo contra Francisco Duarte, soubemos de uma outra atividade do capitão e negociante. Na região de Odívetas, ele possuía um moinho de farinhas que foi arrendado para Duarte. Além disso, a ação se prendia também por uma cobrança de uma dívida da renda de 11 sacos de farinha que

³⁴⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, maço 28, n.º 15, cx. 28. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, maço 66, n.º 11, cx. 66.

deveria ser repassado à Ledo e que não havia sido feito.³⁴⁷ Mercador no Maranhão na década de 1740, capitão de embarcação e homem de negócios em Lisboa a partir da década de 1750, sócio e comprador da CGPM após 1755, e dono de moinho para manufaturar cereais no fim da década de 1760. Uma trajetória que começa e continua no Atlântico até a sua morte, em 1773.³⁴⁸

Vimos aqui a trajetória parecida de dois homens de negócios estabelecidos em Lisboa e de mesma origem: o Reino da Galiza. Ambos fixados há muito tempo em Portugal e naturalizados lusos. Já na década de 1740 estavam envolvidos no comércio com o Maranhão. José Domingues como comissário volante e João da Silva Ledo como capitão e proprietário de embarcação. Apesar de contemporâneos e de iniciado suas carreiras no mesmo espaço mercantil, não encontramos evidências de que em algum momento suas trajetórias se cruzaram. Mas é fato que os dois personagens aqui analisados, apesar de serem homens de negócio atuantes antes da fundação da CGPM, também utilizaram da empresa monopolista e das reformas colocadas em prática pelo Gabinete Josefino para se beneficiarem. Outro ponto em comum é que ambos estiveram envolvidos no tráfico de africanos escravizados: Domingues indiretamente, enviando mercadorias para Angola, e Ledo se envolvendo diretamente no negócio de Cacheu, transportando pelo menos uma vez escravizados para o Maranhão e para o Grão-Pará.

José Domingues e João da Silva Ledo não ocuparam nenhum cargo diretivo e nem foram administradores da CGPM na colônia, apesar da expertise de ambos no comércio com o Maranhão. No entanto, foram acionistas com grande soma investida no capital-social da empresa e, enquanto José Domingues vendia mercadorias à companhia, João da Silva Ledo acessava os produtos coloniais – os quais já negociava anteriormente – nos leilões da CGPM, com preços mais atraentes e transportados, às vezes por ele próprio como capitão das frotas, mas agora por conta e risco da empresa monopolista. Com isso reduzia seus riscos e tinha seus dividendos garantidos. Ao fim e ao cabo, ambos foram comerciantes que se estabeleceram no espaço atlântico e que souberam usar as reformas pombalinas em benefício próprio.

³⁴⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mc. 50, n.º 14, cx. 50. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mc. 52, n.º 17, cx. 52.

³⁴⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, liv. 302, f. 82.

5.1.2. Os sócios-fundadores António Cardoso Saldanha, Manoel de Almeida Braga e Domingos Lourenço

António Cardoso Saldanha era um capitão de embarcações português que operava na rota Lisboa – São Luís e Belém anteriormente à fundação da CGPM. Natural da Vila de Mesquitella, arredores de Coimbra, era filho de um lavrador chamado António Rodrigues; não encontramos referências sobre sua mãe. Chegou em Lisboa por volta da década de 1740 e era morador da Freguesia de Santa Catarina. Foi casado com Isabel Inácia Joaquina de Paula. Sua atuação como comandante de navios o credenciou a se inserir no comércio ultramarino português na mesma rota que atuava enquanto capitão.³⁴⁹

Antes da fundação da companhia, na primeira metade da década de 1750, encontramos seus primeiros vestígios no mundo dos negócios. Em agosto 1754, ele lavrou procuração para seu tio, José Rodrigues Esteves, para que este cuidasse de seus interesses comerciais na cidade de Lisboa enquanto estivesse no trânsito atlântico, levando mercadorias dele próprio e de referido parente para o Maranhão e o Grão-Pará. Já no ano seguinte, estava retornando novamente para a Amazônia Portuguesa: Rodrigues Esteves emitiu uma procuração para Saldanha, com o intuito que seu sobrinho cobrasse dívidas, dinheiros, bens, efeitos, ações, mercadorias, encomendas, carregações e letras de risco de comerciantes estabelecidos nas praças de São Luís e de Belém, referentes às mercadorias que ambos remeteram.³⁵⁰ No quadro abaixo, temos uma ideia dos valores remetidos apenas por Saldanha:

Tabela 35. Vendas de António Cardoso Saldanha (em réis)

Ano	Maranhão	Pará	Total
1753	9:258\$500	0	9:258\$500
1754	0	0	0
1755	10:829\$300	10.183.475	21:012\$775
1756	133\$750	302.725	436\$475
		Total	30:707\$750

³⁴⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, mc. 127, doc. 2146.

³⁵⁰Ressalta-se que existe uma limitação das fontes portuguesas, sobretudo as notariais, para antes de 1755 por causa do terremoto ocorrido no mesmo ano. Por isso há poucas pistas sobre a atuação da maioria dos homens de negócio para a primeira metade do século XVIII. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 115, Caixa 36. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 116, Caixa 36.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

Em um período de cerca de quatro anos, o capitão Saldanha remeteu mais de 30 contos de réis para as capitanias do Maranhão e do Grão-Pará. Vemos que de início, no ano de 1753, enviou toda a suas mercadorias para o porto de São Luís. Em 1754 não houve nenhuma remessa, pois, a viagem que teve início no fim desse ano só culminou no começo de 1755 nos portos coloniais. Neste ano, realizou duas viagens, o que explica o dobro do valor em produtos europeus enviados para a Amazônia Portuguesa; vemos que há um certo equilíbrio em relação aos portos, com São Luís recebendo 52% e o de Belém 48% das quantias remetidas. Já em 1756, por causa da criação da CGPM, houve uma queda abrupta nos montantes que remeteu: pouco mais de 400 mil réis, com o porto de Belém recebendo 70% dos recursos. Em relação aos produtos exportados, há o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Produtos exportados por António Cardoso Saldanha (1753-1756)

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

Tecidos eram o principal manufaturado europeu enviado para os portos amazônicos. Bretanhas, baetas e sedas eram os principais tipos têxteis consumidos nas praças coloniais do norte da América Portuguesa. Os “outros” são compostos de louças, chumbo e metais variados, chapéus e miudezas. O comércio de bebidas, aguardente de uva e vinho, fundamentalmente, ocupavam um papel razoável na composição das mercadorias remetidas e chama a atenção os 6% em alambiques – e peças para sua

manutenção – o que denota uma tentativa de montagem de uma planta de produção de bebidas alcoólicas nas capitanias amazônicas nesse período em que estaria se tentando um novo movimento de colonização na região.³⁵¹

Em 1755, funda-se a CGPM. O que em princípio poderia atrapalhar os negócios de Saldanha, na verdade, traz a ele certa segurança. Tornou-se um sócio-fundador da companhia, adquirindo 10 ações no valor 4 contos de réis; além disso, em 1756 vendeu duas embarcações de sua propriedade à CGPM: a Nossa Senhora da Conceição e a Santa Anna, arrecadando um total de 5 contos e 400 mil réis. Entretanto, não foi muito atuante como comprador de gêneros coloniais e nem como vendedor de mercadorias manufaturadas para a empresa monopolista. No cômputo geral, nos livros da CGPM, apareceu apenas uma arrematação realizada em 1766, num lote de cacau no valor de aproximadamente 800 mil réis.³⁵²

Mas tudo indica que continuou atuando como capitão de embarcação, já que existem dois contratos de fretes, um com José António da Fonseca, em 1756, e outro com José Cardoso, em 1757. Ambos referem-se a remessas de mercadorias para o Maranhão e para o Grão-Pará. Ao que parece, ele também emprestava dinheiro a crédito, pois há dois contratos de obrigação, ambos em 1756: um para o mesmo José António da Fonseca, e outro para Bernardo Martinez. Os dois empréstimos foram no valor de 480 mil réis, com juros fixados entre 4% para o primeiro e 6% para o segundo.³⁵³

Em 28 de janeiro do ano de 1760, Saldanha, junto com outros dois sócios – José Rodrigues Esteves e João Luiz Rodrigues – arrematou o contrato da dízima da chancelaria da Bahia pelo período de três anos, no valor de 1 conto e 50 mil réis. Esse contrato previa o recebimento de 10 tostões por cada africano escravizado remetido da Fortaleza da Ajuda, com entrada nos portos baianos. Após 1766, quando efetuou o arremate do lote de cacau, não há muitas informações sobre sua atuação como homem de negócio ou capitão de embarcação. Contudo, apesar de não ser ativo nessa relação de compra e venda com a

³⁵¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338. Cf. MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

³⁵²CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 117, Caixa 37. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livro 68.

³⁵³Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 117, Caixa 37. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 118, Caixa 37.

CGPM, não foi tirado de cena: tornou-se acionista da mesma, garantindo um investimento seguro, e também vendeu algumas embarcações à empresa pombalina, além de atuar no mundo do crédito e dos contratos.³⁵⁴

Falemos agora de Manuel de Almeida Braga, que nasceu em uma Freguesia chamada Santa Marta do Douro, porção setentrional do território português, no bispado de Braga. Era filho de António de Almeida e Maria Fernandes, sendo que seu pai tinha um pequeno negócio na cidade de Braga. Chegou a Lisboa nos idos da década de 1740, estabelecendo-se na Freguesia de Santa Catarina. Casou-se com Joana dos Santos, natural da capital, e que era filha de um negociante – também advindo da região de Braga – chamado Alexandre Teixeira. Na década de 1750, Manuel Braga, era considerado um negociante com capacidade para grandes negócios.³⁵⁵

Já operava no Maranhão e no Grão-Pará antes da fundação da CGPM. Em 1753, remetia mercadorias manufaturadas para a Amazônia Portuguesa e, em 1754, lavrou procuração a um tal Padre Francisco José de Maria, que partia para o Maranhão, para cobrança de dívidas referentes às mercadorias que enviou nos anos anteriores. Em 1755, foi criada a CGPM, da qual foi sócio-fundador, adquirindo 10 ações – um investimento total de 4 contos de réis. Em 1756, participava da venda de duas embarcações da qual era sócio com António Cardoso Saldanha: as citadas Nossa Senhora da Conceição e a Santa Anna, numa operação que rendeu a eles mais de 5 contos de réis (como já referimos).³⁵⁶ Sobre as exportações feitas por Braga, temos a tabela abaixo:

Tabela 36. Vendas de Manuel de Almeida Braga (em réis)

Ano	Maranhão	Pará	Total
1753	10:310\$200	0	10:310\$200
1754	0	0	0
1755	8:323\$600	10:754\$300	19:077\$900
1756	142\$875	234\$000	376\$875

³⁵⁴SILVA, António Delgado da. *Suplemento à Coleção da Legislação Portuguesa (1750-1762)*. Lisboa: Tipografia Luiz Correa da Cunha, 1842. (p.822-7).

³⁵⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, mc. 153, doc. 1564.

³⁵⁶CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 115, Caixa 36. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Distribuidor, Livro 116, Caixa 36.

		Total	29:764\$975
--	--	--------------	--------------------

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

Ao todo, Manuel Braga enviou pouco mais de 29 contos de réis em mercadorias manufaturadas para os portos de São Luís e de Belém no período de quatro anos sobre o qual dispomos de dados. Em 1753, toda a mercadoria foi enviada para o Maranhão, assim como ocorreu com António Cardoso Saldanha. Em 1754 não houve nenhum tipo de remessa. Contudo, em 1755 praticamente duplicou as exportações de manufaturados: foram pouco mais de 19 contos de réis, agora divididos entre os portos amazônicos: 44% foram remetidos para o Maranhão e os outros 66% para o Grão-Pará, demonstrando uma inversão dos fluxos mercantis de São Luís para a praça de Belém. Já em 1756, assim como vimos no caso de Saldanha, a criação da CGPM resultou numa queda abrupta dos negócios de Almeida Braga com o norte da colônia portuguesa na América.³⁵⁷ Sobre os produtos que exportou, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 12. Produtos exportados por Manuel de Almeida Braga (1753-1756)

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

Temos que o grosso das exportações que Almeida Braga remeteu de Lisboa para São Luís e Belém foram os têxteis: 84% de tudo que despachou no período de 4 anos foram tecidos manufaturados na Europa, com destaque para bretanhas, baetas, linho, lã e

³⁵⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

riscados. Além disso, enviava também aguardente e vinho, biscoitos e farinhas, além de mercadorias variadas como metais (ferro e chumbo), louças e ferramentas.

Com a criação da CGPM, vemos que sua trajetória seguiu caminhos bastante semelhantes ao de Saldanha. Como já ressaltamos foi sócio-fundador da empresa pombalina e vendeu embarcações para a mesma. Não foi nenhum comprador ou vendedor protagonista da companhia. Também em 1766 – como Saldanha – arrematou um lote de cacau num valor pouco superior a 777 mil réis, e somente isso. Também preferiu a segurança, garantindo dividendos como acionista e atuando em outras rotas atlânticas. Em 1767 estava em uma contenda judicial com José Bento Ferreira, proprietário e caixa da embarcação Nossa Senhora do Monte do Carmo e São José. Ferreira cobrava uma dívida de Almeida Braga no valor de 62 mil réis, referente ao frete e do descarregamento de duzentos peças de couros que saíram do porto do Rio de Janeiro.³⁵⁸

Nos fins da década de 1760, armava uma embarcação com o intuito de comerciar na Ásia. Um grupo formado por Francisco Álvares, António José Pinto, António Alves, Ana Alves Nogueira, Mariana de São José, Maria de Jesus e seu marido José Lopes dos Anjos, Manuel Rodrigues de Abreu, Mariana Alves Maia e seu marido Domingos da Maia, Tomé Alves da Maia e Quitéria Maria da Silva processava Almeida Braga por ele não ter quitado os dividendos da viagem – todos os autores remeteram algum tipo de mercadoria para as praças asiáticas – que giravam ao redor 3:127\$478 réis.³⁵⁹ Manoel de Almeida Braga, nesse sentido, continuou sendo um homem de negócio atuante no período da CGPM, mas preferiu abandonar o mercado do Atlântico Equatorial e focar em outras rotas transatlânticas.

Por fim, temos Domingos Lourenço. Era um afamado negociante estabelecido na cidade de Lisboa da segunda metade do século XVIII. Morador da Freguesia de Santos, tinha importantes negócios com o Maranhão e o Grão-Pará antes da criação da CGPM. Comparativamente com os outros dois negociantes que tratamos nesse subcapítulo, foi o que movimentou os menores cabedais entre os anos de 1753 e de 1757. Enquanto António Cardoso Saldanha e Manuel de Almeida Braga movimentaram valores na casa dos 30 contos de réis em seus negócios com as capitânicas amazônicas, temos que Domingos Lourenço movimentou cerca de 9 contos e 600 mil réis. O quadro abaixo ilustra tal fato:

³⁵⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 5, n.º 1, cx. 395.

³⁵⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mç. 10, n.º 2, cx. 10.

Tabela 37. Vendas de Domingos Lourenço (em réis)

Ano	Maranhão	Pará	Total
1753	3:658\$375	0	3:658\$375
1754	11\$000	0	11\$000
1755	3:517\$100	1:999\$600	5:516\$700
1756	31\$250	273\$075	304\$325
1757	0	197\$550	197\$550
	7:217\$725	2:470\$225	9:687\$950

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

A diferença entre Domingos e os outros dois comerciantes a que nos referimos anteriormente é a de que, apesar de movimentar menores quantias, este negociante foi mais constante nas suas remessas, exportando mercadorias em todos os anos para os quais temos dados. Em relação aos portos, os números demonstram que há uma certa supremacia da praça de São Luís em relação à Belém. O Maranhão concentrou 75% das remessas de Domingos Lourenço, enquanto a capitania do Grão-Pará ficou com poucos 25% dessas exportações. Sobre a composição dessas mercadorias manufaturadas, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 13. Produtos exportados por Domingos Lourenço (1753-1757)

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Registro de Saída, Livro 235, 233, 237, 236, 114, 115, 116, 336, 337, 338.

Os tecidos são os carros chefes das exportações feita por Domingos, com quase dois terços de tudo que foi enviado por ele para os portos de São Luís e Belém. Todos

eram tecidos manufaturados na Europa e os mais enviados eram as bretanhas, baetas, brins e linho. Na categoria outros, que engloba 24% das exportações, figuravam mercadorias manufaturadas sortidas como metais, louças, armamentos e ferramentas. Ainda, 3% eram mantimentos como biscoito, farinha e vinagre. As bebidas alcoólicas compunham apenas 1% das exportações de Domingos, cargas estas compostas basicamente de vinho.

Eis que em 1755 foi criada a CGPM. Domingos Lourenço foi um sócio-fundador da empresa monopolista, adquirindo 10 ações que lhe custaram um montante de 4 contos de réis. Além disso, também ocupou o cargo de deputado da Junta da companhia em Lisboa por dois mandatos: entre 1768 e 1772 e entre 1773 e 1777.³⁶⁰ O que marca a diferença de Domingos Lourenço para António Cardoso Saldanha e Manuel de Almeida Braga reside no seguinte aspecto: diferentemente de Saldanha e Braga, que foram mais conservadores e preferiram “abandonar” o mercado amazônico e garantir os dividendos atuando como acionistas, Domingos foi um grande vendedor de manufaturados para CGPM, como também um grande arrematador de mercadorias nos leilões promovidos pela empresa monopolista. Segue o quadro que ilustra isso:

Tabela 38. Compras e Vendas de CGPM para Domingos Lourenço (em réis)

Anos	Compras	Vendas
1760	1:342\$350	-
1761	0	-
1762	0	-
1763	-	-
1764	-	-
1765	-	0
1766	-	0
1767	-	0
1768	-	278\$730
1769	2:344\$482	12:990\$557

³⁶⁰CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86).

1770	4:175\$580	7:585\$471
1771	472\$780	7:021\$698
1772	-	3:093\$013
1773	-	9:246\$418
1774	-	16:895\$295
1775	-	23:845\$959
1776	-	24:031\$460
1777	-	10:556\$838
Total	8:335\$192	115:545\$439

Fonte: ANTT, CGGPM, Livro de Vendas, Livro 68 e 69. ANTT, CGGPM, Livro de Compras, Livro 66 e 67.

Vemos que até 1768, Domingos fez apenas uma venda para a CGPM. Foram pouco mais de 1 conto e 300 mil réis em tecidos vendidos à empresa monopolista. Quando ele se torna um deputado da Junta, no exato ano de 1768, vemos que as vendas e, principalmente, as compras, se tornam frequentes. No total, Domingos vendeu mais de 8 contos de réis em mercadorias europeias manufaturadas, sobretudo têxteis e ferramentas, e arrematou mais de 115 contos e 500 mil réis em gêneros coloniais oriundos das capitanias do Grão-Pará e Maranhão. Ao que tudo indica, Domingos Lourenço é um dos homens de negócio que se beneficiou de sua posição enquanto acionista e deputado da CGPM para ampliar seus negócios e fazer crescer seus dividendos. No que se refere às mercadorias que ele arrematou nos leilões, há o seguinte gráfico:

Gráfico 14. Produtos arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Temos que, como a maioria dos negociantes que faziam negócios com a CGPM, Domingos Lourenço tinha como principal interesse o cacau. Um terço do seu capital foi utilizado para arrematar lotes da fruta, matéria-prima para fazer o chocolate. Mas seus investimentos eram bem diversificados, tendo em vista que 23% de seus investimentos foram utilizados para comprar mantimentos, sobretudo arroz e farinha; outros 22% foram usados para a compra de produtos extrativos, as chamadas drogas do sertão, principalmente o urucum e o pau de canela; temos, ainda, que 19% foram utilizados para arrematar couros em geral, principalmente vaquetas e couros em cabelo. Uma ínfima parte foi usada para o arremate de algodão, na casa dos 3%.

Lourenço teve várias contendas judiciais no decorrer de sua atuação como homem de negócio, sobretudo nos anos próximos à extinção do monopólio da CGPM e nos que vieram após a ela. Em 1776 foi movida uma ação contra ele por João José Lourenço Soromenho, bacharelem direito pela Universidade de Coimbra, familiar do Santo Ofício e ainda negociante matriculado na Junta do Comércio, relativa a uma dívida de 43\$446 réis da venda de várias fazendas feitas por Manoel da Silva de Macedo, seu sócio, para Silvério Luiz Serra, que era deputado da Junta da companhia. No entanto, Domingos não era o indivíduo que fez a compra. Ele foi processado por conta de também ser deputado da CGPM e Soromenho acreditar que seu sócio vendeu para a empresa

pombalina. No fim, foi isentado de pagar a dívida, sendo que ela deveria ser cobrada diretamente do comprador original, que o fez por conta própria. Isso demonstra, de certa forma, como os indivíduos se confundiam com a instituição.³⁶¹

Em 1784 se viu em uma outra contenda judicial, que revela que mesmo com o fim do monopólio exercido pela CGPM, ainda tinha interesses na rota comercial que ligava Lisboa aos portos amazônicos. Domingos Lourenço processava um marinheiro chamado João Joaquim de Sequeira, que prestava serviços em uma embarcação denominada Nossa Senhora das Neves, Bom Conceito, cujo proprietário e capitão era Domingos José. A nau vinha carregada com produtos coloniais oriundos do Maranhão e do Grão-Pará. Domingos havia passado uma letra de risco no valor de quantia de 71\$577 réis para Sequeira, referente a um prêmio caso as mercadorias chegassem em ordem no Reino. As fazendas, segundo o autor, não chegaram em boas condições. Logo, ele queria reaver seu dinheiro. No entanto, o réu havia passado a letra no Grão-Pará, logo foi condenado a pagar – ou em numerário ou em mercadorias – o valor da letra de risco.³⁶²

Esse grupo de sócios fundadores também se caracterizaram por já ter negócios estabelecidos com o Maranhão e o Grão-Pará antes da fundação da CGPM. Diferentemente de José Domingues e João da Silva Ledo, que já acessavam os produtos coloniais com sua atuação antes do estabelecimento do monopólio, Saldanha, Braga e Lourenço se caracterizaram em vender manufaturados – principalmente os têxteis – para as praças de São Luís e de Belém antes do advento da companhia. Com a criação desta, assim como Domingues e Ledo, tornaram-se acionistas. Mas no caso de Saldanha e Braga, estes preferiram deixar de lado os gêneros amazônicos e procurar outros mercados para diversificar seus negócios, algo que Domingues também fez, apesar de continuar atuando na Amazônia Portuguesa. Já Lourenço preferiu continuar apostando nos gêneros oriundos das capitanias do Norte, investindo grandes montantes no arremate de cacau, drogas do sertão e couros.

³⁶¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, mç. 8, n.º 11, cx. 8.

³⁶²Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 38, n.º 7, cx. 225. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 7, n.º 11, cx 194.

Apesar dessa diferença marcante nos perfis, vemos que a CGPM não foi um elemento que se sobrepôs aos mercadores estabelecidos em Portugal e que já negociavam no Atlântico Equatorial. Seja comprando e vendendo para a empresa monopolista, seja sendo apenas acionistas, a companhia comercial serviu de elemento fortalecedor desses negociantes. Além disso, Lourenço foi deputado no período entre 1768 e 1777, período que mais movimentou capitais através da própria CGPM. Logo, percebe-se como os aqui denominados Amazônicos se utilizaram dessa política reformista para benefício próprio, por intermédio de um investimento mais conservador através das ações, ou daqueles mais arrojados, negociando mercadorias manufaturadas e gêneros coloniais diretamente com a companhia pombalina.

5.2. Os Intrusos

Aqui vamos focar na trajetória de quatro comerciantes. Os denominamos de “Intrusos”, pois eram figuras já importantes e bem estabelecidas como negociantes antes da fundação das Companhias pombalinas, mas que, no entanto, não faziam negócios com as regiões nas quais veio a vigor o monopólio comercial da CGPM. Ou seja, eram homens de negócio que não tinha acesso às matérias-primas oriundas da Amazônia Portuguesa e, muito menos, vendiam mercadorias manufaturadas para as praças de São Luís e de Belém. Nesse sentido, nós os batizamos como “Intrusos” pois graças ao intermédio da empresa monopolista eles passaram a ter acesso aos mercados do Atlântico Equatorial.

5.2.1. Em nome do pai: os mercadores Paulo Jorge e João Roque Jorge

Paulo Jorge foi grande negociante da praça de Lisboa na segunda metade do Setecentos, filho de João Jorge e Catarina Hebert. Seu pai e seus avós paternos eram oriundos da Catalunha, domínio de Castela, e João Jorge estabeleceu-se no início do século XVIII em Portugal. Sua mãe, Catarina, era natural da cidade de Lisboa, filha de comerciantes alemães oriundos da cidade de Vormey. Paulo Jorge era visto como um homem encarregado de negócios de grande importância, muito rico e com relações estreitas com a CGPM. Casou-se com Catarina Maria Caetana, também de descendência

catalã, com a qual teve seu único filho e também objeto de análise desse trabalho: João Roque Jorge.³⁶³

João Roque Jorge foi também um importante homem de negócios da segunda metade do século XVIII, seguindo os passos do pai. Morador do Sítio da Junqueira, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, foi casado com Ana Teresa Joaquina de Almeida. Podemos enquadrar nossos dois personagens entre os cem maiores negociantes da praça mercantil de Lisboa no período pombalino. Cada um possuía onze ações da CGPP, totalizando 4 contos e 400 mil contos em ações cada um. Além disso, foram sócios fundadores e deputados da Junta de Administrativa da CGPM. Paulo Jorge havia comprado 22 ações da dita companhia, totalizando 8 contos e 800 mil réis e João Roque possuía 96 ações, num total de 26 contos e 400 mil réis investidos. O filho, além de atuar como comerciante, arrematou as décimas no valor de 200 mil réis no biênio de 1769-1770 e 240 mil réis nos biênios seguintes.³⁶⁴

Partindo para uma análise mais aprofundada dos livros contábeis da CGPM podemos perceber as estratégias de que esses dois sujeitos se valeram para alavancar seus rendimentos e ir se tornando cada vez mais influentes no Reino. Além de serem acionistas das duas Companhias pombalinas e deputados da Junta da CGPM, como já destacamos, pai e filho atuavam na venda de mercadorias manufaturadas para a própria Empresa, além de arrematarem diversos produtos das colônias nos leilões da Companhia. Apesar dos dados fragmentados, em cerca de seis anos que pudemos apurar nos livros de compra encontramos um montante de 45:569\$609 réis que João Roque e seu pai venderam à Empresa. Já no livro de vendas, em que temos uma série completa entre 1765 e 1777, levantamos um total de 349:608\$446 em produtos coloniais comprados por ambos nos leilões da CGPM. A tabela abaixo ilustra esses dados anualmente:

³⁶³Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Paulo, mç. 8, doc. 127.

³⁶⁴Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 128, doc. 2000. PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.155 e 164-7). CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86). MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. (p.536).

Tabela 39. Compras e Vendas de CGPM para Paulo Jorge e João Roque Jorge (em réis)

Anos	Compras	Vendas
1760	210\$831	-
1761	1.171\$800	-
1762	2.624\$302	-
1763	-	-
1764	-	-
1765	-	5:933\$673
1766	-	9:150\$516
1767	-	19:332\$999
1768	-	55:824\$766
1769	20.622\$786	7:666\$875
1770	0	16:696\$651
1771	20.939\$890	15:272\$227
1772	-	34:282\$418
1773	-	28:467\$816
1774	-	34:635\$719
1775	-	306\$224
1776	-	17:420\$476
1777	-	59:618\$086
Total	45:609\$609	304:608\$446

Fonte: ANTT, CGGPM, Livro de Vendas, Livro 68 e 69. ANTT, CGGPM, Livro de Compras, Livro 66 e 67.

Os anos marcados com hífen não significam que os negociantes não compraram e nem venderam à CGPM, mas lacunas em nossas séries de dados. Mas, mesmo com uma série bastante incompleta como a de Compras podemos perceber que João Roque Jorge e seu pai usaram de sua posição como deputados da Junta da CGPM para vender suas mercadorias – tecidos na sua quase totalidade – à própria Empresa, bem como para ter acesso aos produtos coloniais vindos do Grão-Pará e Maranhão durante quase todo funcionamento do monopólio. Destaca-se que Paulo Jorge foi deputado entre 1760 e 1768. João Roque ocupou o mesmo cargo entre 1768 até o fim do monopólio, em 1777.

Sendo assim, pai e filho estiveram presentes na administração da CGPM em 18 dos 22 anos de atuação da empresa monopolista.³⁶⁵

Outro fator importante a se destacar são as arrematações realizadas nos leilões da Companhia. A partir de 1765 observamos compras constantes feitas tanto por João Roque, quanto por seu pai. Nossa série abarca 18 anos consecutivos em que foram arrematados pelo menos 5 contos de réis. A exceção foi o atípico ano de 1775. Isso pode ser explicado por uma conjuntura de queda abrupta nas exportações amazônicas no ano de 1774, quando caíram cerca de 49,5% na comparação como período anterior. Isso em muito deveu-se à liberação das remessas por conta e risco dos lavradores e comerciantes coloniais, sem intermédio da CGPM, o que ocorreu justamente no ano de 1774. A partir daí, a prática tendeu ao crescimento acentuado até o fim do monopólio. Seria normal pensar que os atores coloniais, dada a liberação, viveram a euforia de angariar melhores preços em suas mercadorias e remeteram o que podiam por conta própria.³⁶⁶ Posto isso, quando analisamos os produtos arrematados pelos Jorge nos leilões da CGPM, temos o seguinte cenário:

Tabela 40. Produtos arrematados por Paulo Jorge e João Roque Jorge

Anos	Algodão	Drogas	Cacau	Café	Courama	Arroz
1765	43:143\$012	7:790\$661	0	0	0	0
1766	3:462\$186	0	4:634\$580	1:053\$750	0	0
1767	19:332\$990	0	0	0	0	0
1768	54:909\$770	0	0	914\$996	0	0
1769	7:642\$950	23\$925	0	0	0	0
1770	0	0	10:617\$585	5:280\$066	799\$000	0

³⁶⁵ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 1, (p.239-265).

³⁶⁶ MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 1, (p. 198.). Volume 2. (p.225-226 e 261). MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. *Problemas de agência e as configurações da economia colonial: o caso das companhias pombalinas no Brasil (1755-1780)*. working paper. (p. 13-4).

1771	0	30\$360	7:815\$539	128\$982	7:297\$346	0
1772	0	5:348\$706	18:699\$859	197\$586	6:483\$053	1:780\$214
1773	0	6:985\$660	11:879\$531	6:930\$742	0	2:671\$883
1774	0	607\$194	11:043\$173	16\$830	0	22:968\$522
1775	0	64\$210	0	0	0	242\$014
1776	2:414\$910	0	11:346\$483	0	3:647\$287	11\$796
1777	17:260\$854	0	35:782\$642	1:655\$970	1:176\$425	3:742\$195
Total	148:166\$672	20:850\$716	111:819\$392	17:951\$922	19:403\$111	31:416\$624

Fonte: ANTT, CGGPM, Livro de Vendas, Livro 68 e 69. ANTT, CGGPM, Livro de Compras, Livro 66 e 67.

Interessante observar que pai e filho procuravam arrematar uma diversidade de produtos, como algodão, cacau, drogas do sertão, café, couros e arroz. Essa diversificação mostra que os negociantes procuravam alcançar mercados variados e pulverizar os riscos de investir apenas em uma ou duas mercadorias. Contudo, como demonstra o quadro acima, temos que os focos dos investimentos eram o algodão e o cacau. Deste último, pode-se dizer que sua predominância se deveu ao fato de que era o produto mais procurado nos leilões de Lisboa, em que alcançava os maiores preços em razão da grande demanda no mercado europeu.³⁶⁷

Já o algodão, neste caso exportado cru, foi produto fundamental para o desenvolvimento industrial capitalista europeu, e o Brasil figurou como um dos principais produtores da fibra na segunda metade do século XVIII. Era um produto fortemente demandado tanto na Inglaterra, onde as manufaturas têxteis começavam a se desenvolver, quanto na França, onde tinha muita penetração pela sua boa qualidade para a fabricação de tecidos finos. Naturalmente, os homens de negócio como Paulo Jorge e João Roque

³⁶⁷ MARTINS, Diego de Cambraia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p.123). DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Ed. da UFPA, 1970. (p.287).

Jorge tinham interesse em arrematar os algodões para acessar os mercados europeus mais lucrativos.³⁶⁸

Não à toa, no início da década de 1760 Paulo Jorge estava em Amsterdã, onde ficou estabelecido junto com o correspondente Domingos Luiz da Costa até o ano de 1765 negociando courama, drogas do sertão e um pouco de cacau. Além disso, era o homem forte da Junta de Administração da CGPM, pois além de ser o único a circular por outras metrópoles europeias neste período, tinha relações comerciais próximas com comerciantes estabelecidos em outras praças – principalmente em Amsterdã – e assinava grande parte das letras de risco sacadas pelos comerciantes e que foram remetidas para as casas comerciais do norte da Europa. Em 01 de dezembro de 1761, o correspondente Domingos Luiz da Costa escreveu à Junta de Lisboa relatando que os comerciantes – ou sociedades comerciais – Jedorph e Rodde, Carlens e Bensor, Bereins, Lorentz e Grouton, Gotlieb Knust, Mentze e Cia, Wilhem Kruup, Jan e Carl Harsslgreen sacaram onze letras de câmbio a 46% para pagar os produtos enviados consignados pela CGPM àquela casa comercial. Segundo Costa, todos eram contatos da rede de Paulo Jorge na Holanda.³⁶⁹

É na segunda metade da década de 1760, quando Paulo Jorge já estava de volta à Lisboa, que percebemos relações bem próximas entre ele e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que na época era governador de Angola. Isso nos sugere que, muito provavelmente, paralelamente às suas atividades na CGPM, também tinha interesse em atuar no tráfico de africanos escravizados no principal mercado escravista africano. Essa relação entre ambos é bem evidente, pois existe um livro de conta-corrente entre os dois, com recibos e confissões de dívida de ambas as partes: Paulo Jorge enviava alguns produtos diretamente ao governador, tais como têxteis, aguardente, vinho e azeite, e recebia letras como pagamento. Não há menção sobre a compra de africanos escravizados no livro, mas é no mínimo contraditório pensar que um comerciante de grosso trato com relação estreita com o governador de Angola não tenha se envolvido de alguma maneira

³⁶⁸ MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. *O algodão do Brasil e a economia Atlântica: produção e comércio no Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810)*. working paper. (p.03 a 09)

³⁶⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Cartas para o Norte A, nº 95, Mf. 7253.

no comércio de almas. No entanto, tal assunto carece de mais investigação, e tudo que apontamos aqui é mera especulação empírica.³⁷⁰

Um fato curioso é que encontramos um recibo de um aporte de 202\$600 réis a 4 mulheres no dia 01 de março de 1779. Nele D. Francisco Inocêncio – na época já embaixador na Espanha – reconhece que deve o montante a Paulo Jorge, que o repartiu da seguinte forma: Maria Barbosa da Silva recebeu 120\$000 réis em dinheiro e 24\$000 réis em cinco moedas; Ana Luiza Joaquina recebeu 144\$000 réis em dinheiro e 33\$600 réis em moedas; Mariana Maria Balbina recebeu 9\$600 réis; e Antónia Xavier recebeu 12\$500 réis. Não sabemos a relação de D. Francisco Inocêncio com as ditas mulheres, mas tal dado nos mostra que havia uma grande proximidade entre o comerciante e o político.³⁷¹

João Roque seguiu os passos do pai no que diz respeito à maneira de negociar. Tal pai, tal filho. Em meados da década de 1770, João Roque Jorge estava em Paris. No início dessa mesma década surgiram as primeiras remessas de “cotton do Maragnon” para a França, mais especificamente ao porto de Ruão. Em 25 de janeiro de 1771 foram remetidas 381 arrobas e 10 arráteis no navio Princesa do Brasil, e 218 arrobas e 8 arráteis no navio São João Batista. Nesse mesmo período o algodão trazido pela CGPM do Maranhão foi praticamente todo exportado para França, onde João Roque construiu sua rede mercantil que se interligava por várias praças. Seus principais correspondentes eram Louis Palyars, Darcel, Jean Nicolas Ribard, Lezurier Oncle e Filhos, Sultaine Fere e Harmanus Nicolas Molvo na cidade de Petersburgo; Freart Le Jeune e Cia na cidade de Amiens; e, por fim, Guillier Pere e Filhos, Joseph Champion em cidade não especificada, mas provavelmente Ruão.³⁷²

O que vimos até aqui ratifica a ideia de que a CGPM – e sua congênere de Pernambuco e Paraíba – criada com o intuito de fomentar a produção dessas duas áreas da colônia portuguesa na América e estimular o tráfico de africanos escravizados em feitorias africanas nas quais a presença lusa era frágil, também serviu para fortalecer uma

³⁷⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Condes de Linhares, mç. 93, doc. 64. DIAS, Gastão Sousa. *D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho*. Lisboa: Cosmos, 1936. SANTOS, Catarina Madeira. *De “antigos conquistadores” a “angolenses” - A elite colonial de Luanda no contexto da cultura das Luzes, entre lugares da memória e conhecimento científico*. In: Revista de História e Teoria das Ideias. Vol. 24. 2007. (p. 195-222).

³⁷¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Condes de Linhares, mç. 93, doc. 74.

³⁷² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Cartas para o Norte A, nº 95, Mf. 7253.

burguesia mercantil lusitana. Paulo Jorge e João Roque Jorge, além de se participarem da administração da CGPM e comprarem muitas ações de ambas as Companhias pombalinas, usaram da sua criação e de suas posições para ampliarem seus negócios e terem acesso a mercadorias coloniais a preços melhores. A partir disso, conseguiram criar – através dos correspondentes da CGPM espalhados pela Europa – uma rede comercial bastante grande e que abrangia os Países Baixos e boa parte do território francês, dando vazão às mercadorias que arrematavam nos leilões da empresa fomentista.

O fim década de 1770 e o começo da década de 1780 assistiram o fim das companhias monopolistas. No entanto, a atuação de ambos como grandes negociantes não acabou: mais especificamente quando falamos de João Roque Jorge. Este encampou projeto proposto pela própria Rainha e seu gabinete para retomar a rota do tráfico de africanos escravizados estabelecida pela extinta CGPM, que unia as regiões da Guiné e da Amazônia portuguesas. A instituição da Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Anexas se deu no dia 18 de setembro de 1780, sendo assinada por João Roque e outros grandes homens de negócio que se fortaleceram no período pombalino: Anselmo José da Cruz, Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, João Rodrigues Valle e João Lourenço Peres.³⁷³

Já falamos do funcionamento dessa Sociedade no capítulo 3. Sendo assim, cremos que nada disso tenha sido possível sem a expertise de João Roque Jorge: sua experiência como deputado da CGPM e suas redes construídas no norte da Europa foram fundamentais para que a Sociedade obtivesse êxito, afinal, conseguiu restabelecer o tráfico de africanos escravizados na Guiné e contornar a crise no arquipélago cabo-verdiano, esta última causada pela extinção do monopólio com a injeção de mercadorias e créditos, com os quais os moradores ilhéus conseguiram negociar suas dívidas que vinham sendo executadas indiscriminadamente pela Junta Liquidatória da CGPM. Graças a tal atuação, no fim da década de 1780, D. Maria I o agraciou com nada menos do que com catorze cartas padrão contendo tenças referente aos Almoxarifados do Reino, auferindo mercês no valor de 1:540\$000 réis. Isso deveu-se, em muito, à sua atuação

³⁷³Ver o capítulo 3 desse trabalho, intitulado O Entreposto para o Tráfico: Cabo Verde e a Companhia Geral.

como negociante e por ser empreendedor na descrita Sociedade do Comércio Exclusivo.

374

Na mesma década de 1780, mais precisamente em 1788, D. Maria I substituiu a antiga Junta de Comércio – que estava reduzida a dois deputados e um secretário – pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino de Portugal e seus domínios. João Roque Jorge, com toda a experiência que tinha no mundo dos negócios, foi nomeado deputado no mesmo ano. Junto com ele, foram nomeados outros comerciantes notáveis do período como Geraldo Venceslau Braamcamp (que havia sido sócio de João Roque na Sociedade para Cabo Verde) e Jacome Raton, além dos intitulados doutores Domingos Vandelli e Joaquim Machado. O primeiro grande feito dessa nova composição da Junta foi ter salvo da falência a Real Fábrica das Sedas, que, a partir de 1790, assistiu o crescimento de sua produção progressivamente até o ano de 1807. A Junta incrementou a produção com a inserção de teares mais modernos, o que permitiu a redução do número dos mestres e operários, além de ter trabalhado a favor da proibição da importação dos têxteis asiáticos.³⁷⁵

Mas, as vidas de grandes negociantes como Jorge pai e Jorge filho não foram só flores. Durante toda as suas trajetórias como comerciantes, se envolveram em diversos imbróglis judiciais por causa de dívidas contraídas e outras contendas do mundo dos negócios. Uma ação de 1775 girou em torno de dívida de soldadas vencidas e de um

³⁷⁴O autor agradece o professor Luis Filipe Silvério Lima, que chamou minha atenção para a importância de João Roque Jorge no arranjo da Sociedade das Ilhas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mc. 128, doc. 2000. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.16, f. 30. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 97v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 198. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.16, f. 357v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.25, f. 46v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.2, f. 250. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.2, f. 250. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 97v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 198. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 358. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 357v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.16, f. 30. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.25, f. 46v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de Padrão, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.2, f. 42.

³⁷⁵ RATON, Jacome. *Recordações sobre ocorrências em seu tempo em Portugal*. Londres: H. Bryer, Bridget Street & Blackfriars, 1813. (p. 323). NEVES, José Accursio das. *Noções Históricas, Econômicas e Administrativas sobre a Produção e a Manufatura das Sedas em Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1827. (p. 327 a 336).

carregamento feito pela embarcação Princesa Real, cujo capitão era António José Ribeiro, de propriedade de Paulo Jorge. O autor, Antônio Alves de Aguiar, tinha parte na carga, pagou todas as soldadas dos carregadores, contudo não recebeu as cargas a ele destinadas e nem o reembolso do dinheiro.³⁷⁶

Em 1786 o negociante Gregório José Borges Salgado tornou-se credor de um conto de réu referente a fazendas vendidas ao capitão Tomas Joaquim Medeiros para negociar na América. Ele não recebeu o valor referente aos produtos – que estariam em poder de João Roque Jorge – e pediu o embargo dessa quantia. No ano seguinte, o mesmo Gregório Salgado, movia ação conta João Roque Jorge outra vez: a questão parece ser um desenrolamento da ação anterior, pois o autor é credor do mesmo capitão Tomas Joaquim de Medeiros, da embarcação denominada São Jorge e de propriedade de João Roque. Cobra dele uma quantia de 159\$475 réis para que esse possa garantir o pagamento de dívidas referente a várias fazendas levadas no dito navio para Cacheu para fazer tráfico.³⁷⁷ Já em 1792, Paulo Jorge teve bens penhorados por causa de um frete de uma carga açúcar que não foi paga ao proprietário da embarcação Caridade, Manuel de Sousa Lobo, no valor de 18:857\$025réis. Deu uma casa com garantia de pagamento, situada na rua que ia para a Freguesia de Madalena, em um lugar chamado Largo dos Caldas.³⁷⁸

Apesar desses percalços – e alguns outros os quais não é possível aprofundar pela falta de acesso às fontes primárias – observamos que as trajetórias de pai e filho foram de muito sucesso, continuando a atuar como homens de negócio século XIX. Ambos não operavam em regiões como a Amazônia Portuguesa, Cabo Verde e Rios da Guiné antes do estabelecimento da CGPM e, apesar de Paulo Jorge já ser um homem de negócios importante antes da chegada de D. José I ao poder, ele ainda não gozava o prestígio alcançado após a década de 1750. Com as políticas mercantilistas propostas pelas reformas pombalinas, estes dois indivíduos tiveram uma ascensão em suas trajetórias que é notável.

³⁷⁶Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 90, n.º 2, cx. 90.

³⁷⁷Na ação estão descritas as fazendas transportadas. Seguem na ordem em que aparecem: cadeados, granadas, aparas, pregos, pratos, almofias, bules, frisqueiras, bolacha, farinha, manteiga, queijos ingleses, aletria, açúcar fino, bacalhau, aguardente, licor, camisas de linho, meias de seda, missanga. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 41, n.º 14, cx. 228. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 1, n.º 18, cx. 188.

³⁷⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 2, n.º 7, cx. 310.

Utilizaram das facilidades postas pelo Gabinete Josefino aos grupos mercantis estabelecidos em Lisboa para se fortalecerem, puderam expandir sua atuação para áreas coloniais e de tráfico de africanos escravizados a que não tinham acesso, amplificando suas redes mercantis no continente europeu e seus créditos em Portugal, na América e em África – e até mesmo no restante da Europa. Sua estratégia foi a de ocupar cargos e comprar ações da CGPM e usar a empresa monopolista como trampolim para seus negócios pessoais, comprando e vendendo produtos dela a preços mais vantajosos, ingressando em mercados consumidores a que dificilmente teriam acesso sem o aparato da Companhia e centralizando os fluxos mercantis para eles próprios. E, como vimos, mesmo após o fim dos monopólios, João Roque Jorge – principalmente – continuou a ser um indivíduo de prestígio junto à Corte e ante seus pares.

5.2.2. O Fidalgo-Tabaqueiro Anselmo José da Cruz

Anselmo José de Cruz foi um dos mais afamados homens de negócio da praça de Lisboa no século XVIII. Nasceu no ano de 1728, na freguesia do Sacramento, na capital do Reino e era filho de João Francisco da Cruz – também comerciante – e de Joana Maria, ambos portugueses. Foi o mais destacado dos seus quatro irmãos, que também foram comerciantes. Ainda adolescente foi enviado à Gênova por Joaquim Inácio – seu irmão mais velho – para que pudesse aprender a arte do comércio, e lá se casou com a italiana Maria Madalena Crocco, com a qual voltou para Portugal nos idos da década de 1750.³⁷⁹

Nessa volta ao país natal fixou-se na Freguesia de Santa Isabel, e usando do cabedal e influência de seu irmão mais velho se estabeleceu como homem de negócio. Com as políticas reformistas propostas pelo Gabinete Josefino, foi sócio-fundador da CGPM, adquirindo 19 ações por 7 contos 600 mil réis. Foi também sócio-fundador da CGPP, adquirindo 10 ações, num investimento de 4 contos de réis. Além disso, ocupou o posto de Deputado da CGPM por dois mandatos – de 1768 até 1771 e de 1772 até a

³⁷⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 11, n.º 7. FARIA, Miguel Figueiredo de. *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano*. Leya: Lisboa, 2014. (p. 142). FERREIRA, Paulo da Costa. *As lides do Talaya: Roteiro biográfico de um Portugal setecentista*. PCF: Lisboa, 2014. (p. 77-8).

extinção do monopólio da empresa, em 1777.³⁸⁰ Vendeu razoavelmente à CGPM e foi um atuante arrematador nos leilões da mesma. O quadro abaixo ilustra sua atuação:

Tabela 41. Compras e Vendas de Anselmo José da Cruz para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	890\$720	-
1761	5:594\$147	-
1762	7:923\$162	-
1763	66\$820	-
1764	-	-
1765	-	19\$800
1766	-	3:251\$227
1767	-	14:664\$325
1768	-	0
1769	3:085\$000	32:538\$814
1770	4:567\$400	0
1771	1:244\$700	129\$408
1772	-	8:650\$526
1773	-	6:962\$000
1774	-	13:029\$816
1775	-	30:777\$315
1776	-	19:330\$567
1777	-	42:809\$007
Total	23:371\$949	172:162\$805

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Temos que Anselmo José da Cruz vendeu pouco mais de 23 contos de réis à CGPM, principalmente têxteis europeus, além de pouca quantidade de papel e de pólvora. Por outro lado, comprou, nos 13 anos de nossa série, mais de 172 contos de réis em gêneros coloniais oriundos dos portos amazônicos, mesmo não arrematando nada nos anos de 1768 e 1770, sendo um dos principais compradores da empresa monopolista. Já

³⁸⁰CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.86). MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. (p.536).

no que diz respeito aos produtos coloniais arrematados, o gráfico abaixo mostra a composição das compras:

Gráfico 15. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Vemos que Anselmo José da Cruz tendia a pulverizar um pouco os gêneros comprados nos leilões, mas os dois carros-chefes são os principais produtos coloniais exportados dos portos amazônicos: o algodão em primeiro lugar, com 39% de todo o dinheiro investido, seguido bem de perto do cacau, com 36%. Participação bastante importante temos dos couros em geral e também das drogas do sertão, com 10% e 9%, respectivamente. Já o café e o arroz, pelo pouco investimento feito, nos sugerem que muito provavelmente eram para o consumo próprio ou para a venda no mercado lisboeta de varejo (principalmente o café).

Além de ser Deputado da CGPM e de manter essa relação comercial bastante próxima da Empresa, na década de 1760 – mais especificamente o ano de 1764 – assumiu a administração do Contrato do Tabaco e, a partir desse importante cargo, arrematou o mesmo junto de alguns sócios. Apesar de ter morrido no ano de 1802, o grupo mercantil que ele integrava controlou esse rendoso contrato de 1764 até 1816. Junto com o contrato, ainda ganhou o direito de exploração das fábricas: de papéis para escrever, que ficava na

localidade de Lousã; de rapé, em Lisboa; e de lanifício, de Portoalegre. Ainda foi Conselheiro da Fazenda, inspetor de Obras Públicas e nomeado fidalgo em 1779.³⁸¹

Anselmo José da Cruz já vinha de uma família de negociantes bem-sucedida, e diferente da ideia de que os homens de negócio que alcançavam o sucesso largavam os negócios e procuravam investir com mais segurança em imóveis e terras, procurou diversificar seus investimentos para fazê-los crescer: era Deputado da CGPM, além de acionista desta e da CGPP, comprava e vendia uma gama de produtos à CGPM, além de administrar o Contrato do Tabaco e ocupar cargos régios. O fim das Companhias Monopolistas não significou o fim de sua trajetória, já que foi tabaqueiro até 1802 e um dos signatários da Sociedade das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e anexas, junto com João Roque Jorge e outros grandes negociantes da praça de Lisboa, entre 1781 e 1786, como retratado mais detalhadamente no capítulo 3 deste trabalho.³⁸²

5.2.3. O nobre José Gomes Pires

Natural da freguesia de Santa Comba, comarca de Viseu, José Gomes Pires era morador da cidade de Lisboa e reconhecido homem de negócio, com matrícula na Junta do Comércio. Era filho de Manuel Pires com Joana Gomes, ambos naturais da freguesia de Santa Comba. Recebeu um título de nobreza em 1774, tendo como testemunhas António Lourenço Marques, Luiz Gomes Pires – seu irmão, que já passara pelo processo de justificação – Francisco António de Magalhães e António José Ferreira da Costa. Todo eles eram negociantes lisboetas da rede mercantil construída por Gomes Pires e atestavam

³⁸¹SILVA, António Delgado. *Coleção da Legislação Portuguesa (1763-1774)*. Maigrense: Lisboa, 1829. Volume 2; (p. 194-7). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.6(2), f. 310. MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Routledge: Nova York, 1973. (p. 48-9). COSTA, Fernando Dores. *Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII*. In: *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992, p. 441-460. PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 1995. (p.155 e 164-7). FERREIRA, Paulo da Costa. *As lides do Talaya: Roteiro biográfico de um Portugal setecentista*. PCF: Lisboa, 2014. (p. 77-8). FALCON, Francisco Calazans & RODRIGUES, Cláudia. *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. FGV: Rio de Janeiro, 2015. (p. 47).

³⁸²Cf. FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

as informações e a veracidade dos documentos apresentados por ele, justificando a possibilidade de o mesmo obter um título de nobreza.³⁸³

Possuía uma mercearia e uma casa comercial, estabelecidas na freguesia de Madalena, onde morava, desde ao menos a década de 1760, onde morava. Não realizava negócios com o Maranhão ou o Grão-Pará, muito menos realizava tráfico de pessoas nas áreas compreendidas pelos Rios da Guiné. No entanto, com a criação da CGPM, assim como os outros personagens analisados neste tópico, passou a ser comprador de gêneros coloniais vindos da Amazônia Portuguesa, além de fornecer mercadorias manufaturadas para a empresa monopolista, principalmente no final da década de 1760. Todavia, diferente dos outros comerciantes lusitanos que analisamos – e analisaremos no decorrer do capítulo – Gomes Pires não teve nenhuma relação direta na administração da Companhia e nem era acionista da mesma. Vejamos o quadro abaixo:³⁸⁴

Tabela 42. Compras e Vendas de José Gomes Pires para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	-	-
1761	-	-
1762	-	-
1763	-	-
1764	0	-
1765	0	0
1766	0	0
1767	0	25:798\$329
1768	0	4:536\$678
1769	11:104\$861	28:327\$299
1770	7:682\$404	15:855\$808
1771	1:286\$385	27:627\$377
1772	-	21:933\$238
1773	-	18:134\$741
1774	-	17:207\$754

³⁸³Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mc. 46, n.º 16. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Real, Cartório da Nobreza, mc. 10, n.º 6. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Justificações de Nobreza, mc. 20, n.1.

³⁸⁴Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 170. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 174.

1775	-	9:258\$223
1776	-	7:718\$518
1777	-	4:414\$327
Total	20:073\$650	180:812\$292

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Gomes Pires não era um grande vendedor de mercadorias para a CGPM: comercializou pouco mais de 20 contos de réis em produtos manufaturados e mantimentos. Destaque para os mais de 11 contos de réis no ano de 1769, composto por mantimentos de sua mercearia, que foram remetidos diretamente para socorrer as feitorias de Bissau e Cacheu. Além disso, os 7 contos de réis vendidos para a empresa monopolista no ano de 1770 eram compostos também de mantimentos, além de armamentos e pólvora, bem como de tecidos asiáticos usados no tráfico de africanos escravizados. Os armamentos e pólvoras, muito provavelmente, foram remetidos para socorrer a parca tropa portuguesa na região da Guiné, buscando rechaçar diversos ataques do povo Papel nos arredores da feira de escravizados de Geba.³⁸⁵ Falando das vendas, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 16. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

³⁸⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos da Guiné, Caixa 11, documentos 01 e 41.

Vemos que diferentemente dos comerciantes que entraram no negócio com a Amazônia Portuguesa somente após a fundação da CGPM e que focavam mais no negócio com o algodão, Gomes Pires direcionava seus investimentos no cacau – algo semelhante ao que observamos com os grupos estrangeiros, como veremos a seguir – e nas drogas do sertão, ambos produtos extrativos. Já apontamos a importância do cacau, mas ressalta-se que as drogas do sertão eram produtos bastante demandados no mercado europeu por seu caráter exótico, e incluíam cravo, canela e baunilha, bem como as tinturarias – estas últimas também eram enquadradas como drogas, sendo que dentre os produtos amazônicos os mais famosos eram o anil e o pau-roxo. Gomes Pires fazia investimentos consideráveis, ainda, nos couros em geral. Já no arroz eles eram pontuais e, em relação ao algodão, residuais.

Sua importância como homem de negócio pode ser percebida pelas diversas benesses com as quais foi agraciado pela Coroa portuguesa. Em 1768 foi nomeado Monteiro-Mor, que era um oficial encarregado de coordenar as caçadas régias, bem como por selecionar as pessoas que participariam dela. No ano seguinte, ganhou a administração da Capela erigida por um tal Clemente Feliz, atrás da Igreja da Madalena – freguesia na qual morava. Quatorze anos depois, já no reinado mariano, foi nomeado administrador das barcas de passagem do Ribatejo, nas localidades de Vila Franca de Xira, de Ribeira de Sedas e Castanheira. Já em 1792, passou a administrar a passagem das barcas no Tejo, na região de Abrantes. E, em 1797, sem nunca ter estado na colônia, foi nomeado como capitão do terço de Auxiliares da Capitania do Maranhão, ganhando uma patente de oficial militar de D. Maria I.³⁸⁶

O que vemos aqui é outro comerciante já bem estabelecido antes da fundação da CGPM, que apesar de não ser acionista ou ocupar cargos na administração, foi um importante arrematador de gêneros coloniais nos leilões da empresa fomentista. O fato de não ocupar cargos na Companhia faz José Gomes Pires fugir um pouco ao perfil analisado até aqui. Todavia pôde ter acesso a mercadorias não disponíveis sem o intermédio da CGPM, o que proporcionou a ele condições para expandir suas redes e acessar novos mercados que demandavam o cacau e as drogas do sertão. Isso permitiu um maior ganho

³⁸⁶Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 21, f. 516. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 23, f. 6. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.15, f. 185. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.15, f. 185. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, f. 374.

financeiro e mobilidade social a partir de títulos de nobreza, acesso a cargos régios e militares, além da administração de passagens de rios que rendiam algum lucro sem muitos investimentos.

Aqui procuramos demonstrar como a CGPM permitiu que homens de negócio que não operavam nos Rios da Guiné ou na Amazônia Portuguesa passassem a ter acesso a esses mercados por intermédio da Companhia. Isso significou a injeção de novos capitais e grandes somas de dinheiro nestes novos mercados em expansão, garantindo assim a entrada de mão de obra escravizada nas lavouras do Maranhão e do Grão-Pará e, conseqüentemente, a expansão da produção e da coleta dos principais produtos oferecidos pelas duas capitanias do norte da América Portuguesa. Muito mais do que uma política de Estado, a CGPM mostrou-se como um grande atrativo a comerciantes bem estabelecidos e que tiveram a chance de diversificar seus investimentos de forma segura, já que a Companhia arcava com os riscos da travessia atlântica. Tal estratégia não foi utilizada somente por esses personagens aqui retratados. Muitos outros se beneficiaram da Companhia, mas suas trajetórias não foram resgatadas nesta investigação por serem menos relevantes do que as descritas em nosso trabalho.

5.3. Os Estrangeiros

Neste tópico trataremos brevemente sobre quatro sociedades que eram os principais parceiros não-portugueses da CGPM. Havia muitas outras, mas buscamos enfocar naquelas que mais tinham negócios com a Empresa pombalina. Estes estrangeiros das mais diversas nacionalidades – franceses, holandeses e ingleses – vinham para Lisboa, onde se estabeleciam e abriam suas firmas mercantis. Alguns há muito tempo já estavam em Portugal, fazendo negócios com o Rio de Janeiro e com as capitanias mais ao norte do Estado do Brasil. No entanto, estavam fora do circuito mercantil Lisboa – Guiné – Grão-Pará e Maranhão. A Companhia, apesar do monopólio, acabou abrindo esse novo mercado ao capital oriundo de outras metrópoles. Falaremos deles a seguir.

5.3.1. Bonifas, Irmão e Cia

Paulo Bonifas e Auriol Bonifas eram dois irmãos franceses e que conseguiram inserção no comércio lusitano através de Jacques Ratton e Jacome Bellon. Em 1758,

quando voltaram para França, Jacome Ratton assumiu os negócios do pai e do tio e entre eles havia uma sociedade que deveria durar por seis anos com os irmãos Bonifas, estabelecidos em Lisboa, e com João Batista Burgueois e Carlos Dubar, na cidade do Porto. A casa comercial Ratton, Bonifas e Cia perdurou pelos seis anos acordados, até o ano de 1764, mas o fim da Guerra dos Sete Anos em 1763 havia trazido grandes prejuízos à sociedade, principalmente sobre os gêneros enviados de Lisboa para o restante da Europa, sobretudo à França.³⁸⁷

Com o fim da sociedade Ratton continuou atuando no comércio por conta própria, assim como Paulo e Auriol. Tanto na sociedade com Ratton, quanto de forma independente, compravam gêneros coloniais que remetiam sobretudo para a França, bem como vendiam mercadorias manufaturadas à CGPM durante a década de 1760 e início da década de 1770. Em 1771 estavam armando a embarcação Nossa Senhora da Piedade e Santo António de Lisboa, de propriedade de José Xavier de Sequeira – que também era seu capitão. Foram processados por Sequeira por não arcarem com o valor de 709\$772 réis para custeamento da embarcação e tripulação que foi ao Grão-Pará. Além disso, arremataram uma dízima no valor de 30\$191 réis, cujos rendimentos pertenciam a um tal Bernardino Nunes Raposo.³⁸⁸ Voltando aos negócios com a CGPM, temos o seguinte quadro:

Tabela 43. Compras e Vendas da Bonifas e Cia para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	1:057\$585	-
1761	20:728\$162	-
1762	16:376\$464	-
1763	4:582\$317	-
1764	-	-
1765	-	0
1766	-	0
1767	-	0
1768	-	0
1769	545\$800	0

³⁸⁷RATTON, Jacome. *Recordações sobre ocorrências em seu tempo em Portugal*. Londres: H. Bryer, Bridget Street & Blackfriars, 1813. (p. 15-6).

³⁸⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 4, n.º 6, cx. 394. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, mç. 39, n.º 52.

1770	0	1:388\$696
1771	2:344\$400	3:400\$080
1772	-	355\$180
1773	-	15:125\$099
1774	-	5:785\$469
1775	-	14:462\$442
1776	-	17:583\$982
1777	-	22:671\$186
Total	45:634\$728	80:772\$134

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

As células em branco são lacunas nas nossas séries, pois os livros da CGPM não abarcam todo o período. Já as células marcadas com um hífen significam que não houve lançamento em nome dos negociantes aqui analisados. Para os sete anos que temos registradas as vendas para a empresa pombalina, temos que Bonifas e seus sócios atuaram em seis deles, movimentando um total de mais de 45 contos de réis. A totalidade dos recursos refere-se a tecidos vindos principalmente da França. A exceção é o ano de 1763, quando tecidos tinham origem asiática e foram remetidos para a Cacheu. Ressalta-se também que, no que diz respeito às primeiras remessas, que englobam o período entre 1760 e 1763, os irmãos Bonifas ainda atuavam em sociedade com Jacome Ratton. No período posterior, negociavam por conta própria.³⁸⁹ No que tange às compras, vejamos o gráfico à seguir:

³⁸⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67.

Gráfico 17. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Sobre as compras realizadas nos leilões da CGPM, temos uma série mais completa. Como ela começa em 1765, logo após o fim da sociedade com Ratton, há um intervalo de cinco anos nos quais os Bonifas não compraram nada junto à Companhia. Mas, a partir de 1770 e até o ano final de funcionamento da empresa monopolista, temos uma participação ativa dos irmãos nos leilões. Com exceção do ano de 1772, sempre aportaram quantias acima do 1 conto de réis, chegando a comprar mais de 22 contos de réis no ano final da Empresa pombalina, injetando cerca de 80 contos de réis em mercadorias coloniais que eram remetidas para a França principalmente.

Os dois principais produtos comprados pelos irmãos franceses eram o algodão, com 41%, e o cacau, com 32%, do total de mercadorias compradas e das quais temos o registro. Esse protagonismo do investimento no algodão muito se deveu ao fato de que o algodão maranhense era bastante atrativo às indústrias de tecidos de luxo francês, devido à sua melhor qualidade em comparação ao algodão pernambucano ou de Santo Domingo. Esses algodões, entretanto, começaram a ser comprados a partir de 1774, quando a produção algodoeira no Maranhão estava alcançando sua maior capacidade sob gestão da CGPM. Diferentemente, as compras de cacau são mais diluídas ao longo do período analisado, já que sua demanda era permanente; mesmo assim, os lotes de cacau arrematados compõem uma quantidade notável dos investimentos dos Bonifas. Os 27%

restantes ficam divididos entre os couros em geral, arroz e drogas do sertão.³⁹⁰ Esse primeiro exemplo já demonstra a entrada de capital estrangeiro na CGPM. Mas há mais, como veremos a seguir.

5.3.2. Albertini, Frizoni e Juvalta

Albertini, Frizoni e Juvalta formaram uma sociedade comercial na segunda metade do século XVIII, tornando-se importantes negociantes da Praça de Lisboa. Os três eram holandeses e tinham negócios com a CGPM e também no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro comerciavam com um tal de António José Rodrigues, que possuía dívida com os batavos na casa 1.000\$625 réis, além de uma conta-corrente em aberto que somava mais 1.069\$890 réis. Além disso, a sociedade era acionista da Companhia, possuindo 10 ações que giravam em torno de 4 contos de réis. Também compravam gêneros coloniais e vendiam mercadorias manufaturadas para a Empresa, atitude que, como temos apresentado, era bastante comum para os mercadores do período.³⁹¹ A tabela abaixo ilustra a movimentação da sociedade junto à CGPM:

Tabela 44. Compras e Vendas da Albertini, Frizoni & Juvalta para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	5:480\$939	-
1761	13:853\$644	-
1762	6:189\$770	-
1763	6:318\$595	-
1764	-	-
1765	-	6:156\$261
1766	-	16:813\$357
1767	-	3:607\$379
1768	-	4:456\$506
1769	6:760\$700	6:561\$951
1770	6:531\$255	11:296\$174

³⁹⁰MARTINS, Diego de Cambráia & MELO, Felipe Souza. *O algodão do Brasil e a economia Atlântica: produção e comércio no Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810)*. working paper. (p. 03 a 09) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

³⁹¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 8, n.º 3, cx. 398. CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.77).

1771	4:939\$755	6:196\$603
1772	-	7:271\$707
1773	-	3:123\$205
1774	-	5:785\$469
1775	-	9:871\$383
1776	-	11:010\$159
1777	-	11:316\$289
Total	50:074\$658	103:466\$443

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Para as nossas séries, a sociedade de holandeses movimentou compras e vendas junto à CGPM em todos os anos que temos registro. No que diz respeito às vendas feitas para a empresa monopolista, temos que Albertini, Frizoni e Juvalta comercializaram mais de 50 contos de réis em mercadorias, fundamentalmente tecidos, além de missangas, miudezas e armas de fogo. Para o ano de 1763, temos que a remessa de 6:318\$595 réis em tecidos, missangas e armamentos tinham destino certo: Bissau e Cacheu, ou seja, mercadorias que seriam utilizadas no tráfico de africanos escravizados. E, ao contrário da sociedade formada pelos irmãos Bonifas, eles sempre vendiam mercadorias na casa dos 5 contos de réis para cima. No que diz respeito às vendas, temos o gráfico a seguir:

Gráfico 18. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Os produtos arrematados pela sociedade desses negociantes holandeses resultaram em um investimento de mais de 100 contos de réis no período de 13 anos. Arremataram cacau, café, drogas do sertão e poucas quantidades de couramas em geral e de madeira. O gráfico deixa evidente que, assim como boa parte dos negociantes estabelecidos na praça de Lisboa, o interesse era fundamentalmente o cacau: 72% de toda a compra feita por Albertini, Frizoni e Juvalta entre 1765 e 1777 foi do fruto recolhido nas florestas e que servia de base para o chocolate. Destaca-se também o café, que teve um pequeno surto produtivo no Maranhão e no Pará com a Companhia – apesar de não se transformar em um grande produto de exportação da região – além das drogas do sertão, como cravo, salsa parrilha e baunilha, que sempre tiveram boa penetração no mercado europeu.

Além dessa relação aproximada da sociedade com a CGPM, sendo acionistas e comprando e vendendo para a mesma, ela também atuava no mercado de varejo. Isso fica evidente em uma ação de cobrança que moveram contra Abselão Harafé, um mouro-árabe que morava em lugar chamado Calçada da Estrela e que possuía uma dívida de 73.221 réis pela compra de farinha e outras miudezas. Tal ação reforça que os comerciantes estrangeiros não foram aliados de participar das negociações comerciais nas praças do Reino. Afinal, além de todo o cenário exposto sobre a relação desta sociedade holandesa com a Companhia, ainda os detectamos atuando no comércio varejista de Lisboa.³⁹²

5.3.3. Purry, Melish e Devisme

David Purry, Gerard Devisme e Joseph Mellish eram três comerciantes de origem britânica que se reuniram em uma sociedade mercantil na praça de Lisboa chamada de Purry, Mellish & Devisme. Em 1756, antes da aproximação com a CGPM, esses comerciantes arremataram o contrato do Pau-brasil até o final de 1765, por 128 contos de réis anuais. Ainda, estenderam o contrato por mais dois períodos de 9 anos: o primeiro entre 1766 e 1775, no valor de 144 contos de réis/ano e o segundo entre 1776 e 1785, voltando ao patamar do primeiro contrato, que vigeu entre 1756-1765.³⁹³

³⁹²Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, mç. 7, n.º 105.

³⁹³DIAS, Thiago Alves. *O Negócio do Pau-Brasil, a Sociedade Mercantil Purry, Mellish And Devisme e o Mercado Global de Corantes: Escalas Mercantis, Instituições e Agentes Ultramarinos no Século XVIII*. In: Revista de História. São Paulo, n.177, 2018.

Tinham também relações estreitas com a CGPP, sendo a sociedade uma das acionistas fundadoras da dita Empresa, investindo 880\$000 de réis em 20 ações, além de comprar e vender dela.³⁹⁴ Isso muito se deveu às relações próximas que possuíam com a CGPM, já que também compravam e vendiam para a congênere pará-maranhense. Apesar de nossos dados serem contabilizados apenas a partir do ano de 1760 para as compras feitas pela Companhia, e 1765 para as vendas nos leilões, é bastante palpável supor – devido ao tamanho dessa sociedade, influência dos três mercadores na praça de Lisboa e o início de sua atuação no ano de fundação da CGPM – que essa relação com a Empresa pombalina vinha desde seu início. O quadro abaixo ilustra essa relação.

Tabela 45. Compras e Vendas da Purry, Melish e Devisme para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	1:847\$120	-
1761	5:806\$695	-
1762	4:647\$655	-
1763	2:958\$620	-
1764	-	-
1765	-	4:753\$501
1766	-	760\$100
1767	-	10:365\$240
1768	-	0
1769	638\$000	0
1770	1:135\$940	15:478\$006
1771	0	0
1772	-	0
1773	-	22:821\$225
1774	-	4:810\$838
1775	-	5:004\$345
1776	-	0
1777	-	7:042\$020
Total	17:034\$030	71:035\$275

³⁹⁴RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976. (p.106-7). DIAS, Thiago Alves. *O Negócio do Pau-Brasil, a Sociedade Mercantil Purry, Mellish And Devisme e o Mercado Global de Corantes: Escalas Mercantis, Instituições e Agentes Ultramarinos no Século XVIII*. In: Revista de História. São Paulo, n. 177, 2018.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Apesar de menos atuantes que as sociedades dos irmãos Bonifas e dos holandeses Albertini, Frizoni & Juvalta, tanto na frequência, quanto em valores, vemos que eles venderam à CGPM mais de 17 contos de réis. Nesse montante estavam inclusas mercadorias como pólvora, armamento e miudezas. Mas, como nas outras duas sociedades analisadas, a formada por ingleses também tinha como foco vender tecidos, no caso deles ingleses e asiáticos, para a Companhia. Com exceção de 1769 e 1771, sempre venderam mais de 1 conto de réis à CGPM, no entanto, no cômputo geral ficaram bem atrás do que as suas concorrentes nesse quesito.³⁹⁵ Quanto à venda, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 19. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

A análise dessa sociedade deixa ainda mais evidente o protagonismo do cacau no mercado europeu e sua importância para os negócios da CGPM. Nada menos que 90% de todo o dinheiro utilizado para comprar gêneros coloniais nos leilões da Companhia foram destinados para arrematar o fruto. Dos pouco mais de 71 contos de réis, 64 foram usados para a compra do cacau, o que mostra nitidamente que, ao menos em relação à

³⁹⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67.

CGPM, a política da sociedade focava quase exclusivamente o produto. Já 8% das compras diziam respeito ao algodão, comprado basicamente nos últimos dois anos de existência do monopólio da empresa, além de outros 2% em couro.³⁹⁶ Até agora, o que observamos é que os grupos mercantis estrangeiros focavam principalmente no cacau e secundamente no algodão, o que reforça um certo padrão no comportamento dos negociantes estrangeiros.

5.3.4. Ludero Illius e Cia

Ludero Illius era um comerciante holandês estabelecido em Lisboa por volta de meados do século XVIII, onde fundou sua casa comercial Illius & Cia. Não identificamos seus sócios com base na documentação analisada. Importava bens, sobretudo, da Inglaterra e dos Países Baixos, e mantinha uma rede mercantil principalmente com o Rio de Janeiro.³⁹⁷ Com a criação das Companhias pombalinas, Illius e sua sociedade comercial passou, assim como os outros negociantes nacionais e estrangeiros tratados neste capítulo, a ter relações bem próximas com elas. Illius e sua casa comercial não eram acionistas nem da CGPM e nem da CGPP. Mas no caso da CGPM, empresa sobre a qual tratamos aqui, identificamos esta sociedade comprando gêneros coloniais e vendendo mercadorias manufaturadas para a mesma. O quadro abaixo retrata essa situação:

Tabela 46. Compras e Vendas da Illius & Cia para a CGPM (em réis)

Ano	Venda	Compra
1760	0	-
1761	1:581\$580	-
1762	6:531\$780	-
1763	848\$650	-
1764	-	-
1765	-	0
1766	-	6:337\$245

³⁹⁶Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67.

³⁹⁷PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009, (p. 113-142). CARRARA, Angelo Alves; ARAÚJO, Luiz Antônio Silva & CAVALCANTE, Paulo. *Por entre impérios: negócios e negociantes numa inflexão estrutural, 1674-1727*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

1767	-	2:668\$312
1768	-	0
1769	7.130\$320	5:888\$483
1770	2.552\$735	8:629\$419
1771	5:428\$420	3:499\$982
1772	-	3:753\$138
1773	-	1:767\$676
1774	-	0
1775	-	9:695\$516
1776	-	5:004\$218
1777	-	4:797\$049
Total	24:073\$485	52:041\$038

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Compra, Livros 66 e 67. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

Vemos que na deficitária série de vendas à CGPM, com exceção do ano inicial de 1760, a Illius & Cia negociou mercadorias em todos os anos que temos disponíveis. Toda a mercadoria vendida era composta de tecidos manufaturados na Inglaterra ou na Ásia, que era utilizada basicamente para compor o *banzo* do tráfico de africanos escravizados. No total, nos 7 anos que temos dados a empresa vendeu mais de 24 contos de réis em têxteis para a Companhia. Pensando nas arrematações que a sociedade fez nos leilões promovidos pela Empresa pombalina, tempos que investiram mais de 52 contos de réis em gêneros coloniais vindos dos portos de Belém e de São Luís. Na composição desses gêneros, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 20. Gêneros Coloniais Arrematados nos leilões da CGPM

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Livro de Vendas, Livros 68 e 69.

O que marca uma diferença para as outras sociedades é essa porcentagem relevante de couros em geral arrematadas pela Illius & Cia. De todas essas empresas comerciais de capital estrangeiro, essa sociedade holandesa era a que mais tinha dinheiro investido em pele animal. Mas como em quase todas as outras sociedades comerciais de estrangeiros analisadas, o foco era sempre no cacau – a exceção foi a Bonifas & Cia., que pulverizava suas compras entre algodão e cacau, tendo a fibra vegetal um pouco mais de importância para a sociedade francesa. Assim como a outra empresa holandesa – Albertini, Frizoni e Juvalta – 72% de todo investimento feito por Ludero Illius e seus sócios foi na fruta que era extraída das florestas amazônicas. Isso mostra certo padrão nos investimentos feitos pelas sociedades formadas por capital estrangeiro em Lisboa, além de reforçar a tese de que não foi apenas o capital mercantil português que se beneficiou das empresas monopolistas e das reformas empreendidas por D. José I e seu ministro Carvalho e Melo.

É fato que as políticas reformistas do período Josefino tinham o intuito de proteger os interesses econômicos lusitanos. D. José e Carvalho e Melo enxergavam uma predominância dos comerciantes estrangeiros – sobretudo ingleses – no Reino, o que fazia os dividendos obtidos no comércio atlântico escoarem para as outras metrópoles europeias do período. Uma dessas políticas foi a criação das Companhias monopolistas,

que, em teoria, deveria ser fator de fortalecimento do capital nacional.³⁹⁸ No entanto, na instituição da CGPM não há nenhuma proibição à estrangeiros comprarem ações e isso fica claro no item 54, como abordamos em nosso prólogo. Após alguns outros itens tratando sobre como funcionaria a legislação sobre a compra e venda de ações, ele determina que: “tudo isto se estenderá aos estrangeiros e pessoas que viverem fora deste Reino, de qualquer qualidade e condição que seja.” A única coisa que ficava vedada aos estrangeiros era ocupar o cargo de Provedor ou Deputado da Junta, a não ser que eles fossem naturalizados portugueses.³⁹⁹

Todavia, no corpo de acionistas da CGPM não havia, de fato, muitos estrangeiros. Em um universo de 144 acionistas, detectamos apenas seis negociantes – ou grupo de negociantes – com este perfil: a sociedade Albertini, Frizoni & Juvalta, com dez ações; Emmerchs & Brito, com três ações; Irmãos Bacilieri, com três ações; Joseph Leitegt, com duas ações; Lamberto Bolange, com dez ações; e, por fim, Irmãos Basso, com três ações.⁴⁰⁰ Eles possuíam ações e muito mais do que isso: compravam mercadorias nos leilões da CGPM, bem como vendiam mercadorias manufaturadas à empresa monopolista. Nesse sentido, pode-se afirmar com segurança que há um certo mito no que diz respeito a excluir os negociantes estrangeiros a partir das políticas reformistas empreendidas pelo Gabinete Josefino.

5.4. Um breve balanço sobre a relação entre a Companhia Geral do Grão-Pará e os Grupos Mercantis estabelecidos em Lisboa

Neste capítulo, analisamos a trajetória de um grupo seletivo de homens de negócio, portugueses ou não, estabelecidos na praça de Lisboa e que tiveram suas vidas ligadas à

³⁹⁸Cf. FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982. MARCOS, Rui de Figueiredo. *As Companhias Pombalinas: Contributo para a História das Sociedades por Ações em Portugal*. Coimbra: 1997. MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

³⁹⁹CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. Volume 2. (p.9 e p.25)

⁴⁰⁰Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Ações da Companhia do Grão-Pará e Maranhão - liv. 1º, nº 222, Mf. 7265. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Ações da Companhia do Grão-Pará e Maranhão - liv. 2º, nº 223, Mf. 7266. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Ações da Companhia do Grão-Pará e Maranhão - liv. 3º, nº 225, Mf. 7267. Muito provavelmente havia estrangeiros naturalizados que eram portadores de ações da CGPM, como José Domingues e João da Silva Ledo, tratados no subcapítulo: Navegar é Preciso: os mercadores do atlântico José Domingues e João da Silva Ledo.

CGPM. Apesar dessa diferença marcante nos diversos perfis aqui estudados, vimos que a Companhia não foi um elemento que se sobrepôs aos mercadores estabelecidos em Portugal e que já negociavam no Atlântico Equatorial antes de sua criação. E mais: como vimos, abriu a possibilidade de novos grupos entrarem neste circuito mercantil, proporcionando uma maior injeção de capitais e mercadorias em zonas que, até meados do século XVIII, eram menos privilegiadas pelo comércio ultramarino português.

Seja comprando e vendendo para a CGPM, seja comprando ações e/ou ocupando cargos na administração da empresa pombalina, esta serviu de elemento fortalecedor dos negociantes a ela ligados. Logo, muito mais do que um aparato estatal para reter os capitais em Portugal, ao redor da Companhia orbitaram vários grandes comerciantes que tiveram a oportunidade de investir e ampliar seus dividendos de forma segura, já que a CGPM arcava com todos os riscos que envolviam o comércio Atlântico. Percebemos como os esses sujeitos utilizaram as reformas pombalinas para beneficiarem a si próprios, seja por intermédio de um investimento mais conservador através das ações, seja por meio da negociação, mais arrojada, de mercadorias manufaturadas e de gêneros coloniais diretamente com a Companhia pombalina.

Gostaríamos de reforçar a ideia de que as políticas empreendidas pelo Gabinete Josefino não visavam a exclusão dos estrangeiros do comércio lusitano, como uma certa corrente historiográfica tende a apontar. Nosso trabalho vem mostrar que havia uma quantidade relevante de estrangeiros ligados à CGPM. Alguns eram acionistas, mas a grande maioria vendia mercadorias manufaturadas e comprava gêneros da empresa monopolista. Nossos dados apontam que os estrangeiros vendiam 42% das mercadorias manufaturadas que foram compradas pela Companhia, ao mesmo tempo em que arrematavam cerca de 30% dos gêneros coloniais disponibilizados nos leilões da empresa. Ou seja, havia capital estrangeiro circulando consideravelmente nas companhias criadas no período pombalino. Mais um fato importante é que estes comerciantes oriundos de outras metrópoles tendiam a vender muito mais mercadorias manufaturadas – sejam elas europeias ou asiáticas – que os comerciantes portugueses, exceção feita aos Roques, pois estes se aproveitaram da Companhia para construir suas redes em outras praças europeias. Isso explica o porquê para eles era muito mais fácil o acesso aos produtos manufaturados do norte da Europa devido às suas origens e conexões.

Nesse sentido, boa parte dos capitais estrangeiros foi fator fundamental para a manutenção do tráfico de africanos escravizados, já que grande parte dos produtos manufaturados eram utilizados para o comércio de almas. Contudo, o que gostaríamos de sugerir com esse capítulo é que as reformas pombalinas – pelo menos as Companhias de comércio monopolistas – não tinham o intuito de renovar os grupos mercantis lusitanos e alijar os comerciantes estrangeiros do comércio ultramarino português. As companhias, além de procurarem estimular o crescimento de espaços coloniais com economias mais frágeis, diversificar a produção nestes locais e diminuir os custos da Coroa com a manutenção dessas praças, tinham esse papel de tentar centralizar os fluxos de capital mercantil no Reino, pois os comerciantes só teriam acesso aos gêneros coloniais a preços competitivos e justos por intermédio dos leilões da CGPM. Ou seja, mesmo com o lucro do capital estrangeiro se realizando em outras metrópoles europeias, as companhias garantiam que boa parte deste ficasse retido no Reino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fio condutor desse trabalho foi o de compreender se a CGPM havia sido um elemento de rompimento ou continuidade com os grupos mercantis que tinham negócios no Reino, na Amazônia Portuguesa ou nas feitorias dos Rios da Guiné. A historiografia tende a sugerir que as Companhias pombalinas, no período em que atuaram, fizeram com que a figura do negociante se diluísse. Seria complicado identificar tais agentes, já que a Companhia se tornou protagonista comercial nos locais em que operou monopolisticamente. Há certo sentido nisso, mas isso não representa a supressão de todos os negociantes estabelecidos em Portugal, nas praças coloniais e muito menos nas feitorias da costa da Guiné. Mostramos que no Maranhão a empresa pombalina cumpre papel fundamental no fomento à produção e sua diversificação, através da oferta contínua de mão de obra escravizada.

Além disso, tratamos de um personagem bastante peculiar, chamado Lourenço Belfort, que nos serve de exemplo para comprovar a ideia de que havia homens de negócio que já estavam estabelecidos antes do monopólio dado a CGPM e que se aproveitaram da maior injeção de capitais e maior oferta de mão de obra para expandir seus negócios, inovando no beneficiamento da produção, apostando em novos gêneros e mantendo uma relação de proximidade com a administração local e também no Reino. No que tange à capitania do Grão-Pará, demonstramos que os grupos mercantis dessa localidade estavam envolvidos principalmente com a coleta do cacau e outras drogas do sertão, como cravo, salsaparrilha, entre outros.

No entanto, a presença forte das missões da Companhia de Jesus na capitania – criando uma rede de fazendas e colégios – e sendo os responsáveis pela tutela da população indígena, então principal fonte de mão de obra, nos parece ter servindo como elemento que dificultou a ascensão de um grupo de mercadores e produtores na capitania. Porém, isso não quer dizer que não existissem ali homens interessados em produzir e negociar: mostramos colonos envolvidos na produção de aguardente e açúcar, na extração de drogas do sertão, arrematando contratos dos dízimos e acumulando terras. E, nesse sentido, mostramos como os Oliveira Pantoja alcançaram certo destaque em Belém e no sertão, nas margens do rio Moju. Contudo, diferentemente do que fez Belfort, os Oliveira Pantoja não utilizaram da CGPM para expandir sua produção e negócios e, mesmo assim, continuaram influentes na capitania.

Vimos, também, que os processos ocorridos nas capitanias do Grão-Pará e do Maranhão foram sentidos de maneira diversa: enquanto o efeito da CGPM foi extremamente positivo no Maranhão, no Grão-Pará não percebemos algo similar. O que não quer dizer que tenha sido uma experiência negativa. Como a economia paraense já era melhor estruturada e mantinha exportações relevantes para o Reino, ocorreu nada mais, nada menos, que a manutenção dessa estrutura, baseada nos cacauais e na mão de obra indígena. Assistimos também a uma ligação muito próxima, que foi sendo estabelecida entre duas capitanias que representavam a fronteira do Império Português na América: Mato Grosso e Grão-Pará.

É no bojo dessa nova relação que a CGPM estabelece um novo mercado para seus produtos, seus africanos escravizados e seus créditos. O ouro sempre foi um chamariz muito grande, arrastando muitos colonos estabelecidos por toda a capitania do Grão-Pará para as novas minas descobertas no Mato Grosso. Nesse intrincado movimento de homens, escravizados, mercadorias e metal precioso, foram se construindo novas relações mercantis e de produção, nas quais os sujeitos que eram cerceados – primeiro pelos jesuítas e depois pela Companhia – acabaram encontrando um espaço para se estabelecer como figuras importantes do comércio dos sertões paraenses e mato-grossenses.

Passemos agora ao continente africano. No que diz respeito ao arquipélago de Cabo Verde, demonstramos que, desde a chegada dos portugueses até o estabelecimento do monopólio da Companhia, houve três momentos econômicos principais: o primeiro com o tráfico de africanos escravizados, entre meados do século XV e finais do XVI; um período obscuro entre o início do XVI e as duas primeiras décadas do XVIII, no qual predominou o comércio miúdo e o contrabando; e por último, a primeira metade do século XVIII, quando houve a expansão da extração da erva urzela nas áreas costeiras das ilhas, tendo em vista a sua difusão como corante têxtil na Europa.

Com a chegada da CGPM, na segunda metade do século XVIII, percebemos que nas ilhas já havia uma agricultura de subsistência e artífices que as tornaram autossuficientes, já que não havia importações de mantimentos e nem de ferramentas. A Companhia se responsabilizou pela sua manutenção, custeando os filhos da folha, mantendo suas fortificações e explorando dois produtos fundamentais ao comércio das ilhas: a urzela, que era exportada para a Europa; mas, principalmente, os panos

manufaturados, uma importante peça do quebra-cabeça que compunha o cesto de mercadorias demandadas para o tráfico de africanos escravizados na costa. No entanto, não conseguimos identificar nenhum homem de negócio de relevância estabelecido no arquipélago, o que também não significa que eles não existissem. Contudo, ao que parece não possuíam capitais suficientes para estimular um comércio florescente naquelas ilhas. Tanto é que com o fim do monopólio, vimos a rápida derrocada na economia e administração de Cabo Verde – e também do tráfico de escravizados nos Rios da Guiné – que resultou no estabelecimento de uma nova sociedade monopolista para superar a crise iniciada com o fim de outro monopólio.

Já nos Rios da Guiné demonstramos a complexidade com a qual o comércio nas feitorias de Bissau e Cacheu se realizavam. Havia a Companhia, a demanda por têxteis produzidos em Cabo Verde e intrincadas redes mercantis que ligavam as feitorias às feiras do sertão, como Geba e Zeguinchor. Apontamos que o comércio nos Rios da Guiné na segunda metade do século XVIII foi sustentado pelo seguinte tripé: a Companhia que estabeleceu uma rota regular entre aqueles portos e os portos de Belém e São Luís; a colonização de Cabo Verde, formando um complexo comercial de africanos escravizados, servindo de entreposto ao tráfico e fornecendo mercadorias demandadas pelo mercado africano; e o mais importante e que ajuda a dialogar com o cerne deste trabalho, a presença dos afroportugueses, denominados lançados ou tangomaos.

A limitação de nossas fontes não nos permitiu precisar quem eram esses sujeitos. Mas é fato que são figuras fundamentais ao funcionamento do comércio e das redes mercantis, tanto na costa, quanto no sertão da Guiné. Apontamos com tranquilidade que a quantidade desses lançados ou tangomaos atuando no comércio era muito relevante e que não era possível o comércio nas feiras do sertão sem a intermediação dessas figuras. O fato de falarem o português, as línguas locais e também o crioulo (a mistura entre o português e os idiomas da região) fizeram com que os portugueses obtivessem um maior controle da costa no trecho entre as feitorias de Cacheu e Bissau. Ressaltamos ainda o processo de *crioulização* como característica fundamental tanto em Cabo Verde, quanto na Guiné-Bissau, até os dias atuais. Nesse sentido, a CGPM não se sobrepôs aos grupos mercantis que existiam nas feitorias de Bissau e Cacheu, mas sim se utilizou deles e de suas redes para acessar o mercado de africanos escravizados e outros gêneros que se realizavam no sertão, e é inegável a participação desses mercadores mestiços no comércio da Alta Guiné.

No Reino também não enxergamos a sobreposição da Companhia sobre os mercadores portugueses que já atuavam no Atlântico Equatorial. O que ocorreu foi a entrada de novos grupos mercantis, o que injetou mais capitais e mercadorias nestas zonas do comércio atlântico português. A CGPM serviu como um elemento que fortaleceu os grupos a ela ligados, seja do ponto de vista comercial, seja do administrativo. Sendo assim, mais do que reter capitais em Portugal, a Companhia permitiu uma diversificação de investimentos para os grupos mercantis que se relacionavam com ela, ampliando seus ganhos com maior segurança do que por conta e risco deles próprios.

Cremos que o ponto fundamental desse trabalho foi o de demonstrar que as políticas tidas como reformistas – e atribuídas à D. José I e a Sebastião José de Carvalho e Melo – não visavam propriamente uma renovação dos grupos mercantis ou supressão do capital estrangeiro no comércio português. Mostramos, inclusive, que existia um número relevante deles como acionistas ou figuras frequentes nos leilões da CGPM. Ou seja, existia capital estrangeiro, de diversas outras metrópoles, trabalhando nas Companhias: além das ações, esses estrangeiros tendiam a vender muito mais mercadorias manufaturadas à empresa do que os nacionais, produtos esses que abasteciam as colônias e eram fundamentais ao tráfico de africanos escravizados.

Pensamos que nossa grande contribuição não reside, em si, na questão que norteou o trabalho: a Companhia como elemento de rompimento ou manutenção dos grupos mercantis estabelecidos nos lugares do Império Português, nos quais operou comercialmente. Acreditamos que nosso trabalho corroborou o argumento de que as Companhias – seja ela a CGPM, seja ela a CGPP – foram um elemento que visou crescimento dos espaços coloniais com economias menos pujantes – se comparados à Bahia ou o Rio de Janeiro, por exemplo – estimulando e diversificando a produção nestas áreas e oferecendo gêneros altamente rentáveis no mercado europeu, como o cacau e o algodão. Além disso, assumindo os custos de manutenção dessas áreas – bem como os das regiões nas quais faziam comércio de escravizados – desoneraram a Real Fazenda em regiões que geravam tensão com outras potências europeias e muitas vezes pouco lucro. Mais do que isso, protagonizaram a centralização dos capitais gerados nesses ramais do comércio ultramarino em Portugal, já que os negociantes só acessariam os gêneros produzidos nesses mercados por meio da própria Empresa pombalina. Ao fim e ao cabo, mesmo que parte desses gêneros partissem para outras metrópoles *in natura* e gerassem

mais lucros após o seu beneficiamento, as Companhias garantiam que boa parte do capital gerado por eles ficasse em território português.

FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

- **DOCUMENTOS AVULSOS**

- Documentos Avulsos de Cabo Verde
- Documentos Avulsos de Guiné
- Documentos Avulsos da capitania do Grão-Pará
- Documentos Avulsos da capitania do Maranhão
- Documentos Avulsos da capitania do Mato Grosso

- **CÓDICES**

- Livros dos Passaportes de Embarcação. Códices 776 a 779.
- Cartas de Cabo Verde e São Tomé. Códices 489, 486 e 405.
- Consultas de Cabo Verde e São Tomé. Códices 478 e 479.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa

- **Fundo:** Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

Seção: Junta de Lisboa

Série: Livro das Carregações

Série: Livro de Compras (2 livros)

Série: Livro de Vendas (3 livros)

Série: Livro dos Copiadores (Cartas para o Norte A, Cartas para Cacheu e Bissau, Cartas para o Pará e Cartas para o Maranhão)

Série: Livro dos Devedores de Frete (1 livro)

Série: Livro de Ações (4 livros).

- **Fundo:** Conservatória Geral da Companhia do Grão-Pará e Maranhão

Unidade de Instalação: Maço 05

Documento Composto: 00008

Unidade de Instalação: Maço 09

Documento Composto: 00011

Unidade de Instalação: Maço 21

Documento Composto: 00017

Unidade de Instalação: Maço 25

Documento Composto: 00006

Unidade de Instalação: Maço 30
Documento Composto: 00004
Unidade de Instalação: Maço 51
Documento Composto: 00016
Unidade de Instalação: Maço 54
Documento Composto: 00004
Unidade de Instalação: Maço 55
Documento Composto: 00007
Unidade de Instalação: Maço 56
Documento Composto: 00002
Unidade de Instalação: Maço 60
Documento Composto: 00017
Unidade de Instalação: Maço 61
Documento Composto: 00001 e 00003
Unidade de Instalação: Maço 65
Documento Composto: 00027
Unidade de Instalação: Maço 68
Documento Composto: 00003
Unidade de Instalação: Maço 77
Documento Composto: 00007 e 00008
Unidade de Instalação: Maço 78
Documento Composto: 00011
Unidade de Instalação: Maço 80
Documento Composto: 00002
Unidade de Instalação: Maço 81
Documento Composto: 00001

● **Fundo:** Conservatória Geral da Companhia do Pernambuco e Paraíba

Unidade de Instalação: Maço 36
Documento Composto: 00006
Unidade de Instalação: Maço 39
Documento Composto: 00028

● **Fundo:** Cartório do Distribuidor de Lisboa

Unidade de Instalação: Caixa 34
Documento Composto: Livro 114
Unidade de Instalação: Caixa 36

Documento Composto: Livro 115 e 116

Unidade de Instalação: Caixa 37

Documento Composto: Livro 117 e 118

● **Fundo:** 1º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas

Documento Composto: Livros de Notas 352, 354, 372, 373, 367, 529, 531 e 532

● **Fundo:** 1º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício C

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas

Documento Composto: Livros de Notas 001

● **Fundo:** 2º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 355, 528, 529, 532, 533, 534, 535, 539, 540 e 541

● **Fundo:** 3º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623 e 624

● **Fundo:** 6º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livro de Notas 004, 006, 007, 008 e 612

● **Fundo:** 8º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 002, 003, 004, 005 e 008

● **Fundo:** 9º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 001, 002 e 004

● **Fundo:** 10º Cartório Notarial de Lisboa

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 003, 004, 005, 006, 008, 010 e 011

● **Fundo:** 11º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 001, 002 e 007

● **Fundo:** 12º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livro de Notas 001

● **Fundo:** 14º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas

Documento Composto: Livro de Notas 005

● **Fundo:** 15º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A

Série: Notas para Escrituras Diversas

Subsérie: Notas para Escrituras Diversas – sem Letra

Documento Composto: Livros de Notas 659, 660 e 661

● **Fundo:** Mesa da Consciência e Ordens

Seção: Secretaria da Mesa e Comum das Ordens

Séries: Comum das Ordens

Unidade de Instalação: Habilitações para Ordem de Cristo

● **Fundo:** Tribunal do Santo Ofício

Semifundo: Conselho Geral do Santo Ofício

Seção: Ministros e Familiares

Série: Habilitações

● **Fundo:** Conde de Linhares

Unidade de Instalação: Maço 48

Documento Composto: 46

Unidade de Instalação: Maço 93

Documento Composto: 64

Unidade de Instalação: Maço 93

Documento Composto: 74

● ***Fundo:*** Juízo da Índia e Mina

Seção: Cartório do Escrivão Cláudio da Costa Pereira

Unidade de Instalação: Maço 90

Documento Composto: 00002

Unidade de Instalação: Maço 108

Documento Composto: 00010, 00014 e 00021

Unidade de Instalação: Maço 109

Documento Composto: 00005 e 00006

Seção: Cartório do Escrivão António Joaquim Peixoto da Silva

Unidade de Instalação: Maço 01

Documento Composto: 00018

Unidade de Instalação: Maço 06

Documento Composto: 00004

Unidade de Instalação: Maço 07

Documento Composto: 00011

Unidade de Instalação: Maço 16

Documento Composto: 00003

Unidade de Instalação: Maço 38

Documento Composto: 00007

Unidade de Instalação: Maço 39

Documento Composto: 00004

Unidade de Instalação: Maço 41

Documento Composto: 00014

Unidade de Instalação: Maço 44

Documento Composto: 00003

Unidade de Instalação: Maço 46

Documento Composto: 00001

Unidade de Instalação: Maço 58

Documento Composto: 00006

Unidade de Instalação: Maço 59

Documento Composto: 00020

Unidade de Instalação: Maço 67

Documento Composto: 00001

Seção: Cartório do Escrivão José Duarte de Souza

Unidade de Instalação: Maço 08

Documento Composto: 00009

Seção: Cartório do Escrivão José Gomes

Unidade de Instalação: Maço 02

Documento Composto: 00007

Unidade de Instalação: Maço 04

Documento Composto: 00006

Unidade de Instalação: Maço 05

Documento Composto: 00012

Unidade de Instalação: Maço 07

Documento Composto: 00002, 00005 e 00009

Unidade de Instalação: Maço 08

Documento Composto: 00003

Unidade de Instalação: Maço 09

Documento Composto: 00017

Unidade de Instalação: Maço 11

Documento Composto: 00003

Unidade de Instalação: Maço 13

Documento Composto: 00012

Unidade de Instalação: Maço 21

Documento Composto: 00005

Unidade de Instalação: Maço 23

Documento Composto: 00005

Subfundo: Juízo das Justificações Ultramarina

Série: Brasil

Unidade de Instalação: Maço 04

Documento Composto: 00001

● ***Fundo:*** Casa da Suplicação

Seção: Diversos do Brasil

Unidade de Instalação: Maço 01

Documento Composto: 00014 e 00020

Seção: Documentação Diversa

Unidade de Instalação: Maço 12

Documento Composto: 00007

Unidade de Instalação: Maço 33

Documento Composto: 00088

● **Coleção:** Inventário Post-Mortem dos Feitos Findos

Seção: Letra I

Unidade de Instalação: Maço 03

Documento Composto: 00001

Seção: Letra J

Unidade de Instalação: Maço 256

Documento Composto: 00002

● **Fundo:** Juízo dos Falidos

Seção: Cartório do Escrivão Maurício de Almeida Silva

Documento Composto: 0601

● **Fundo:** Juízo Privativo das causas da Misericórdia de Lisboa

Unidade de Instalação: Maço 35

Documento Composto: 18 e 19

● **Fundo:** Registro Geral de Testamentos

Série: Testamentos de Lisboa e seu Termo

Unidade de Instalação: Registro Geral de Testamentos

Documento Composto: 000013

● **Fundo:** Juízo da Chancelaria

Unidade de Instalação: Maço 07

Documento Composto: 00105

Unidade de Instalação: Maço 39

Documento Composto: 00052

Unidade de Instalação: Maço 264

Documento Composto: 26414

● ***Fundo:*** Correição Civil da Corte

Série: Justificação de Nobreza dos Feitos Findos

Unidade de Instalação: Maço 20

Documento Composto: 00001

● ***Coleção:*** Livro dos Feitos Findos

Unidade de Instalação: 0170 e 0174

● ***Fundo:*** Registro Geral das Mercês

Série: Reinado de D. José I

Unidade de Instalação: Livro 17

Documento Simples: 58953 e 58959

Unidade de Instalação: Livro 18

Documento Simples: 58973

Unidade de Instalação: Livro 19

Documento Simples: 67901

Unidade de Instalação: Livro 21

Documento Simples: 82357

Unidade de Instalação: Livro 23

Documento Simples: 82358

Série: Reinado de D. Maria I

Unidade de Instalação: Livro 02

Documento Simples: 109908 e 132980

Unidade de Instalação: Livro 06

Documento Simples: 133659 e 133660

Unidade de Instalação: Livro 15

Documento Simples: 370476, 370510, 370511 e 370512

Unidade de Instalação: Livro 16

Documento Simples: 132981

Unidade de Instalação: Livro 24

Documento Simples: 132982, 132983 e 132984

Unidade de Instalação: Livro 26

Documento Simples: 133079

Unidade de Instalação: Livro 31

Documento Simples: 105074

Unidade de Instalação: Livro 32

Documento Simples: 105017, 105021, 105031, 105043, 105062, 109918, 109920, 109923, 109925, 109931 e 109933

Unidade de Instalação: Livro 33

Documento Simples: 144525

Arquivo do Tribunal de Contas – Lisboa

● ERÁRIO RÉGIO

- Livros 4154 e 4155 (1762-1816). Livros Mestre da Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baía e Governos que nele se compreendem.

- Livros 4207 e 4208 (1778-1833). Livro de registro de cartas e provisões expedidas para Cabo Verde e Guiné.

Arquivo Público do Maranhão – São Luís

- Livros de Receita e Despesa do Senado da Câmara de São Luís. Códices nº: 26 a 35.

- Códices da Secretaria de Governo do Maranhão. Livro 1.

Fontes Digitais

● The Trans-Atlantic Slave Trade Database

Registro de entrada e saída das embarcações dos portos metropolitanos e coloniais

Disponível em slavevoyages.org

● MENINO, Gustavo. *Banco de Dados do Livro de Lembrança das entradas e saídas das frotas portuguesas, e de outros navios para a América e Estados da Índia.*

Fontes Impressas

ALMADA, André Álvares. *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana.* Porto: Tipografia Comercial Portuguesa, 1841.

ALMADA, André Álvares d'. *Tratado Breve dos Rios de Guiné.* Lisboa: Ed. Luís Silveira, 1946.

ANDRADE, Bernardino António Álvares. *Planta da Praça de Bissau e suas Adjacentes.* Academia Portuguesa de História: Lisboa, 1952.

- ARAÚJO, Antônio José da Costa. *Relação da Viagem da Fragata “Nossa Senhora da Estrela” à Bissau em 1753*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1995.
- BARRETO, João. *História da Guiné*. Lisboa: Editado pelo autor, 1938.
- BERRÊDO, António Pereira. *Anais históricos do Maranhão*. Florença: Tipografia Barbéra, 1905.
- CARVALHO, Tito Augusto de. *As Companhias Portuguesas de Colonização*. Lisboa: Imprensa Oficial, 1902
- DUARTE, Fausto. *Os capitães-mores das praças da Guiné*. In: Boletim cultural da Guiné Portuguesa. - Vol. VI, nº21, 1951.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: LMI, 1970.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005. 3 Volumes.
- NEVES, José Accursio das. *Noções Históricas, Econômicas e Administrativas sobre a Produção e a Manufatura das Sedas em Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1827.
- RATTON, Jacome. *Recordações sobre ocorrências em seu tempo em Portugal*. Londres: H. Bryer, Bridget Street & Blackfriers, 1813.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha. *A Fortaleza de Bissau e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Lisboa, 1947.
- SILVA, António Delgado. *Coleção da Legislação Portuguesa (1763-1774)*. Lisboa: Maignrense, 1829. Volume 2
- SILVA, António Delgado da. *Suplemento à Coleção da Legislação Portuguesa (1750-1762)*. Lisboa: Tipografia Luiz Correa da Cunha, 1842.
- VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: AML, 1954.
- Memórias Econômicas da Real Academia de Lisboa - Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Real Academia, 1812.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Luís & SANTOS, Maria Emília Madeira. *História Geral de Cabo Verde*. IICT: Lisboa, 1991. 3 volumes.
- ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of Califórnia, 1973.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios – Um Projeto de Civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Novas Epanáforas: Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Clássica, 1932.
- AZEVEDO, José Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas Rotas do Atlântico Equatorial: Tráfico de Escravos Rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2009.
- BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo R. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Ed. 70, 2010.
- BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- BOHRER, Saulo Santiago. *Mercado de Seguro Luso-Brasileiro: A Casa de Seguro de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BOXER, Charles. *Padre António Vieira. S. J., and the institution of the Brazil Company in 1649*. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. XXIX, no 4, November, 1949.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII): Os Jogos das Trocas*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.
- BRITO, Bertelina Maria do Rosário de. *As Reformas Administrativas de José da Costa Ribeiro: Cabo Verde, 1ª Metade do Século XVIII*. In: *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 4, p. 125-140.
- CAMPOS, Américo. *A História da Guiné Bissau em datas*. Bissau: s/e, 2012.
- CARRARA, Angelo Alves; ARAÚJO, Luiz Antônio Silva & CAVALCANTE, Paulo. *Por entre impérios: negócios e negociantes numa inflexão estrutural, 1674-1727*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARNEY, Judith. ‘*With Grains in Her Hair*’: *Rice in Colonial Brazil*. In: *Slavery and Abolition*, Vol. 25, No. 1, April 2004. (p. 1-27).
- CARREIRA, António. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968.
- CARREIRA, António. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.
- CARREIRA, António. *O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*. Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Lisboa, 1981.
- CARREIRA, António. *Estudos da Economia Caboverdeana*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1982.

- CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. ICVL: Praia, 1983.
- CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Presença, 1983.
- CARREIRA, António. *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Nacional, 1988. 2 Volumes.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26, nº 52, 2006. (p. 79-114).
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Duplicados clamores: Queixas e Rebeliões na Amazônia Colonial (século XVII)*. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 159-178, dez.2006.
- CHAMBOULEYRON, Rafael & NEVES NETO, Raimundo Moreira da. *"Isenção Odiosa": os jesuítas, a Coroa, os dízimos e seus arrematadores na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. In: *História – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. Nº 37: agosto, 2009.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz & NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *"Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores": a Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial*. In: *Revista HISTEDBR*. v. 11 n. 43: out. 2011.
- CHAMBOULEYRON, Rafael & BOMBARDI, Fernanda Aires. *Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. In: *Varia História*. Volume 27, nº 46 Belo Horizonte, Julho/Dezembro, 2011.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)*. In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa, 2011.
- COLEMAN, Donald C. *Eli Hecksher and the idea of mercantilism*. In: *Scandinavian Economic History Review*, v. 5, 1957.
- COSTA, Célio Juvenal & MENEZES, Sezinando Luiz. *A racionalização mercantil na evangelização jesuítica no Brasil*. In: Anais da XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. Fronteiras e Identidade: povos indígenas e missões religiosas. Dourados/MS: UFGD, 2010.

- COSTA, Fernando Dore. *Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII*. In: *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992, p. 441-460.
- COSTA, Francisco Assis da. *A Economia Colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), abr. 2012, p. 197-219.
- COSTA, John Wilson da. *A Casa de Belfort no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945.
- COSTA, Leonor Freire. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela & SOUSA, Rita Martins. *O Ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.
- COSTA, Wagner Cabral (org.). *História do Maranhão: Novos Estudos*. São Luís, EDUFMA, 2004.
- COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: GEIA, 2005.
- CRANE, Eva. *The world history of beekeeping and honey hunting*. London: Duckworth, 1999.
- CUNHA, Carlos Guimarães da. *Negociantes, Mercadores e Traficantes no final da Monarquia Absoluta*. Lisboa: s/ Ed., 2014.
- CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.
- DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. *As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de setecentos*. Tese de Doutorado – Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2014.
- DIAS, Gastão Sousa. *D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho*. Lisboa: Cosmos, 1936.
- DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Ed. da UFPA, 1970.
- DIAS, Manuel Nunes. *A Junta Liquidatária dos fundos das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba (1778-1837)*. Coimbra: Ed. FLUC, 1962.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIAS, Thiago Alves. *O Negócio do Pau-Brasil, a Sociedade Mercantil Purry, Mellish And Devisme e o Mercado Global de Corantes: Escalas Mercantis, Instituições e Agentes Ultramarinos no Século XVIII*. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 177, 2018.
- DJALÓ, Tchernó. *O Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Nova Vega: Lisboa, 2012.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- DUPLESSIS, Robert. *Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII*. In: *Afro-Ásia*, Salvador, v. 41 p. 9-55, 2010.
- FALCON, Francisco C. & NOVAIS, Fernando. *A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Econômica Pombalina*. In: *VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Goiânia, 1971.
- FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.
- FALCON, Francisco Calazans & RODRIGUES, Cláudia. *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. FGV: Rio de Janeiro, 2015.
- FARIA, Miguel Figueiredo de. *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano*. Leya: Lisboa, 2014.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FERREIRA, Gracilda Costa & HOPKINS, Michael John Gilbert. *Manual de Identificação Botânica*. Brasília: Embrapa, 2005.
- FERREIRA, Paulo da Costa. *As lides do Talaya: Roteiro biográfico de um Portugal setecentista*. PCF: Lisboa, 2014.
- FERREIRA, Roquinaldo. *"Ilhas Crioulas": o Significado Plural da Mestiçagem Cultural na África Atlântica*. In: *Revista de História*. 155 (2º - 2006), 17-41.
- FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1971.

- FLORENTINO, Manolo. *Tráfico Atlântico, Mercado colonial e Famílias Escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia – Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.
- FRAGOSO, João. *Mercados e negociantes imperiais*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá & CAMPOS, Adriana. *Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: Edufes, 2014.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3 volumes.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREITAS, Gustavo de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720): Subsídios para a história económica de Portugal e do Brasil*. In: *Colecção da Revista História*, III. São Paulo, 1951.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ESTEVES, Maria Luísa. *Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o Comércio Negreiro Espanhol (1640-1650)*. Lisboa: IICT, 1988.
- GAMBLE, David & HAIR, Paul. *The Discovery of River Gambia (1623) by Richard Jobson*. London: The Hakluyt Society, 1999.
- GENOVESE, Eugene. *A Economia Política da Escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio: Sobre a História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1968.
- GOENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- HAWTHORNE, Walter. *Nourishing a Stateless Society during the Slave Trade: The rise of Balanta Paddy-Rice production of in Guinea Bissau*. In: *The Journal of the African History*, Vol. 42. Nº 1, 2001. (p 1-24).
- HAWTHORNE, Walter. *Planting Rice and Havertng Slaves – Tranformations along the Guinea-Bissau coast, 1400-1900*. In: *Coleção História Social da África*. Portsmouth: 2003.
- HECKSCHER, Eli. *La época mercantilista: historia de la organización y las ideas econômicas desde el final de la edad media hasta la sociedad liberal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Londres: Macmillan, 1978.
- HORTA, José da Silva. *Olifantes afro-portugueses com cenas de caça – (c.1490-c.1540.)* In: *ARTIS –Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013.
- HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JESUS, Nauk Maria de. *A Capitania de Mato Grosso: História, Historiografia e Fontes*. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, julho-dezembro, 2012.
- KEITH, Henry & EDWARDS, S. F. *Conflict and continuity in Brazilian society*. Columbia: University of South Carolina Press, 1967.
- KERN, Gustavo da Silva. *Relações entre o islã e as estruturas do estado no Mali (Séc. XIII-XIV)*. In: *Revista Historiada Especial*. Número 01. Ano 03. Julho de 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira. *História Económica de Portugal – O Século XVIII*. Lisboa: ICS, 2005.
- LAPA, José Roberto Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LOPES, Carlos. *Cacheu, Cidade Antiga*. Cacheu: Inst. Nacional de Pesquisa, 1993.
- LOPES, Edmundo Correia. *A Escravatura: Subsídios para a sua História*. Lisboa: Antígona, 1944.

- LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa Mina e Comércio Atlântico - tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravo: Pernambuco (1654-1760)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano Mac. *Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII)*. In: Revista Brasileira de História 2019, vol.39, n.80, pp.109-134.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACEDO, Jorge de. *A Situação Econômica no tempo de Pombal: Estudos e Documentos para a História de Portugal*. Porto: Livraria Portugália, 1951.
- MARCOS, Rui de Figueiredo. *As Companhias Pombalinas: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*. Coimbra: 1997.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico (1600-1773)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.
- MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: the shaping of an economic language*. London; New York: Routledge, 1994.
- MARTINS JR, Alberto Pereira. *Um Príncipe Irlandês nas terras de Itapecuru*. In: Revista do IHG-MA. Nº42. São Luís, setembro de 2012.
- MARTINS, Diego de Cambráia. *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e a Dinâmica da Economia Atlântica Portuguesa (1756-1807)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MARTINS, Diego de Cambráia & MELO, Felipe Souza. *Problemas de agência e as configurações da economia colonial: o caso das Companhias pombalinas no Brasil (1755-1780)*. working paper. 2018.
- MARTINS, Diego de Cambráia & MELO, Felipe Souza. *O algodão do Brasil e a economia Atlântica: produção e comércio no Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810)*. working paper. 2019.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Fronteiras Imperiais: a Amazônia Colonial e as Fontes Jesuíticas*. In: Revista Territórios e Fronteiras. Volume 1, Número 1 – Jan/Jun 2008.

- MATTOSO, José. (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992.
- MATTOSO, José. (org.). *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Routledge: Nova York, 1973.
- MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MEIRELES, Mario. *História do Maranhão*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
- MEIRELLES, Mário. *Os Negros no Maranhão*. São Luís: Ed. da UFMA, 1983.
- MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- MELO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *O Regimento das Missões: Poder e Negociação na Amazônia Portuguesa*. In: Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, 2009.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Ed. Senado Federal: Brasília, 2005.
- MENZ, Maximiliano Mac. & ACIOLI, Gustavo. *Resgate e Mercadorias: Uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)*. Afro-Asia (UFBA), v. 37, p. 43-74, 2008.
- MENZ, Maximiliano Mac. *As Geometrias do Tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807)*. Revista de História (USP), v. 166, p. 185-222, 2012.
- MENZ, Maximiliano Mac. *A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80)*. Afro-Ásia (UFBA. Impresso), v. 48, p. 45-76, 2013.
- MENZ, Maximiliano. *Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)*. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.35-54, jan/abr 2013.
- MENZ, Maximiliano M. *Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de um grande traficante de Lisboa*. In: *Revista Tempo*, volume 23, nº 2, Niterói, 2017.

- METCALF, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brazil (1500-1600)*. University of Texas Press: Texas, 2005.
- MIQUEL, André. *O Islame e a sua civilização (séculos VII-XX)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- MONTEIRO, Maria de Fátima Brito. *Cabo Verde na encruzilhada Atlântica*. IEEI: Cascais, 2004.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.
- MORAN, Emilio. *The Evolution of Cape Verde's Agriculture*. In: *African Economic History*. No. 11 (1982), pp. 63-86.
- MOREIRA, Élio. *Plano de Internacionalização do Grogue na Diáspora Cabo-Verdiana*. Dissertação de Mestrado – Universidade do Porto: Porto, 2015.
- MOTA, Antônia da Silva. *A Dinâmica Colonial Portuguesa e as Redes de Poder Local na Capitania do Maranhão*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- MOTA, Thiago Henrique. *A Outra Cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- NETO, José Maria Bezerra. *Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos XVIII ao XIX*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um Patrimônio em Contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.
- NIANE, Djibril T. (org). *História Geral da África – Vol. IV*. Brasília: UNESCO, 2010.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- OGOT, Bethwell A. (org). *História Geral da África – Vol. V*. Brasília: UNESCO, 2010.
- OLIVEIRA NETO, Aroldo Antônio de. *A Cultura de Arroz*. Brasília: Conab, 2015.

- PAIVA, André Filipe de Melo e. *O Império da Fiscalidade: um estudo serial das conjunturas fiscais do Atlântico Português (1720-1807)*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP: São Paulo, 2016.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um estudo comparativo*. Edusp: São Paulo, 2009.
- PEDREIRA, Jorge. *Os Negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. In: *Análise Social*. Volume XXVII, p.407-440, 1992.
- PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Difel: Lisboa, 1994.
- PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- PORRO, Antônio. *As crônicas do Rio Amazonas*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- RAMINELLI, Ronald. *Justificando Nobrezas: Velhas e Novas Elites Coloniais (1750-1807)*. In: *Revista História*. vol.35. Franca, dezembro de 2016.
- REIS, João José & SILVA JR., Carlos da. *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, 1460-1613*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011.
- RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve dos Rios da Guiné, de André Álvares de Almada (1578-1640)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976.

- RIELLO, Giorgio & PARTHASARATHI, Prasannan. *The Spinning World: A Global History of Cotton Textiles, 1200-1850*. New York: Oxford University Press, 2009.
- RODNEY, Walter. *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* Seara Nova: Lisboa, 1975.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins & TORRÃO, Maria Manuel. *Pequena Nobreza de Aquém e Além-Mar – Poderes, Patrimónios e Redes*. IICT: Lisboa, 2011.
- RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*. In: Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.
- ROSCHER, Wilhelm. *Principles of Political Economy*. Chicago, 1878.
- RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento*. Difel: Porto, 2006.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: IAP, 2005.
- SANTOS, Catarina Madeira. *De “antigos conquistadores” a “angolenses” - A elite colonial de Luanda no contexto da cultura das Luzes, entre lugares da memória e conhecimento científico*. In: Revista de História e Teoria das Ideias. Vol. 24. 2007.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O Governo das Conquistas do Norte: Trajetórias Administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”: Uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*. IICT: Lisboa 1988.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI – XVII)*. IICT: Lisboa, 2004.
- SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará colonial: os Oliveira Pantoja*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Belém, 2015.
- SANTOS, Patrícia Teixeira. *Fé, Guerra e Escravidão: cristãos e muçulmanos face à Mahdiyya no Sudão (1881-1898)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1991.
- SERRÃO, Joel Oliveira & MARQUES, A. H. Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Estampa: Lisboa, 1986.
- SHIGUNOV NETO, Alexandre & MACIEL, Lizete Shizue Bonura. *O Ensino Jesuítico no Período Colonial: algumas discussões*. In: *Educar*. Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- SILVA, Daniel Domingues da Silva. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa (1780–1867)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- SOUZA, James O. *A Mão de Obra Indígena na Amazônia Colonial*. In: *Em Tempos de Histórias*. nº 06, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Tese de Doutorado – Universidade do Texas: Texas, 1975.
- SWEET, David G. *A Rich Real of Nature Destroyed: the middle Amazon valley (1640-1750)*. University of Wisconsin, 1974.
- TEIXEIRA, Cândido da Silva. *Companhia de Cacheu, Rio e Comércio da Guiné: documentos para a sua história*. Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. I (1950).
- TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC / Ed. UNESP, 2001.
- THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIEIRA, Alberto. *Madeira: Canaviais, Engenhos e Escravos*. In: *Cadernos de Divulgação do CEHA – ‘Madeira: Na Rota do Ouro Branco*. Funchal, 2018.

WEHLING, Arno. *História administrativa do Brasil: administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986.

WILIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

ANEXO 1

3874 - 1760, Junho, 29, Maranhão

OFÍCIO de Vicente Ferreira da Costa e Francisco Pereira para o (secretário de Estado), sobre as plantações e produtos tais como: gengibre, sal, cravo e amoreiras.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 40, D. 3874

3875 - 1760, Junho, 29, Maranhão

OFÍCIO de Lourenço Belfort para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a cultura de amoreiras e produção de bichos da seda e salinas.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 40, D. 3875

4154 - [ant. 1766, Julho, 9]

REQUERIMENTO de Lourenço Belfort ao rei D. José, pedindo carta de confirmação de sesmaria na paragem chamada Enseada das Canoas, na capitania do Maranhão.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 42, D. 4154

4159 - 1766, Setembro, 10, Maranhão

OFÍCIO (1ª via) de Lourenço Belfort para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a cultura de bichos da seda.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 42, D. 4159

4338 - 1770, Agosto, 20, Maranhão

CARTA de Lourenço Belfort para Paulo George, sobre as cobranças de dívidas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 44, D. 4338

4606 - [ant. 1774, Janeiro, 18]

REQUERIMENTO de José Machado de Miranda ao rei D. José, a solicitar ordem para se punir Lourenço Belfort, que possui mais terras de sesmaria do que as previstas nas leis e ordens.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 47, D. 4606

4708 - 1775, Fevereiro, 27, Maranhão

RECIBO de João Valle, recebendo o pagamento de vários produtos por parte do almoxarife Francisco Xavier de Carvalho.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4708

4728 - [ant. 1775, Abril, 8]

REQUERIMENTO de Francisco Inácio Sampaio ao [provedor da Fazenda Real do Maranhão], Henrique Guilhon, solicitando que se lhe pague quantia que lhe era devida.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4728

4729 - [ant. 1775, Abril, 11]

REQUERIMENTO do mestre-de-campo Teodoro Jansen Muller, ao [provedor da Fazenda Real do Maranhão], Henrique Guilhon, solicitando que lhe seja feito o pagamento da quantia devida.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4729

4738 - 1775, Abril, 29, Maranhão

OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão] Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a ida do mestre-de-campo, Lourenço Belfort, à Corte, para apresentar um novo projecto.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4738

4917 - 1777, Janeiro, 22, Maranhão

OFÍCIO de Francisco Xavier de Carvalho, Pedro Lamaignère, António Belfort, Lourenço António dos Santos e José Salgado de Mascarenhas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a queixarem-se do procedimento da nova administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 51, D. 4917

ANEXO 2

Mapas de exportação da capitania do Maranhão (1750-1798)

1771, Agosto, 22, Maranhão

OFÍCIO do [governador do Estado do Maranhão], Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar os mapas dos produtos exportados da capitania do Maranhão para a cidade de Lisboa desde 1760 até 1771.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 45, D. 4415

1773, Dezembro, 29, Maranhão

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa de exportação relativo ao ano de 1773.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 47, D. 4595

1774, Julho, 9, Maranhão

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a enviar mapa dos produtos exportados da capitania do Maranhão no ano de 1774; referências à cultura do arroz.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4648

1775, Abril, 5, Maranhão

CARTA do [governador da capitania do Maranhão], Joaquim de Melo e Póvoas, para o rei D. José, sobre os produtos que deixaram o porto do Maranhão em direção ao Reino.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 48, D. 4726

1776, Maio, 3, Maranhão

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa do mapa dos efeitos exportados da capitania para o Reino naquele ano e da grande quantidade de arroz, atanados e couros em cabelo existentes nos armazéns da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 50, D. 4883

1777, Abril, 22, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter o mapa dos produtos exportados para Lisboa no ano de 1777; referências à cultura de arroz.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 51, D. 4938

1777, Abril, 22, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado dos Negócios do Estado do Reino, marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, a remeter o mapa dos produtos exportados para Lisboa no ano de 1777; referências à cultura de arroz.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 51, D. 4939

1777, Setembro, 17, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter mapa dos produtos exportados para Lisboa no ano de 1777.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 51, D. 4979

1777, Outubro, 16, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter mapa dos produtos exportados para Lisboa no ano de 1777.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 52, D. 4985

1777, Dezembro, 29, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter mapa geral das exportações da capitania do Maranhão para Lisboa no ano de 1777.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 52, D. 4994

1778, Maio, 7, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para Aires de Sá e Melo, remetendo mapa dos efeitos exportados da cidade do Maranhão para Lisboa, no ano de 1778.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 52, D. 5015

1778, Outubro, 15, Maranhão

MAPA DE CARGA dos gêneros exportados do Maranhão para a cidade de Lisboa.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 53, D. 5043

1778, Dezembro, 31, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa dos gêneros exportados do porto do Maranhão para Lisboa. Fala ainda da deficiente colheita de arroz e da pouca produção de café.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 53, D. 5070

1778, Dezembro, 31, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Aires de Sá e Melo, que remete o mapa de todos os gêneros exportados no ano de 1778 do Maranhão para Lisboa. Afirma que promove as culturas e manufacturas da capitania.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 53, D. 5073

1778, Dezembro, 31, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado dos Negócios do Reino, visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, remetendo o mapa dos gêneros exportados no ano de 1778 do Maranhão para Lisboa. Refere o estado em que se encontram as culturas e as manufacturas.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 53, D. 5074

1778, Dezembro, 31, Maranhão

CARTA do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para a rainha D. Maria I, remetendo o mapa dos gêneros enviados do Maranhão para o porto de Lisboa. Refere à fraca produção de arroz pela falta de água.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 53, D. 5075

1779, Maio, 15, Maranhão

OFÍCIO do governador Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em que remete os mapas de toda a importação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão relativa aos anos de 1775 a 1777.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 54, D. 5124

1780, Janeiro, 3, Maranhão

OFÍCIO (1ª via) do governador, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo três mapas: um de importação, outro de escravos e um último de exportação, todos relativos ao ano de 1779.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 55, D. 5166

1780, Setembro, 10, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo a cópia da pauta pela qual se cobram os direitos da dízima. Informa também sobre a forma como é feito o cálculo do valor total dos gêneros de exportação.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 56, D. 5228

1782, Janeiro, 28, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o aumento das exportações da capitania e da saída de vinte e cinco navios carregados para o Reino.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 58, D. 5353

1782, Janeiro, 28, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de dois mapas: um acerca dos navios que transportam escravos e outro sobre os navios que traziam produtos vários.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 58, D. 5355

1784, Janeiro, 4, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, enviando um mapa geral do rendimento da dízima da Alfândega de São Luís do Maranhão em todo o ano de 1782; um mapa geral dos efeitos exportados de São Luís do Maranhão para Lisboa no ano de 1782 e um mapa geral dos escravos que entraram na mesma cidade, no ano de 1782.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 59, D. 5432

[post. 1783]

MAPA geral dos efeitos exportados da cidade de São Luís do Maranhão e um mapa da importação de escravizados.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 60, D. 5552

1786, Fevereiro, 13, Maranhão

CARTA do governador José Teles da Silva para a rainha D. Maria I, remetendo os mapas da exportação e importação e escravatura relativos ao ano de 1785.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 67, D. 5840

1786, Fevereiro, 13, Maranhão

OFÍCIO (1ª via) do governador José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas da exportação, importação e escravatura relativos ao ano de 1785.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 67, D. 5843

1788, Janeiro, 22, Maranhão

CARTA do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para a rainha D. Maria I, sobre o envio dos mapas relativos às importações e exportações e ao tráfico de escravizados da costa de África.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 70, D. 6112

1788, Janeiro, 22, Maranhão

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio dos mapas de exportação dos produtos provenientes do Maranhão e das vendas de escravizados oriundos da costa de África.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 70, D. 6115

1788, Janeiro, 25, Maranhão

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de mapas de produtos exportados, da escravatura que entrou e dos rendimentos da dízima da Alfândega de São Luís do Maranhão, referentes ao ano de 1788.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 73, D. 6288